



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

NATAL / 2012

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e da Portaria CGU nº 2.546/2010.

Unidade Consolidada: Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES

REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITORA

Maria de Fátima Freire Melo Ximenes

CHEFE DE GABINETE

Célia Maria da Rocha Ribeiro

PROCURADOR GERAL

Giuseppi da Costa

AUDITORA INTERNA

Halcima Melo Batista

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Alexandre Augusto de Lara Menezes

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO

Adelardo Adelino Dantas de Medeiros

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Valter José Fernandes Júnior

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PESQUISA

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Edna Maria da Silva

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fernanda Nervo Raffin

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Cipriano Maia de Vasconcelos

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Maria da Conceição Fraga

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Janeusa Trindade Souto

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Paulo Roberto Paiva Campos

PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS

Mirian Dantas dos Santos

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS

Ângela Lobo

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

João Batista Bezerra

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

Dilson de Anchieta Rodrigues

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

João Emanuel Evangelista de Oliveira

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Dantas de Melo

SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO

José Zilmar Alves da Costa

SUPERINTENDENTE DE INFORMÁTICA

Aluizio Ferreira da Rocha Neto

SUPERINTENDENTE DE INFRA-ESTRUTURA

Gustavo Fernandes Rosado Coelho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Maria Carmem Freire Diógenes Régio

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Márcio Venício Barbosa

DIRETOR DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES

José Ricardo Lagreca Sales Cabral

DIRETOR DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO

Kleber de Melo Moraes

DIRETORA DO HOSPITAL DE PEDIATRIA

Jozana do Rosário de Moura Caetano

DIRETORA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA

Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa

DIRETORA DA BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE

Ana Cristina Cavalcanti Tinôco

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Djalma Ribeiro da Silva

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Hênio Ferreira de Miranda

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Herculano Ricardo Campos

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Maria Arlete Duarte de Araújo

DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA

José Daniel Diniz Melo

DIRETORA DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS

Graco Aurélio Câmara de Melo Viana

DIRETOR DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ

Ana Maria Pereira Aires

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM MÚSICA

Zilmar Rodrigues de Souza

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Júlio César de Andrade Neto

**DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA DA FACULDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI**

Enio Walker Azevedo Cacho

**DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA DA ESCOLA DE CIÊNCIAS
E TECNOLOGIA**

Rex Antônio da Costa Medeiros

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral

João Emanuel Evangelista de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral

Jorge Dantas de Melo

Equipe Técnica

Maria Pepita Vasconcelos de Andrade – Coordenação Geral

Breno Bezerra de Medeiros

Denise Câmara de Carvalho

Domício Rosendo da Silva Filho

Evane Lopes Tavares

Joani Brito de Sá

Marcelo de Oliveira Souza

Verônica Carneiro de Oliveira

Equipe de Apoio

Lorena Maria Lima de Araújo

Vanessa Valéria Lima

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A – Atividade

AF – Ações Afirmativas

ÁGORA – Instituto de Línguas, Literaturas e Culturas Estrangeiras Modernas

AI – Argumento de Inclusão

AIEPEX – Atividade Integradora em Ensino, Pesquisa e Extensão

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

APH – Adicional por Plantão Hospitalar

ASO – Atestado de Saúde Ocupacional

BCZM – Biblioteca Central Zila Mamede

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CAENE – Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial

CAp – Colégio de Aplicação

CAPACITE – Capacitação em Inovação Tecnológica para Empresários

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CB – Centro de Biociências

CCET – Centro de Ciências Exatas e da Terra

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CE – Centro de Educação

CEASA – Central de Abastecimento

CERES – Centro de Ensino Superior do Seridó

CGEF – Comissão de Gestão do Espaço Físico da UFRN

CGU – Controladoria Geral da União

CHS – Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN

CIC – Congresso de Iniciação Científica

CIENTEC – Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODAI – Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas

COEF – Coordenação do Ensino Fundamental

COMPERVE – Comissão Permanente do Vestibular

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSAD – Conselho de Administração
CONSEC - Conselho de Centro
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COREME – Comissão de Residência Médica
COTEC – Associação Empresarial para a Inovação
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRA – Centro Regional da Amazônia
CRSPE – Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais
CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CT – Centro de Tecnologia
CVT – Centro Vocacional Tecnológico
D – Doutorado
DAV - Diretoria de Avaliação
DCF – Departamento de Contabilidade e Finanças
DEAE – Departamento de Assistência ao Estudante
DED – Diretoria de Educação a Distância
DIMAP – Departamento de Informática e Matemática Aplicada
DMP – Departamento de Material e Patrimônio
DN – Decisão Normativa
DNC – Doenças de Notificação Compulsória
DOD – Departamento de Odontologia
EAD – Educação a Distância
EAJ – Escola Agrícola de Jundiá
ECT – Escola de Ciências e Tecnologia
EEN – Escola de Enfermagem de Natal
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EM – Ensino Médio
EMUFRN – Escola de Música da UFRN
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
e-TEC Brasil – Escola Técnica Aberta do Brasil
ETEF – Escola Técnica de Enfermagem Florence

FACISA – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi

FAPERN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte

FAPITEC/SE – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

FIA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

FIC – Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNPEC – Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

GEApES-ECO-KARÁ – Grupo de Estudos Aplicados em Energias Sustentáveis

HEMOLAB – Laboratório de Hematologia e Análises Clínicas Ltda.

HOSPED – Hospital de Pediatria Professor Heriberto Ferreira Bezerra

HUAB – Hospital Universitário Ana Bezerra

HUOL – Hospital Universitário Onofre Lopes

i2EXTEC – Incubadora de Iniciativas Empreendedoras em Tecnologias Sociais

IC – Iniciação Científica

IDEIA – Instituto de Desenvolvimento de Estudos Interdisciplinares Avançados

IES – Instituição de Ensino Superior

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

IFPA – Instituto Federal do Pará

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IFs – Institutos Federais

IGC – Índice Geral de Cursos da Instituição

IINN – Instituto Internacional de Neurociências de Natal

IMTRN – Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte

IN – Instrução Normativa

INCTs – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INICIES – Incubadora de Iniciativas de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

IST – Instituto Superior Técnico

IT – Iniciação Tecnológica

LABPLAN – Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
LABPLASMA – Laboratório de Plasma
LABSISMO – Laboratórios de Estudos Sismológicos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LINVE – Laboratório de Investigação de Matrizes Vegetais Energéticas
LOA – Lei Orçamentária Anual
M – Mestrado
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação
MEJC – Maternidade Escola Januário Cicco
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT – Manhã e Tarde
NAC – Núcleo de Arte e Cultura
NATA – Núcleo de Aplicação de Tecnologias Avançadas
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NEHAD – Núcleo de Estudos Históricos de Arqueologia e Documentação
NEI – Núcleo de Educação Infantil
NEPSA – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas
NHE – Núcleo Hospitalar de Epidemiologia
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NPITI – Núcleo de Pesquisa e Inovação em Tecnologia da Informação
NTI – Núcleo de Tecnologia Industrial
NUPEG – Núcleo de Pesquisa em Petróleo e Gás
NUPLAM – Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos
OASIS – Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Sociais e Solidárias
OES – Observatório Espacial do Sul
ON – Observatório Nacional
OP – Operação Especial
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
P – Projeto
PAIUB – Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAP – Programa de Atualização Pedagógica
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEG – Programa de Eficiência do Gasto

PESQCLIN – Laboratório Multidisciplinar de Pesquisa Clínico-Epidemiológica

PET – Programa de Educação Tutorial

PET-Saúde – Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PMAQ – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil

PNAP – Programa Nacional de Formação em Administração Pública

PNCFC – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

PNDH – Programa nacional de Direitos Humanos

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PP – Projeto Pedagógico

PPA – Plano Plurianual

PPg – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PRH – Pró-Reitoria de Recursos Humanos

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PROAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROAP – Programa de Apoio à Pós-Graduação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos

PROEx – Pró-Reitoria de Extensão

ProExt/MEC – Programa de Extensão Universitária/Ministério da Educação

PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral

PROTEC – Programa Trabalho, Educação e Cultura no Campo

RCBP – Registro de Câncer de Base Populacional

REHUF – Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RH – Recursos Humanos
RJU – Regime Jurídico Único
RN – Rio Grande do Norte
RU – Restaurante Universitário
RUTE – Rede Universitária de Telemedicina
SAA – Subsecretaria de Assuntos Administrativos
SEDIS – Secretaria de Educação a Distância
SEMPE – Seminário de Metodologias de Projetos de Extensão
SESu – Secretaria de Educação Superior
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS – Serviço de Assistência Integrada ao Servidor
SIEDSup – Sistema Integrado de Informações da Educação Superior
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGAdim – Sistema de Administração dos Sistemas
SIGED – Sistema de Gerência Eletrônica de Documentos
SIGPP – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos
SIGPRH – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SIN – Superintendência de Infra-Estrutura
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINAN – Sistema de Informação dos Agravos de Notificação
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo
SINFO – Superintendência de Informática
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SIS – Sistemas de Informação em Saúde
SISBI – Sistema de Bibliotecas
SISREG – Sistema de Regulação
SISU- Sistema de Seleção Unificada
SRH – Secretaria de Recursos Humanos

SUS – Sistema Único de Saúde
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
TCG – Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação
TCGs – Termos de Compromisso de Gestão
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação
TSG – Taxa de Sucesso dos Cursos de Graduação
TVU – Televisão Universitária
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UATEC – Unidade de Transferência de Tecnologia
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNIMED – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
UPH – Unidade de Parto Humanizado
USMARC – Machine-Readable Cataloging

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado (Quadro A.1.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 2 – Execução Física das ações realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pelo seu Complexo Hospitalar (Quadro A.2.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 1
- Quadro 3 – Ações descentralizadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Quadro A.2.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 2
- Quadro 4 – Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 5 – Programação de Despesas Correntes (Quadro A.2.4 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 1
- Quadro 6 – Programação de Despesas Correntes (Quadro A.2.4 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 2
- Quadro 7 – Programação de Despesas de Capital (Quadro A.2.5 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 1
- Quadro 8 – Programação de Despesas de Capital (Quadro A.2.5 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 2
- Quadro 9 – Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadro A.2.6 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 1
- Quadro 10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadro A.2.6 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 2
- Quadro 11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 12 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.8 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 13 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.9 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 14 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.10 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 15 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação (Quadro A.2.11 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 16 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação (Quadro A.2.12 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

- Quadro 17 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação (Quadro A.2.13 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 18 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (Quadro A.3.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 19 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Quadro A.4.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 20 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1 da Portaria 123 do TCU)
- Quadro 21 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 (Quadro A.5.2 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 22 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) (Quadro A.5.3 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 23 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.4 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 24 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.5 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 25 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro (Quadro A.5.6 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 26 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.7 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 27 – Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.5.8 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 28 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Quadro A.5.9 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 29 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra (Quadro A.5.9 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 30 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados (Quadro A.5.10 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 31 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados (Quadro A.5.11 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 32 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Quadro A.5.12 da Portaria nº 123 do TCU)
- Quadro 33 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (Quadro A.5.13 da Portaria nº 123 do TCU)

- Quadro 34 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência (Quadro A.6.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 35 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (Quadro A.6.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 36 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes (Quadro A.6.3 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 37 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse (Quadro A.6.4 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 38 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse (Quadro A.6.5 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 39 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.8.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 40 – Estrutura de Controles Internos da UJ (Quadro A.9.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 41 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.10.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 42 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.11.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 43 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (Quadro A.11.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 44 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ (Quadro A.11.3 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 45 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada (Quadro A.12.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 46 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Quadro A.13.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 47 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Quadro A.13.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 48 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.15.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 49 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Quadro A.15.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 50 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Quadro A.15.3 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

- Quadro 51 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Quadro A.15.4 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 52 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício (Quadro A.16.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 53 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência (Quadro A.16.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 54 – Declaração do Contador com Ressalva
- Quadro 55 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002 (Quadro C.7.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 56 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002 (Quadro C.7.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
- Quadro 57 – Projetos desenvolvidos pela FUNPEC no exercício de 2011 (Parte C, Item 7 da Decisão Normativa nº 108/2010 do TCU)

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Indicadores de Desempenho no Período 1999-2011
- Tabela 2 – Índice Geral de Cursos da UFRN no período 2007-2010
- Tabela 3 – Matrícula na formação inicial e continuada de professores na Educação a Distância
- Tabela 4 – Vagas em cursos de aperfeiçoamento para formação continuada de professores da educação básica em nível de extensão – 2011
- Tabela 5 – Cursos e alunos matriculados em graduação a distância – Bacharelado 2011
- Tabela 6 – Matriculados e concluintes na educação profissional na UFRN – 2011
- Tabela 7 – Obras do REUNI no ano de 2011
- Tabela 8 – Obras do REUNI com recursos assegurados
- Tabela 9 – Demonstrativo dos Alunos Assistidos em 2011
- Tabela 10 – Discriminação das Ações de Assistência Estudantil - 2008/2011
- Tabela 11 – Número de ações de extensão (em execução e concluídas) por modalidade e área temática em 2011
- Tabela 12 – Número de docentes, discentes e técnicos envolvidos em ações de extensão em 2011
- Tabela 13 – Número de projetos 2010/2011
- Tabela 14 – Número de projetos integrados com a dimensão da extensão 2010/2011
- Tabela 15 – Número total de projetos envolvendo a dimensão da extensão 2010/2011
- Tabela 16 – Resultados obtidos a partir das diretrizes do PDI
- Tabela 17 – Ações de extensão 2011 – Meta física – SIMEC
- Tabela 18 – Número e percentual de cursos diurnos e noturnos
- Tabela 19 – Evolução da taxa de conclusão dos cursos de graduação média no período 2008 a 2010
- Tabela 20 – Taxa de Sucesso dos Cursos de Graduação da UFRN no período de 2008 a 2011
- Tabela 21 – Avaliação da Docência na UFRN referente ao período 2011
- Tabela 22 – Índice Geral dos Cursos da UFRN no período de 2007 a 2010
- Tabela 23 – Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE em 2010
- Tabela 24 – Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE em 2011
- Tabela 25 – Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE em 2009
- Tabela 26 – Metas físicas pactuadas relativas à programação orçamentária da MEJC em 2011
- Tabela 27 – Produção Assistencial SUS 2009 a 2011
- Tabela 28 – Quantidade de leitos 2009 a 2011
- Tabela 29 – Quantidade de salas 2009 a 2011
- Tabela 30 – Produção Ambulatorial – 2011

- Tabela 31 – Produção Hospitalar – 2011
- Tabela 32 – Quantitativo de alunos de nível técnico e de graduação recebidos no HUAB em 2011
- Tabela 33 – Internações no HUAB em 2011
- Tabela 34 – Serviços Ambulatoriais no HUAB em 2011
- Tabela 35 – Produção de Procedimentos Cirúrgicos no HUAB em 2011
- Tabela 36 – Vagas disponibilizadas para os cursos já existentes e novos cursos para o ano de 2011
- Tabela 37 – Resumo das vagas disponibilizadas pelo Vestibular e SiSU no período 2008-2011
- Tabela 38 – Resumo das vagas disponibilizadas pelo Vestibular e SiSU, Reingresso e PEC-G no período 2008-2011
- Tabela 39 – Bolsas de Assistência Estudantil REUNI disponibilizadas no período 2008-2011
- Tabela 40 – Indicadores totais e noturnos pactuados e executados nos cursos de graduação presencial no período 2008-2011
- Tabela 41 – Alunos aprovados para o Programa E-tec/EAJ 2012.1
- Tabela 42 – Seleção tutores presenciais para atuar no programa E-tec/EAJ
- Tabela 43 – Seleção tutores a distância para atuar no programa E-tec/EAJ
- Tabela 44 – Quantitativo de participantes nos eventos realizados na UFRN por categoria
- Tabela 45 – Total de Títulos e Exemplares Tombados no ano de 2011
- Tabela 46 – Total de inscritos no vestibular, total de vagas ofertadas e Índice de Inscritos no Vestibular por Vagas Ofertadas da UFRN nos anos de 2007 a 2011
- Tabela 47 – Número de matriculados em cursos noturnos, total de alunos matriculados e Índice de Matriculados em Cursos Noturnos por Alunos Matriculados da UFRN nos anos de 2007 a 2011
- Tabela 48 – Número de matriculados em cursos fora de sede, total de alunos matriculados e Índice de Matriculados em Cursos Fora de Sede da UFRN nos anos de 2007 a 2011
- Tabela 49 – Índice Geral de Cursos da Instituição UFRN nos anos de 2007 a 2011
- Tabela 50 – Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Efetivos por Titulação/Regime de Trabalho
- Tabela 51 – Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Substitutos por Titulação/Regime de Trabalho
- Tabela 52 – Docentes da Carreira do Magistério Superior Efetivos por Titulação/Regime de Trabalho
- Tabela 53 – Docentes da Carreira do Magistério Superior substitutos por Titulação/Regime de Trabalho
- Tabela 54 – Servidores Técnicos Administrativos por Regime de Trabalho

Tabela 55 – Nomeações e Vacâncias dos Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Efetivos

Tabela 56 – Nomeações e Vacâncias dos docentes da Carreira de Magistério Superior Efetivos

Tabela 57 – Nomeações e Vacâncias de Técnicos Administrativos

Tabela 58 – Contratações de Docentes Substitutos, Visitantes e Temporários

Tabela 59 – Número de Docentes da Carreira do Magistério afastados para capacitação ou cedidos

Tabela 60 – Número de Técnicos Administrativos afastados para capacitação ou cedidos

Tabela 61 – Distribuição dos servidores técnicos administrativos da UFRN por classes sociais

Tabela 62 – Distribuição dos servidores docentes efetivos (1º, 2º e 3º graus) da UFRN por classes sociais

Tabela 63 – Distribuição dos servidores técnicos administrativos e docentes efetivos (1º, 2º e 3º graus) da UFRN por classes sociais

Tabela 64 – Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Renovação do quadro docente no período 2003-2011
- Figura 2 – Número de vagas oferecidas no vestibular
- Figura 3 – Número de alunos matriculados na graduação presencial
- Figura 4 – Número de cursos de mestrado
- Figura 5 – Número de cursos de doutorado
- Figura 6 – Número de matriculados no mestrado
- Figura 7 – Número de matriculados no doutorado
- Figura 8 – Número de dissertações de mestrado
- Figura 9 – Número de teses de doutorado
- Figura 10 – Número de grupos de pesquisa
- Figura 11 – Número de projetos de pesquisa
- Figura 12 – Ações de Extensão Universitária
- Figura 13 – Área construída do campus central
- Figura 14 – Evolução da capacidade de fornecimento de água no campus central
- Figura 15 – Evolução da capacidade de fornecimento de energia elétrica no campus central
- Figura 16 – Evolução da despesa mensal com telefonia móvel em 2011
- Figura 17 – Evolução da expansão da telefonia móvel da UFRN x Custo médio mensal por terminal
- Figura 18 – Reflexo da licitação de 2011 e dos controles gerenciais obre a despesa mensal média por terminal
- Figura 19 – Evolução da despesa anual com telefonia (fixa e móvel)
- Figura 20 – Evolução anual da despesa com serviços de vigilância
- Figura 21 – Tendência da evolução da despesa com serviços de vigilância
- Figura 22 – Evolução anual da despesa com serviços de limpeza
- Figura 23 – Tendência de crescimento da despesa com a terceirização da limpeza
- Figura 24 – Evolução da despesa com a terceirização dos serviços de apoio
- Figura 25 – Tendência de crescimento da despesa com a terceirização dos serviços de apoio
- Figura 26 – Evolução da Execução Orçamentária 2011 (Aquisição de Acervo Bibliográfico)
- Figura 27 – Execução orçamentária em 2011 dos contratos de aquisição de acervo bibliográfico
- Figura 28 – Execução física em 2011 dos contratos de aquisição de acervo bibliográfico
- Figura 29 – Evolução anual dos tombamentos de livros no SISBI-UFRN
- Figura 30 – Evolução da execução físico-orçamentária relativa aos tombamentos decorrentes de contratos

Figura 31 – Total de Títulos e Exemplares Tombados no ano de 2011 (relatório SIPAC em 02/03/2012)

Figura 32 – Quantitativo de servidores efetivos e temporários

Figura 33 – Evolução do Quadro de Pessoal (2002-2011)

Figura 34 – Quantitativo de servidores efetivos e temporários por Campi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	27
2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.....	29
2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade.....	29
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	38
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UFRN	48
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	48
2.3.2 Execução física das Ações realizadas	48
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	191
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	191
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	191
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	193
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	202
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	208
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	209
2.4.7 Indicadores Institucionais	211
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	214
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	214
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	216
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	216
5. RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....	217
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	229
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	229
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	230
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	231
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	232
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	232

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	233
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	233
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	233
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	234
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	235
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	237
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	237
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	239
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	240
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	241
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	242
6. TRANSFERÊNCIAS.....	248
6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	248
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	248
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	249
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	250
6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse	251
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	253
6.3 Análise Crítica.....	255
7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	259
8. DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL	262

9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	263
10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	265
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ	267
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	269
13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	270
13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo	270
13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	270
13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	271
14. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCL.....	272
15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	344
15.1 Declaração do Contador com Ressalva.....	356
16. INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES.....	357
17. RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA – FUNPEC	378

INTRODUÇÃO

O presente relatório objetiva apresentar os resultados das ações realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no período de 2011, que integram os programas governamentais, permitindo uma avaliação de seus avanços em consonância com a sua missão institucional e os princípios norteadores de sua atual gestão, centrados na Ética, na Democracia, no Pluralismo e no Respeito à Diversidade.

Em cumprimento as orientações da Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010; a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010; a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 117, de 01 de dezembro de 2010 e a Portaria do Tribunal de Contas da União – TCU nº123, essas normas e portarias orientam o preenchimento do conteúdo do relatório de gestão referente ao exercício de 2011.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, presta contas do desempenho de sua gestão com responsabilidade social, no planejamento em longo e médio prazo, que se encontram expresso no PDI 2010-2019 e no Plano de Gestão 2011-2015, no processo de avaliação institucional e nas políticas institucionais.

No que se refere à responsabilidade social da instituição, constata-se melhoria dos indicadores da assistência ao estudante com a execução da Política do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES-MEC, com o aumento de 271% na concessão de bolsas de permanência, ampliação e adequação das residências e dos restaurantes universitários. São também ações afirmativas, a criação da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais - CAENE, o argumento de sua inclusão no vestibular e ingresso via Sistema de Seleção Unificada do MEC. Os trabalhos sociais de extensão universitária como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET Saúde, a Conexão dos Saberes e outros, resultam no estabelecimento de propostas para as Políticas Institucionais.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte tem avançado consideravelmente na modernização da gestão universitária com o planejamento de médio e longo prazo. Instrumentos como o 2º Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2009-2019) e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, permitindo o balizamento orientador das ações da gestão e os resultados do programa de avaliação institucional que fundamentam o processo de tomada de decisões.

Em 2011, foram implementados três novos programas estruturantes: Meio Ambiente e Qualidade de Vida; Gestão de Pessoas; Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Estratégico. Trata-se de proposições inovadoras para enfrentar os desafios emergentes e consolidar os avanços da UFRN.

De acordo com a Lei nº 10. 861 de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em novembro de 2011, foi avaliada por uma Comissão designada pelo INEP/MEC para ser recredenciada, conforme análise das dimensões definidas para avaliação externa, tendo obtido a média 5 (cinco), nota máxima, atribuída a uma Instituição Pública de Ensino Superior.

O relatório está consubstanciado com os avanços alcançados a partir das ações desenvolvidas, dificuldades detectadas e medidas tomadas para sua resolutividade. O seu conteúdo contempla ainda, apêndices e cálculos dos indicadores institucionais que se constituem de grande relevância para as decisões a serem tomadas pela Universidade e para o enfrentamento de novas conquistas.

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado (Quadro A.1.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação completa: Universidade Federal do Rio Grande do Norte			
Denominação abreviada: UFRN			
Código SIORG: 417	Código LOA: 26243	Código SIAFI: 153103	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(84) 3215-3119	(84) 3215-3126	(84) 3215-3131
E-mail: secretariado@reitoria.ufrn.br			
Página na Internet: www.ufrn.br			
Endereço Postal: Avenida Senador Salgado Filho, 3.000, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.078-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte		Ativa	–
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, criada pela Lei Estadual nº 2.307, de 25 de junho de 1958, federalizada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com plano de reestruturação aprovado pelo Decreto nº 62.091, de 09 de janeiro de 1968, modificado pelo Decreto nº 74.211, de 24 de junho de 1974, é uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério de Educação, com sede e foro na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
A Universidade rege-se pelos seguintes instrumentos normativos: 1) Estatuto, publicado no Diário Oficial da União nº 173 – Seção 1, de 06 de setembro de 2002; 2) Regimento Geral; 3) Regimento Interno da Reitoria; 4) Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional; 5) Demais normas emanadas dos Colegiados Superiores.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Plano Geral de Ação 2007/2011 e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010/2019			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
153103	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN		
153104	Hospital Universitário Ana Bezerra – HUAB		
153107	Centro de Ciências da Saúde – CCS		
153108	Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL		
153109	Centro de Biociências – CB		
153110	Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC		
153111	Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET		
153112	Centro de Tecnologia – CT		

153113	Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
153252	Hospital de Pediatria Professor Heriberto Ferreira Bezerra – HOSPED
153253	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
153977	Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES
150426	Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN – CHS
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
15234	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
153103	15234
153104	15234
153107	15234
153108	15234
153109	15234
153110	15234
153111	15234
153112	15234
153113	15234
153252	15234
153253	15234
153977	15234
150426	15234

2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade

Competência Institucional

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN foi criada pela Lei Estadual nº 2.307, de 25 de junho de 1958 e federalizada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com plano de reestruturação aprovado pelo Decreto nº 62.091, de 09 de janeiro de 1968, modificado pelo Decreto nº 74.211, de 24 de junho de 1974. É uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. Com as autonomias didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial garantidas pelo Artigo 207 da Constituição Federal, a Instituição rege-se pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Regimento Interno da Reitoria;
- IV. Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional;
- V. Demais normas emanadas dos Colegiados Superiores.

A Universidade, atendendo as prerrogativas do Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior – SESu executa as políticas de ensino de graduação e pós-graduação pesquisa e extensão, desenvolve de forma plural, um processo formativo nos diferentes campos do saber, difundi o conhecimento preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribui para a solução dos problemas sociais econômicos da sociedade. Além da preocupação com melhoria da qualidade acadêmica mantém articulação com a rede básica de ensino e com a sociedade de um modo geral. A UFRN compromete-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania; de preservar e difundir as artes e a cultura.

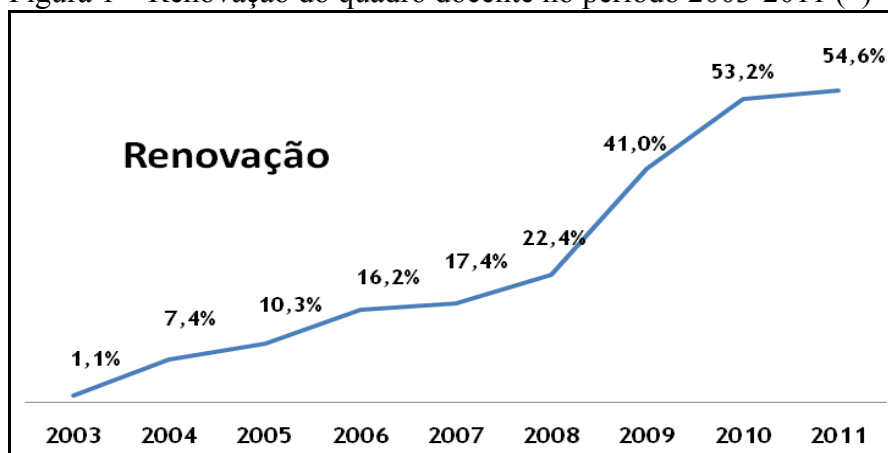
O ensino superior contribui para promover o desenvolvimento humano, econômico, ambiental e social, através da formação de cidadãos responsáveis e ativos na construção de sociedades orientadas a defender a paz, os direitos humanos e os valores da democracia. Assim, a Universidade assume dentre as suas competências, a democratização do acesso ao ensino superior tendo como suporte o seu Plano Geral de Ação – 2007/2011 e 2011/2015.

Nos últimos 8 anos – 2003/2011, considerando o ano base de 2002, o número de professores era 1.475, sendo 168 graduados, 285 especialistas, 539 mestres e 483 doutores e em 2011, o número de professores é de 1.918 (setembro/2011), sendo 26 graduados, 135 especialistas, 423 mestres e 1.334 doutores. O número de doutores passou de 32,7% para 68,8%, representando um crescimento da ordem de 36,1%, enquanto o número de professores graduados decresceu de 11,4% para 1,7% dos respectivos totais. Esses dados refletem o crescimento de mestres e doutores, como consequência da política de incentivo e capacitação docente da universidade.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, a grande renovação do corpo docente da UFRN tem como marca o período de 2007 a 2011, com a adesão ao REUNI (em 2007) e com a criação do banco de equivalência. A Universidade exerce sua autonomia e repõe as vagas docentes com uma política interna coordenada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI, cujas vagas para os departamentos estão subordinadas ao desempenho dos mesmos.

Considerando o ano de 2002 como base, a taxa de renovação do corpo docente efetivo alcançou 54,6% em 2011, ou seja, mais da metade dos professores foram contratados nos 8 últimos anos, conforme pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Renovação do quadro docente no período 2003-2011 (*)



Fonte: Pró-Reitoria de Recursos Humanos/UFRN.

(*) Ano base: 2002. Até setembro de 2011.

Atualmente, dos 3.205 servidores técnico-administrativos da UFRN, 53,2% tem formação superior completa e 32,2% completaram o Ensino Médio. No final deste item será apresentado o quadro 3 com os indicadores de desempenho da UFRN, com o número de docentes e suas respectivas titulações, bem como o número de técnicos administrativos.

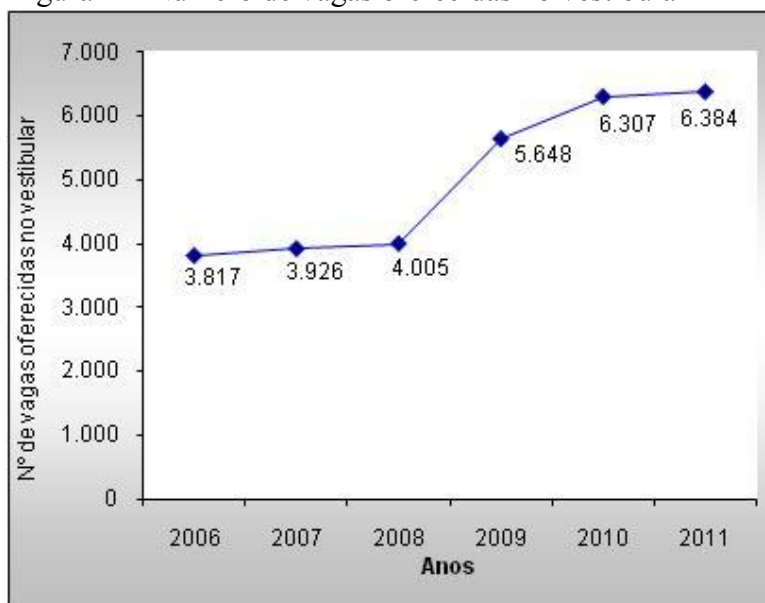
A UFRN conta com 127 cursos de graduação sendo 120 na modalidade presencial e 7 cursos a distância com 28.223 alunos matriculados. Com 84 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo 54 em nível de mestrado e 30 em nível de doutorado, e mais 68 cursos *lato sensu*, 40

cursos de especialização, e 35 residências em saúde sendo, 30 residências médicas, 1 bucomaxilofacial e 4 residências multiprofissionais.

A grande expansão da Universidade, em relação à suas atividades fins, serão apresentadas em gráficos nas páginas seguintes.

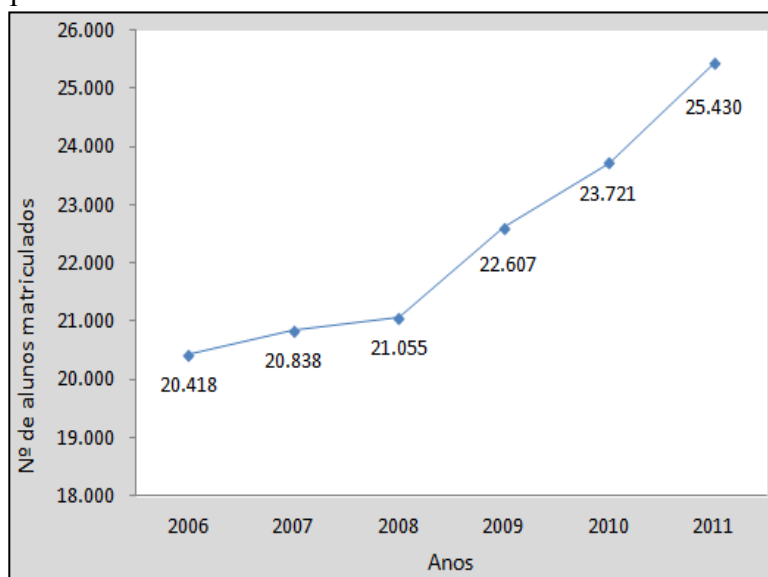
As Figura 2 e 3, a seguir, referentes ao número de vagas, ao número de matriculados no período 2006 a 2011 expressam o crescimento da universidade no ensino de graduação presencial destacando-se esse aumento de vagas e matrículas após adesão ao REUNI conforme dados revelados a partir de 2008.

Figura 2 – Número de vagas oferecidas no vestibular



Fonte: PROPLAN/ UFRN.

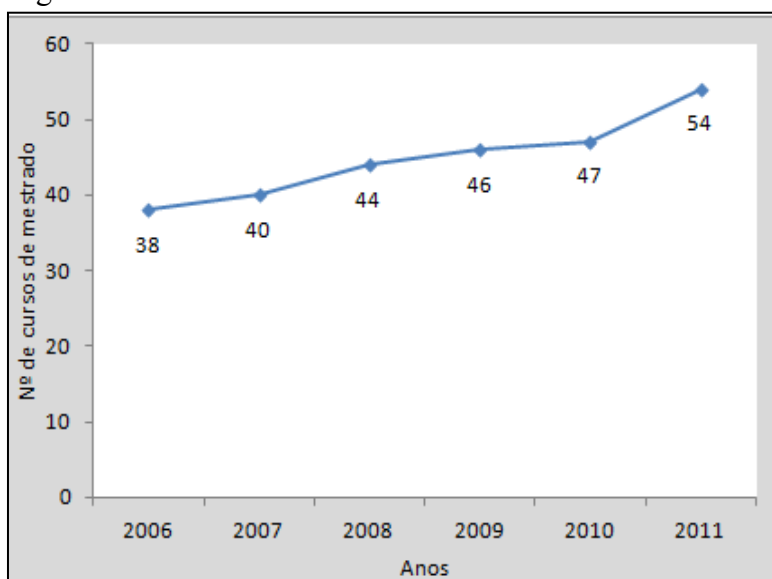
Figura 3 – Número de alunos matriculados na graduação presencial



Fonte: PROPLAN/ UFRN.

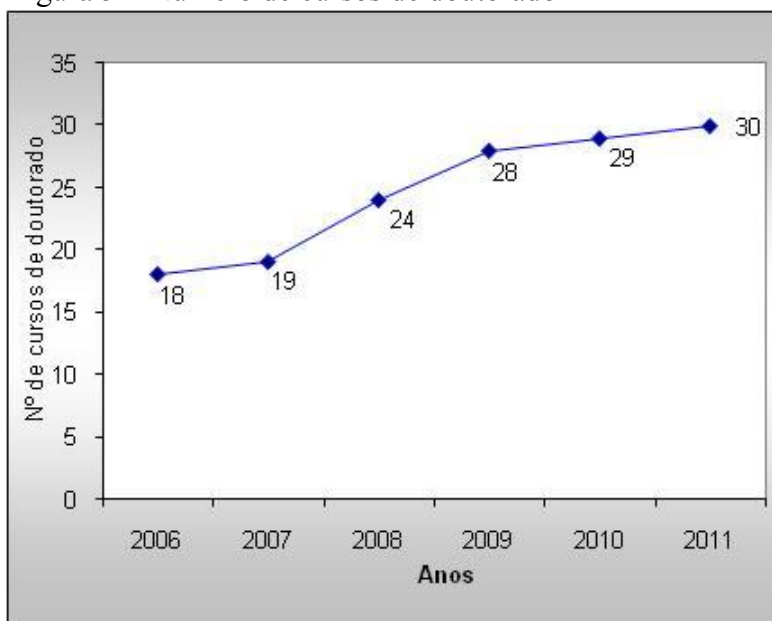
Em relação às áreas de pesquisa e de pós-graduação, a UFRN coordena o maior grupo de projetos de pesquisa e de cursos de pós-graduação no Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável por 45% das matrículas no ensino superior e por 92% das matrículas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. No período 2006 a 2011, foram criados 17 cursos de mestrado, um crescimento de 44,7%, e 14 cursos de doutorado, aumento de 77,8%. No total os cursos de pós-graduação *stricto sensu* cresceram 42% no período, passando de 56 em 2006 para 84 em 2011, conforme figuras a seguir.

Figura 4 – Número de cursos de mestrado



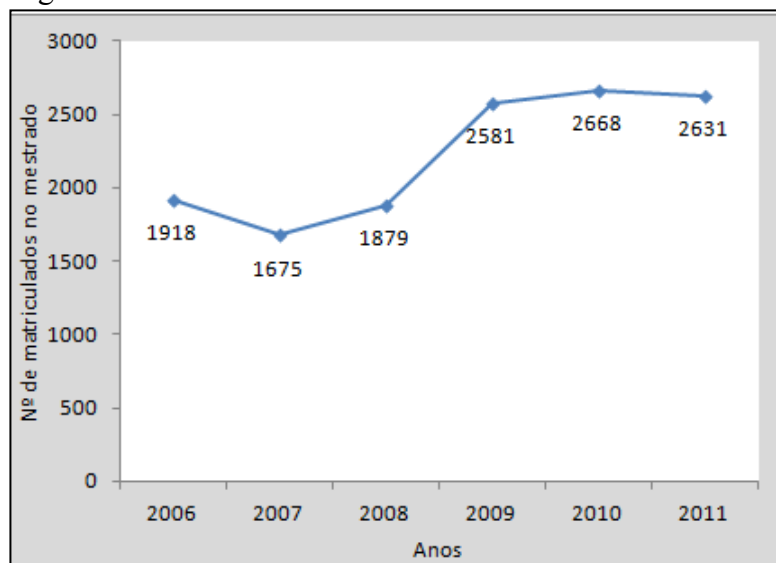
Fonte: PROPLAN/ UFRN.

Figura 5 – Número de cursos de doutorado



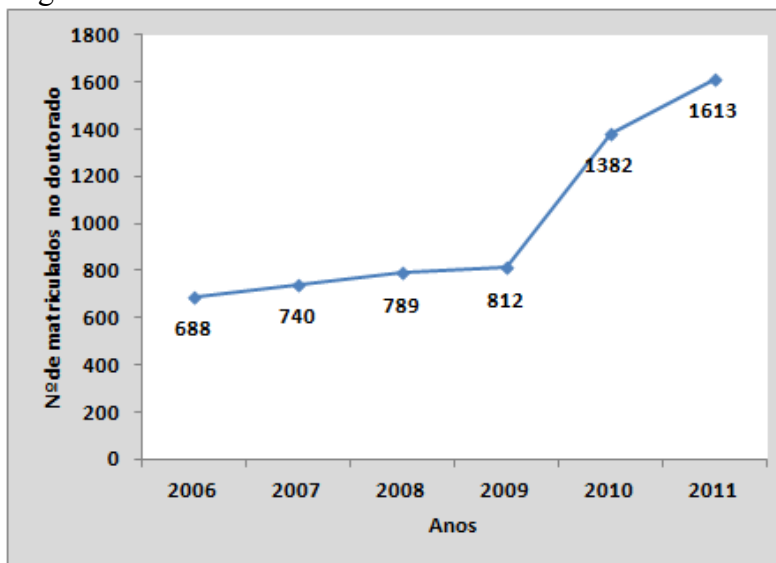
Fonte: PROPLAN/ UFRN.

Figura 6 – Número de matriculados no mestrado



Fonte: PROPLAN/ UFRN.

Figura 7 – Número de matriculados no doutorado

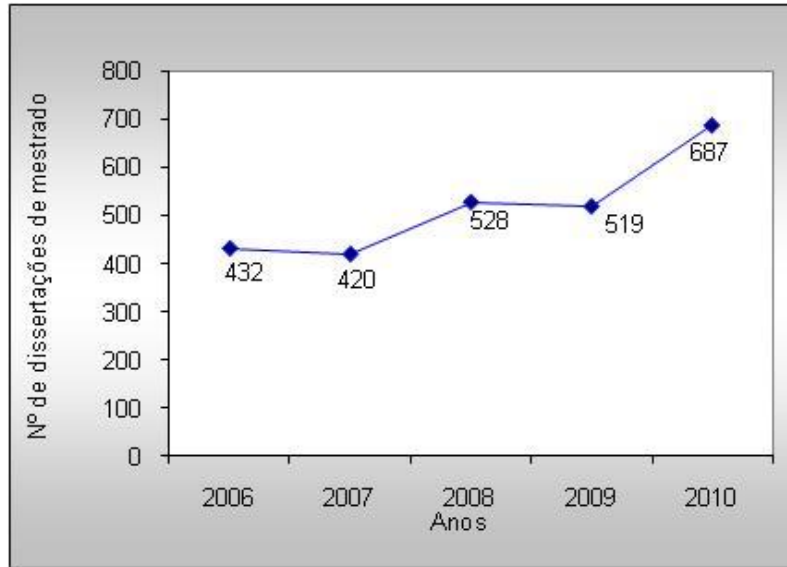


Fonte: PROPLAN/ UFRN.

Percebe-se das Figuras 6 e 7 acima, que a diminuição do número de matriculados no mestrado vai se refletir conseqüentemente no aumento do número de matriculados no doutorado.

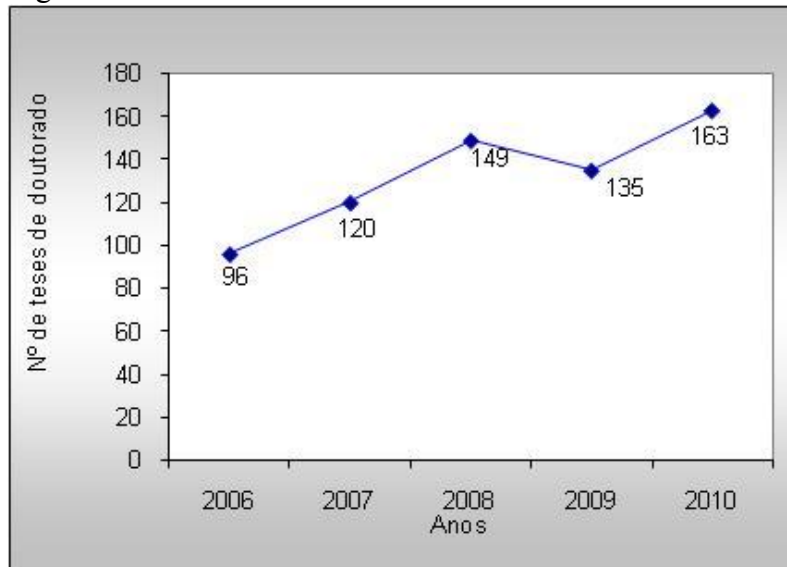
No período 2006 a 2010, a UFRN qualificou com pós-graduação *stricto sensu* 3.249 pessoas, sendo 2.586 mestres e 663 doutores.

Figura 8 – Número de dissertações de mestrado



Fonte: PROPLAN/ UFRN.

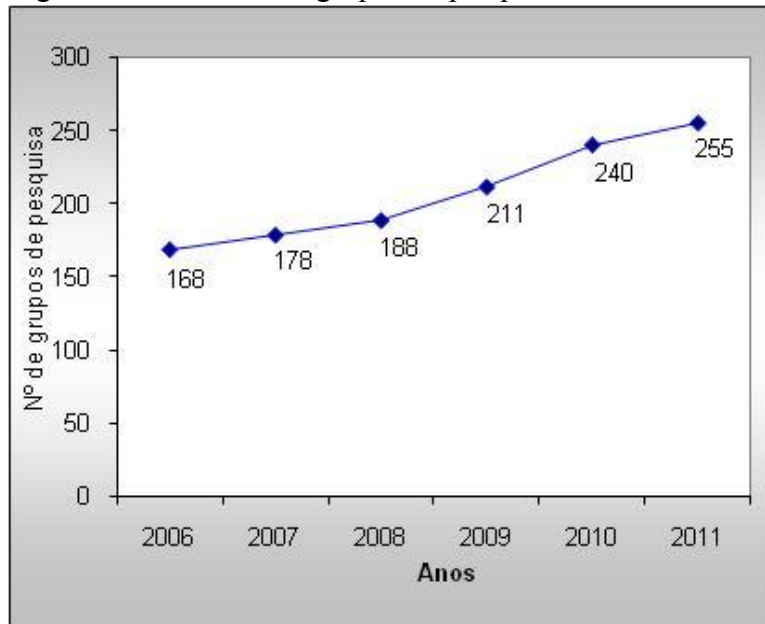
Figura 9 – Número de teses de doutorado



Fonte: PROPLAN/ UFRN.

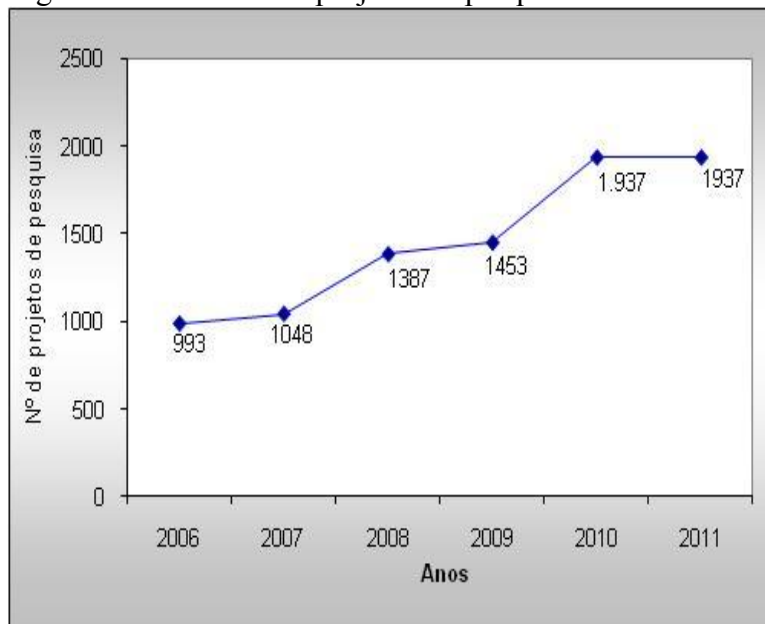
Os avanços na pesquisa em termos numéricos foram bastante expressivos conforme apresentados nas Figuras 10 e 11, a seguir. Em 2011 estão em execução 255 grupos de pesquisa que desenvolvem 1.937 projetos.

Figura 10 – Número de grupos de pesquisa



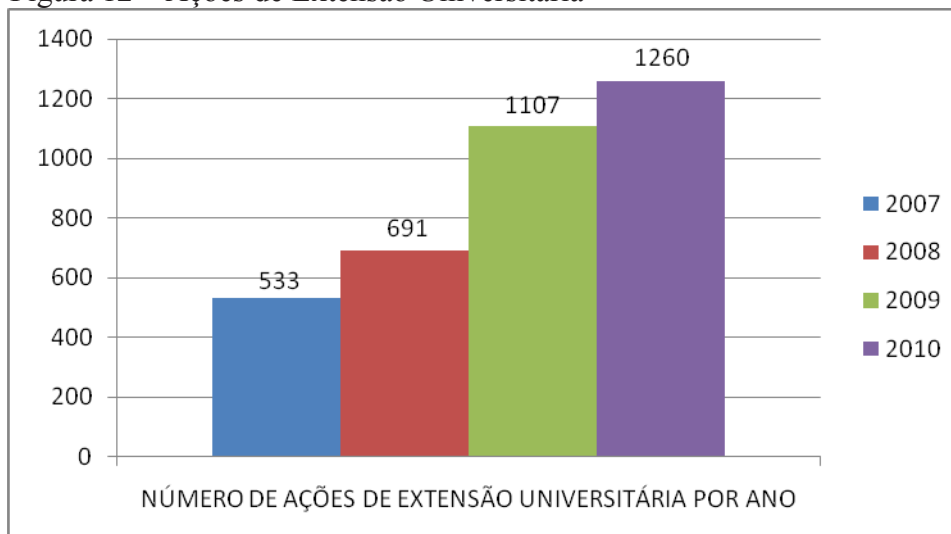
Fonte: PROPLAN/ UFRN.

Figura 11 – Número de projetos de pesquisa



Fonte: PROPLAN/ UFRN.

Figura 12 – Ações de Extensão Universitária



Fonte: PROEX

No período de 1999 a 2011, incluindo a execução do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional, houve grande expansão da UFRN conforme expressam os dados institucionais relativos a esse período.

Tabela 1 – Indicadores de Desempenho no Período 1999-2011

INDICADORES	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2010	2011	2003 / 2011%
NÚMERO DE VAGAS									
Vagas ofertadas no vestibular na graduação presencial	3.110	3.514	3.705	3.744	3.926	4.005	6.307	6.384	72,3
Vagas ofertadas no vestibular na graduação a distância	-	-	-	1.560	1.210	700	1.280	420	-
NÚMERO DE DIPLOMADOS									
Alunos diplomados na graduação presencial	1.640	1.889	2.542	2.551	2.865	2.985	2.892	-	13,77(*)
Alunos diplomados na graduação à distância	-	-	-	-	-	36	406	73	-
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS									
Graduação Presencial	15.763	15.985	17.335	18.660	20.838	22.607	23.721	25.430	46,7
Graduação a Distância	-	-	—	1.560	2.272	2.708	3.483	2.793	—
SUBTOTAL	15.763	15.985	17.335	20.220	23.110	25.315	27.204	28.223	62,8
Pós-Graduação (Mestrado)	781	1.072	1.367	1.797	1.675	2.581	2.668	2.631	92,5
Pós-Graduação (Doutorado)	133	275	542	586	740	812	1.382	1.613	197,6
Pós-Graduação (Especialização)	1.640	1.762	1.780	1.981	2.507	2.751	2.596	1.512	-15,1
Pós-Graduação (Residência Médica)	70	68	67	101	120	130	138	214	219,4

SUBTOTAL PÓS-GRADUAÇÃO	2.624	3.177	3756	4465	5.042	6.274	6.784	5.328	41,9
Ensino Médio Profissionalizante	194	1.156	965	1.212	942	919	971	1.056	9,4
Ensino Médio	242	200	160	280	351	351	207	34	-78,8
Educação Infantil	419	405	345	361	367	357	370	368	6,7
SUBTOTAL INFANTIL E MÉDIO	855	1.761	1.470	1.853	1.660	1.627	1.548	1.458	-0,8
TOTAL DE ALUNOS	19.242	20.923	22.561	26.538	29.812	33.216	35.536	35.009	55,2
NÚMERO DE CURSOS									
Graduação Presencial	52	50	53	53	53	71	113	120 ^(**)	126,4
Graduação a Distância	-	-	—	3	5	7	7	7	—
SUBTOTAL GRADUAÇÃO	52	50	53	56	58	78	120	127	139,6
Pós-Graduação (Mestrado)	26	31	31	35	40	46	47	54	74,2
Pós-Graduação (Doutorado)	7	9	12	15	19	28	29	30	150,0
Pós-Graduação (Especialização)	65	60	52	44	40	43	40	40	-23,1
Pós-Graduação (Residência Médica e Multiprofissional)	9	9	11	18	21	21	22	35	218,2
SUBTOTAL PÓS-GRADUAÇÃO	107	109	106	112	120	138	138	159	50,0
Ensino Médio Profissionalizante	1	5	4	6	8	7	9	10	150,0
Ensino Médio	1	1	1	1	1	1	1	1	0,0
Educação Infantil	2	2	2	2	2	2	2	2	0,0
SUBTOTAL INFANTIL E MÉDIO	4	8	7	9	11	10	12	13	85,7
TOTAL DE CURSOS DA UFRN	163	167	166	177	189	226	270	299	80,1
DADOS DA PESQUISA E EXTENSÃO									
Ações de Extensão	526	675	1.010	902	593	1.091	1.197	—	18,5 ^(*)
Grupos de Pesquisa	96	124	150	163	181	194	207	255	70,0
Projetos de Pesquisa	559	712	948	945	1048	1.453	1.937	—	104,3 ^(*)
DADOS DOS SERVIDORES									
Docentes permanentes de 3º grau	1.495	1.472	1345	1406	1424	1.640	1868	1.918	42,6
Titulação de Docentes Doutores de 3º grau	368	480	550	669	792	1.085	1.267	1.320	140,0
Titulação de Docentes Mestres de 3º grau	543	539	469	437	393	385	431	430	-8,3
Docentes permanentes de Ensino básico, técnico e tecnológico	128	130	131	127	141	170	187	185	41,2
Técnico-Administrativos dos Hospitais	1162	1251	1230	1.328	1326	1194	1152	1119	-9,0
Técnico-Administrativos das outras unidades	2272	2028	1843	1.935	1839	1918	2031	2088	13,3
Total de Técnico-Administrativos	3.434	3.279	3.073	3.263	3.165	3.112	3.183	3.207	4,4
Orçamento de Custeio e Investimento realizado (Recursos do Tesouro)	19.497.890	-	15.911.142	39.452.591	50.085.323	85.203.809	124.268.945	—	681,0

Fonte: PROPLAN.

(*) Percentual calculado em relação a 2010.

(**) A partir de 2010, os cursos passaram a ser contabilizados, pelo MEC, por turno e modalidade acadêmica.

(**) Do total de 120 cursos de graduação presencial, 6 destinam suas vagas ao Programa ENEM/SISU e 8 são destinados aos alunos do Bacharelado em Ciência e Tecnologia.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A responsabilidade social conforme proposta no PDI se realiza de forma coerente e consistente nas várias políticas institucionais, metas e ações de inclusão social, de desenvolvimento econômico, social e cultural, produção artística, e de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Ao longo do tempo, a UFRN vem construindo, de forma consistente, uma ponte entre a Instituição e a sociedade quando definiu e vem desenvolvendo 14 programas estratégicos os quais, além de fortalecer e criar grupos qualificados dão resposta às demandas da sociedade nordestina. Esses programas serão detalhados no item 2.5.

O meio ambiente é um novo desafio para a UFRN, incorporado a missão institucional no PDI 2010/2019 para superar o conjunto de ações sociais de sustentabilidade socioambiental fragmentadas tais quais os projetos de: organização do espaço citadino, Sociedade e meio ambiente – análise da desertificação no Seridó potiguar entre outros e o Projeto Ambiental da UFRN. O Plano de Gestão 2011-2015 definiu como um dos seus Programas Estruturantes Meio Ambiente e Qualidade de Vida, com um conjunto de ações e ou diagnósticos que constarão de uma Agenda para superação em 2012. Foi criado também o Programa Estruturante Gestão de Pessoas e iniciado o dimensionamento da força de trabalho.

Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas institucionais.

A responsabilidade social da UFRN conforme apresentada em seu PDI 2010-2019 está coerente com os documentos oficiais (Resoluções, Projetos e Políticas institucionais e Programas Estruturantes). As ações previstas são:

- Políticas de Inclusão social;
- Criação de novos cursos para o ensino de graduação e pós-graduação;
- Criação de núcleos temáticos que articulam grupos de pesquisa e profissionais na sua relação interna e externa;
- Ações de sustentabilidade ambiental;
- Assistência estudantil apoiada no PENAES
- Formação academicamente sólida e integral de profissionais em uma perspectiva ética e cidadã.

Relações da UFRN com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho

Um dos programas relevantes pela sua atuação social e formativa é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID, que promove a articulação da universidade

com a rede básica na perspectiva de valorização da docência e da promoção de experiências significativas no âmbito de formação inicial e continuada de professores, tendo como objetivo a melhoria da qualidade da educação. Em 2011 o PIBID desenvolve atividades em 16 escolas estaduais e 5 municipais, com 352 bolsas para graduando, 28 bolsistas supervisores, professores das escolas envolvidas e 14 professores coordenadores de área – bolsistas da UFRN. O PIBID em 2011 atende a 14 licenciaturas.

Nos anos de 2009 e 2010, focaram a aproximação com a Secretaria Municipal de Educação de Natal, de Caicó e Currais Novos. Foram realizados as seguintes atividades: o III Seminário de Formação de Professores com 214 participantes, 1 Encontro com professores do Cursos de Licenciatura com 127 participantes, 1 Encontro sobre Projeto de Estágio e consolidação das licenciaturas, com 81 participantes, Minicursos para professores da rede básica de ensino Estadual e Municipal e licenciados dos Campi Central, Caicó e Currais Novos, com 35 temas e 1.200 participantes. Oficinas para professores do ensino básico, 152 participantes.

Os projetos PET no âmbito da UFRN atuam em cinco grupos: PET-SESu, PET-Saúde da Família, PET-Vigilância em Saúde, PET-Saúde Mental e PET-Conexões de Saberes. Embora cada uma tenha especificidades de atuação, todos têm como meta propiciar aos alunos participantes a realização de atividades curriculares e as vivências de integração com o mundo do trabalho.

A inserção da universidade na sociedade pode ser observada, igualmente, pela articulação interna e externa entre os grupos de pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e pela criação dos Núcleos Temáticos como os de Aqüicultura e Pesca e o de Petróleo e Gás Natural - áreas prioritárias para economia do RN, nas quais a UFRN se destaca pela atuação junto a outras universidades, empresas e órgãos de fomento como Petrobrás, FINEP, FAPERN, CNPQ, dentre outros.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte ampliou em 136,39% o número total de ações de extensão universitária entre os anos de 2007 e 2010. Os dados revelam que a universidade está investindo cada vez mais na aproximação com a sociedade norte-riograndense: em 2007 foram desenvolvidas 533 ações de extensão e em 2010 o número aumentou para 1.260, entre programas, projetos, cursos, eventos e produtos, culminando em 2011 com 1.329 ações.

Essas ações traduzem o compromisso social da Universidade, que busca intensificar a interação com as organizações sociais, seja no campo ou na cidade, fortalecendo parcerias e ampliando-se às demandas. São ações relacionadas à prestação de serviços à comunidade, ao apoio ao associativismo e à promoção artístico-cultural. Na prestação de serviços à comunidade, o Programa Trilhas Potiguares (criado em 1995) continuou sendo um ícone da interiorização da extensão universitária no Estado, atuando em 2011 em 19 municípios do Estado do RN envolvendo

a participação de 350 alunos dos mais diversos cursos da UFRN face ao caráter multidisciplinar do Programa.

O apoio ao associativismo e ao cooperativismo é desenvolvido a partir do incentivo a iniciativas de geração de oportunidades de trabalho e renda em vários segmentos, além da prestação de assessoria em atividades já desenvolvidas. Principais atividades realizadas: estudos sobre a cadeia produtiva da apicultura com o objetivo de promover articulações e o desenvolvimento desta atividade na perspectiva da economia solidária em todas as microrregiões do Estado; atividades da Incubadora de Iniciativas de Empreendimentos Solidários – INICIES, que desenvolve atividades com agricultores familiares da Região do Mato Grande (piscicultura e ovinocultura), com rendeiras da Vila de Ponta Negra, e mineradores do município de Equador, que trabalham com o caulim; e as atividades do Programa Trabalho, Educação e Cultura no Campo – PROTEC, que desenvolve atividades em assentamentos de reforma agrária da Região do Mato Grande, assessorando a criação da tilápia, de ovinos, de abelhas e de galinhas caipiras. Dessa forma, foi estabelecida uma parceria entre assentados e a Central de Abastecimento – CEASA para a comercialização da tilápia (Disk Tilápia).

Relações com a sociedade: inclusão social.

A inclusão social constitui-se um avanço com ações relativas a isenção da taxa de inscrição no vestibular e o argumento de inclusão para os alunos da rede pública do ensino público, com bolsas de apoio à permanência nos cursos, atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais entre os estudantes ingressantes.

Em 2011, a isenção da taxa de inscrição do vestibular passou de 10.846, no vestibular de 2008, para 14.404. Este incremento de inscritos da população oriunda principalmente da rede pública de ensino foi decorrência da expansão de vagas empreendida pela instituição através do REUNI e do trabalho de ampla divulgação institucional realizado junto às comunidades. A divulgação incluiu ações variadas, objetivando levar ao conhecimento de alunos do Ensino Médio e público em geral a oferta dos cursos de graduação, as vias de acesso e da política de inclusão institucional. Com o argumento de inclusão (AI), entre 2006 a 2011 foram beneficiados 2.052 alunos.

O Cursinho da UFRN consiste no oferecimento de curso preparatório para o Vestibular da UFRN, com o objetivo de ampliar as expectativas e oportunidades de acesso dos estudantes de escolas públicas à Universidade.

Em 2011, a UFRN adotou, gradativamente, outra forma de acesso tomando como referência o Sistema de Seleção Unificada – SISU, cujo parâmetro é o Exame Nacional de Ensino

Médio – ENEM. Foram ofertadas 245 vagas para ingresso no primeiro semestre de 2011 com ocupação plena.

A UFRN tem cumprido as determinações da Política Nacional de Educação Especial. Cinco docentes, com formações específicas, foram contratados para ministrar a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Em 2010, 96 docentes, técnicos e gestores participaram de cursos oferecidos pela Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Especiais – CAENE.

Nos últimos anos, a UFRN vem desenvolvendo ações estruturantes para avançar na busca da qualidade e na internacionalização, com desenvolvimento da ciência, inovação tecnológica, inclusão social e o fortalecimento da interação com a sociedade e governos. Estas iniciativas criam cenários academicamente estruturantes, envolvem a interação entre as grandes áreas do conhecimento e abrem inúmeras possibilidades de atuação futura. São eles:

1. Plano de Reestruturação e Expansão da UFRN – REUNI.
2. Instituto do Cérebro da UFRN
3. Instituto Internacional de Física da UFRN.
4. Instituto Metrópole Digital.
5. Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).
6. Núcleo de Petróleo e Energias Renováveis.
7. Instituto de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas - ÁGORA.
8. Secretaria de Educação a Distância - SEDIS.
9. Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte - IMTRN.
10. Instituto de Desenvolvimento de Estudos Interdisciplinares Avançados – IDEIA (em projeto).
11. Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários da UFRN – REHUF.
12. Programa de Estudos e Proposições sobre o Semiárido (em projeto).
13. Programa Institucional de Formação Continuada de Professores das Redes de Ensino Básico.
14. Programa de Desenvolvimento em Ciências Marinhas, Aquicultura e Pesca do Rio Grande do Norte (em projeto).

Relação da UFRN com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A Universidade demonstra sua preocupação com o desenvolvimento da consciência ecológica e com a sustentabilidade do meio ambiente. Em 16 de maio de 2008 foi instituída pela Portaria nº 338 do Reitor, a Comissão de Gestão do Espaço Físico da UFRN – CGEF, para funcionar como órgão consultivo e deliberativo nas matérias relacionadas ao uso dos espaços

urbanos da UFRN. Dessa forma, objetivou-se garantir a qualidade do ambiente natural e construído, tendo como base a aplicação do Plano Diretor do Campus Universitário Central, do Plano Diretor da Cidade do Natal e de outras leis pertinentes, quando da realização de intervenções no espaço físico da Universidade.

A produção artístico-cultural, destacada na Missão da UFRN é composta por ações oriundas da atuação de representantes das linguagens artísticas em processos de discussão e deliberação de ações do Núcleo de Arte e Cultura, ressaltando-se aquelas relacionadas à elaboração e avaliação das propostas pleiteantes ao Edital de Artes Visuais para uso da Galeria e ao Edital dos Grupos Permanentes de Arte e Cultura. Também merece destaque a realização na UFRN enquanto sede da 62ª edição da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho de 2010 no que se refere ao desenvolvimento de uma política cultural um dos eixos da ação extensionista da UFRN corresponde à consolidação dos Grupos Permanentes de Arte e Cultura, entendidos como coletivos que investigam as linguagens artísticas e que socializam os seus resultados, sobretudo, por meio de apresentações para a comunidade acadêmica e para outros setores da sociedade, contribuindo, assim, com a formação artístico-cultural de estudantes, professores e funcionários, bem como, com a formação de platéias em outros contextos, nos quais os grupos permanentes expõem suas criações.

Planejamento e Avaliação Institucional

Para alimentar o processo de planejamento da UFRN a estratégia foi utilizar o Programa de Avaliação Institucional estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Constituiu-se num processo permanente para o aperfeiçoamento, a reflexão e a redefinição da missão, dos objetivos e das prioridades da Instituição. Assim, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Plano Geral de Ação 2007/2011 e o Programa de Avaliação estão intimamente articulados, tendo como parâmetros: as políticas públicas e a sua interação com a política educacional; a legislação educacional vigente, em especial a Lei nº 9.394/96, atual LDB; o Projeto Pedagógico Institucional – PPI; e a concepção que norteia os planos, os projetos e os programas da Universidade.

A avaliação é parte integrante do processo de Planejamento institucional, tendo esta um papel estratégico para identificar áreas críticas e potencialidades da instituição com a participação dos segmentos: professores, estudantes e técnicos, no sentido de fazer proposições e/ou recomendações frente ao desenvolvimento do PDI.

A coordenação do processo de planejamento compete a PROPLAN tendo a CPA sua localização na estrutura desta Pró-reitoria, mas com autonomia na condução do processo de auto-avaliação institucional.

Em 2004, foi apresentado e aprovado o projeto de Avaliação Institucional que vem sendo executado ano a ano com revisão de ajustes dos seus procedimentos quando necessário. A cada unidade acadêmica avaliada (como departamentos, cursos, centros, etc.) ou a cada unidade isolada avaliada, o processo de avaliação tem como metodologia a análise do Plano que estava posto, levantamento dos dados referentes aos últimos 4 anos do objeto que está sendo avaliado. É feita a análise da parte legal desde a legislação nacional e as normas internas, a criação de subcomissões com integrantes do setor onde está sendo realizada a avaliação, construção e teste dos instrumentos, sua validação e aplicação dos mesmos.

Os resultados das avaliações são sistematizados e apresentados em Fóruns específicos para serem discutidos e para apresentação de sugestões e medidas a serem tomadas para superação ou aperfeiçoamento dos Planos Trienais das unidades e após realização dos Fóruns, os anexos aos Planos Trienais devem ser enviados a PROPLAN, no prazo máximo trinta dias.

Coerência do Planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.

O fortalecimento do processo de planejamento exigiu a construção de espaços de interlocução como fóruns e comissões. Foram criados, assim, os Fóruns de Chefes de Departamentos Acadêmicos, de coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como o fórum estudantil, além das comissões de energia, de orçamento, do meio ambiente, da autonomia universitária, do Estatuto e do Regimento da UFRN. Com a sociedade a instituição estabeleceu parcerias através de convênios, firmados tanto com o setor público quanto com o privado. Encontram-se em vigor atualmente, 394 convênios, todos voltados para as finalidades de ensino, pesquisa e extensão, sob a forma de cooperação técnico-científico ou prestação de serviço.

O Processo de Planejamento na instituição se estrutura em três grandes níveis hierárquicos: 1) Planejamento em longo prazo e que diz respeito ao todo da instituição, formalizado no Plano de Desenvolvimento Institucional 1999-2008 e no Plano de Ação - Gestão 2003/2007; 2) Em nível intermediário, temos os Planos de Ação dos Centros Acadêmicos e dos Hospitais Universitários; 3) Em nível operativo, os Planos Trienais dos Departamentos Acadêmicos, os Projetos Político Pedagógicos dos cursos de graduação e os Projetos de Pesquisa e Extensão. Para acompanhar o desempenho da Instituição há um conjunto de indicadores, e um Projeto de Autoavaliação, projeto este que é parte integrante do Sistema Nacional da Educação Superior – SINAES.

O processo de planejamento da UFRN estrutura-se em 3 níveis hierárquicos:

1. Nível Superior (estratégico)

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

- Plano Geral de Ação: Missão; Macro objetivos; Políticas Institucionais; Programas Estruturantes; Linhas Prioritárias de ações.

2. Nível Intermediário

- Plano de Ação dos Centros Acadêmicos;
- Plano de Metas das Pró-Reitorias, das Secretarias e das Superintendências;
- Planos dos Hospitais Universitários.

3. Nível Operacional

- Planos Trienais dos Departamentos Acadêmicos
- Projetos pedagógicos dos cursos de graduação
- Projetos de extensão e de pesquisa

Para dar suporte a todo o processo de planejamento, a UFRN dispõe dos seguintes bancos de dados: PRODOCENTE; SIGAA; SIPAC; SIGPRH; SIGPP; SIGED; SIGAdim.

Além destes recursos, a universidade anualmente coleta e consolida, em relatórios, informações para o *Censo do Ensino Superior* (Portaria MEC nº de 14/11/2002), parte do Sistema Integrado de Informações Superiores (SIEDSup) consolidado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

O *Censo do Ensino Superior* se constitui em um importante banco de dados, disponibilizado para a comunidade sob a forma de um documento, sendo utilizado internamente para acompanhamento e avaliação do desempenho institucional.

Outro instrumento de informação elaborado anualmente pela Universidade é o *Cadastro de Docentes*, institucionalizado pelo MEC e constituído pela relação nominal do corpo docente por titulação, carga horária e outras informações.

A tabela abaixo expressa o Índice Geral de Cursos (IGC) que representa a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação da Instituição. Entre as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES a UFRN, em 2009 foi a 2ª melhor Universidade do norte e nordeste e em 2010 encontra-se na terceira posição.

Tabela 2 – Índice Geral de Cursos da UFRN no período 2007-2010

INSTITUIÇÃO	ANO 2007		ANO 2008		ANO 2009		ANO 2010	
	IGC contínuo	IGC faixas	IGC contínuo	IGC faixas	IGC contínuo	IGC faixas	IGC contínuo	IGC faixas
UFRN	338	4	340	4	341	4	349	4

Fonte: PROPLAN.

A qualidade do ensino se difunde também na pesquisa científica e na pesquisa tecnológica. Segundo o índice SIR – Scimago Institutions Rankings (www.scimagoir.com) em 2010, que avalia as instituições de ensino superior pela atividade de pesquisa, a UFRN foi

classificada em 78º lugar entre 607 universidades iberoamericanas, em 35º lugar entre 489 universidades latino americanas e do Caribe e em 20º lugar em 109 universidades brasileiras.

Autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional da UFRN é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA -, contando com a participação das subcomissões, relativas a cada uma das dimensões delineadas pelo Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES- (Art. 3º da Lei Nº 10.851/04).

A avaliação do SINAES significa para a UFRN a continuidade e o fortalecimento de um programa de avaliação institucional, instituído em 1994, integrando o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB –. Mesmo com a mudança da política de avaliação do MEC, a partir de 1995, quando foi instituído o Exame Nacional de Cursos e a Avaliação das Condições de Oferta, a UFRN decidiu continuar com o seu programa de avaliação institucional. Assim sendo, a prática de autoavaliação apresentada neste documento não é algo que se inicia com o SINAES. Ela faz parte da cultura de avaliação da instituição e está incorporada ao processo de planejamento e na proposição de suas políticas.

Na metodologia, adotada no processo, constata-se que a autoavaliação das dez dimensões, previstas nas diretrizes do SINAES, não significa uma visão fragmentada da instituição. Orientada por um marco conceitual, que compreende as categorias da globalidade, legitimidade e respeito à diversidade, o processo de autoavaliação da UFRN, tem o rigor metodológico de estudar, analisar e discutir cada uma das dimensões como partes constitutivas de um contexto histórico-social que se desenvolve e se (re)produz. Além disso, a participação de todas as instâncias e segmentos da comunidade universitária permite a visão plural da instituição e, ao mesmo tempo, confere legitimidade ao processo.

Os resultados apresentados, focalizando as 10 dimensões demonstram o trabalho da CPA, que utiliza múltiplas abordagens, articuladas entre si, para caracterizar o perfil e a prática institucional expressa na rede de relações estabelecidas entre os vários segmentos e atores institucionais. Isso pode ser comprovado nos dados extraídos do Censo do Ensino Superior e do Cadastro de Docentes, nas percepções dos sujeitos acerca das condições subjetivas e objetivas de trabalho e sobre a relevância e a pertinência das práticas institucionais para o cumprimento da missão institucional da UFRN. Quando dos resultados das situações avaliadas, segue-se a apresentação de proposições para a melhoria e o aperfeiçoamento da instituição universitária.

A experiência de autoavaliação da UFRN deve ser entendida como um processo contínuo, geral e, ao mesmo tempo, específico, integrado e permanentemente crítico de seus próprios fundamentos teóricos e de seu enfoque prático. É, portanto, uma atividade intrínseca ao

processo de planejamento e um instrumento de gestão, que deve permitir o realinhamento permanente das políticas na direção do cumprimento de sua função social.

A metodologia da autoavaliação da UFRN baseia-se em três princípios norteadores: globalidade, que envolve todas as dimensões da instituição; legitimidade, que significa o reconhecimento da pertinência da avaliação por parte da comunidade universitária e o respeito à diversidade, que democratiza instrumentos, informações e amplia o diálogo, visando a troca de saberes e de alternativas para o aperfeiçoamento institucional.

Nesse sentido, o processo avaliativo consistiu em uma oportunidade privilegiada para que a comunidade universitária refletia sobre as suas atividades e possibilidades de conhecer e analisar criticamente a instituição em sua globalidade, propondo medidas para seu aperfeiçoamento, com vistas à qualidade acadêmica.

Após a aprovação do projeto de autoavaliação da UFRN, pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE, a divulgação foi intensificada e ampliada, utilizando-se cartazes, folder, o boletim “*on line*”, a rádio FM, a TVU e a “*home page*” da UFRN.

Para manter coerência com os princípios que norteiam a avaliação institucional, foi estabelecido, no Projeto, que a avaliação de cada dimensão é conduzida por uma subcomissão, designada pelo reitor. Assim sendo, cada uma dessas subcomissões, à luz das diretrizes do SINAES e seguindo as orientações do Projeto de Avaliação da UFRN, planeja a sua avaliação, adotando a investigação como fio condutor para o desenvolvimento dos trabalhos.

O reconhecimento da pertinência da autoavaliação no âmbito institucional se efetiva, particularmente, no esforço empreendido pela CPA e subcomissões, conduzindo os trabalhos de forma participativa, tanto na sua organização interna, incluindo professores, alunos e pessoal técnico administrativo como pelo envolvimento da comunidade universitária no desenvolvimento do processo (elaboração, preenchimento de questionários e discussão dos resultados nos fóruns acadêmicos, visando à superação de fragilidades e aperfeiçoamento da qualidade institucional). Após os resultados das avaliações, os encaminhamentos são feitos à PROPLAN para análise das sugestões e posteriormente a administração central para tomada de medidas, tendo em vista a melhoria na qualidade de ensino.

A sistematização das autoavaliações nas 10 dimensões definidas pelo SINAES, culmina com a elaboração de relatórios parciais, tendo como foco central a consolidação da autoavaliação, por meio dos procedimentos já mencionados: levantamento de dados da instituição e estudo de documentos e das percepções dos atores envolvidos com o processo.

A consolidação do relatório final de autoavaliação tem como referências: o Projeto de Autoavaliação da UFRN, aprovado pelo CONSEPE, a concepção e as orientações do SINAES. São também incorporadas as informações das dimensões avaliadas, consubstanciadas nos relatórios

parciais. Após a conclusão do relatório final foram realizadas ações, já mencionadas neste relatório tais quais: apresentação do processo de autoavaliação e seus resultados à comunidade universitária; divulgação dos resultados da autoavaliação da UFRN à sociedade em geral; discussão e aprovação das proposições de políticas institucionais e medidas para aperfeiçoamento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Em síntese, a metodologia adotada na autoavaliação da UFRN, conforme preconiza o SINAES, busca em seu desenvolvimento atingir todos os segmentos, formados por professores, alunos, técnicos administrativos, de forma global e integrada, caracterizando-se, ainda, como um processo de apreensão do conhecimento, diálogo entre saberes e atores e de intervenção na realidade.

Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.

Os resultados das autoavaliações são articulados com os resultados das avaliações externas a exemplo dos resultados do ENADE que constitui-se um componente do SINAES que visa contribuir para permanente melhoria da qualidade de ensino oferecido pelas Instituições de Ensino Superior – IES. A CPA com base nos resultados da avaliação do ENADE analisa e discute com os diretores de centros coordenadores de curso os resultados da avaliação externa, identificando as fragilidades e/ou pontos fracos, propondo ações articuladas com os Departamentos, considerando os Anexos aos Planos Treinais – que são elaborados após a avaliação da docência, tendo especial atenção para os cursos que não alcançaram pelo menos conceito 3.

A articulação da CPA também se dá da mesma forma com a Pós-graduação após a avaliação da CAPES junto aos cursos de mestrado e doutorado, quando da visita da CAPES e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação aos colegiados dos cursos para refletir sobre o relatório do triênio de avaliação da CAPES identificando a fragilidades e os avanços no sentido de propor medidas que irão subsidiar o planejamento dos colegiados para os próximos triênios. Após a aprovação do planejamento do curso para o triênio subsequente é enviado o plano a Pró-Reitoria de Pós-Graduação PPG no prazo determinado.

Os relatórios da avaliação institucional são disponibilizados no site da avaliação institucional www.avaliacao.ufrn.br.

Uma das demandas da administração superior foi fazer análise de construção sobre o PDI – 2010/2019 considerando os resultados das autoavaliações. A CPA teve assento na construção do PDI tendo como tarefa analisar a consistência e coerência dos resultados acumulados nas autoavaliações, dos debates que ocorreram nos CONSECS, DCE e Sindicatos de servidores e docentes. Como resultado a CPA apresentou uma reflexão sobre a perspectiva de futuro da UFRN fez críticas e proposição do papel estratégico que a universidade tem na sociedade.

Da mesma maneira, esta demanda se repete quando da proposta do Plano de Gestão da administração central, cujo papel da CPA é fornecer subsídios, críticas, proposições/recomendações para tomadas de decisão.

A composição da CPA se encontra na portaria nº 1481 publicada em 16 de novembro de 2011.

A avaliação institucional desde que foi instituída a partir do PAIUB até o seu redimensionamento com o SINAES, se constitui um espaço de integração entre as Pró-Reitorias, Centros e Departamentos, como em outras instancias, com referencia, respeitabilidade legitimidade pela seriedade como trabalho é desenvolvido, pela ética na condução do processo da avaliação institucional.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UFRN

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Segundo a Portaria nº 123 do TCU, de 12 de maio de 2011, que *dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011*, “O **Quadro A.2.1** somente deve ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).”

2.3.2 Execução física das Ações realizadas

Quadro 2 – Execução Física das ações realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pelo seu Complexo Hospitalar (Quadro A.2.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 1

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física
12	301	0750	20CW	A	4	Servidor beneficiado	2.347	705	667
12	301	0750	20CW	A	4	Servidor beneficiado	1.173	159	133
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	10.242	10.278	7.895

12	301	0750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	1.591	1.727	1.526
12	365	0750	2010	A	4	Criança atendida	353	478	455
12	365	0750	2010	A	4	Criança atendida	131	135	136
12	331	0750	2011	A	4	Servidor beneficiado	800	702	325
12	331	0750	2011	A	4	Servidor beneficiado	400	298	97
12	306	0750	2012	A	4	Servidor beneficiado	4.024	4.393	4.408
12	306	0750	2012	A	4	Servidor beneficiado	1.152	1.117	1.155
28	846	0901	00G5	OP	4	-	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física
28	846	0901	0005	OP	4	-	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física
12	362	1061	2991	A	4	Aluno matriculado	304	300	Orçamento não prevê esta Ação
12	128	1061	8429	A	4	Aluno matriculado	4.600	3.800	Orçamento não prevê esta Ação
12	363	1062	2992	A	4	Aluno matriculado	1.364	1.622	Orçamento não prevê esta Ação
12	128	1067	4572	A	4	Servidor capacitado	500	985	3.300
12	364	1073	2E14	A	4	Unidade modernizada	1	-	Orçamento não prevê esta Ação
12	364	1073	4002	A	4	Aluno assistido	11.010	6.336	12.721
12	364	1073	4004	A	4	Pessoa beneficiada	443	434.389	Orçamento não prevê esta Ação
12	364	1073	4008	A	4	Volume disponibilizado	16.000	5.359	Orçamento não prevê esta Ação
12	364	1073	4009	A	4	Aluno matriculado	24.043	24.552	Orçamento não prevê esta Ação
12	302	1073	4086	A	4	Unidade mantida	4	4	4
12	364	1073	6328	A	4	Vaga disponibilizada	4.600	3.800	3.800
12	364	1073	8282	A	4	Vaga disponibilizada	7.016	2.960	2.870
12	122	1073	09HB	OP	4	-	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física
12	122	1073	09HB	OP	4	-	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física
12	364	1073	1119	P	4	Vaga disponibilizada	7.016	2.960	Orçamento não prevê esta Ação
12	303	1293	2522	A	4	Unidade farmacêutica	50.000	16.713	56.000.000

						produzida (milhar)			
12	364	1375	4006	A	4	Aluno matriculado	4.500	4.279	Orçamento não prevê esta Ação
12	571	1375	8667	A	4	Pesquisa publicada	4.400	4.935	Orçamento não prevê esta Ação
28	846	0901	0716	OP	4	-	Ação do Orçamento de 2012	Ação do Orçamento de 2012	Não houve previsão de meta física
12	368	2030	20RI	A	4	Aluno matriculado	Ação do Orçamento de 2012	Ação do Orçamento de 2012	285
12	368	2030	20RJ	A	4	Pessoa beneficiada	Ação do Orçamento de 2012	Ação do Orçamento de 2012	1.272
12	364	2032	20GK	A	4	Projeto apoiado	Ação do Orçamento de 2012	Ação do Orçamento de 2012	900
12	364	2032	20RK	A	4	Aluno matriculado	Ação do Orçamento de 2012	Ação do Orçamento de 2012	38.000
12	122	2109	00H1	OP	4	-	Ação do Orçamento de 2012	Ação do Orçamento de 2012	Não houve previsão de meta física
12	122	2109	00H1	OP	4	-	Ação do Orçamento de 2012	Ação do Orçamento de 2012	Não houve previsão de meta física
12	122	2109	00IE	OP	4	-	Ação do Orçamento de 2012	Ação do Orçamento de 2012	Não houve previsão de meta física

Fonte: LOA/SIMEC.

Quadro 3 – Ações descentralizadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Quadro A.2.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 2

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	122	0087	2272	A	4				
14	128	0152	8793	A	4				
14	128	0153	6247	A	4				
14	422	0154	2A56	A	4				
27	811	0181	1055	P	4				
27	811	0181	2358	A	4				
19	572	0461	6237	A	4				
19	571	0461	6995	A	4				
19	572	0471	8976	A	4				
18	544	0515	1851	P	4				
06	122	0641	2272	A	4				
13	122	0750	2000	A	4				

14	122	0750	2000	A	4				
24	122	0750	2000	A	4				
04	331	1054	20D3	A	4				
12	366	1060	8526	A	4				
12	392	1061	4045	A	4				
12	361	1061	4046	A	4				
12	128	1061	8429	A	4				
12	306	1061	8744	A	4				
12	363	1062	2992	A	4				
12	363	1062	6358	A	4				
12	363	1062	6380	A	4				
12	363	1062	8252	A	4				
12	363	1062	20RW	A	4				
12	122	1067	2272	A	4				
12	364	1073	4005	A	4				
12	364	1073	4009	A	4				
12	302	1073	6379	A	4				
12	364	1073	8282	A	4				
12	364	1073	009E	OP	4				
12	364	1073	11G0	P	4				
10	301	1214	8573	A	4				
10	302	1220	8585	A	4				
10	302	1220	20G8	A	4				
10	303	1293	4368	A	4				
20	602	1343	8090	A	4				
21	363	1350	8370	A	4				
12	367	1374	8613	A	4				
12	364	1375	0487	OP	4				
12	571	1375	4019	A	4				
12	364	1377	2C68	A	4				
06	181	1386	8698	A	4				
19	753	1388	4156	A	4				
10	364	1436	8628	A	4				
10	122	1436	8631	A	4				
10	305	1444	20AL	A	4				
12	128	1448	6333	A	4				
12	128	1448	8680	A	4				

Fonte: SIAFI.

Ação 0181 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física

No ano de 2011 foram beneficiadas nesta ação 4.645 pessoas com o pagamento de aposentadorias e pensões na Universidade e no Complexo Hospitalar. No referido ano o SIMEC não efetuou previsão de metas físicas para a UFRN e para o Complexo Hospitalar, somente de meta financeira.

Para as duas unidades, UFRN e Complexo Hospitalar, houve o incremento de crédito adicional durante o ano para o cumprimento efetivo das despesas desta ação.

Comparando-se o quantitativo total (UFRN e Complexo Hospitalar) de pessoas beneficiadas de 2011 com o do ano anterior, observa-se que houve um aumento de 3,3% no período, já que em 2010 foram beneficiadas 4.495 pessoas somando-se os aposentados e pensionistas da UFRN com os do Complexo Hospitalar.

A presente ação está inserida no grupo de operações especiais, ou seja, considerada como aquelas “que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”, porém um grupo importante de ações com a natureza de operações especiais quando associadas a programas finalísticos podem apresentar uma medição correspondente a volume ou carga de trabalho.

O pagamento de aposentadorias e pensões cumpre importante papel na renda da população, constituindo fonte principal de recursos para muitas famílias. O Estado, através de sua ação social, constitui benefícios previdenciários garantidos pela Constituição Federal, objetivando assegurar ao servidor e a seus dependentes um rendimento indispensável para sua manutenção e bem-estar, após anos dedicados ao exercício de suas funções.

Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	301	0750	20CW	A	4	Servidor beneficiado	2.347	705	667
12	301	0750	20CW	A	4	Servidor beneficiado	1.173	159	133

A meta física prevista pelo SIMEC para o ano de 2011 na ação 20CW (Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos) buscava atingir o quantitativo total de 3.520 servidores beneficiados da Universidade e do Complexo Hospitalar. Desta previsão, apenas cerca de 25% foi executado, o que retrata o quantitativo de 864 servidores beneficiados com esta ação.

O quantitativo de servidores beneficiados com esta ação em 2011 ainda é baixo quando comparado à meta prevista pelo SIMEC, o que se justifica, principalmente, pela ocorrência do movimento grevista nas universidades do país, o que prejudicou o andamento normal das atividades planejadas para o período.

Tal ação encontra-se em expansão e seu desenvolvimento e execução é uma das prioridades da Nova Gestão da Universidade. O número de exames realizados (Atestados de Saúde Ocupacional - ASO - emitidos) está em crescente expansão, devido ao investimento da Universidade nesta ação.

Os exames periódicos são um conquista de todos os servidores públicos federais e um compromisso da administração federal. Surgiram com a inclusão do Artigo 206-A da Lei 8.112/1990 e foram posteriormente regulamentados pelo Decreto 6.856/2009 e Pela Portaria SRH nº 04/2009. Eles obedecem a critérios e periodicidade pré-estabelecidos: podem ser anuais ou bienais, de acordo com a idade, tipo de atividade ou de acordo com fatores de riscos aos quais podem estar expostos os servidores públicos.

A realização dos exames periódicos é de extrema importância para o servidor, pois possibilita a prevenção a doenças e a melhoria da qualidade de vida, por meio da realização de exames totalmente custeados pela União e com a garantia de sigilo das informações e procedimentos.

Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	10.242	10.278	7.895
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	1.591	1.727	1.526

A presente ação está inserida no Programa de apoio administrativo, no grupo das atividades, ou seja, tem em vista um objetivo de um programa, com ações contínuas e permanentes, gerando um produto necessário à manutenção da ação governamental.

A assistência à saúde é indispensável para a promoção do bem estar e da qualidade de vida do servidor e de seus dependentes, tendo esta um papel fundamental no alcance das metas e objetivos organizacionais, já que é necessário que o quadro de servidores esteja saudável para buscar, cada vez mais, o desenvolvimento da Instituição.

Resultados

O quantitativo de pessoas beneficiadas com esta ação no ano de 2011, tanto na UFRN quanto no Complexo Hospitalar, ultrapassou a meta inicialmente prevista pelo SIMEC para o referido período. No total, somando a UFRN e o Complexo Hospitalar, 12.005 pessoas foram beneficiadas com a ação 2004, o que representou um aumento de cerca de 25% no número de beneficiários, quando comparado ao ano de 2010 (9.557 pessoas). Tal incremento é decorrente, principalmente, de nomeações de novos servidores que, por sua vez, requereram ressarcimento de planos de saúde particulares ou aderiram aos planos de saúde já conveniados com a Instituição.

Em relação à meta financeira prevista para 2011, houve a necessidade de disponibilização de crédito orçamentário adicional pelo Ministério do Planejamento para que todas as despesas referentes ao ano de 2011 fossem liquidadas conforme a realidade da UFRN e do Complexo Hospitalar.

Para 2012, tanto a meta física quanto a financeira precisa ser ajustada nas duas Unidades, afim de que todas as obrigações referentes a esta ação possam ser executadas conforme os padrões da realidade da UFRN e do Complexo Hospitalar.

Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	365	0750	2010	A	4	Criança atendida	353	478	455
12	365	0750	2010	A	4	Criança atendida	131	135	136

A presente ação está inserida no Programa 0750 de Apoio administrativo, no grupo das atividades, ou seja, tem em vista um objetivo de um programa, com ações contínuas e permanentes, gerando um produto necessário à manutenção da ação governamental.

A assistência pré-escolar foi instituída pelo Decreto n.º 977, de 10/11/93, com o objetivo precípua de oferecer aos servidores públicos federais amparo financeiro para conferir uma educação de melhor qualidade aos seus dependentes, com faixa etária entre 0 a 6 anos, ou com idade mental equivalente. No entanto, ressalte-se que a última atualização do valor desse auxílio ocorreu em abril de 1995, de modo que o valor de R\$ 66,00 não é suficiente para garantir o objetivo para o qual foi criado.

Resultados

Com relação à Ação 2010 (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados) a meta física executada pela UFRN em 2011 foi superior em 35% com relação à prevista pelo SIMEC, pois a quantidade média de 353 crianças previstas para o benefício foi ultrapassada, chegando a alcançar o número de 478 crianças beneficiadas. No que diz respeito ao Complexo Hospitalar a meta de 2011 também foi executada acima do previsto (3%), pois foram atendidas com esta ação 135 crianças, quando se previa o benefício de apenas 131.

Comparando-se os dados do ano de 2010 com o de 2011 (Complexo Hospitalar e UFRN juntos), observa-se que houve um aumento de 3,9% no número de beneficiários, já que em 2010 a quantidade média de crianças atendidas contabilizadas pelos sistemas de monitoramento nesta ação foi de 590 enquanto que em 2011 este número subiu para 613 crianças, o que demonstra que ainda ocorre a necessidade de ajustes nas metas física e financeira das duas Unidades para o ano de 2012, afim de que a execução desta ação seja realizada em conformidade com as necessidades atuais das Unidades e de futuras demandas que possam surgir.

Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	331	0750	2011	A	4	Servidor beneficiado	800	702	325
12	331	0750	2011	A	4	Servidor beneficiado	400	298	97

O Auxílio transporte destina-se ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, nos deslocamentos de servidores de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Este é um benefício que oferece assistência a 1.000 servidores da Instituição que se utilizam dos meios de transporte públicos para se locomover e que os auxilia financeiramente na aquisição de suas passagens.

Resultados

Em relação à ação 2011 (Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados), observa-se que tanto as metas físicas quanto as financeiras referentes ao Complexo Hospitalar e a Universidade foram executadas conforme o previsto, após o reajuste realizado pelo SIMEC para o referido ano, já que as metas anteriores não se enquadravam dentro da realidade das duas Unidades.

No total, somando o Complexo Hospitalar com a UFRN, foram beneficiadas em 2011 nesta ação 1.000 pessoas, o que representa a execução de 83% do que foi previsto para as duas Unidades.

Com relação ao ano de 2010, observa-se que houve uma queda de 17% no número de beneficiários, já que a média de pessoas beneficiadas com a ação caiu de 1.204 pessoas para 1.000 pessoas no ano de 2011. Tal queda se explica, principalmente, devido à incorporação das gratificações ao vencimento básico, o que fez com que para muitos servidores o desconto de 6% no vencimento se tornasse maior do que o valor do benefício oferecido, além da implantação de uma nova sistemática de controle.

A presente ação está inserida no Programa 0750 de Apoio administrativo, no grupo das atividades, ou seja, tem em vista um objetivo de um programa, com ações contínuas e permanentes, gerando um produto necessário à manutenção da ação governamental.

Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	306	0750	2012	A	4	Servidor beneficiado	4.024	4.393	4.408
12	306	0750	2012	A	4	Servidor beneficiado	1.152	1.117	1.155

A presente ação está inserida no Programa 0750 de Apoio administrativo, no grupo das atividades, ou seja, tem em vista um objetivo de um programa, com ações contínuas e permanentes, gerando um produto necessário à manutenção da ação governamental.

O benefício do auxílio alimentação é indispensável para a composição do nível de satisfação e qualidade de vida dos servidores. O pagamento deste auxílio visa atender às necessidades diárias (dias trabalhados) dos servidores referentes à alimentação. Com o recebimento deste benefício, ocorre uma maior satisfação do servidor perante a Instituição, pois o mesmo visualiza e reconhece a importância dada ao seu bem estar e qualidade de vida.

Resultados

Para o ano de 2011, a ação 2012 (Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados) teve a meta física do Complexo Hospitalar executada conforme o previsto, enquanto que a meta física destinada a Universidade foi executada acima da sua previsão.

A quantidade média de servidores beneficiados contabilizados pelos sistemas de monitoramento em 2011 somou 5.510 (Universidade e Hospitais), enquanto que em 2010 essa média atingiu 5.330 pessoas, apresentando assim um aumento de 3,37% no número de beneficiários, o que se explica, especialmente, pelas novas nomeações de servidores, os quais se utilizam deste benefício.

No que diz respeito à meta financeira, observa-se que, em decorrência dos créditos adicionais realizados durante o período, houve a execução desta ação de maneira eficiente e de acordo com a necessidade real de cada Unidade (UFRN e Complexo Hospitalar), as quais executaram suas metas quase em totalidade em comparado ao que foi previsto. Faz-se necessário efetuar ajustes nas metas físicas e financeiras para o ano de 2012, afim de que a execução desta ação seja realizada em conformidade com as necessidades atuais das Unidades e de futuras demandas que possam surgir.

Ação 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
28	846	0901	00G5	OP	4	-	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física

Tem como finalidade alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrentes do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

Tipo de ação que esta Instituição não exerce nenhum controle. Por imperativo constitucional e, conseqüentemente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as dotações do orçamento aprovadas com essa finalidade são, logo após a inclusão no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, transferidas para os Tribunais responsáveis pelos pagamentos dos requisitórios apresentados por ocasião da elaboração da proposta orçamentária da União.

Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
28	846	0901	0005	OP	4	-	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física

Finaliza proporcionar o pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.

Tipo de ação que esta Instituição não exerce nenhum controle. Por imperativo constitucional e, conseqüentemente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as dotações do orçamento aprovadas com essa finalidade são, logo após a inclusão no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, transferidas para os Tribunais responsáveis pelos pagamentos dos requisitórios apresentados por ocasião da elaboração da proposta orçamentária da União.

Ação 2991 – Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	362	1061	2991	A	4	Aluno matriculado	304	300	Orçamento não prevê esta Ação

O Núcleo de Educacional Infantil – NEI – CAp/UFRN, se consolida como Colégio de Aplicação, sendo considerado referência nacional no Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental vem, ao longo dos anos, reafirmando-se sua importância na formação de professores da rede oferecendo em parceria com as secretarias de educação cursos de capacitação, inserindo-se, desde 2007 em programas de cunho nacional em parceria com o MEC como o Proinfantil, curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal, que destina-se aos professores da educação infantil, em exercício, nas creches e pré-escolas das redes públicas – municipais e estaduais – e da rede privada sem fins lucrativos – comunitárias, filantrópicas ou confessionais – conveniadas ou não.

Resultados

A meta prevista para esta ação era atender a 304 alunos no ano de 2011. Consideramos a ação exitosa com o atendimento de aproximadamente 97% da meta, que corresponde a 300 alunos atendidos, posto que 8 alunos foram transferidos da instituição em detrimento de mudança de cidade, ocasionadas durante o processo, perfazendo um total de aproximadamente 3%.

O recurso foi utilizado em melhorias no prédio, como: adequação nas instalações da edificação com relação à acessibilidade, adequação e aquisição de materiais para atender às crianças com necessidades especiais, como: pranchas pedagógicas, lápis especiais, materiais áudios-visuais (DVDs, aparelhos de som), aquisição de mobiliário para as salas de aula e auditório, aquisição de cinco computadores para as salas de aula, manutenção da edificação, recuperação da quadra de atividades de educação física, colocação de toldo para proteção de chuva, entre outros.

O curso, com duração de dois anos, tem o objetivo de valorizar o magistério e oferecer condições de crescimento profissional ao professor. Até agora foram formados aproximadamente 300 Formadores e mil Professores Cursistas sob a coordenação do NEI, nos estados do Ceará e Pernambuco e, mais recentemente, no Rio Grande do Norte, no grupo 3. Como consequência percebe-se mudanças significativas nas práticas de ensino desenvolvidas com as crianças matriculadas na Educação Infantil nestes estados, bem como a retroalimentação na prática

dos professores do NEI-Cap, envolvidos como formadores neste programa nas disciplinas de pedagogia. Além de Coordenar o Curso de Especialização em Educação Infantil MEC/UFRN e publicações no Portal do Professor, na página do MEC.

Ação 8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	128	1061	8429	A	4	Aluno matriculado	4.600	3.800	Orçamento não prevê esta Ação

A Ação tem como finalidade realizar a capacitação e formação inicial e continuada a distância semipresencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.

A partir do presente Programa Governamental, a SEDIS/UFRN definiu e implementou, em 2011, metas, articulando-as aos programas estruturantes e suas linhas prioritárias de ações, que balizam a gestão central da universidade e são orientadoras para todas as unidades da UFRN.

Os dados a seguir apresentam a situação geral quanto aos alunos matriculados no ensino de graduação, pós-graduação e aperfeiçoamento dos cursos ofertados a distância.

Tabela 3 – Matrícula na formação inicial e continuada de professores na Educação a Distância

TIPOS DE CURSOS	QUANTIDADE	ALUNOS MATRICULADOS
Licenciatura	5	2.058
Aperfeiçoamento	3	1.260
Especialização	1	350
Mestrado	1	25
TOTAL		3.693

Fonte: SEDIS.

Merece destacar que os cursos de especializações: Ensino de Matemática, Ensino de Ciências, Ensino de Filosofia e Ensino de Sociologia – com um total de 1400 vagas, aprovados em 2010 deveriam ter sido iniciados em 2011, no entanto, mais uma vez a UAB adiou o início das

quatro especializações aprovadas no edital para formação continuada de professores da educação básica das redes públicas de ensino, por meio do PARFOR. Esses adiamentos consecutivos – de 2010 para 2011 e de 2011 para 2012 – sem ainda uma previsão concreta para o início têm causado um desgaste à credibilidade dessa oferta por parte da comunidade educativa do RN e impactado o cumprimento da meta estabelecida quanto ao número de alunos matriculados.

Na perspectiva de ampliar a oferta de cursos a distância, a SEDIS deu apoio à criação de cursos de aperfeiçoamento para formação continuada de professores da educação básica em nível de extensão, como bem demonstra a tabela abaixo.

Tabela 4 – Vagas em cursos de aperfeiçoamento para formação continuada de professores da educação básica em nível de extensão – 2011

TIPO DE CURSO	CURSO/ÁREA	VAGAS
Aperfeiçoamento	Gênero e Diversidade na Escola	540
	Relação Étnico-Racial	420
	Cidade e Diversidade	300
TOTAL GERAL		1260

Fonte: SEDIS.

Para concretizar esse apoio, a SEDIS articulou os diversos departamentos e programas da UFRN para concorrer aos editais da UAB e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI que direcionavam oferta de cursos de aperfeiçoamento, especialização e mestrado. Envidou esforços junto aos coordenadores dos pólos do RN para avaliar a infraestrutura e o funcionamento da EaD, visando o levantamento de demanda para os cursos de especialização e mestrado.

Desta feita, constata-se que a meta não cumulativa de 4.600 alunos matriculados em capacitação e formação inicial e continuada a distância de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas foi atingida apenas parcialmente, uma vez que o Sistema UAB não autorizou a abertura de novas vagas para a formação inicial e nem para a formação continuada. Assim, o número de alunos matriculados perfaz um total de 3.693, ou seja, inferior à meta de 4.600 previstos.

Nesse sentido, constatamos que ao preencher a ação no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), contabilizaram-se apenas os alunos matriculados no programa PARFOR, voltado para formação inicial e continuada de professores, sem considerar os alunos matriculados na formação inicial e continuada de gestores públicos, também finalidade da ação. Justificamos, pois, que houve uma interpretação equivocada no preenchimento da ação. **Nessa direção, constata-se que a meta foi superada.**

Apresentamos abaixo os dois cursos de bacharelado ofertado pela SEDIS para formação inicial e continuada de gestores públicos. O curso de Bacharelado em Administração esta em fase de extinção no ano de 2011; como vemos na tabela abaixo, os 10 alunos matriculados neste curso concluíram esse ano.

Tabela 5 – Cursos e alunos matriculados em graduação a distância – Bacharelado 2011

TIPO DE CURSO	CURSO/ÁREA	ALUNOS/MATRICULADOS	CONCLUINTES
Bacharelado	Bacharelado em Administração	10	10
	Bacharelado em Administração Pública	725	00
TOTAL GERAL		735	10

Fonte: SEDIS.

Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	363	1062	2992	A	4	Aluno matriculado	1.364	1.622	Orçamento não prevê esta Ação

Esta Ação tem como finalidade garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de Educação Profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade, proporcionando melhor aproveitamento do aluno matriculado e melhoria continua da qualidade do ensino.

A meta prevista para esta Ação foi de matricular 1.364 alunos nas 3 unidades que executam o ensino da Educação Profissional na UFRN: Escola de Enfermagem de Natal, Escola de Música da Unidade Especializada em Música e a Escola Agrícola de Jundiá da Unidade Especializada em Ciências Agrárias. A meta realizada foi 1.622 alunos matriculados.

Tabela 6 – Matriculados e concluintes na educação profissional na UFRN – 2011

INSTITUIÇÃO	CURSO	MATRICULADOS	CONCLUINTES
	Técnico em Enfermagem	265	87
	Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio	1	1
	Técnico em Registro e Informações em Saúde	31	29

	Técnico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	67	-
	Técnico em Vigilância em Saúde	50	-
	Práticas Contemplativas e Complementares para a Promoção da Saúde	30	29
	SUB-TOTAL	444	146
Unidade Especializada em Ciências Agrárias	Curso Técnico em Agropecuário	153	39
	Curso Técnico em Agricultura	56	29
	Curso Técnico em Aquicultura	43	-
	Curso Técnico em Zootecnia	58	-
	Curso Técnico em Informática	82	3
	Técnico em Agroindústria	94	-
	Ensino Médio Técnico	164	34
	SUB-TOTAL	650	105
	Curso Técnico em Canto	26	
	Curso Técnico em gravação	16	
	Curso Técnico em Instrumento	223	
	Curso Técnico em Regência	20	
	SUB-TOTAL	285	
	TOTAL GERAL →	1.379	

Fonte: EEN/EAJ/EMUFRN

Escola de Enfermagem

A Escola de Enfermagem de Natal vem participando ativamente da política de desenvolvimento e expansão da Rede Federal de educação profissional, atuando na profissionalização de trabalhadores, oferecendo cursos técnicos e tecnológico na área da saúde e especialmente em enfermagem tem como eixos norteadores a formação integral, os princípios éticos, políticos e humanísticos, com uma concepção de saúde como um direito do cidadão. Tem qualificado e capacitado jovens e adultos com conhecimentos e competências que lhes assegurem oportunidades de inserção no mundo do trabalho, utilizando metodologias e estratégias próprias e adequadas para a atuação na realidade dos discentes.

Assim sendo, o fomento destinado a esta Instituição, favoreceu a implementação das ações visando para atender a necessidade de formação nos cursos de Graduação Tecnológica em Gestão Hospitalar, Especialização em Vigilância Sanitária, Técnico em enfermagem, Técnico em enfermagem integrado ao ensino médio, Técnico em registro e informações em saúde, Técnico em práticas integrativas e complementares em saúde e Técnico em Vigilância em Saúde. Vem desenvolvendo ações na formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), passando em 2011 a

ofertar cursos através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Esta Escola vem propiciando ambiente adequado para a educação profissional, além de investir na qualificação do seu quadro docente. Assim a Escola cumpre com sua função precípua, ofertando cursos para a comunidade em geral.

Escola Agrícola de Jundiáí

A Escola Agrícola de Jundiáí, ainda com suas características rurais, tem concentrado suas atividades administrativas e acadêmicas voltadas para o campo das ciências agrárias, concentrando sua área de atuação no ensino, pesquisa e extensão, na formação e profissionalização de jovens e adultos oriundos dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, promovendo os cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Informática e Aquicultura, além do Ensino Médio, do PROEJA e de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, dentro do Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego – PRONATEC.

Dessa forma, partes desses jovens e adultos estudam na Escola Agrícola de Jundiáí, em regime de internato, recebendo moradia, refeições, assistência social e psicológica. A EJA está situada em uma propriedade agrícola com 1.262 hectares, localizada na zona rural do município de Macaíba – RN, suas características físicas se assemelham a uma cidade interiorana, com suas ruas, iluminação pública, praças, Igreja, Padaria, Ginásio de Esporte, residências estudantil, salas de aula, Unidade de Produção de sementes, de carne, de laticínios e de frutas, Pocilgas, Centro de Manejo de Animais Bovinos, Apriscos, Aviários, Estação de Piscicultura, Pomares, Hortas, Casa de Vegetação e Setores de Produção Agrícola.

Escola de Música

A Escola de Música da UFRN, na condição de Unidade Acadêmica Especializada, oferece cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), Educação Profissional (instrumento, canto e regência), cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de extensão (formação básica em música), como os Cursos Básicos de Música, Musicalização e Curso de Iniciação Artística.

O Curso Técnico de música da EMUFRN tem como principal objetivo a formação de profissionais na área de instrumento, canto, regência e gravação musical com a finalidade de prepará-los para atuarem no mundo do trabalho. Tal formação tem contribuído para capacitar nossos alunos (advindos da capital, do interior, de outros estados do Brasil e outros países) para atuarem como músicos, regentes de banda e corais, cantores, técnicos em gravação musical, editores de partituras, arranjadores etc., inserindo-os no mercado antes mesmo da conclusão do

curso. Como resultado no trabalho realizado, muitos dos nossos alunos têm sido destaques em festivais nacionais e internacionais e concursos públicos.

Os recursos recebidos através da SETEC/MEC têm possibilitado a manutenção e o custeio da instituição, oferecendo condições de trabalho aos servidores, professores e alunos, proporcionando notadamente melhoria contínua de qualidade do ensino. Para o ano de 2011 foram previstas 93 (noventa e três) novas vagas para o Curso Técnico de Música, preenchidas por meio de processo seletivo. Obtivemos no período em tela um total de 285 (duzentos e oitenta e cinco) alunos matriculados (Técnico em Canto: 26, Técnico em Gravação: 16, Técnico em Instrumento: 223, Técnico em Regência: 20).

Recursos oriundos de programas específicos, têm sido de extrema importância para desenvolvimento dos cursos, no tocante à aquisição de instrumentos musicais, acervo bibliográfico, materiais eletro-acústico, material de processamento de dados, aquisição de mobiliário em geral e manutenção dos serviços. Essas ações têm possibilitado a oferta regulares dos cursos e a ampliação de novas vagas e contribuído para melhoria do desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Ação 4572 – Capacitação dos Servidores Públicos Federais

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	128	1067	4572	A	4	Servidor capacitado	500	985	3.300

A presente ação está inserida no Programa 0750 de Apoio administrativo, no grupo das atividades, ou seja, tem em vista um objetivo de um programa, com ações contínuas e permanentes, gerando um produto necessário à manutenção da ação governamental.

A finalidade da Ação é promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, com a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamentos de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários congressos e outras despesas relativas à capacitação de pessoal.

Resultados

A meta física prevista pelo SIMEC para o ano de 2011, relativa à ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação) para a

Universidade foi de 500 servidores, o que não se encontra em conformidade com a realidade atual do Órgão, que no referido ano qualificou ou requalificou 985 servidores, o que excedeu a meta prevista em 97%.

Em 2010 foram beneficiados 2.912 servidores com esta ação, sendo 2.655 deles da Universidade e 257 do Complexo Hospitalar. Já em 2011 apenas 985 servidores foram beneficiados, o que se justifica pela não disponibilização desta ação para a Unidade Complexo Hospitalar e pela diminuição da meta física e financeira destinada a Universidade. Assim, houve uma queda de 63% no número de servidores qualificados ou requalificados pela Universidade.

Fica evidente a necessidade de ajustes na meta Física da Universidade pelo SIMEC e na disponibilização desta ação para o Complexo Hospitalar para o ano de 2012. Desta forma ocorrerá maior investimento na qualificação e requalificação dos servidores, o que possibilitará o suprimento das necessidades dos mesmos na área a qual se destina esta ação.

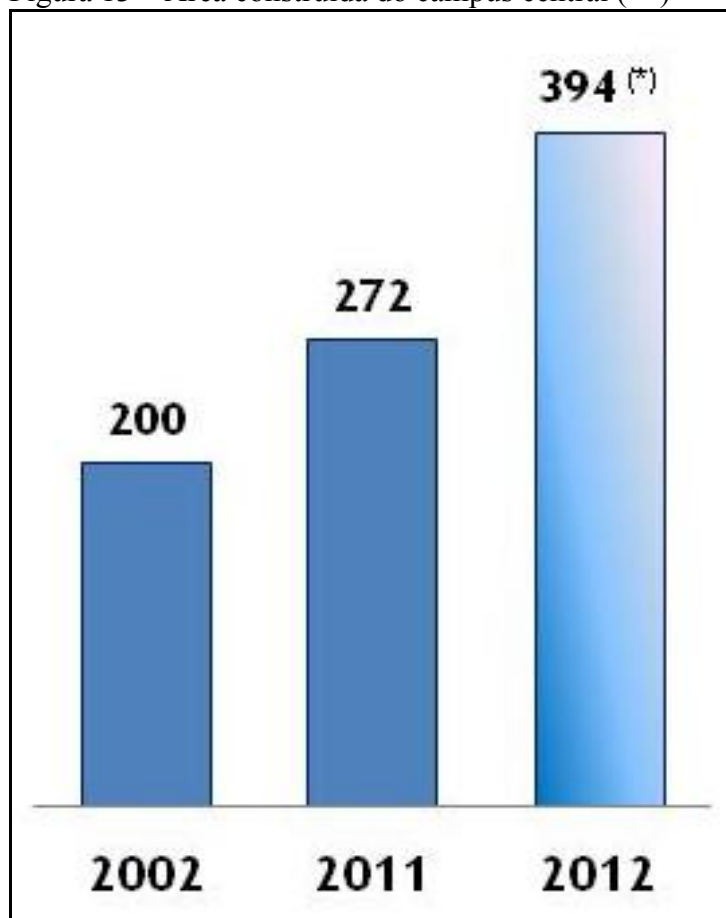
Ação 2E14 – Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das IFES

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	2E14	A	4	Unidade modernizada	1	-	Orçamento não prevê esta Ação

O período de 2003 a 2011 foi marcado pela expansão, adequação e modernização da infraestrutura física da UFRN.

A infraestrutura física da UFRN teve uma significativa expansão no período de 2003 a 2011. A área construída passou de aproximadamente 200 mil m² em 2002 para aproximadamente 272 mil m² em maio de 2011, um crescimento de 36%. Em todos os campi houve ampliações da área construída, com novas construções, reformas ou adequações. Além disso, já estão contratados aproximadamente 122 mil m² com recursos assegurados no valor de mais de R\$108.000.000,00. Estes recursos serão executados nos próximos meses, o que significará um crescimento de 97% em relação a 2002.

Figura 13 – Área construída do campus central (**)



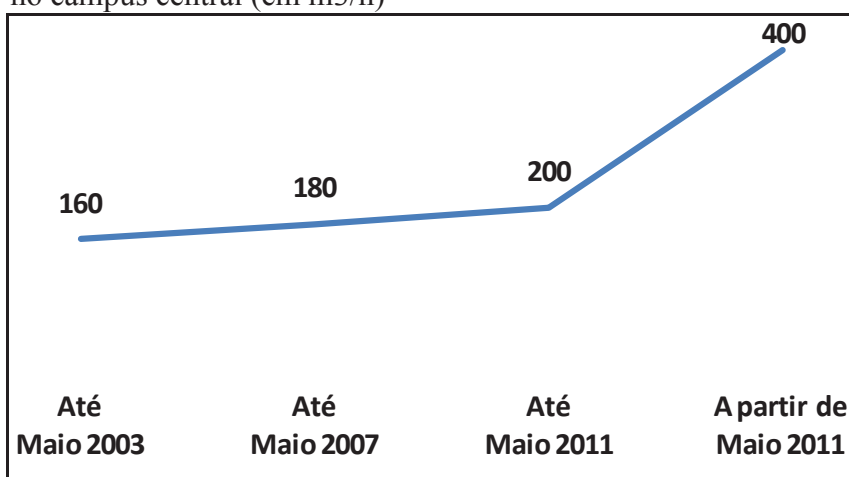
Fonte: SIN/UFRN.

(**) Valores aproximados. Em 1.000 m²

(*) Inclui obras e projetos com recursos assegurados.

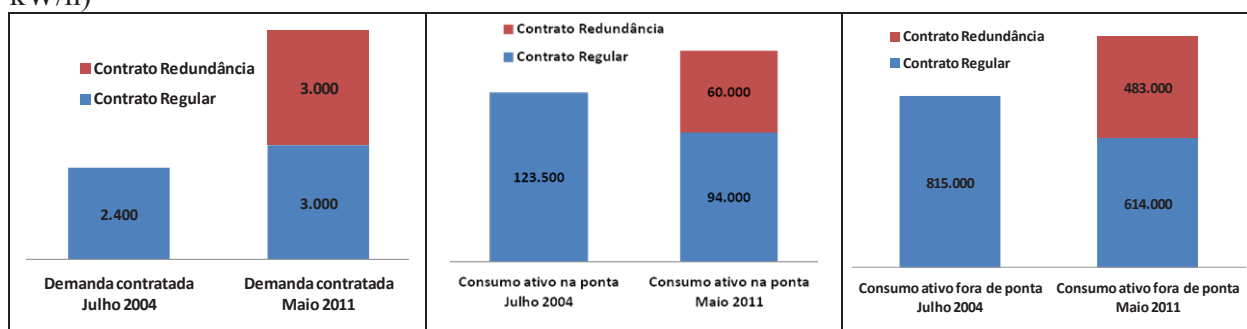
Também a infraestrutura básica (telefonia, lógica, energia elétrica, captação e distribuição de água, esgotamento sanitário, etc.) foi expandida. Por exemplo, oferta de água tratada cresceu em 150%. O contrato de oferta de energia elétrica (demanda contratada) entre julho de 2004 e maio de 2011 também foi reajustado em 150%. No mesmo período, os contratos de consumo ativo na ponta e de consumo ativo fora da ponta foram reajustados em 24,7% e em 34,6%, respectivamente. Estes valores incluem um segundo contrato para atender a demanda da Universidade e garantir a redundância do sistema. Se houver demanda, o segundo contrato garante o fornecimento. O sistema de esgotamento sanitário também sofreu uma expansão, com a ampliação da rede coletora e a construção de uma estação elevatória, que abastece a estação de tratamento por meio de bombeamento devido às grandes diferenças topográficas que existem no campus central. Além disso, estão previstas mais duas estações elevatórias e outra linha coletora. Os projetos estão em fase de licitação.

Figura 14 – Evolução da capacidade de fornecimento de água no campus central (em m³/h)



Fonte: SIN/UFRN

Figura 15 – Evolução da capacidade de fornecimento de energia elétrica no campus central (em kW/h)



Fonte: SIN/UFRN.

Tabela 7 – Obras do REUNI no ano de 2011

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL
1	CONSTRUÇÃO DO CANIL	CB
2	INSTALAÇÃO DA REDE DE ACESSO ÓTICA ENTRE A REDE GIGANATAL E O GIGAPOP PETROBRAS	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
3	CONSTRUÇÃO DO CIVT DO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL	CT
4	REFORMA DO MUSEU CÂMARA CASCUDO – 1ª ETAPA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
5	REFORMA NO HOSPITAL MOSENHOR WALFREDO GURGEL PARA A DISCIPLINA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO CURSO DE MEDICINA	HOSPITAIS
6	IMPLANTAÇÃO DE UMA PLANTA PILOTO PARA PRODUÇÃO DE BIOMASSA DE MICROALGAS NO CTA – CENTRO TECNOLÓGICO DE AQUICULTURA EM	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	EXTREMOZ	
7	REFORMAS E SERVIÇOS NO PRÉDIO DA REITORIA, NO CB E CCHLA E NO PARQUE AQUÁTICO DA DIVISÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
8	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO AO CVT - CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO EM MACAÍBA	EAJ
9	MANUTENÇÃO CORRETIVA NA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA DO NUPLAM	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
10	COBERTURA NAS ÁREAS VERDES DO DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA	CB
11	SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO ACÚSTICO NOS ESTÚDIOS A E B DA COMUNICA	SUPERINTENDÊNCIAS
12	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO ADMINISTRATIVO	CCET
13	AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE NATAL	ESCOLA DE ENFERMAGEM
14	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETE	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
15	AMPLIAÇÃO DAS REDES ELÉTRICA E DE LÓGICA NO PAVILHÃO ADMINISTRATIVO	CCSA
16	PAVILHÃO ADMINISTRATIVO DO CCHLA PARA INSTALAÇÃO DO LABPLAN - LABORATÓRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E DOS CURSOS DE GESTÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DE LÍNGUA ESPANHOLA	CCHLA
17	CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO	CCS
18	AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA QUÍMICA PARA IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE FENÔMENOS DE TRANSPORTE	CCET
19	REFORMA DOS LABORATÓRIOS DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA – 2ª ETAPA	CT
20	CONSTRUÇÃO DO BLOCO 2 DO PAVILHÃO ACADÊMICO EM SANTA CRUZ	SANTA CRUZ
21	EXECUÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CAMPUS CENTRAL	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
22	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO CE	CE
23	REFORMA DAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS, MASCULINA E FEMININA, NO CAMPUS I, CAMPUS II E MIPIBU	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Fonte: Assessoria Administrativa do REUNI.

Tabela 8 – Obras do REUNI com recursos assegurados

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL
1	RESIDÊNCIA CAMPUS IV	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
2	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE LABORATÓRIOS DO NTI	CT
3	REFORMAS E SERVIÇOS NO DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA E LIMNOLOGIA, DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E CCSA	OUTROS
4	REFORMA E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE BANCADAS EM DIVERSOS SETORES NO CAMPUS CENTRAL	OUTROS
5	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO AO NEPSA - NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CCSA
6	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA REITORIA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
7	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO AO LABORATÓRIO DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA DO PETRÓLEO II	CT
8	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO PRÉDIO DO SAPEC	CB
10	LABORATÓRIO INSTITUCIONAL DE MICROSCOPIA ELETRÔNICA E CARACTERIZAÇÃO DE MATERIAIS E LIME - LABORATÓRIO DE METROLOGIA	CT
11	CONSTRUÇÃO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM SANTA CRUZ	SANTA CRUZ
12	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	NO CAMPUS CENTRAL	
13	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO PAVILHÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CAICÓ	CERES
14	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DO HUOL, RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO DO SETOR DE NUTRIÇÃO DO HUOL, SUBSTITUIÇÃO DO BARRILETE DO RESERVATÓRIO DO PRÉDIO DOS AMBULATÓRIOS DO HUOL E REFORMA DO LACTÁRIO DA MEJC	HOSPITAIS
15	REFORMA NA SALA DO MESTRADO EM ODONTOLOGIA SOCIAL	CCS
16	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE LINHAS DE GASES COMPLETAS NO LABORATÓRIO DO NUPEG	CT
17	AMPLIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	CCHLA
18	SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO NA CENTRAL DE GASES MEDICINAIS DO HUAB	SANTA CRUZ
19	ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS ANALÍTICOS DETALHADOS PARA DIVERSOS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO NA UFRN	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
20	CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DO PRÉDIO DO CENTRO DE TREINAMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLA DE GOVERNO DA UFRN	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
21	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA PARA 69 KV/13,8 KV, COM POTÊNCIA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	INSTALADA DE 10 MVA E PREVISÃO DE EXPANSÃO PARA 20 MVA NO CAMPUS CENTRAL	
22	2ª ETAPA DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO NTI REFERENTE À REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DO LABPLASMA - LABORATÓRIO DE PLASMA	CT
23	CONSTRUÇÃO DO ANEXO PARA O CURSO DE ECOLOGIA, LINVE - LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO DE MATRIZES VEGETAIS ENERGÉTICAS E SALAS DE PROFESSORES	CB
24	EXECUÇÃO DE MEZANINO EM ESTRUTURA METÁLICA NO LABORATÓRIO DE FERTILIDADE ASSISTIDA, REFORMA DA ANTIGA SALA DE APOIO DIDÁTICO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, MANUTENÇÃO DO PRÉDIO DO JUIZADO ESPECIAL, REFORMA NA RECEPÇÃO DO SETOR DE FISIOTERAPIA DO HUOL	OUTROS
25	CONSTRUÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO EM SANTA CRUZ	SANTA CRUZ
26	EXECUÇÃO DO CERCAMENTO DA ÁREA CENTRAL DO CAMPUS DE JUNDIAÍ	EAJ
27	CONSTRUÇÃO DAS CENTRAIS DE GASES E REAGENTES E REFORMAS NO SUBSOLO E 2º PAVIMENTO DO PRÉDIO DO CURSO DE FARMÁCIA	CCS
28	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO PARA SALAS DE AULAS DO CURSO DE AQUICULTURA	EAJ

29	REFORMA E SERVIÇOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E NA ESCOLA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	OUTROS
30	ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS COMPLEMENTARES PARA A CONSTRUÇÃO DO ÁGORA - INSTITUTO DE LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS	CCHLA
31	REFORMA DO MUSEU CÂMARA CASCUDO – 2ª ETAPA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
32	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO À RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM MACAÍBA	EAJ
33	REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CAMPUS CENTRAL, COM A IMPLANTAÇÃO DAS ESTRUTURAS “EL” DE SAÍDA DA SUBESTAÇÃO DE 69 KV – 10 MVA - 2ª ETAPA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
34	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO AO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO EM MACAÍBA	EAJ
35	REFORMA E URBANIZAÇÃO DO AMBIENTE DE CONVIVÊNCIA ACADÊMICA DO SETOR DE AULAS TEÓRICAS I NO CAMPUS CENTRAL	CCSA
36	REFORMA DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA PRAÇA PEDRO VELHO	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
37	AMPLIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ADEQUAÇÃO DE BANHEIROS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	CCS

38	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA AMBIENTAÇÃO DO LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICA - PESQCLIN, A SER INSTALADO NO 2º SUB-SOLO DOS AMBULATÓRIOS DO HUOL	HOSPITAIS
39	REFORMA INTERNA COMPLETA, INCLUINDO INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, ELÉTRICAS, RASPAGEM, PINTURA - LABORATÓRIO INTERMEDIÁRIO DE GEOCROLOGIA.	CCET
40	SERVIÇOS DE ARQUITETURA VISANDO À MODIFICAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO DO CENTRO DE PESQUISA DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS DE NATAL - IINN	IINN
41	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO AO NÚCLEO DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NPITI) *EM LICITAÇÃO	
42	REFORMAS E SERVIÇOS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE DIVERSOS SETORES DA UFRN*EM LICITAÇÃO	
43	REFORMAS E SERVIÇOS EM DIVERSOS SETORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE*EM LICITAÇÃO	
44	DIMENSIONAMENTO E EXECUÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO PARA AS ÁREAS DE COCÇÃO DE ALIMENTOS DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UFRN DIMENSIONAMENTO E EXECUÇÃO DE SISTEMA DE VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO NA ÁREA DE COCÇÃO DE ALIMENTOS DA DIVISÃO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES*EM LICITAÇÃO	
45	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS	

	OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE *EM LICITAÇÃO
46	REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CAMPUS DE NOVA CRUZ *EM LICITAÇÃO
47	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE EXPERIMENTAL DE REAPROVEITAMENTO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS COM 65,98M²
48	CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE BOTÂNICA APLICADA COM 83M²
49	CONSTRUÇÃO DA CASA DE VEGETAÇÃO COM 305,83 M²
50	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA 2ª FASE DA PLANTA PILOTO PARA PRODUÇÃO DE BIOMASSA DE MICROALGAS NO CTA
51	REFORMA DO LABORATÓRIO DE ELETROQUÍMICA COM 56,72 M²
52	AMBIENTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE CIMENTOS
53	REFORMA NA INFRAESTRUTURA DO GABINETE DOS DISCENTES QUE ATUAM NA PESQUISA DE “IMPLEMENTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PVT”
54	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM 40M²
55	INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE BERÇÁRIO PARA CULTIVO DE CAMARÕES DE ÁGUA DOCE
56	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO PARA ABRIGAR ATIVIDADES DE PESQUISA E DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS. 897 M²
57	AMPLIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DO DIMAP – 402 M² A R\$ 1.200/M²
58	AMPLIAÇÃO DO DIMAP – CCET
59	CONSTRUÇÃO DO PAVIMENTO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS E SISMOLÓGICOS
60	CONFECÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO MOVIMENTO HUMANO - DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA
60	REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE ESTUDOS DO MOVIMENTO HUMANO – 275 M² - DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA CCS
61	SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE BASES EM CONCRETO PARA SUPORTES DE TORRE AUTOPORTANTE E CONTAINER PARA EQUIPAMENTO
62	CONFECÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DO LABORATÓRIO DE SISMOLOGIA

63	CONSTRUÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE ESTUDOS SISMOLÓGICOS – LABSISMO DE 922 M ²
64	PROJETO EXECUTIVO DO LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO EM NUTRIÇÃO ANIMAL E ENGENHARIA FLORESTAL
65	CONFECCÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ
66	PROJETO EXECUTIVO DO GALPÃO DE SUPORTE AO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL
67	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, DE EXECUÇÃO E ORÇAMENTÁRIO E CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E REDES DE COMPUTADORES PRÓXIMO A TORRE DA TVU
68	AUDITÓRIO DO CT
69	CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO ÁGORA
70	INSTITUTO INTERNACIONAL DE FÍSICA
71	CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL
72	AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ELETROTÉCNICA

Fonte: Assessoria Administrativa do REUNI.

Ação 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	4002	A	4	Aluno assistido	11.010	6.336	12.721

Políticas de Atendimento aos Discentes.

A política de Assistência Estudantil na UFRN é direcionada prioritariamente aos estudantes de baixa renda familiar, especialmente aqueles provenientes da rede pública de ensino, possibilitando assim sucesso no seu processo de formação através de ações que facilitem a permanência na instituição e a conclusão do seu curso.

O estudante ingressante para ser atendido pelos programas de assistência estudantil, precisa fazer um cadastro após realizar sua matrícula, seguindo Edital disponibilizado no site da UFRN antes do início de cada semestre letivo. O aluno que já é assistido também precisa fazer solicitação de permanência nos programas dos quais faz parte. Portanto, para ingressar nos programas de assistência estudantil, o aluno deve cumprir o seu cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA).

As ações desenvolvidas para atendimento aos alunos tiveram grande expansão a partir de 2010 com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para realização de suas ações, a UFRN conta com orçamento anual do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. De acordo com o Art. 5º do referido Decreto, serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. Na UFRN, a resolução que trata de auxílio a estudantes considera como carentes aqueles provenientes de famílias cuja renda per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo oficial (Resolução 026/2009 – CONSAD, de 20 de agosto de 2009). A seguir tabela com demonstrativo dos alunos assistidos em dezembro de 2011 na UFRN:

Tabela 9 – Demonstrativo dos Alunos Assistidos em 2011

PROGRAMA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Nº DE ALUNOS ASSISTIDOS
Residência Universitária	585
Auxílio moradia em espécie	456
Bolsa alimentação (residentes + alunos com auxílio moradia + bolsistas)	1.985
Auxílio Transporte	328
Serviço de Psicologia	49
Atendimento Odontológico	18
Atendimento Médico	60
Auxílio Financeiro para participação em eventos	92
Bolsas (apoio técnico e administrativo + pesquisa + extensão + monitoria + especial)	2.746
TOTAL	6.319

Fonte: PROAE.

Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico de discentes referentes à realização de eventos.

1. São disponibilizados dois ônibus para participação dos estudantes em atividades acadêmicas, culturais e políticas, em viagens de curta distância (até 600km de Natal).

2. Com o intuito de estimular a participação dos estudantes em eventos que contribuam com sua formação acadêmica e cidadã, a UFRN disponibiliza auxílio financeiro compartilhado com os centros acadêmicos para que os mesmo possam participar de eventos obedecendo à critérios estabelecidos pela resolução 027/2010-CONSAD, de 16 de setembro de 2010. Em 2011 foram concedidos auxílio financeiro para 557 alunos participarem de eventos.

Condições institucionais de atendimento ao discente

A UFRN dispõe de 01 restaurante universitário com a produção centralizada, tendo uma distribuição em dois refeitórios. Diariamente são servidas em média 3050 refeições. Nos campi do interior as refeições são terceirizadas.

Dispomos ainda das ações discriminadas abaixo

Assistência Estudantil - 2008/2011

Tabela 10 – Discriminação das Ações de Assistência Estudantil - 2008/2011

AÇÃO	2008	2011
Auxílio alimentação	1.232	3.459
Auxílio transporte	(*)	727
Bolsas	4986	7144

Fonte: Pró-reitoria de Assistência Estudantil - (*) Auxílio concedido a partir de 2009.

1. Auxílio moradia: regulamentado e aprovado pelas Resoluções 046/2009-CONSAD de 19 de novembro de 2009. A oferta de moradia na UFRN é realizada, atualmente, através de 13 residências universitárias sendo 12 Residências de Graduação e 01 Residência de Pós-Graduação. A Instituição atende um universo de 659 alunos com o programa de bolsa residência. É importante salientar que aqueles estudantes que não são selecionados para as residências universitárias recebem, em caráter excepcional, auxílio moradia em espécie no valor de R\$ 200,00/mês. Em 2011 foram beneficiados 789 alunos com esse auxílio.

2. Auxílio alimentação: é um auxílio regulamentado e aprovado pela Resolução nº. 169/2008 de 02/10/2008 que disponibiliza alimentação gratuita, nutricionalmente equilibrada, no restaurante universitário (RU), aos estudantes moradores das residências universitárias e aos estudantes de baixa renda que possuem atividades em turnos consecutivos na UFRN.

3. Auxílio Transporte: é um auxílio regulamentado e aprovado pela Resolução nº. 169/2008 de 02 de outubro de 2008.

Atenção às Atividades Esportivas

Manutenção do parque poliesportivo da UFRN e apoio à participação de grupos esportivos em competições locais, regionais e nacionais.

Atenção e Promoção integrada da Saúde

Com o propósito de atender às metas de Expansão e reestruturação com qualidade acadêmica das matrículas do ensino de graduação e Expansão do sistema de pós-graduação *stricto sensu* do PDI da UFRN, desenvolve as seguintes atividades:

- Atendimento social: atendimento contínuo aos estudantes para orientação sobre os programas de bolsas, serviços oferecidos pela PROAE e encaminhamentos diversos em quantidade média de 60 atendimentos diários.
- Atendimento a grupos de:
 - reorientação profissional
 - apoio psicológico
 - terapêuticos
- Atendimento Odontológico: Este serviço é fruto de uma parceria da PROAE com o Departamento de Odontologia (DOD) da UFRN. Para esse atendimento foram encaminhados 315 alunos desde o segundo semestre de 2010 a outubro de 2011.
- Atendimento médico: através do Departamento de Assistência ao Estudante (DEAE) são disponibilizados atendimento médico e exames laboratoriais para o aluno residente. Para o atendimento médico e laboratorial dos alunos, a UFRN contratou os serviços da UNIMED, que atende aos alunos nas especialidades de clínica geral, ginecologia e oftalmologia e do laboratório HEMOLAB, para exames médicos básicos.
- Atendimento Psicológico: o Serviço de Psicologia do DEAE atendeu, em 2011, 860 estudantes, sendo 570 no primeiro semestre e 290 no segundo semestre. Observa-se que a meta para 2011 de atendimentos do Serviço de Psicologia era de 700 participantes, tendo sido, portanto, ultrapassada.
- Acompanhamento Acadêmico: através dessa ação, o DEAE faz o monitoramento semestralmente do desempenho acadêmico dos estudantes que moram nas residências universitárias ou que recebem auxílio em espécie, com o intuito de favorecer o sucesso no seu curso em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e fazer cumprir a resolução 046/2009-CONSAD.

Avanços/Dificuldades

A PROAE vem cumprindo as metas estabelecidas no seu plano de gestão, bem como as estabelecidas pelo REUNI, extrapolando ao previsto no PDI.

Apesar da constatação de crescimento das ações de assistência aos estudantes nesse período, o quadro de pessoal é bastante deficitário, especialmente nos setores de atendimento psicológico, manutenção das residências universitárias, sendo estes dois últimos os mais afetados. A PROAE dispõe atualmente de duas psicólogas, tendo realizado mais de 900 atendimentos em 2011, uma vez que a meta prevista era de 700. Diante do quadro preocupante da crescente demanda de alunos com problemas de ordem emocional que buscam a PROAE, é necessária adoção de providências para o aumento do quadro de psicólogos.

Em relação à equipe de manutenção das residências universitárias, identifica-se a necessidade de se criar uma equipe multiprofissional capaz de atender as demandas apresentadas nas residências. Essa equipe deve ser constituída por um bombeiro hidráulico, um marceneiro, um pedreiro, um pintor, um eletricista e um motorista, para dar suporte à gestão das residências universitárias.

Ação 4004 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	4004	A	4	Pessoa beneficiada	443	434.389	Orçamento não prevê esta Ação

A Ação 4004 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão, do Programa Governamental 1073 – Brasil Universitário, tem como finalidade: Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática com a realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos, programação de congressos, seminários, e simpósios científicos e culturais: desenvolvimento de programas de assistência social a comunidade carentes e implementação de ações educativas e culturais, além da manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento.

A Política de Extensão da UFRN no PDI 2010-2019 entende a Extensão como um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar relações transformadoras entre a universidade e a sociedade”, a partir de um diálogo que envolva os diferentes saberes (das ciências, das tecnologias, das artes, das humanidades e da

tradição), permitindo novas criações, socializações e mudanças recíprocas, com o envolvimento e inserção de alunos, professores e técnico-administrativos em experiências reais junto a diferentes grupos e populações que com elas interagem.

Nesse âmbito se inserem as iniciativas direcionadas à expansão e à qualificação das atividades de Extensão que redundaram no incremento de projetos, cursos e eventos, e o correspondente aumento de docentes, técnicos e estudantes envolvidos nas ações. Expansão que se diversificou e se intensificou pela presença da Universidade em diversos espaços territoriais, urbanos e rurais, do Estado do Rio Grande do Norte.

Esse processo foi ancorado no aprofundamento do diálogo, das relações e das parcerias com as instituições governamentais, as organizações produtivas, as entidades da sociedade civil e os movimentos sociais, nos diversos campos de saber e das políticas públicas, atendendo a demandas sociais procurando fortalecer o compromisso social da UFRN com a inclusão, o desenvolvimento regional e a emancipação humana.

A qualificação das atividades de extensão foi trabalhada em diversas dimensões que incluíram: o estímulo a integração da Extensão com o Ensino e a Pesquisa, na perspectiva da indissociabilidade; a promoção do debate e da cooperação entre docentes das diversas Unidades com vistas à formulação e execução de Projetos integrados; a coordenação de iniciativas para uma inserção qualificada das ações de extensão nos projetos pedagógicos dos diversos cursos, com ênfase nas ações do programa Trilhas Potiguares.

A realização de eventos como a CIENTEC, em sua 17ª Edição, o Seminário de Metodologias de Projetos de Extensão – VII SEMPE (de caráter nacional), o III Seminário de Direitos Humanos, e o apoio à participação de docentes, servidores e estudantes no 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária se constituíram em iniciativas relevantes para estimular a discussão, o intercâmbio de saberes e a interlocução entre seus participantes e a sociedade.

As atividades no campo da gestão estiveram orientadas para fortalecer a integração acadêmica, mediante o lançamento de editais conjuntos com as demais Pró-Reitorias acadêmicas, o aperfeiçoamento da informatização dos processos de gestão das ações de extensão, a mobilização e a coordenação de iniciativas para a captação de recursos externos, mediante editais, e para a melhoria do acompanhamento da execução orçamentária dos recursos alocados nos projetos.

As informações e os dados apresentados no corpo deste relatório traduzem os resultados alcançados no ano de 2011 e revelam um pouco do esforço empreendido pelos que fazem extensão universitária na UFRN.

As atividades de extensão são articuladas aos planos e às estratégias estruturantes elaboradas no contexto da UFRN, Nesse contexto, trabalhou-se no sentido de colaborar com a

Expansão Acadêmica da UFRN qualificando e ampliando o número de ações extensionistas no ano 2011 em relação aos anos anteriores.

Para Apoio a Eventos Acadêmicos (26 eventos foram aprovados); também foi lançado o Edital de Ações de Extensão com 200 ações aprovadas e 300 bolsas para os alunos envolvidos; ainda em relação aos editais internos, foi lançado o edital de apoio aos grupos de arte e cultura da UFRN, contemplando 14 grupos e 140 bolsas para discentes.

Em relação aos impactos das atividades de extensão junto à sociedade e aos setores produtivos (em meios urbanos e rurais) a UFRN atuou junto a municípios do interior do Estado por meio do Programa Trilhas Potiguares em 19 municípios, envolvendo a participação de 350 alunos dos mais diversos cursos da UFRN – dado ao caráter multidisciplinar do referido programa. No meio rural, ações desenvolvidas na região do Mato Grande do estado em apoio à agricultura familiar e a produção agropecuária nos assentamentos de reforma agrária, principalmente nos municípios de Ceará-Mirim, Touros, Jandaíra, João Câmara. Dentre as várias ações destacaram-se: Projeto Caju-Sol; Potencialidades Sócio-Ambientais e Sustentabilidade na Gestão dos Recursos Agro-Ecológicos e Costeiros da Região do Mato Grande; Desenvolvimento Sustentável de Sistemas de Produção de Leite Bovino de Pequenos Produtores Rurais de Santana do Matos/RN; Controle da qualidade da água para otimizar o cultivo de Tilápia do Nilo nos assentamentos da Região do Mato Grande/RN; Policultivo como Alternativa de Produção Aquícola para Assentamentos de Reforma Agrária no RN. Tais ações se orientam pelo propósito de colaborar para a produção cooperativa, qualificada e sustentável dos meios produtivos da agropecuária familiar do RN.

Nas áreas de Meio Ambiente e Tecnologia e Produção há ações de extensão no sentido de se fomentar o empreendedorismo e uso de novas estratégias com vistas à proteção do meio ambiente. São exemplos de ações de extensão nessas áreas do conhecimento: INICIES: Incubadora de Iniciativas de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Assessoria e Formação em Gestão para Empreendimentos Econômicos Solidários no RN; i2EXTEC- Incubadora de Iniciativas Empreendedoras em Tecnologias Sociais: Pesquisação e PBL na Curricularização da Extensão Tecnológica; Projeto Capacitar-ME: Capacitação de Micro Empresas de Desenvolvimento de Software; Grupo de Estudos Aplicados em Energias Sustentáveis GEApES-ECO-KARÁ.

Em todas as áreas de atuação da extensão, a Universidade trabalha mobilizando agentes internos e externos à UFRN, objetivando desenvolver atividades que possam estar em estreita articulação aos planos gestores da instituição, com a sua missão institucional, ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte e à formação integral dos alunos.

As informações quantitativas apresentadas na sequência expressam os resultados alcançados no conjunto das ações.

Tabela 11 – Número de ações de extensão (em execução e concluídas) por modalidade e área temática em 2011

ÁREAS TEMÁTICAS	AÇÕES DE EXTENSÃO					
	PROGRAMAS	PROJETOS	PRODUTOS	CURSOS	EVENTOS	TOTAL
COMUNICAÇÃO	0	28	10	6	15	59
CULTURA	0	62	2	11	49	124
DIREITOS HUMANOS	0	21	1	5	64	91
EDUCAÇÃO	5	130	12	82	194	423
MEIO AMBIENTE	2	31	1	12	19	65
SAÚDE	8	205	4	45	112	374
TECNOLOGIA	0	39	8	51	53	151
TRABALHO	0	11	2	3	26	42
TOTAL	15	527	40	215	532	1.329

Fonte: Relatório de Ações e Participantes Ativos por Área Temática do SIGAA, em 02/11/2012.

O envolvimento de docentes, técnicos e alunos da Universidade se visualiza na Tabela 12 a seguir:

Tabela 12 – Número de docentes, discentes e técnicos envolvidos em ações de extensão em 2011

DOCENTES	DISCENTES	TÉCNICOS
1.404*	5.452*	467**

Fonte: *Diretoria de Sistemas – Desenvolvimento dos Sistemas Acadêmicos – SINFO/UFRN, em 30/12/2011 e ** SIGAA/UFRN.

Em relação às ações de extensão observa-se o incremento do percentual de docentes em 55%, do corpo técnico-administrativo em 10% e do corpo discente em 15% atuando em atividades de extensão universitária, e aumento de bolsas de extensão para estudantes em 16%.

Destaca-se ainda entre as ações extensionistas da UFRN o envolvimento de 60 estudantes bolsistas do Programa Conexões do Saberes em atividades formativas em Comunidades contemplando 29 cursos, sendo 05 cursos no campus de Caicó;

No ano de 2011 observa-se a expansão dos projetos de extensão em 18,5% em relação ao ano de 2010 com o avanço no número de projetos em 2010/2011, conforme Tabela abaixo:

Tabela 13 – Número de projetos 2010/2011

Nº PROJETOS 2010	Nº PROJETOS 2011	%
482	527	9,34%

Fonte: SIGAA/UFRN – 2012.

Para efeitos de contabilização da ação 4004, também foi considerada a iniciativa consolidada das Pró-Reitorias Acadêmicas da UFRN, referente ao lançamento dos editais integrados, de apoio a projetos de ações acadêmicas integradas e de eventos científicos acadêmicos. Considerando apenas a dimensão da extensão em relação aos projetos integrados, temos os seguintes dados para, extraídos do SIGAA/UFRN.

Tabela 14 – Número de projetos integrados com a dimensão da extensão 2010/2011

Nº PROJETOS 2010	Nº PROJETOS 2011	%
140	150	7,14%

Fonte: SIGAA/UFRN – 2012.

Tabela 15 – Número total de projetos envolvendo a dimensão da extensão 2010/2011

Nº PROJETOS 2010	Nº PROJETOS 2011	%
622	677	8,84%

Fonte: SIGAA/UFRN – 2012.

Em 2011, foi publicado o 3º edital consecutivo de apoio às Ações Acadêmicas Integradas (Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão) e o 2º de eventos acadêmicos (Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação). No total, foram submetidas 207 propostas ao edital de apoio a projetos de ações integradas, das quais 107 foram financiadas e se obteve 300 bolsas acadêmicas. Quanto ao apoio a eventos acadêmicos foram submetidas 88 propostas e destas, 26 foram aprovadas com financiamento.

Dentre os Programas, ressalta-se Trilhas Potiguares-2011 que atuou em 19 municípios, envolvendo 17 docentes, 2 Técnicos e 400 estudantes de diversos cursos de graduação da UFRN;

Ainda no mesmo ano, foram desenvolvidos os programas e projetos de extensão universitária da UFRN, Território da Cidadania do Mato Grande, que constituíram o principal esforço acadêmico desta Universidade fora do espaço da cidade do Natal. Do ponto de vista do envolvimento de docentes houve atuação de 57 professores em ações de extensão no Mato Grande, assim distribuídos: 5 do CB; 20 da EAJ; 4 do CT; 5 do CCET; 14 do CCHLA; 8 do CCSA e 1 do CRUTAC. A quase totalidade das ações está voltada para assessoria e capacitação em processos de geração de renda e oportunidades de trabalho. Dos 57 docentes, 49 estão envolvidos com ações

acadêmicas em áreas rurais, principalmente em assentamentos de reforma agrária. Os 8 restantes atuam com pescadores e suas famílias num projeto de ecoturismo.

As ações de extensão foram desenvolvidas em 15 dos 16 municípios do Território do Mato Grande em 35 comunidades rurais / assentamentos de reforma agrária com ações acadêmicas da UFRN.

O Projeto CAJUSOL atua no Mato Grande com uma equipe executora composta por 93 profissionais, dos quais 68 são bolsistas CNPq. Foram desenvolvidos 7 programas/projetos de extensão com apoio do PROEXT. O Projeto Cajusol e as duas incubadoras de Economia Solidária da UFRN - INICIES e OASIS - atuaram no Mato Grande em 2011 com projetos desenvolvidos na perspectiva da geração de Tecnologias Sociais e Economia Solidária.

O Programa Trilhas Potiguares atuou em três municípios: Parazinho, Pedra Grande e Jardim de Angicos. O Pólo de Tilapicultura do Mato Grande representa outro projeto com ação acadêmica de destaque no Mato Grande.

A expansão do número de projetos pedagógicos de cursos com ações institucionais de extensão em 10% ocorreu face à inserção qualificada, nos cursos de graduação da UFRN, com as ações de extensão universitária no processo de formação profissional e cidadã dos graduandos.

Tabela 16 – Resultados obtidos a partir das diretrizes do PDI

Nº CURSO PRESENCIAL	Nº CURSO ATIV. DE EXTENSÃO PP's	%
113	24	21

FONTE: SIGAA/UFRN – 2012.

Observa-se que a partir da institucionalização das atividades de extensão houve um crescimento dessas atividades acadêmicas nos Projetos Pedagógicos – PP's em diversos cursos da UFRN, embora verifique-se uma diversidade de modelos de implementação na instituição.

A minuta de resolução que institui a AIEPEX – Atividade Integradora em Ensino, Pesquisa e Extensão como componente curricular optativo nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, ainda encontra-se em fase de análise nas instâncias de gestão acadêmica; envolve 60 estudantes bolsistas do Programa Conexões de Saberes, em atividades formativas em comunidades, contemplando 29 cursos, sendo 05 cursos do campus de Caicó; O PET Saúde - Programa de Educação Tutorial em Saúde envolve 11 cursos de graduação Com a participação de 450 alunos, sendo 108 bolsista; O PET Vigilância em Saúde, congrega 24 alunos bolsistas de 10 cursos e o PET Saúde Mental/Álcool e Drogas, com 18 estudantes bolsistas de 09 cursos.

As atividades de extensão da UFRN são planejadas em consonância com as estratégias traçadas para a instituição e refletem os objetivos de expansão da extensão universitária e sua correspondente qualificação acadêmica quanto à indissociabilidade com a pesquisa e o ensino.

Os eventos realizados pela extensão na UFRN em 2011 foram:

- VII SEMINÁRIO DE METODOLOGIA PARA PROJETOS DE EXTENSÃO - SEMPE e o V SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFRN – o VII SEMPE, evento nacional, constitui-se em espaço de livre discussão, não limitado ao quadro institucional formal da administração universitária, no qual professores, alunos de graduação e pós-graduação, técnicos e público externo discutem problemas de orientação, concepção e realização de projetos de extensão e suas metodologias, voltados para questões sociais relevantes. O V Seminário de Extensão Universitária da UFRN, evento local, foi realizado no âmbito do VII SEMPE. Esses seminários debatem sobre os processos metodológicos, com o objetivo de qualificar as práticas extensionistas nas universidades públicas brasileiras. Os referidos eventos obtiveram 898 inscritos dentre ouvintes e expositores, com a apresentação de 335 trabalhos; contou com 714 alunos voluntários; e 27 representantes gestores de universidades estaduais, federais, particulares e institutos federais.
- A XVII Semana de Ciência Tecnologia e Cultura - CIENTEC vem sendo realizada há 15 anos pela UFRN, mobilizando a comunidade universitária em torno das atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção cultural, garantindo a divulgação dos seus resultados e produtos, num grande espaço de interação entre a comunidade interna e externa. Foram expostos na CIENTEC 900 trabalhos, com a participação de aproximadamente 2.100 pessoas, entre discentes, técnicos e docentes. Participaram da organização geral 115 alunos voluntários da UFRN, distribuídos por eventos, por locais e nos três turnos de atividades. A CIENTEC realizou 95 apresentações culturais.
- III Seminário de Direitos Humanos da UFRN, com o tema: "Direitos Humanos: do discurso à prática". Os debates realizados entre docentes, discentes, técnico-administrativos e pessoas da sociedade em geral durante o evento, provocaram uma reflexão pelos participantes sobre a questão dos direitos humanos, tendo o evento obtido significativa relevância acadêmica e social. Durante o período de inscrição foram realizadas 570 inscrições on-line via SIGAA e 105 inscrições presenciais, da comunidade interna e externa. Além, destes o evento contou com a participação de 17 colaboradores, entre organizadores do evento, palestrantes, debatedores e mediadores. Quanto à

emissão de certificados, obtiveram o direito 193 participantes que atenderam ao percentual de 75% de frequência, exigida pelo evento.

A ampliação e articulação das ações de produção artístico-cultural da UFRN, objetivaram consolidar a política cultural da UFRN, por meio da ação articuladora do NAC e Coordenadoria de Cultura, Memória, Documentação e Museu/PROEx, integrando os agentes produtores de arte e cultura, internos e externos da UFRN, na perspectiva de uma formação cultural dialógica.

Destacaram-se:

- a realização do Circuito Cultural Mestra Zé Correia, inserido no Programa Escambo de Saberes durante a CIENTEC 2011, envolvendo 350 alunos do ensino fundamental o município do Natal;
- o lançamento do Museu Abraham Palatinik, durante a CIENTEC 2011;
- a conclusão do Projeto de catalogação do Acervo de Artes Plásticas da UFRN.

A implantação da coordenadoria de memória, documentação e museus na UFRN objetivou desenvolver uma política de memória e documentação da UFRN com vistas à divulgação acadêmico-científica e ao desenvolvimento de processos formativos, contemplando a comunidade universitária e outros segmentos da sociedade.

A ação 4004 - Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária têm como meta física - pessoa beneficiada, estabelecida pelo SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, na qual é respondido pela PROEx mensalmente com dados extraídos dos relatórios das ações de extensão cadastradas no SIGAA.

Na Tabela que se segue é possível visualizar os dados referentes a meta física por mês das ações de extensão.

Tabela 17 – Ações de extensão 2011 – Meta física – SIMEC

MÊS	Nº AÇÕES DE EXTENSÃO (em execução e concluídas)	PÚBLICO ESTIMADO	PÚBLICO ATINGIDO
JANEIRO	21	16.913	21.343
FEVEREIRO	47	11.610	5.824
MARÇO	57	27.418	26.911
ABRIL	46	8.414	6.783
MAIO	97	21.556	16.195
JUNHO	111	22.291	26.460

JULHO	48	15.802	7.658
AGOSTO	65	33.496	14.776
SETEMBRO	77	28.086	21.084
OUTUBRO	97	290.096	106.746
NOVEMBRO	141	24.197	8.154
DEZEMBRO	295	689.109	172.455
TOTAL	1.102	1.188.988	434.389

Fonte: Relatório SIMEC, 2011.

Observou-se que a extensão na UFRN conseguiu cumprir as metas definidas SIMEC no que se refere a Meta Física alcançada, apresentada mês a mês na tabela acima.

Avanços/Dificuldades

O ano de 2011 foi um ano de transição em termos de gestão, pois, se procurou consolidar algumas iniciativas da gestão 2007-2011, e se projetou a continuidade e a inovação para as ações incluídas no plano da gestão 2011-2015, iniciada em junho.

São exemplos do esforço do trabalho realizado no âmbito desta Pró-Reitoria acadêmica: elaboração de proposta de educação permanente no campo da Extensão, incluindo cursos com utilização da Educação à Distância – EaD, em processo de discussão; a criação da Coordenadoria de Cultura, Memória, Documentação e Museu permitiu que houvesse uma evolução significativa na discussão e formulação sobre o Sistema de Museus da UFRN. A criação da Rede de Memórias e a instituição da comissão de redimensionamento acadêmico do Museu Câmara Cascudo; foi lançado o Museu Virtual Abraham Palatinik e sistematizado o Circuito Cultural Mestre Zé Correia inserido no Programa Escambo de Saberes, bem como aconteceu a conclusão do levantamento acerca do acervo de artes plásticas da universidade; no campo artístico-cultural foi realizado o Seminário de Arte e Cultura da UFRN e revista a normatização dos grupos permanentes de arte e cultura da instituição; em relação à gestão, se buscou aprimorar o registro e o fluxo das ações, se promoveu rearranjos no espaço físico e na organização do trabalho, inclusive com a aquisição de novos servidores para o quadro; quanto à comunicação com a sociedade, se investiu na reelaboração do site da Pró-Reitoria que foi readequado e se trabalha na sistematização de um projeto de comunicação e divulgação das ações de extensão da universidade.

Os resultados alcançados nas ações de Extensão na UFRN em 2011 refletem o avanço de uma perspectiva de trabalho que tem apostado na integração das ações e no compartilhamento da gestão. A continuidade e o aprimoramento do Edital de apoio às ações integradas, o sucesso na aprovação de ações junto ao Edital PROEXT/MEC e a articulação das ações junto ao Território da Cidadania do Mato Grande são exemplos dessa perspectiva.

Os esforços direcionados para promover a inserção curricular qualificada das ações de Extensão, com alguns resultados satisfatórios, em parceria com a PROGRAD e na discussão com as Unidades Acadêmicas também se inserem nessa perspectiva, porém as dificuldades na sua efetivação no projeto pedagógico dos diversos cursos da UFRN revelam os limites dessa iniciativa.

Em muitas ações enfrentamos dificuldades na consecução dos objetivos e metas estabelecidos no plano de ação em face de limitações históricas no processo de institucionalização da Extensão na Universidade. Dentre esses se destaca o ainda baixo reconhecimento dessa dimensão da prática acadêmica no conjunto dos docentes, condicionada pela pouca valorização desta na carreira do magistério.

Com isso chamamos a atenção para os desafios que temos enfrentado e que precisam ser superados para situarmos a Extensão Universitária no patamar que estabelecemos nas diretrizes do PDI e do Plano de Gestão da UFRN. Dentre esses, merecem atenção, o reconhecimento acadêmico da atividade e a inserção curricular qualificada dessas atividades nos projetos pedagógicos de todos os cursos, com a conseqüente ampliação dos meios materiais e financeiros para suportá-la.

A intensificação do diálogo e da interação com a Sociedade e o aprimoramento dos processos comunicativos entre os sujeitos que realizam e participam das ações de Extensão se constitui em outro desafio cotidiano da ação da extensão e da Universidade.

O fortalecimento da integração dos processos de gestão na área acadêmica, tanto entre as Pró-Reitorias como envolvendo as Unidades Acadêmicas, e a revisão das normas acadêmicas que fortaleçam essa perspectiva de integração são desafios a serem enfrentados nos próximos anos. Contudo, a implementação do processo de monitoramento e avaliação das ações de extensão se mantém como questão relevante para a melhoria da gestão e para a qualificação das ações.

Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	4008	A	4	Volume disponibilizado	16.000	5.359	Orçamento não prevê esta Ação

A Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições de Ensino Superior e Hospitais de Ensino integra o Programa 1073 – Brasil Universitário e tem como finalidade possibilitar a manutenção e ampliação do acervo Bibliográfico das Instituições de Ensino Superior (IFES) e Hospitais de Ensino e se destina a aquisição de bibliografia básica e complementar para o ensino de graduação e pós-graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.

Os volumes disponibilizados e compilados foram de 8.724, diferenciado da meta realizada constante no SIMEC conforme quadro acima. Foram entregues pelos fornecedores à UFRN durante o ano de 2011 e se referem à parte da execução físico-financeira do orçamento desse ano. É importante ressaltar que a execução de 2011, ainda encontra-se em curso, uma vez que o último período de solicitação de material informacional, iniciado em 1º de novembro de 2011, só foi finalizado em 31 de janeiro passado.

A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) é uma Unidade Suplementar diretamente subordinada à Reitoria, cuja missão é dar suporte informacional ao ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da UFRN, contribuindo para a geração de produtos e serviços de informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I). É ainda, responsável pela gestão das atividades do Sistema de Bibliotecas (SISBI), da instituição.

Composição e disponibilização do acervo

O acervo do SISBI, disponível nas bibliotecas que compõem o Sistema, é constituído por coleções (livros e documentos em diferentes mídias) tanto no formato impresso, quanto no eletrônico. Através do livre acesso às estantes, essas coleções são disponibilizadas para consultas/empréstimos aos usuários cadastrados no Sistema, e para consulta local do público externo. A consulta ao acervo se dá através do acesso ao catálogo *on-line*.

O acervo SISBI é constituído do seguinte material informacional:

- **Coleção circulante:** Livros técnico-científicos e básicos, abrangendo todas as áreas do conhecimento;

- **Coleção de Referência:** enciclopédias, atlas, diretórios, bibliografias, catálogos, guias, manuais, índices, dicionários, dentre outros;
- **Coleções Especiais:** Periódicos nacionais e internacionais (jornais e revistas), edições da UFRN, teses e dissertações impressas, obras raras, folhetos, cordel, coleção Zila Mamede, coleção de autores norte rio-grandenses, coleção brasileira, hemeroteca, multimeios (microfichas, microfilmes, vídeos, discos, fitas K-7, fotografias, slides, CD's, mapoteca);
- **Repositórios institucionais:** Acervo digital composto pela **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)**, trabalhos de conclusão dos cursos stricto sensu da UFRN disponíveis por meio de acesso local e nacional, mediante endereços eletrônicos: <<http://bdtb.bczm.ufrn.br>> e <<http://bdtb.ibict.br/indicadores/indicadores.jsp>>;
- **Portal de Periódicos Eletrônicos da UFRN**, que reúne 08 (oito) títulos de revistas eletrônicas produzidas por Unidades da UFRN, visíveis no portal e 06 na incubadora, sendo todos na íntegra, disponível no endereço: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/>>; além do **Repositório Institucional**, que compila a produção intelectual da comunidade universitária (docentes, técnicos e alunos de pós-graduação) da UFRN, com aproximadamente 190 (cento e noventa) títulos, no endereço: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/>>;
- **Jornais e revistas:** coleção de revistas nacionais e internacionais composta, na sua maioria, por meio de doações e intercâmbio. Cabe ressaltar que todo o sistema de bibliotecas da UFRN tem acesso ao Portal Periódicos CAPES, relevante ferramenta para acesso e uso aos periódicos científicos nacionais e internacionais, além de outras fontes de informação científica encontradas nesse Portal;
- **Livros eletrônicos:** a BCZM disponibiliza em seu sítio (www.bczm.ufrn.br) acesso a 3.502 livros eletrônicos, sendo 42 títulos da Atheneu (Área de Saúde) e 3.471 da Springer, distribuídos nas seguintes áreas: Arquitetura, Artes e Design; Ciências do Comportamento; Ciências Biomédicas e Biologia; Economia e Negócios; Química e Ciência dos Materiais; Ciências da Computação; Ciências Ambientais e da Terra; Engenharia; Humanidades, Ciências Sociais e Direito; Matemática e Estatística; Medicina; Física e Astronomia; Computação Profissional e Web Design.

A BCZM e as demais bibliotecas do SISBI utilizam o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) na informatização dos serviços de catalogação, empréstimo e consulta ao catálogo, via internet.

O registro bibliográfico segue padrão internacional, através do USMARC, em cooperação com a Rede Bibliodata, da Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Biblioteca Nacional. O referido sistema permite a catalogação cooperativa em rede e em níveis local, nacional e internacional.

Atualmente 90% do acervo se encontram disponibilizado para movimentação via SIGAA – MÓDULO BIBLIOTECA. Os serviços de referência que se encontra em processo de informatização, são catalogados na fonte e agendados para orientação à normalização de trabalhos acadêmicos.

Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo

A política de desenvolvimento do acervo, no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UFRN, tem sido firmada com base nas indicações das bibliografias básicas e complementares dos cursos, selecionadas por docentes, discentes e técnicos administrativos e enviadas pelos departamentos acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas, via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Com isso, procura-se atender às exigências mínimas de cada curso e, por conseguinte, aos critérios do MEC. Esta ação estruturante tornou-se possível em virtude da política adotada no contexto da UFRN, para ampliação e manutenção do acervo e segue as orientações da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas (SISBI) da UFRN.

Nesse sentido são oferecidos períodos de abertura do Sistema, pela Pró-Reitoria de Administração, para que a comunidade acadêmica registre as solicitações de material informacional. Depois de concluído o período as solicitações pelo Setor de Compras da BCZM são analisadas para serem homologadas, levando-se em consideração critérios tais como: a existência dos títulos solicitados no acervo, à quantidade dos mesmos em relação ao número de alunos que necessitarão utilizá-los (recomendação com base no Instituto Anísio Teixeira – MEC), atualização das edições, estado de conservação dos volumes, entre outros.

O processo de compras realizado pelo Departamento de Materiais e Patrimônio é iniciado após a conclusão da etapa de homologação pela BCZM. Ao receber o material solicitado, o mesmo é identificado quanto à unidade solicitante e, após patrimonialização pelo DMP, é encaminhado por meio do processo de transferência de bens pelo SIPAC para a biblioteca setorial/especializada correspondente à demanda.

A etapa seguinte é o processamento técnico dos títulos e sua visibilidade no Catálogo do Módulo Biblioteca de responsabilidade do bibliotecário que atua na biblioteca setorial/especializada. Com a finalização do processo, além da visibilidade no catálogo on-line, há a composição da lista de “Novos Títulos” que pode ser conferida em <http://www.bczm.ufrn.br/site/conteudo/acervo/novasaquisicoes/novasaquisicoes.php>.

Grande marco na atualização e expansão do acervo foi a renovação do contrato de acesso à UpToDate, base de dados específica para a área médica, destinada dentre outras finalidades à divulgação dos trabalhos mais atualizados por especialidade médica bem como ao auxílio no diagnóstico de doenças em pacientes. A base vem sendo utilizada com sucesso nos programas de Residências Universitárias, cujos dados obtidos na base constataram que no último período de assinatura houve 55.631 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um) acessos nas várias especialidades de medicina, justificando assim a sua renovação.

Ampliação da BCZM

O ano de 2011 foi especialmente significativo para o crescimento da movimentação de acervo X usuários na BCZM.

No tocante à acessibilidade, a biblioteca dispõe de vaga exclusiva no estacionamento, rampas de acesso, plataforma elevatória, piso tátil, sinalização em Braille em parte do acervo, coleção de obras em Braille, instalações sanitárias adaptadas, telefone público para deficientes auditivos bem como outros equipamentos especiais, tais como: computadores, scanner de mesa, softwares de leitura, extensores de punho, switch mouse, aranha mola, bengala, lupas de apoio e máquina rotuladora.

Os dados mostram que um grande número de volumes entregues em 2011 é de orçamentos anteriores (2009 e 2010), uma vez que alguns fornecedores entregam o material informacional distante da data de execução do orçamento.

O total recebido em 2011 foi de 28.829 volumes (Orçamentos de 2009, 2010 e 2011), desmembrado em 26.468 volumes publicados por editoras nacionais e 2.361 de volumes publicados por editoras estrangeiras (Dados extraídos em 20 de janeiro de 2012 no SIPAC).

As unidades que mais se destacaram no atendimento de volumes solicitados foram respectivamente: Centro de Ensino Superior do Seridó, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Ciências da Saúde, Escola de Música e Centro de Educação (1.090) (Dados extraídos em janeiro de 2012 no SIPAC).

Observa-se que o somatório dos materiais recebidos no ano de 2011, referente aos orçamentos de 2009 e 2010, apresentou uma média financeira por volume de R\$ 85,26, um pouco maior do que a média do orçamento de 2011.

Faz-se necessário destacar que embora o orçamento de 2011 ainda não tenha sido executado na íntegra, houve um sucesso no que se refere ao processo de aquisição, foram recebidos os volumes pendentes das execuções anteriores (2009 e 2010) e computados na tabela. Os materiais do orçamento de 2011 recebidos e disponibilizado para os usuários, não foram totalmente recebidos, portanto, com pendências, aguardando finalização do último processo de solicitação de material informacional.

O grande número de volumes recebidos em 2011 é fruto da operacionalidade do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC), que viabilizou todo o processo de compras, obtendo o terceiro lugar na premiação do MEC “Melhores Práticas na Rede Federal de Educação 2011”. A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFRN (SISBI), e os trabalhos articulados entre Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e Departamento de Material e Patrimônio (DMP) contribuíram para o sucesso desse trabalho.

Dificuldades na execução da meta prevista

A principal dificuldade encontrada no período está relacionada às solicitações para aquisição de material informacional, pois as mesmas se apresentam abaixo do esperado, necessitando, porém, suprir o acervo com os títulos que compõem as bibliografias básicas e complementares dos cursos, projetos e pesquisas.

Apesar do déficit de pessoal técnico-administrativo do quadro de recursos humanos da Biblioteca Central e do DMP, não houve prejuízo no processamento dos volumes recebidos em 2011 (Orçamentos 2009, 2010 e 2011), pois ocorreu, na BCZM, grande empenho para dar maior agilidade nos procedimentos de compras e processamento técnico dos materiais, inclusive com a colaboração de servidores de outras seções, fato esse que contribuiu para o recebimento de 28.829 volumes.

Ação 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	4009	A	4	Aluno matriculado	24.043	24.552	Orçamento não prevê esta Ação

A UFRN teve como meta física prevista para o ano de 2011 a matrícula de 24.043 alunos nos cursos de graduação presencial, tendo sido registrados no SIGAA, em dezembro de 2011, 25.430 alunos matriculados, superando a meta prevista em 5,76%. O valor apresentado de 24.522, no quadro acima, refere-se ao número de matriculados no mês de julho, que é considerado como total no SIMEC. Neste mesmo sistema, o número de matrículas executadas em dezembro de 2011, foi de 25.430, referente ao total de alunos que permaneceram matriculados no final de 2011.

O número de cursos da UFRN em 2011 teve ampliação em relação ao ano anterior, perfazendo um total de 120 cursos presenciais. Dos cursos presenciais, os 8 cursos da área de engenharia que passaram a ter entrada após a conclusão do Bacharelado em Ciências e Tecnologia continuam neste formato. O acréscimo de dois cursos em relação a 2010 são referentes à Agronomia, curso novo, e Gestão Hospitalar – Tecnólogo, que antes tinha oferta restrita a servidores e passou a ser ofertado pelo vestibular.

A oferta de vagas para cursos presenciais em 2011 foi de 6384, sendo 6139 pelo vestibular e 245 pelo SISU. A ampliação de 77 vagas em relação a 2010 decorreu da inclusão das 40 vagas de Agronomia e da ampliação em 10 vagas nos cursos de Engenharia Têxtil e Zootecnia e em 5 vagas nos cursos de Biblioteconomia, Teatro, em Natal, Direito, História e Matemática, em Caicó, e Administração, em Currais Novos.

Tabela 18 – Número e percentual de cursos diurnos e noturnos

TOTAL DE CURSOS	CURSOS DIURNOS		CURSOS NOTURNOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
120	84	70	36	30

Fonte: PROPLAN/ UFRN.

Para garantir o funcionamento desses cursos a Universidade conta com laboratórios, hospitais, salas de aula e bibliotecas. O quadro de docentes em dezembro de 2011 estava em 2133, representado por 1918 efetivos, 191 substitutos e 24 visitantes, enquanto que o quadro de técnico-administrativos estava em 3202.

Políticas Institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.

A política para o ensino de graduação presencial da UFRN, pautada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2019, é norteadora das ações da UFRN, considerando as metas para 2010-2014. A pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) que coordena esse nível de ensino tem um conjunto de ações planejadas e articuladas no sentido de atender às políticas de ensino ora apresentadas no PDI 2010-2019.

As metas foram calculadas até o ano de 2014, quando será realizada uma avaliação global para replanejar os cinco anos seguintes. De modo específico, são elas:

- META 1: Elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação tendo como indicadores a taxa de conclusão média em 2011:
 - Período 2010.1 – 75,6%
 - Período 2010.2-2011.1 – 70,7%
- META 2 – Elevação da relação aluno/professor de acordo com as especificidades dos cursos. Os indicadores usados para a consecução dessa meta são:
 - Total de alunos de graduação ativos em 2011: 29.710
 - Taxa aluno/professor em 2011: 15,6% (apenas alunos de graduação)
 - Taxa aluno/professor em 2011: 21,7% (alunos de graduação e de pós-graduação)
- META 3 – Expansão e reestruturação com qualidade acadêmica das matrículas do ensino de graduação com base no seguinte indicador:
 - Total de vagas ofertadas em 2011: 6.988

Estas metas, cuja finalidade é a melhoria da qualidade acadêmica dos cursos de graduação, estão sendo satisfatoriamente cumpridas considerando a preocupação da Instituição voltada não apenas para o dado quantitativo, mas também para a parte qualitativa que leva à formação sólida dos discentes e com a qualidade acadêmica do ensino. Os dados podem ser comprovados no documento oficial enviado pela Instituição ao MEC e ao Tribunal de Contas da União, em 2011.

No que se refere à primeira meta, analisando-se o período entre 2006 e 2011, o crescimento do número de vagas no ensino de graduação foi de 67,25% e o número de matriculados 18,26 %. Com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades – REUNI ao qual a universidade fez adesão com projeto aprovado para o período 2008-2012 pelo Ministério da

Educação – MEC, a UFRN prevê a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e ampliação do número de alunos para 45.000 até 2012.

A partir do REUNI, a UFRN estabelece a ampliação das políticas de assistência estudantil, mobilidade de estudantes e professores, inovações curriculares, inclusão social, contratação de novos professores e técnico-administrativos. O resultado deste esforço pode ser demonstrado na taxa de conclusão de curso que vem aumentando merecendo destaque o período entre 2007 e 2011, conforme indica a Tabela a seguir:

Tabela 19 – Evolução da taxa de conclusão dos cursos de graduação média no período 2008 a 2010

TAXAS	2008	2009	2010	2011	2012
Pactuada	0,68	0,71	0,75	0,78	0,90
Executada	0,65	0,67	0,65	0,67	-

Fonte: PROPLAN/ UFRN.

Com a política de ocupação das vagas ociosas, de apoio a permanência do aluno com Bolsas e apoio pedagógico aos alunos que se encontram em dificuldades e pelo acompanhamento no decorrer do percurso acadêmico percebe-se uma tendência de aumento da Taxa de Conclusão de Curso.

Indicador de desempenho – Taxa de Sucesso dos Cursos de Graduação

Em relação ao indicador de desempenho definido pelo TCU Taxa de Sucesso dos Cursos de Graduação (TSG) a Universidade vem tomando medidas a partir dos seus resultados (ver Tabela 20). Dentre as medidas tomadas estão à orientação às coordenações dos cursos para identificar alunos com possibilidades de conclusão, visando garantir oferta de componentes curriculares correspondentes em horários adequados, bem como ensino individualizado, oferta de cursos de férias, além da realização de oficinas pedagógicas e mini-cursos para os docentes por meio do Programa de Atualização Pedagógica (PAP) e da ampliação do acervo das bibliotecas.

Tabela 20 – Taxa de Sucesso dos Cursos de Graduação da UFRN no período de 2008 a 2011

INDICADOR	2008	2009	2010	2011
Taxa de Sucesso de Graduação	65,0	68,0	67,0	69,0

Fonte: SIGAA, PROPLAN (Indicadores de Gestão TCU).

A atualização dos projetos pedagógicos é uma ação que considera a diversidade e especificidade dos cursos e áreas do conhecimento. As alterações curriculares buscam contemplar

as demandas do avanço do conhecimento, da tecnologia, do mercado; a redução da carga horária necessária à integralização curricular e a conseqüente diminuição do tempo de duração dos cursos de graduação; a mobilidade estudantil e a flexibilização. Nos anos de 2010 e 2011 foram atualizados 21 projetos pedagógicos de cursos de graduação. Esses parâmetros estão normatizados no Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN.

Por outro lado, há um conjunto de ações para apoiar a melhoria da qualidade dos cursos de graduação como: orientação acadêmica, Núcleo Docente Estruturante – NDE normatizado pela Resolução Nº 124/2011- CONSEPE, atividades acadêmicas complementares de pesquisa e extensão computadas como carga horária do curso, iniciação à docência, monitoria ou outras atividades estabelecidas em cada Projeto Pedagógico de Curso.

Avaliação Interna – Avaliação da Docência/pelo Discente

A avaliação do docente pelo discente integra o processo de Avaliação da Docência, realizado anualmente, em resposta ao que foi estabelecido pelo SINAES. No processo são avaliados os docentes de todas as turmas cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), sendo os alunos obrigados a realizar a avaliação sob pena de não conseguirem efetuar as suas matrículas. Nos questionários dos alunos são contempladas 3 dimensões nas quais eles avaliam a Atuação Didática e a Postura Profissional dos Professores, fazem Auto-avaliação e avaliam a Infraestrutura do ensino de graduação da UFRN. A Tabela 21 apresenta os resultados desta avaliação no ano de 2011.

Tabela 21 – Avaliação da Docência na UFRN referente ao período 2011

CENTRO/UNIDADE DE ENSINO	Nº DE AVALIAÇÕES	Nº DE DOCENTES AVALIADOS	Nº DE DISCIPLINAS	Nº DE TURMAS
CERES	10.690	117	280	311
CB	18.372	166	201	319
CCET	16.509	248	306	724
CCHLA	18.468	261	405	616
CCS	27.180	421	274	494
CCSA	18.737	203	302	528
CE	6.992	72	98	225
CT	11.675	258	400	507
ESC. DE ENFERMAGEM	659	14	11	12
EAJ	1.305	42	55	62
ECT	11.804	67	39	219
EMUFRN	766	23	35	76

FACISA	2.862	41	56	97
IC	22	2	1	1
MUSEU	39	2	2	2
Total	146.080	1.937	2.465	4.193

Fonte: CPA / Avaliação da Docência 2011.

Obs.: Não estão incluídas turmas com menos de 5 alunos.

Após os resultados de cada avaliação, a UFRN toma as medidas necessárias para a melhoria da qualidade da formação profissional de seus alunos, tais como a ampliação da biblioteca, orientação acadêmica obrigatória em todos os cursos, proposição de cada departamento em plenária, para desenvolvimento de ações, tendo em vista à melhoria da qualidade dos cursos, obrigação de todo professor concursado em fazer um curso de atualização pedagógica, normas para o professor publicar notas da avaliação antes da avaliação seguinte e ter um horário para tirar dúvidas do aluno.

Outra ação significativa é o desenvolvimento da Avaliação da docência, realizada semestralmente e coordenada pela CPA, na qual são avaliados o professor sob a ótica do aluno, a autoavaliação do aluno e a avaliação da turma pelo professor. Alunos e professores em atividade em cada semestre letivo realizam obrigatoriamente essa avaliação. Seus resultados são apresentados em fóruns específicos sob convocação do Reitor e devem subsidiar os anexos aos planos trienais de cada departamento contendo o planejamento das ações para a melhoria da qualidade do ensino de graduação (conforme Resolução N°131-2008- CONSEPE). Além disso, os professores que tiram média abaixo de 6 são recomendados a participar do Programa de Atualização Pedagógica – PAP, o qual é obrigatório para os professores que ingressam na Instituição.

Esse programa oferece curso de 40 horas presenciais, destinado aos professores recém-contratados e oficialmente considerado na homologação do estágio probatório dos servidores docentes da UFRN (Resolução nº 083/2006 – CONSEPE). Em 2011, foram ofertados dois cursos obrigatórios de Atualização Pedagógica para docentes em estágio probatório com 197 participantes. Para todos os docentes foram ofertadas atividades pedagógicas tendo a participação de 216 professores em 2011.1 e 190 participantes em 2011.2. Uma capacitação em Tecnologia de Informação e Comunicação foi oferecida no primeiro semestre, contando com 166 docentes inscritos.

No programa de monitoria, nos últimos dois anos, foram executados 272 projetos de monitoria, sendo 90 renovados de 2010 e 182 aprovados em 2011, envolvendo 509 docentes em 210 componentes curriculares. O número de discentes envolvidos foi de 698 discentes, sendo 501 bolsistas (202 de projetos renovados de 2010 e 299 de projetos de 2011) e 197 monitores voluntários (42 de projetos renovados de 2010 e 155 de projetos de 2011).

O Programa de Mobilidade Estudantil permite o intercâmbio de estudantes nos âmbitos nacional e internacional, objetivando o enriquecimento da vivência formativa do aluno. Em 2011, o Programa de Mobilidade em nível internacional contabilizou um total de 94 estudantes matriculados em universidades estrangeiras e 27 acolhidos, enquanto que em nível nacional, foram enviados 14 estudantes para outras universidades e 28 acolhidos na UFRN.

Outra modalidade inovadora de ensino foi à criação do Bacharelado de Ciência e Tecnologia, financiado pelas metas de Expansão do REUNI. O referido curso permite a formação de um bacharel generalista que poderá, ao término de seu curso, ingressar no mercado de trabalho, ingressar automaticamente em cursos de engenharia, além de permitir acesso à Pós-graduação. Em 2009 foram ofertadas 500 vagas, todas preenchidas. No ano de 2010 este número subiu para 1.120 vagas preenchidas permanecendo o mesmo em 2011, totalizando, atualmente, 2.740 alunos matriculados.

Outros projetos em destaque para a consecução das metas estabelecidas são:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que promove a articulação da universidade com as escolas da rede básica. O PIBID-UFRN desenvolve atividades em 16 escolas estaduais e 5 municipais, sendo uma do município de Caicó, uma de Currais Novos e as demais de Natal. Cada aluno PIBID recebe uma bolsa mensal. Atualmente, este Programa dispõe de 352 bolsas para graduando, das quais 247 são decorrentes do Edital da CAPES e 105 do REUNI. Além disso, temos 28 bolsistas supervisores, professores das escolas públicas envolvidas e 14 professores coordenadores de área, bolsistas da UFRN.
- Programa de Educação Tutorial – PET, que estimula o desenvolvimento de atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão.
- Projeto Institucional “A implantação de tecnologias de informação e comunicação contribuindo para o benefício do ensino de graduação na UFRN”, financiado pela CAPES e coordenado pela PROGRAD e pela Secretaria de Educação a Distância (SEDIS). Tem como objetivo a formação de professores no uso das tecnologias da informação e comunicação, especialmente na produção de materiais e conteúdos didáticos, na utilização sistemática dessas tecnologias no ensino e na vivência de práticas da educação à distância.

Em relação à política de inclusão social no âmbito do ensino de graduação foram tomadas as seguintes medidas:

- Isenção da taxa de Vestibular que beneficiou, em 2011, 6.919 alunos da rede pública, o que corresponde a 48% dos que se inscreveram e solicitaram a isenção. Dentre aqueles que solicitaram a isenção, 1.331 ingressaram na UFRN em 2011.
- Argumento de Inclusão que beneficiou, em 2011, 770 alunos egressos do ensino médio da rede pública. O benefício do argumento de inclusão corresponde a um fator multiplicativo, no valor de 1,1, igual para todos os cursos, o qual é aplicado sobre o argumento final do candidato.
- O SISU – Sistema de Seleção Unificada é outra forma de acesso à Universidade cujo parâmetro é o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM que, gradativamente, vem aumentando na Instituição. Em 2011 06 cursos integraram essa modalidade.

Em 2010, foi criada a Comissão Permanente Núcleo de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial – CAENE, com a finalidade de orientar, apoiar e acompanhar a política de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na UFRN. Em 2011, a CAENE contabilizou 105 estudantes com necessidades educacionais especiais, sendo 42 com deficiência visual, 37 com deficiência física e 10 com deficiência auditiva. O Laboratório de Acessibilidade possui 121 equipamentos e recursos, tais como impressora Braille, bengalas, calculadora sonora, fones de ouvido e globo terrestre tátil.

Avaliação de desempenho institucional e dos cursos da UFRN

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que é realizado desde o ano de 2005 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) constitui-se num componente do SINAES que visa contribuir para a permanente melhoria da qualidade do ensino de graduação. As Tabelas 22 a 25 apresentam o desempenho geral da UFRN pelo Índice Geral dos Cursos (IGC) e os Conceitos dos cursos avaliados pelo ENADE-INEP/MEC nos anos de 2007 a 2010.

Tabela 22 – Índice Geral dos Cursos da UFRN no período de 2007 a 2010

IGC	2007	2008	2009	2010
IGC Faixa	4	4	4	4
IGC Contínuo	338	340	341	3,49

Fonte: INEP.

Tabela 23 – Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE em 2010

CURSO	ANO DA AVALIAÇÃO / CONCEITO ENADE		
	2004	2007	2010
Biomedicina	-	5	5
Educação Física	5	4	4
Enfermagem	5	4	5
Enfermagem – Santa Cruz	-	-	SC
Farmácia	5	4	5
Fisioterapia	4	SC	2
Fonoaudiologia	-	-	SC
Nutrição	4	4	4
Nutrição – Santa Cruz	-	-	SC
Medicina	4	-	5
Odontologia	5	5	5
Serviço Social	4	4	4
Zootecnia	2	3	3
Agronomia*	-	-	-
Gestão Hospitalar*	-	-	-

Fonte: INEP/ENADE.

* Curso novo ainda não avaliado.

Tabela 24 – Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE em 2011

CURSO	ANO DA AVALIAÇÃO / CONCEITO ENADE		
	2005	2008	2011**
Arquitetura e Urbanismo	5	4	-
Ciências Biológicas	4	4	-
Ciências Sociais	4	3	-
Ciências da Computação	SC	SC	-
Sistemas de Informação*	-	-	-
Engenharia Civil	4	5	-
Engenharia da Computação	3	5	-
Engenharia Elétrica	3	3	-
Engenharia de Alimentos	-	SC	-
Engenharia de Materiais	4	2	-
Engenharia de Produção	3	2	-
Engenharia Química	4	3	-
Engenharia Mecânica	3	3	-
Engenharia Têxtil	SC	1	-
Filosofia	3	2	-
Física	4	3	-
Geografia – Natal	4	4	-

Geografia – Caicó	4	3	-
História – Natal	5	4	-
História – Caicó	4	4	-
Letras – Natal	3	4	-
Letras – Caicó	SC	3	-
Pedagogia – Natal	4	5	-
Pedagogia – Caicó	4	4	-
Química	3	2	-
Matemática – Natal	3	3	-
Matemática – Caicó	3	2	-

Fonte: INEP/ENADE.

* Curso novo ainda não avaliado.

**Cursos avaliados em novembro de 2011 que terão resultados publicados em setembro de 2012.

Obs.: O curso de Matemática do CERES recebeu Comissão de Avaliação *in loco* em novembro de 2010 e passou para conceito 3.

Tabela 25 – Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE em 2009

CURSO	ANO DA AVALIAÇÃO / CONCEITO ENADE	
	2006	2009
Administração - Natal	5	5
Administração – Currais Novos	-	4
Biblioteconomia	3	3
Ciências contábeis – Natal	5	4
Ciências contábeis – Caicó	4	3
Ciências econômicas	3	3
Comunicação social - Radialismo	5	3
Comunicação social - Jornalismo	4	4
Direito - Natal	5	5
Direito - Caicó	4	4
Educação Artística – Natal	-	5
Estatística	-	2
Música	4	3
Psicologia	-	5
Teatro	-	5
Turismo	-	4
Turismo – Currais Novos	-	SC

Fonte: INEP/ENADE.

Obs.: Esses cursos serão avaliados em 2012.

Ações de articulação com a rede básica de ensino

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) concede bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente. Além das atividades desenvolvidas nas escolas onde os

subprojetos atuam, no âmbito do projeto institucional da UFRN foi realizado o 3º Encontro Integrativo nos dias 2 e 3 de Junho de 2011, que teve conferência de abertura com a professora Helena de Freitas (MEC), seguida de programações específicas por subprojeto. Cada área contou com convidados externos à UFRN, que proferiram palestras e ministraram oficinas relacionadas às 13 licenciaturas envolvidas no projeto.

Atividades de Introdução à Docência

A formação de professores constitui esforço permanente da UFRN. O plano de trabalho apresentado pelo PIBID vem ao encontro das ações propostas pela Instituição no seu Plano REUNI, que já tem como metas a implantação de bolsas de Introdução à Docência, de forma a contribuir para a valorização do magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente, e também para a permanência dos estudantes nos cursos de Licenciatura. Neste sentido, a UFRN vem cumprindo a meta de implantar 35 bolsas anuais, no período de 2008 a 2012. Atualmente, já conta com 105 bolsistas caracterizados como PIBID/UFRN, somando-se aos 247 bolsistas da PIBID/CAPES, distribuídos nos 13 subprojetos de alguns cursos de graduação da UFRN, além dos 30 professores/supervisores nas 16 escolas públicas em Natal e no interior do Estado, beneficiando aproximadamente 10.000 alunos.

O Programa de Complementação de Estudo para o Ensino Médio consiste no oferecimento de curso preparatório para o Vestibular da UFRN, tendo como objetivo ampliar as expectativas e oportunidades de acesso na Universidade aos estudantes de escolas públicas, além de proporcionar atividade prática aos alunos das licenciaturas. Tendo sido criado em 2005, no âmbito da política institucional de inclusão de estudantes de escolas públicas na Universidade, atualmente também se insere no processo consolidação dos objetivos do Plano de Reestruturação e Expansão – REUNI/UFRN. Este programa concedeu bolsas a 60 estudantes das diversas licenciaturas que, após uma seleção, passaram a desenvolver atividade docente junto aos alunos do último ano do Ensino Médio, proporcionando-lhas uma oportunidade de adquirir experiência no processo educacional. A oferta a estudantes de escolas públicas foi de 1000 vagas que foram ocupadas logo no início, embora ocorra redução por abandono de alunos.

As Políticas Institucionais para os cursos de graduação na modalidade à distância e suas formas de operacionalização será tratada neste relatório na Ação 6328, do Programa Governamental 1373 – Brasil Universitário.

Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	302	1073	4086	A	4	Unidade mantida	4	4	4

Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL

O Hospital Universitário Onofre Lopes, principal unidade pública terciária no Rio Grande do Norte, tem, nos últimos anos, avançado no sentido da promoção da assistência de alta complexidade, exclusivamente, aos usuários do Sistema Único de saúde. Nesta proposição, os principais objetivos são o incremento da oferta de leitos; do número de cirurgias; do atendimento de emergência referenciada, do número de exames e procedimentos invasivos de alta complexidade e de alto custo, facilitando o acesso da população à assistência de qualidade, ampliando as ações públicas nos segmentos terciário e quaternário.

Com o aporte desses recursos, o Hospital sedimenta, também, o seu importante papel no ensino de graduação, pós-graduação e no desenvolvimento de pesquisa clínica na área da saúde.

Através da aquisição de material hospitalar, medicamentos de alto custo, material químico, pagamento de serviços essenciais como de energia e de água e esgoto, assim como de manutenção de equipamentos buscou-se aprimorar os procedimentos de alta complexidade, principalmente as cirurgias cardiovasculares e cirurgias bariátricas.

A aquisição de material permanente e alguns equipamentos promoveu a melhoria nas condições de infraestrutura.

No ensino, os recursos contribuíram para a formação de 1.137 alunos dos vários cursos de graduação (medicina, enfermagem, fisioterapia, nutrição, farmácia, fonoaudiologia, odontologia, serviço social e psicologia) e na pós-graduação possibilitaram a expansão dos Programas de Residência Médica que receberam 102 alunos e 17 da residência multidisciplinar do Programa de Terapia Intensiva.

Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC

Na MEJC, em 2011, foram registrados 96 alunos do Estágio Supervisionado (Internato), 82 alunos do 8º período do curso de graduação em medicina e 23 alunos também do curso de graduação em medicina na disciplina de Saúde Reprodutiva.

Objetivos:

1. Recebimento de alunos do Estágio Supervisionado do curso de graduação em medicina e alunos do 8º período do curso de graduação em medicina.

2. Acompanhamento da realização de atividades práticas hospitalares integradas a equipe do serviço, sob a supervisão docente e dos médicos residentes em unidades de Pronto Atendimento, Centro Obstétrico, Centro Cirúrgico, Clínicas de Internação em Obstetrícia e Ginecologia e Ambulatório.

3. Acompanhamento da propedêutica obstétrica e ginecológica e participação das discussões sobre condutas e seguimentos orientados às pacientes de maior risco, sob a supervisão dos docentes, técnicos e residentes.

4. atendimentos de urgências e emergências toco-ginecológicas, internações para tratamento clínico e obstétrico, realização de curetagens uterinas pós-abortamento não complicado, sob a supervisão docente.

5. Acompanhamento clínico-obstétrico de parturientes, realização de partos e auxílio de cirurgias sob a supervisão e orientação dos médicos plantonistas e residentes.

6. Acompanhamento das visitas diárias às clínicas de obstetrícia e ginecologia.

7. Participação nas escalas de plantão.

8. Participação nas atividades teóricas referentes à gravidez normal e patológica, à assistência ao parto normal e distócico, assim como à ginecologia geral e especializada, além de temas relacionados aos avanços da especialidade, ética e biótica e defesa profissional.

9. Elaboração de monografia de conclusão do estágio.

A MEJC proporciona em caráter permanente e contínuo campo de prática de ensino e oferta de estágio para cursos de graduação em Enfermagem, Nutrição, Serviço Social, Psicologia, Fisioterapia, Farmácia, Técnicos de Enfermagem e outros, não só da área de saúde, mas para outras áreas.

Em 2011, foram registrados nos cursos de graduação 97 alunos, sendo 4 alunos de enfermagem, 4 alunos de psicologia, 17 de fisioterapia, 4 de serviço social, além de 68 alunos técnicos e auxiliares de enfermagem.

Objetivos:

1. Oferecer serviços hospitalares e ambulatoriais que tem como finalidade a assistência, ensino e extensão, recebendo alunos de graduação em enfermagem, nutrição, farmácia, psicologia, serviço social e fisioterapia e outros cursos, possibilitando o desenvolvimento de atividades práticas, pesquisas e projetos de extensão, assim como a integração dos diversos setores da MEJC.

2. Assistência e acompanhamento da realização de atividades práticas e teóricas hospitalares sob a supervisão dos preceptores de cada setor inerente a sua especialidade.

3. Elaboração de monografia de conclusão do estágio.

O treinamento oferecido proporcionou aos alunos o desenvolvimento de atividades práticas, pesquisas e projetos de extensão, participação ativa em todos os procedimentos diagnósticos e terapêuticos da MEJC, assim como a integração nos diversos setores da MEJC.

A tabela abaixo apresenta as metas físicas pactuadas relativas à programação orçamentária.

Tabela 26 – Metas físicas pactuadas relativas à programação orçamentária da MEJC em 2011

SERVIÇOS HOSPITALARES (AIH)	LEITOS	INTERNAÇÕES
Clinica Cirúrgica	14	100
Clinica Obstétrica	25	390
Leitos UTI Neonatal	10	310
Unidade de Cuidados intermediários Neonatal	5	155
UTI Materna	6	186
Leitos clínicos		
Unidade de atendimento a pacientes com abortamento	3	-
Leitos para mãe Canguru	26	-
Atendimento a paciente gravidez de risco	10	-
Total	99	1.141
Serviços ambulatoriais (SIA) – Consultas/procedimentos		7.962

Fonte: MEJC.

A tabela a seguir apresenta a produção assistencial de 2009 a 2011.

Tabela 27 – Produção Assistencial SUS 2009 a 2011

SUS - MÉDIA COMPLEXIDADE	2009	2010	2011
Setor de Emergência			
Obstétrica :	25.100	19.717	22.999
Consultas			
Clínica Médica (Card., Endoc., Infec., Mast., Onc., Ped.)	6.550	6.020	6.191
Cirurgia ambulatorial	100	180	247
Ginecologia :	10.337	12.496	9.173
Obstetrícia (Pré-natal)	4.298	4.071	4.181
Outras Especialidades Não Médicas :	2.420	2.805	2.034
TOTAL CONSULTAS	23.705	25.572	21.826
Outros procedimentos ambulatoriais			
Ações coletivas/individuais em saúde	1.882	1.866	2.967
Coleta de material c/final. Diagnóstica	4.745	3.315	5.087

Diagnóstico em obst., ginec. cardiol., Oto	5.198	4.507	4.683
Tratamentos clínicos e terapia	139	48	21
Outros atend. Nível sup., enfer.(DIU, adm. Med.)	2.546	2.148	3.095
TOTAL OUTROS PROCED. (Não entra no Rehuf)	14.510	11.884	15.853
Internações			
Cirurgia (Ginecológica) :	1.569	1.502	1.723
Cirurgia obstétrica (Outras):	605	664	668
UTI Adulto (materna) :	—	331	524
UTI Neonatal :	353	362	444
Unidade Intermediária Adulta (UCI/AR):	683	480	1.546
Unidade Intermediária Neo-Natal :	538	228	0
Partos de Baixo Risco			
Cesárea :	2.271	1.492	1.220
Normal :	1.431	929	794
Partos de Alto Risco			
Cesárea :	514	833	951
Normal :	331	645	708
TOTAL INTERNAÇÕES	8.295	7.466	8.578
Procedimentos			
Exames Microbiológicos :	21.554	9.812	11.969
Exames (Hemat., Dos Acidez Dornic., Glicemia):	—	—	11.775
Exames Citológicos:	3.785	3.673	3.251
Exame anatomo-patológico	1.495	1.090	1.023
Ultrassonográfico :	6.083	8.458	8.821
Radiologia Convencional (Mamografia):	243	963	1.598
TOTAL PROCEDIMENTOS	33.160	23.996	38.437
TOTAL GERAL	104.770	88.635	107.693

Fonte: MEJC.

Quanto à estrutura Assistencial a MEJC possui atualmente 103 leitos dedicados totalmente ao SUS e 31 salas para consultas e outros procedimentos, distribuídos conforme tabelas a seguir:

Tabela 28 – Quantidade de leitos 2009 a 2011

LEITOS OPERACIONAIS	2009	2010	2011
Emergência (Observação)	0	0	4
Clínica Cirúrgica (Cirurgias ginecológicas)	11	13	13
Clínica Ginecológica (Tratamento clínico ginec.)	2	0	0
Obstetrícia Clínica (Parto normal)	23	26	26
Obstetrícia Clínica (Tratamento clínico obst.)	9	0	0

Obstetrícia Cirúrgica (Parto cesárea)	29	24	24
Obstetrícia Cirúrgica (Outras cir. obstétricas)	2	0	0
Unidade Intermediária Adulto	2	11	12
Unidade Intermediária Neonatal	6	0	0
UTI Adulto (Materna)	0	6	6
UTI Neonatal	10	13	18
TOTAL	94	93	103

Fonte: MEJC.

Tabela 29 – Quantidade de salas 2009 a 2011

SALAS OPERACIONAIS	2009	2010	2011
Salas de Cirurgias Ambulatoriais Ativas	1	1	1
Consultórios	18	18	18
Salas de Cirurgias Ativas (Partos Cesáreas, Cir.Ginec.)	3	2	5
Salas de Partos (Partos Normais)	2	2	2
Salas de Recuperação do C. cir. e C. obst. (Leitos)	2	6	5
TOTAL	26	29	31

Fonte: MEJC.

Visando reverter o cenário de comprovada falta de humanidade no trabalho de parto normal, a MEJC em parceria com o Ministério da Saúde, desde janeiro de 2010, vem desenvolvendo na Unidade de Parto Humanizado (UPH) estratégias para a humanização no parto e nascimento e aquisição de tecnologia leve para promover o relaxamento.

Para tanto, foi criado o Colegiado de Gestores que promove reuniões quinzenais com a participação de uma representante do Ministério da Saúde, onde são debatidos e solucionados vários problemas relacionados com a melhoria da gestão administrativa da MEJC e da assistência ao usuário.

A mudança desse cenário reflete o compromisso da gestão e dos trabalhadores em possibilitar uma atenção com garantia de direitos e o reconhecimento do usuário como participativo em todo o processo do cuidar. Porém é preciso dar continuidade a esse movimento, formando equipe de referência para que as boas práticas da assistência obstétrica e neonatal façam parte da rotina de forma institucionalizada e partilhada por todos enquanto modelo assistencial vigente.

As medidas de humanização vêm trazendo os seguintes benefícios:

1. Cumprimento das recomendações propostas pelo MEC e Ministério da Saúde quanto a Humanização da assistência nos Hospitais Universitários, garantindo os princípios básicos de equidade e acesso aos serviços de saúde, com base nas diretrizes do plano de qualificação das maternidades do NE e Amazônia legal no

pacto nacional pela redução da mortalidade materna e infantil em consonância com a Política Nacional de Humanização;

2. Condições favoráveis de trabalho aos profissionais, enriquecendo o ambiente com aparatos que os auxiliem a oferecer um melhor serviço, bem como espaço de participação coletiva;
3. Melhoria da assistência ao usuário acompanhante proporcionando um ambiente com condições suficientes para gerar bem-estar.

A MEJC conta com 310 servidores do Regime Jurídico Único (RJU), destes, 117 tem previsão de aposentadoria até dezembro de 2011, representando, portanto, 37,74% do total efetivo que podem se aposentar.

Hospital de Pediatria Professor Heriberto Ferreira Bezerra - HOSPED

O Hospital de Pediatria Professor Heriberto Ferreira Bezerra (HOSPED) é uma instituição universitária de natureza pública, com ativa participação na rede assistencial do SUS, desenvolvendo ações de assistência à saúde da criança e adolescente do RN, oferecendo atendimento ambulatorial e hospitalar em diferentes níveis de complexidade. Através da integração com as atividades de ensino e pesquisa possibilita a oferta de serviços inovadores e de alta qualidade, reforçando, assim, o compromisso social da UFRN com a saúde da população infanto-juvenil do Estado.

O **plano de atuação assistencial** engloba a referência especializada - clínico e cirúrgico - de média e alta complexidade a criança e adolescente, incorporando vários programas, todos eles inseridos numa perspectiva multidisciplinar, sendo a estrutura da assistência à saúde totalmente integrada às atividades de ensino e de pesquisa.

O atendimento ambulatorial inclui os serviços de pediatria geral e especialidades pediátricas - e de internação, além da inclusão de outros serviços como: nutrição, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia e psicologia.

Na Unidade atuam 234 profissionais, entre professores, médicos, enfermeiros e pessoal administrativo e de apoio. Essa equipe é reforçada pelos médicos residentes e estudantes de medicina, entre outros integrantes da comunidade acadêmica hospitalar.

Atendimento ambulatorial

O HOSPED oferece à criança de 0 a 16 anos de idade um atendimento ambulatorial especializado e integral de excelência nas suas unidades. A equipe responsável pela atenção a saúde da criança inclui médicos, pediatras gerais e especialistas nas diversas áreas clínicas e cirúrgicas, psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos, pedagogos, assistentes sociais, enfermagem, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, visando o tratamento integral dos pacientes.

Programas ESPECIAIS multidisciplinares: Os programas e projetos assistenciais multidisciplinares incluem:

- Assistência ao Paciente Portador de Obesidade;
- Assistência ao Paciente Portador de Diabetes Tipo I;
- Anomalias de Diferenciação Sexual;
- Assistência ao Paciente Portador de Fissuras Labiopalatais;
- Assistência ao Paciente Portador de Nefropatias Crônicas;
- Assistência ao Paciente Portador de Doenças Neuromusculares;
- Assistência ao Paciente Portador de Epilepsia de Difícil Controle;
- Assistência ao Paciente Portador de Hepatopatias Crônicas;
- Assistência ao Paciente Portador de Doença Celíaca;
- Assistência ao Paciente Portador de Fibrose Cística;
- Assistência ao Paciente Portador de Constipação Crônica Funcional;
- Acompanhamento Ambulatorial e Intra-hospitalar Interdisciplinar dos Recém-nascidos de Risco Neurológico;
- Assistência ao Paciente Portador de Síndrome de Down.

O Hospital registra uma média mensal de 4.000 atendimentos ambulatoriais. Destes, 3.000 são consultas médicas distribuídas nas diversas clínicas pediátricas.

O **plano institucional acadêmico** no hospital congrega a função de formar alunos de graduação e pós-graduação em cursos da área de saúde - medicina, enfermagem e fisioterapia - sendo também utilizado como campo de estágio para outros cursos - Psicologia, Nutrição, Farmácia, Fonoaudiologia e Serviço Social; atuar como pólo de capacitação para profissionais da rede de serviços públicos de saúde e fortalecer a produção de conhecimento científico em saúde da criança.

Ensino - Graduação e Pós-graduação

Cenários de Práticas para Outros Cursos de graduação da UFRN (08):

- Enfermagem
- Fisioterapia
- Psicologia
- Medicina
- Nutrição
- Farmácia
- Fonoaudiologia
- Odontologia

- Serviço Social

Programas de Pós-graduação

Lato sensu:

- **Residência Médica em Pediatria**, com duração de 2 anos, com carga horária para o primeiro ano de 2.304 h e para o segundo de 2.592 h, com formação em Pediatria Geral. A entrada é anual, através de concurso, com disponibilidade de 08 vagas. Ainda se oferece um terceiro ano de Residência Médica (01 vaga anual por especialidade) nas áreas de: Neonatologia (02 vagas), Endocrinologia (01 vaga) e Gastroenterologia (01 vaga).
- **Residência Multiprofissional em Saúde**, com duração de 2 anos, contemplando as áreas de Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Biologia/Genética, Psicologia e Nutrição. A entrada é anual, através de concurso, com disponibilidade de 10 vagas.
- **Especialização em Endocrinologia Pediátrica** é oferecida a pediatras, com entrada anual e duração de dois anos, sendo a carga horária anual de 1.440h. O Aperfeiçoamento é oferecido para pediatras com pré-requisito de 01 ano (1440h) de prática em serviço de endocrinologia pediátrica reconhecido. Oferta de 02 vagas.

Stricto sensu:

Embora o HOSPED não tenha um programa de pós-graduação próprio, alguns dos seus docentes e técnicos participam do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UFRN, com orientações em mestrado e doutorado para médicos, pediatras ou de outras especialidades, ou profissionais ligados à área de saúde, servindo inclusive de capacitação e titulação para grande número de profissionais vinculados ao Hospital de Pediatria da UFRN. Neste nível o hospital contribui para o desenvolvimento de pesquisas, para qualificação em nível de mestrado e doutorado.

O HOSPED traçou seu atual plano de atividades de acordo com a pactuação (Contratualização) realizada com os Gestores locais do Sistema Único de Saúde, na qual foram estabelecidas as áreas de atuação para o hospital, bem como as metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas.

O Hospital desenvolveu, em 2011, 42.664 atendimentos, sendo 41.466 na assistência ambulatorial e 1.198 na assistência hospitalar. Todos os atendimentos foram prestados a usuários do Sistema Único de Saúde, encaminhados pela Rede SUS através do sistema de referência e contra-referência, por meio da Central de Regulação (SISREG) da Secretaria Municipal de Saúde de Natal,

como também por meio de encaminhamentos realizados pelos serviços de urgência/emergência e de outras unidades de saúde e oriundos do próprio serviço.

Na assistência ambulatorial, foi disponibilizado um quantitativo mínimo de 40% das consultas para regulação através do SISREG, objetivando a ampliação do acesso dos usuários do SUS aos serviços prestados o hospital. Vale salientar que a Secretaria Municipal de Natal (que é o Gestor local do SUS) não mantém sistema de regulação para assistência hospitalar, apenas para a ambulatorial. Dos atendimentos que são agendados pelo SISREG, há constante registro de ausências dos usuários às consultas marcadas no HOSPED, o que prejudica o atingimento das metas quantitativas pactuadas.

Tabela 30 – Produção Ambulatorial - 2011

TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Consultas e de outros profissionais de Nível Superior	34.267
Procedimentos	7.199
Total	41.466

Fonte: Setor de Faturamento-HOSPED.

Na assistência hospitalar, o hospital manteve a oferta de 45 leitos pediátricos, sendo 8 destinados a Clínica Cirúrgica, 35 para Clínica Médica Pediátrica e 2 leitos para tratamento hospitalar de transtornos mentais. Estes dois últimos, sem ações internamentos realizados em função da não disponibilização de pessoal especializado pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal, embora tenha sido estabelecido Termo de Ajustamento de Conduta, acordado entre o Ministério Público e aquela Secretaria.

Das 198 internações realizadas, 1.048 se referem a tratamento hospitalar na Clínica Médica Pediátrica e 150 cirurgias realizadas no Centro Cirúrgico.

Tabela 31 – Produção Hospitalar - 2011

TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Clínica Pediátrica	1.048
Clínica Cirúrgica	150
Total	1.198

Fonte: Setor de Faturamento-HOSPED.

Em 2011 o HOSPED recebeu 673 estudantes dos cursos técnicos e de graduação e 66 de pós-graduação e intercâmbio, totalizando 739 estudantes.

Hospital Universitário Ana Bezerra – HUAB

O HUAB tem desenvolvido ao longo dos anos a construção de metas que constituem a sua missão de *prestar assistência materno-infantil, regional, qualificada e humanizada, servindo a uma formação cidadã*. Desta forma, pretende-se melhorar a qualidade assistencial em todos os aspectos: recursos humanos suficientes e qualificados, estrutura física boa, humanizar cada vez mais a assistência e modernizar a gestão.

Um ponto importante a destacar em 2011 foi a atuação da Telemedicina, como um dos instrumentos utilizados na promoção dos serviços de saúde, tornando-se um importante fator de suporte às atividades assistenciais, através das tele consultas realizadas semanalmente, por meio de uma rede de hospitais universitários, facilitando assim o acesso às atividades assistenciais, trazendo vários benefícios, entre eles: redução dos deslocamentos de Pacientes; comunicação entre Profissionais; maior acesso ao cuidado de Especialistas; rapidez e eficiência na resolução de problemas. Além disto, a tele medicina tem sido importante por oferecer educação permanente através de videoconferências na área de graduação e pós-graduação para alunos, residentes e profissionais da instituição, muito embora ainda represente algo incipiente, frente a tecnologia disponível. Sendo o Hospital uma instituição de assistência, ensino, pesquisa e extensão é necessário o uso cada vez maior de suporte tecnológico que favoreça o desenvolvimento destas atividades com qualidade.

Na tentativa de consolidação da política acadêmica foram otimizados os estágios do Campus Central e Campus Santa Cruz, no HUAB, para que não houvesse prejuízo de ensino. A residência multiprofissional criada em 2010 encontra-se em processo de fortalecimento com um bom resultado. Recentemente foi realizada uma avaliação pela pró-reitoria de pós - graduação e pró - reitoria de planejamento para que se possa identificar as possíveis dificuldades e corrigi-las. Este ano de 2011 ainda foi realizado processo seletivo para as 05 profissões, sendo incorporado o serviço social. Já para 2012 será acrescentada a odontologia como mais uma profissão.

O Hospital Universitário Ana Bezerra tem desenvolvido sua missão acadêmica e assistencial pautados em definições realizadas em 1996 entre a direção do HUAB e a secretaria de saúde do município de Santa Cruz, em consonância com municípios circunvizinhos. Neste período houve definição de perfis assistenciais, sendo esta unidade hospitalar responsável pela assistência materno-infantil e o Hospital Regional Aluísio Bezerra de gestão municipal, responsável pela assistência direcionada para o pronto socorro e clínica médica.

A política voltada para assistência, ensino e pesquisa então sofreu redefinições com prioridades de metas que pudessem direcionar o papel do Hospital de Ensino em uma cidade do interior, pertencente a uma região de relevante necessidade de saúde. Assim, foi proposta uma

demanda de necessidades para operacionalizar a missão institucional: *Prestar Assistência materno-infantil, qualificada e humanizada, servindo a um ensino voltado para a formação cidadã.*

Em 2011 o Hospital Ana Bezerra elaborou de forma participativa um plano de reformas para infraestrutura e para a aquisição de equipamentos, sendo encaminhados ao Ministério da Educação, que já vem implementando por meio do Plano de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), medidas no sentido de viabilizar estas reformas e renovação do quadro tecnológico.

As estratégias de atuação do HUAB estão pautadas com os resultados de uma política descentralizada e participativa, no intuito de qualificar a gestão, aliando o desenvolvimento das competências e habilidades técnicas.

Em consonância com sua Missão Institucional, o Hospital Universitário Ana Bezerra está inserido na rede de assistência em saúde do SUS / RN, caracterizado como pólo de referência para Região do Trairi, garantindo a realização de todos os procedimentos que se façam necessários para o atendimento integral às necessidades dos usuários que lhe forem direcionados pelo sistema de acordo com seu nível de competência e complexidade.

Nesta perspectiva, esta Unidade Hospitalar também integra a rede de serviços de urgência/emergência no que se refere à assistência materna e neonatal e ao pronto atendimento referenciado na assistência a criança.

Para o desenvolvimento das ações acadêmicas há um espaço composto por um alojamento feminino, um alojamento masculino, contabilizando 35 leitos e área de apoio (cozinha e sala de televisão), laboratório de informática com 10 computadores para realização de pesquisas e formulação de trabalhos.

A estrutura acadêmica conta ainda com 01 auditório com capacidade para 40 alunos, além da sala para a Secretária Acadêmica e para COREME, com 1 computador com acesso a internet, biblioteca virtual em saúde e recentemente foi inaugurado uma sala para a TELEMEDICINA-RUTE.

Durante o ano de 2011 o HUAB flexibilizou diferentes cenários de prática para realização de estágios e visitas técnicas para cursos técnicos e de graduação.

Em nível técnico, foram atendidos os cursos Técnicos em Enfermagem da Escola de Enfermagem de Natal (EEN – UFRN) e da Escola Técnica de Enfermagem Florence (ETEF), Técnico em Nutrição da ETEF e Técnico em Tecnologia de Registro de Informação em Saúde da EEN.

A Tabela abaixo ilustra detalhadamente o quantitativo de aluno de acordo com o curso e semestre, perfazendo um total de 473 alunos, sendo 360 de cursos de graduação.

Tabela 32 – Quantitativo de alunos de nível técnico e de graduação recebidos no HUAB em 2011

CURSO	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	TOTAL
Farmácia	19	-	19
Odontologia	27	38	65
Medicina	46	48	94
Psicologia – estágio I da ênfase i.	06	-	06
Nutrição (FACISA)	30	02	32
Fisioterapia	02	28	30
Enfermagem – Campus central Sala de partos	-	20	20
Enfermagem (FACISA)- Atenção integral a saúde em média complexidade	37	-	37
Enfermagem (FACISA)- Semiologia e Semiotécnica	40	-	40
Enfermagem (FACISA)- Estágio supervisionado II	-	05	05
Téc. em Nutrição – ETEF	20	-	20
Téc. em Enfermagem - ETEF	21	34	55
Téc. em Enfermagem	16	21	37
Enfermagem - UERN	-	06	06
Curso técnico em Tecnologia de Registro de Informação em Saúde	-	01	01
Enfermagem – FATERN	-	06	06
TOTAL			473

Fonte: HUAB.

Em 2011 o HUAB ampliou algumas atividades como aumento de Ultrassonografias, Cirurgias, além de instituir o teste da orelhinha e está caminhando para implantar o teste do olhinho no início de 2012. Além disto, o Hospital implantou o SIASS, Serviço de Assistência Integrada ao Servidor, com consultas e acompanhamento na recuperação da saúde de servidores federais da região. Outra ação importante foi a consolidação das tele consultas através do setor de Telemedicina, o que contribuiu tanto na assistência como nas ações acadêmicas para alunos de

graduação e pós-graduação. Segue abaixo as tabelas com as atividades assistenciais do Hospital Ana Bezerra em 2011.

Produção de Serviços Hospitalares

Tabela 33 – Internações no HUAB em 2011

INTERNAMENTOS/MÊS	TOTAL	MÉDIA
CLÍNICA MÉDICO/GINECOLÓGICA	33	2,8
CLINICA PEDIÁTRICA	637	53,1
CLINICA CIRÚRGICA	202	16,8
BERÇARIO PATOLÓGICO	57	4,8
OBSTETRICIA CLÍNICA	1039	86,6
OBSTETRICIA CIRÚRGICA	418	34,8
TOTAL	2386	198,8

Fonte: Setor de Estatística – HUAB.

Produção de Serviços Ambulatoriais

Tabela 34 – Serviços Ambulatoriais no HUAB em 2011

CONSULTAS AMBULATORIAIS	
ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
CONSULTAS MÉDICAS	3.181
CONSULTAS ODONTOLÓGICAS	185
CONSULTAS NÍVEL SUPERIOR	12.970
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	90.694
PRODUÇÃO GERAL DO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS	47.200

Fonte: Setor de Estatística – HUAB.

Produção de Procedimentos Cirúrgicos no HUAB em 2011

Tabela 35 – Produção de Procedimentos Cirúrgicos no HUAB em 2011

CIRURGIAS REALIZADAS	
CESÁRIA	416
CIRURGIAS	549
PEQUENAS CIRURGIAS	36
PROCEDIMENTOS OBSTÉTRICOS REALIZADOS	
TRIAGEM OBSTÉTRICA	2524
PARTOS NORMAIS	850
PARTOS CIRÚRGICOS	417
PARTOS FÓRCEPS	07
PARTOS GEMELAR	06

FETO MORTO	09
ÓBITO INF. PÓS-PARTO	03
CURETAGEM PÓS-ABORTO+	125
CURETAGEM PÓS-PARTO	02
CURETAGEM SEMIÓTICA	34
NASCIDO DO MÊS	1282

Fonte: Setor de Estatística – HUAB

Entre as dificuldades encontradas no ano de 2011 nos serviços assistenciais está o déficit de pessoal para atender as demandas necessárias à manutenção de um serviço de melhor qualidade. Entre as medidas importantes tomadas em 2011 podem-se destacar os adicionais de plantões hospitalares (APH).

A direção do HUAB tem empregado esforços no sentido de promover espaço de articulação para aprimoramento da gestão participativa, com reuniões entre gerências e servidores, além do processo de planejamento que vai desde os relatórios gerenciais até a reuniões gerais com representações da Universidade, de cada gerência do HUAB e da comunidade usuária.

Ainda se faz necessário ressaltar que a Comissão Própria de Avaliação – CPA procedeu a autoavaliação das residências em saúde, sob a ótica dos residentes e preceptores em atuação no HUAB, apontando os seguintes resultados:

Pontos fortes:

- Vivência em campo de trabalho e atuação multiprofissional em todos os cenários de prática;
- Formação em serviço;
- Eficiência dos preceptores;
- Boa interação multiprofissional em relação a projetos e à sua execução.

Fragilidades:

- Falta de presença constante da preceptoria no cenário de prática;
- Pouco apoio para pesquisa;
- Não oferece estrutura e infraestrutura para a residência: descanso, ambiente de estudo, variedade de cenários de prática e biblioteca.

Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	6328	A	4	Vaga disponibilizada	4.600	3.800	3.800

A Ação tem como finalidade, ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas na modalidade a distância, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada.

A Educação a Distância constitui um programa estratégico da UFRN. Assim, têm sido envidados esforços para torná-la uma ação contínua e permanente dessa instituição. Para que se tornasse uma realidade, foi necessário estabelecer um conjunto de metas para o ano de 2011, já descritas acima, com a finalidade de instituir um calendário de discussões que envolvesse todos os segmentos da universidade: centros, departamentos, pró-reitorias, com vistas à consolidação e institucionalização da EaD na UFRN.

Apesar disso, o sistema de financiamento da EaD brasileiro ainda é efetivado por meio de programas, como o da UAB — Universidade Aberta do Brasil, que subsidiam a formação de professores e gestores públicos e que demandam uma série de procedimentos e articulações para oferta de novas vagas.

Durante o ano de 2011, a SEDIS realizou todo o processo que visava a oferta de mais 3.500 vagas. Primeiro, fez um levantamento de demanda junto aos sistemas de ensino municipal e estadual do RN. Depois, articulou, junto aos pólos de apoio presencial, a viabilização de estrutura dos pólos para a oferta. Em seguida, levou a demanda ao fórum estadual para autorização e consolidação. Ou seja, a SEDIS cumpriu todos os procedimentos dispostos na Instrução Nº 01/2011 — DED/CAPES, de 09 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre os procedimentos para análise das propostas de articulação/oferta entre instituições públicas de Ensino Superior e pólos de apoio presencial para oferta de cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil da Diretoria de Educação a Distância da CAPES. A proposta da UFRN foi aprovada integralmente pelo fórum e ficou aguardando a autorização da UAB para abertura de novas vagas, que só veio a se concretizar no final do período 2011.2 para entrada em 2012.1, perfazendo um total de 2.610 novas vagas.

Nessa direção, embora durante o ano de 2011 tenham sido feitos grandes esforços para viabilizar a abertura de novas vagas para formação inicial no programa PARFOR, conforme descrito anteriormente, não houve a concretização plena das metas estabelecidas quanto à abertura de vagas para os cursos já existentes e novos cursos. Dessa feita, foi autorizada a abertura de 350 vagas para formação continuada em nível de especialização (Mídias na Educação), 1.260 vagas para

três cursos de aperfeiçoamento, 25 vagas para o mestrado profissional em Matemática e 420 vagas para o bacharelado em Administração pública, vinculado ao programa PNAP, perfazendo um total de 2.055 vagas disponibilizadas para o ano de 2011. Nesse sentido, a meta foi parcialmente cumprida. Ver tabela abaixo com detalhamento:

Tabela 36 – Vagas disponibilizadas para os cursos já existentes e novos cursos para o ano de 2011

TIPOS DE CURSOS	QUANTIDADE	VAGAS
Bacharelado	1	420
Mestrado	1	25
Especialização	1	350
Aperfeiçoamento	3	1.260
Total		2.055

Fonte: SEDIS.

Assim, justificamos que o preenchimento da ação no SIMEC foi equivocado, uma vez que não contabilizou as 2.055 vagas disponibilizadas, para a educação superior inicial e continuada.

Atualmente, a Educação a Distância constitui uma realidade na qual as instituições federais de ensino superior estão inseridas. Com o desenvolvimento e aprimoramento de novas tecnologias de informação e comunicação, é possível estabelecer uma interação efetiva entre os sujeitos do processo de educação formativa, além de promover a disseminação de informações e, conseqüentemente, a construção coletiva do aprendizado por meio da mediação tecnológica. Em observância aos indicadores apresentados no presente relatório, avalia-se de forma positiva os esforços empreendidos pela SEDIS no que diz respeito aos objetivos e metas estipulados no Plano de Gestão, em consonância às diretrizes emanadas dos órgãos superiores da UFRN. Destaca-se, de forma efetiva, o alinhamento das ações desenvolvidas aos objetivos definidos pela Administração Central expressos nos programas estruturantes que balizam o Plano de Gestão e, conseqüentemente, o Plano de Desenvolvimento Institucional dessa IES.

Ressalte-se em princípio que o processo de institucionalização da Educação a Distância, enquanto modalidade de ensino inovadora, exige mudança de paradigmas no que tange às concepções tradicionais do processo de ensino-aprendizagem, visto que estas são mediadas pelo uso de tecnologias de informação e comunicação, além da ação efetiva de docentes e tutores que acompanham o desenvolvimento e a formação discente. Dessa forma, a comunidade universitária, especialmente as unidades acadêmicas e instâncias que atuam em interface direta com a SEDIS, devem ser induzidas à reflexão contínua e sistemática quanto à incorporação de procedimentos

pedagógicos e administrativos que viabilizem a inserção da EaD no cotidiano da Universidade, contribuindo, dessa forma, para a concretização da missão universitária em assegurar a formação acadêmica de qualidade e a difusão do conhecimento em sua forma sistemática a todos que fazem a sociedade norte-rio-grandense.

Nessa direção, compreende-se que o diálogo permanente entre todos os que fazem a UFRN é fundamental para a consolidação das ações de EaD e sua institucionalização, fazendo com que essa realidade potencialize a presença da universidade em suas ações articuladas com os segmentos da sociedade e contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento autossustentável, intelectual, econômico e social do Estado e do país.

O processo de discussão sobre a institucionalização da EaD na UFRN foi iniciado em 2010, ainda de forma tímida. Contribuíram para esse começo a mudança de gestão da SEDIS, a partir de setembro do referido ano, a nova lotação dos professores nos departamentos e a criação dos novos cursos tanto em nível de graduação quanto em pós-graduação lato e stricto sensu. Durante o ano de 2011, foi uma meta prioritária da SEDIS discutir e viabilizar a continuidade desse processo. Nesse sentido, foram abertos canais de diálogo e reflexão sobre o tema e sobre as atribuições e responsabilidades de cada setor envolvido.

Pode-se destacar, nesse contexto, a revisão do Regimento da SEDIS, redefinindo sua estrutura organizacional e finalidades. Outro passo dado foi a articulação com as pró-reitorias de graduação, extensão e pós-graduação, com o estabelecimento de uma agenda de trabalho comum. Como desdobramento dessa articulação, tem-se a definição de diretrizes para o processo de institucionalização, com o estabelecimento de procedimentos comuns a serem adotados pelas instâncias envolvidas.

Mesmo tendo avançado na articulação político-institucional em nível de gestão, o cumprimento dessa meta é parcial e ela deve continuar sendo colocada como prioritária para o exercício de 2012, uma vez que pouco se avançou na articulação com os centros e departamentos acadêmicos, aos quais estão vinculados os cursos. O crescimento da EaD traz como desafio a necessidade de repensar a atuação da Secretaria junto aos cursos; sua relação com centros, departamentos e coordenações de cursos; a ampliação das parcerias para consolidar as ações de ensino e extensão e a inserção nas políticas nacionais voltadas para EaD, propiciadas pela UAB/Capes, e outros editais que tenham por finalidade melhorar a oferta dessa modalidade de ensino.

Nessa direção, o plano de gestão para EaD tem traçado metas de curto, médio e longo prazos. Considerando, nesse planejamento, as interferências das tecnologias da informação nos processos educativos e observando-se, portanto, a interface entre ensino presencial e a distância como as duas faces de uma mesma moeda. O desenvolvimento de pesquisas e a produção de

saberes é outro aspecto que merece destaque, de modo que tenhamos formulações críticas que deem subsídios às ações projetadas. Deve-se considerar, ainda, o processo de institucionalização da EaD na UFRN, o que supõe definir políticas para financiamento, recursos humanos, manutenção e ampliação de estruturas físicas e de aquisição de materiais. Muitos caminhos foram abertos envolvendo o ensino de graduação, pós-graduação lato e stricto sensu, aperfeiçoamentos, capacitações. Cabe agora ter nas mãos um projeto que sinalize os passos a serem dados e sujeitos comprometidos com as suas realizações.

Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	8282	A	4	Vaga disponibilizada	7.016	2.960	2.870

O valor correto para execução física da “Ação 8282” (ganho de vagas no vestibular da UFRN em 2011 decorrente do programa REUNI) é de 3.011 vagas realizadas no ingresso a graduação conforme tabelas abaixo. Ocorreu um equívoco quando da inserção do valor de 2.960 vagas no SIMEC.

A atuação da UFRN em relação à Ação 8282 no ano de 2011 teve o objetivo básico de contribuir no apoio à expansão de vagas realizada e minimizar a evasão estudantil, mantendo o padrão de qualidade no ensino.

A UFRN, através do REUNI, disponibilizou em 2011 um total de 3.011 novas vagas de ingresso na graduação presencial, sendo 2.458 pelo Vestibular e SiSU, 484 por Reingresso e 69 pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Os números de vagas do vestibular e SiSU correspondem ao incremento em relação ao referencial do vestibular de 2007.

Neste sentido, foram 1.210 vagas em 14 novos cursos noturnos; 1.151 vagas em 16 novos cursos diurnos; 66 vagas em 9 cursos noturnos existentes; e 287 em 26 cursos diurnos existentes. Para o processo seletivo do SiSU em 2011, a UFRN disponibilizou 245 vagas para ingresso nos seguintes cursos no primeiro semestre: Agronomia; Engenharia Florestal; Engenharia de Software; Geofísica; Zootecnia; e Gestão Hospitalar. Dentre estes, Agronomia e Gestão Hospitalar constituem-se em novos cursos diurnos ofertados para o ano de 2011. Os dados da Tabela 37 permitem uma melhor visualização e detalham as novas vagas, os cursos criados e expandidos nos cursos de graduação presencial no período de 2008-2011 através do Vestibular e SiSU.

Tabela 37 – Resumo das vagas disponibilizadas pelo Vestibular e SiSU no período 2008-2011

MODALIDADE / VAGAS DISPONIBILIZADAS	2008	2009	2010	2011
Novos Cursos Noturnos	0	845	1205	1210
Novos Cursos Diurnos	60	655	1031	1151
Ampliação Cursos Noturnos	7	61	66	66
Ampliação Cursos Diurnos	12	161	79	31
Totais	79	1722	2381	2458

Fonte: REUNI.

Em 2011 foram disponibilizadas vagas para Reingresso através de 2 editais, aprovadas pelo CONSEPE, totalizando 484 vagas, das quais 169 em cursos noturnos. Neste mesmo ano foram criados os novos cursos Pós Bacharelado em Ciências e Tecnologia: Engenharia Biomédica; Engenharia Ambiental; Engenharia Mecatrônica; e Engenharia de Telecomunicação; que juntamente com Engenharia de Petróleo disponibilizaram 80 vagas de reingresso restrito a portador de diploma de curso superior, ou técnico de nível superior. Ainda, em 2011, a UFRN disponibilizou 69 vagas para o Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G) nos vários cursos de graduação. Os dados da Tabela 38 mostram a expansão de vagas de ingresso na graduação presencial através de todos os processos seletivos no período 2008-2011.

Tabela 38 – Resumo das vagas disponibilizadas pelo Vestibular e SiSU, Reingresso e PEC-G no período 2008-2011

PROCESSO SELETIVO / TOTAIS DE VAGAS	2008	2009	2010	2011
Vestibular e SiSU	79	1722	2381	2458
Reingresso	102	107	80	484
PEC-G	62	50	80	69
Totais	243	1879	2541	3011

Fonte: REUNI.

Em 2011 foram disponibilizadas 1.655 bolsas para estudantes abrangendo: inovação tecnológica; iniciação científica; extensão; iniciação à docência; monitoria; e auxílio financeiro (Tabela 39).

Tabela 39 – Bolsas de Assistência Estudantil REUNI disponibilizadas no período 2008-2011

TIPO DE BOLSA	2008	2009	2010	2011	TOTAL ACUMULADO EM 2011
Inovação Tecnológica	0	50	50	50	150
Iniciação Científica	0	80	140	100	320
Extensão	0	170	60	90	320
Iniciação à Docência	0	35	35	35	105
Monitoria	0	180	170	60	410
Auxílio Financeiro	200	50	50	50	350
Totais	200	565	505	385	1655

Fonte: SIPAC/UFRN.

Os cursos expandidos ou criados através do REUNI receberam recursos para custeio. A UFRN também custeou a vinda de professores externos para comporem bancas examinadoras nos concursos para seleção e contratação de novos professores.

De acordo com os dados da Tabela 40 observa-se que a UFRN já ultrapassou o número de cursos pactuados no total e cumpriu-se até o presente ano a meta do número de cursos noturnos. Quanto ao número de vagas disponibilizadas no período observa-se que há um déficit de 383 quanto às vagas totais pactuadas, mas por outro lado, ultrapassou-se em 65 a meta do total de vagas noturnas. Com relação às matrículas projetadas observa-se que no período 2008-2011 a UFRN já disponibilizou 11.700,71 vagas no total, sendo 5.899,95 noturnas. Quanto aos alunos diplomados observa-se que nos anos de 2008 e 2009 as metas foram atingidas, no entanto, no ano de 2010 este indicador ficou aquém do pactuado, conseqüentemente, o mesmo ocorreu em relação à taxa de conclusão. Os dados do ano de 2011 ainda estão se processando.

Tabela 40 – Indicadores totais e noturnos pactuados e executados nos cursos de graduação presencial no período 2008-2011

INDICADORES		2008		2009		2010		2011	
GRADUAÇÃO		PACTUADO	DISPONIB.	PACTUADO	DISPONIB.	PACTUADO	DISPONIB.	PACTUADO	DISPONIB.
Número de Cursos	Total	77	86	98	104	99	105	102	107
	Noturno	19	20	32	32	33	33	33	33
Vagas Anuais	Total	4.263	4.169	6.049	5.805	6.642	6.467	6.807	6.937
	Noturno	1.014	994	1.959	1.902	2.259	2.246	2.260	2.415
Matrícula Projetada	Total	20.600,97	22.242,56	28.381,88	29.550,59	30.562,32	31.456,12	31.452,30	33.943,09

(MAT)	Noturno	4.669,58	4.578,34	8.718,69	8.471,92	9.797,59	9.676,78	11.168,99	10.478,27
Alunos Diplomados (DIP)	Total	2.797	2.891	2.900	3.035	3.083	2.931	3.278	Em Processo
	Noturno	719	1.377	738	669	770	677	786	Em Processo
Taxa de Conclusão (TCG)		0,68	0,71	0,73	0,77	0,77	0,75	0,81	Em Processo

Fonte: SESu-MEC/CONSEPE/SIGAA-UFRN.

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	122	1073	09HB	OP	4	-	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física
12	122	1073	09HB	OP	4	-	Não houve previsão de meta física	-	Não houve previsão de meta física

Ação com a finalidade de assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Pela própria natureza da ação, não existe produto e meta definidos para análise e avaliação, cabendo somente uma avaliação com relação ao comportamento financeiro, ou seja, que no ano em análise, o orçamento e créditos suplementares ocorridos permitiram a completa regularidade no recolhimento dos encargos previdenciários gerados por força dos pagamentos das despesas da força de trabalho da Instituição.

Ação 11I9 – REUNI – Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	11I9	P	4	Vaga disponibilizada	7.016	2.960	Orçamento não prevê esta Ação

Dando continuidade à execução do projeto REUNI celebrado pela UFRN e a União, representada pelo Ministério da Educação, através do acordo de metas nº 16, datado de março de 2008, foi prevista para o ano de 2011, na ação 11I9 – REUNI – Readequação da Infra-Estrutura da UFRN uma meta física de 6.807 vagas disponibilizadas.

Em 2011, a UFRN contratou as seguintes obras:

- Construção do Bloco IV, para a Residência Universitária, no Campus Central (CC 17/10);
- Construção da Central de Gases e Reagentes e Reformas no Subsolo e Segundo Pavimento do Prédio do Curso de Farmácia (TP 15/2011);
- Construção de Residências Universitárias no Campus de Santa Cruz (CC 04/11);
- Construção do Bloco 02 do Pavilhão Acadêmico do Campus de Santa Cruz (CC 07/10);
- Ampliação do Prédio da Reitoria, no Campus Central (CC 05/2011);
- Construção do Departamento de Nutrição, no Campus Central (CC 16/2010);
- Reforma e Ampliação do Pavimento Administrativo do CCET, no Campus Central (CC 12/10);
- Ampliação do Laboratório de Engenharia Química para Implantação do Laboratório de Fenômeno dos Transportes, no Campus Central (TP 33/10);
- Reforma e Ampliação de Laboratórios do Núcleo de Tecnologia Industrial do CT, no Campus Central (TP 03/11);
- 2ª Etapa da Reforma e Ampliação do Núcleo Tecnológico Industrial referente à Reforma para Implantação do Laboratório de Plasma – LABPLASMA, no Campus Central (TP 13/11);
- Construção do Anexo para o Curso de Ecologia, Laboratório de Matrizes e Sala de Professores do CB, no Campus Central (CC06/11);

- Recuperação da Cobertura do Restaurante Universitário no Campus Central (TP 11/11);
- Segunda Etapa do Centro de Educação, no Campus Central (CC 18/10).

Todas as obras já concluídas necessitaram de aquisição de novos equipamentos para instalações de novos Laboratórios. Dentre os cursos beneficiados com equipamentos em 2011, destacamos: Engenharia Biomédica; Engenharia Química; Engenharia de Materiais; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Comunicação; Engenharia de Computação; Engenharia Elétrica; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Mecânica; Engenharia do Petróleo; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Ambiental; Engenharia Têxtil; Química; Geofísica; Ciências Atuariais; Matemática; Artes; Geografia; História; Letras; Ciências Contábeis; Medicina; Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde; Fonoaudiologia; Farmácia; Enfermagem; Fisioterapia; Nutrição; Odontologia; Educação Física, Ciências Biológicas, Ecologia; Biomedicina e as Licenciaturas através do Centro de Educação – no Campus Central; Nutrição, Enfermagem e Fisioterapia - no Campus de Santa Cruz.

Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1375	4006	A	4	Aluno matriculado	4.500	4.279	Orçamento não prevê esta Ação

O ensino de pós-graduação da UFRN é caracterizado por um sistema complexo, constituído por cursos de Aperfeiçoamento, Especialização, Residências em Saúde (Médicas, Multiprofissionais e Buco-Maxilo-facial), definidos como “*Lato-sensu*”. O mais marcante são os cursos “*Stricto-sensu*”, que são os cursos de Mestrado (acadêmico e profissional) e Doutorado.

No contexto regional tem a marca de um sistema de bastante qualidade e referência nacional em algumas áreas de conhecimento, como as Engenharias e Biológicas, Saúde e Exatas. Todos os seus cursos de Mestrado e Doutorado têm a chancela da CAPES e do Conselho Nacional de Educação, respondendo, atualmente por aproximadamente 90% da oferta de cursos no Estado do Rio Grande do Norte.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/2010-2019 define três políticas básicas, referenciais para suas ações, sempre levadas em consideração:

1. Consolidação e busca permanente da excelência acadêmica.

2. Crescimento anual com a criação e a implantação de novos cursos de mestrado e doutorado, principalmente em áreas estratégicas para o desenvolvimento institucional do Estado e da Região Nordeste, mas sem perder de vista as demandas para o desenvolvimento nacional, no que diz respeito à formação de recursos humanos.
3. Interação com os cursos de graduação e com ações de extensão da universidade, principalmente no que diz respeito à Inovação tecnológica e à transferência de conhecimento e tecnologia.

Os dados e ações vinculadas a cada uma dessas macropolíticas explicitadas no PDI incorporam, também, os resultados da Avaliação Trienal realizada pela CAPES (avaliação externa, por pares) em 2010, referente ao período 2007/2009. Uma análise comparativa dos dois Sistemas aponta para uma semelhança de desempenho entre a UFRN (com 74 cursos avaliados) e as diversas regiões do país, nas diferentes áreas de conhecimento.

Destaca-se que a UFRN não tem nenhum curso com nota 7 (topo da pirâmide), mas em contrapartida também não tem nenhum curso nos níveis inferiores da curva de distribuição (1 e 2). Do seu perfil ressalta-se uma concentração de cursos com nota 4 e a maioria dos programas com nota 3 são recém criados, sendo que dois programas têm nota 6.

A assimetria se configura nos conceitos obtidos na avaliação. As melhores performances são percebidas nos cursos das Tecnológicas, Exatas e Saúde/Biológicas. Os cursos com nota 3 são mais prevalentes nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, indicando a necessidade de políticas indutoras da melhoria da qualidade em patamares mais elevados. Em sequência, serão descritas as oportunidades geradas com essa finalidade: A Instituição, a partir de ações conjuntas PPG/PROAD instituiu um contrato para facilitar a organização dos artigos científicos, nos idiomas de inglês, francês e espanhol, estimulando assim a publicação de artigos científicos de autoria de docentes e alunos da pós-graduação em periódicos internacionais.

1. A designação de vagas estratégicas para viabilizar a contratação de doutores para o fortalecimento do corpo docente dos programas nessas condições.
2. Definição de prioridades nos editais internos, como o Pró-Equipamentos e o PNPDI Institucional para os cursos sediados no CCHLA e CCSA, com fragilidades de infraestrutura e de quadro docente.
3. Com a mesma compreensão vem sendo monitorado pela Pró-reitoria a concessão de vagas para Professor Visitante REUNI, Bolsa REUNI de Pós-Doutorado e Bolsa de Assistência ao Ensino, onde alunos de pós-graduação, M/D atuam em disciplinas de graduação. Estas iniciativas proporcionaram incremento/reforço ao corpo docente dos cursos de pós-graduação e tem

atuação em projetos integrados com a graduação. Ao todo são 24 professores visitantes, 30 em estágio pró-doutoral e 213 de pós-graduação REUNI G/PG.

Articulação das Políticas de Pós-Graduação

Como estabelece o PDI/UFRN, as macro políticas de pós-graduação se articula operacionalmente por meio das seguintes ações:

1. Do acompanhamento e da avaliação contínua:

Considerando a assimetria do Sistema, as diferentes demandas dos programas a articulação das políticas nortearam a ação da Pró-reitoria conforme descrição em sequência. O desempenho dos programas de pós-graduação no Brasil é objeto de avaliação pela CAPES, que se constitui na agência pública responsável pela acreditação e formato dos cursos de pós-graduação. Ocorre com periodicidade trienal e acompanhamento anual, através de relatórios COLETA CAPES. Os programas recebem notas numa escala de 1 a 7. As notas 1 e 2 indicam a insuficiência de mérito acadêmico e conseqüente descredenciamento, enquanto as notas 6 e 7 indicam o desempenho de referência e de inserção internacional.

Além da avaliação externa, feita pela diretoria de Avaliação da CAPES – DAV – CAPES a Pró-Reitoria executa um acompanhamento permanente do desenvolvimento das atividades dos programas e acompanhamento anual, tomando como referência a ficha de avaliação disponibilizada em seu site, ocasião em que trabalha com o coletivo dos colegiados. De forma complementar, a auto-avaliação realizada pela UFRN indica as medidas corretivas e a implementação de políticas de desenvolvimento, com vistas ao alcance da excelência acadêmica.

Em 2011 a instituição se definiu pela realização da 2ª versão da auto-avaliação da Pós-Graduação, de conformidade com os pressupostos norteadores do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do ensino Superior); a primeira experiência ocorreu em 2006 e sob a orientação e acompanhamento da CPA. O processo iniciado no 2º semestre de 2011 vem sendo realizado por centro acadêmico, com viés nas áreas de conhecimento da CAPES. O primeiro centro foi o Centro de Tecnologia, com as Engenharias em foco.

O processo será realizado conforme metodologia descrita em etapas, a seguir:

1. Visita da Pró-Reitoria de Pós- graduação aos colegiados dos cursos, para refletir sobre o relatório de avaliação da CAPES, identificando as fragilidades e os avanços
2. Realização de oficinas coordenadas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e CPA, por área de conhecimento, com a presença de coordenadores de área da CAPES e a participação de professores e alunos da pós-graduação da UFRN.

3. Reunião dos colegiados dos programas de pós-graduação para com base nos resultados da CAPES e do que foi discutido na 2ª etapa da auto-avaliação e planejar o próximo triênio para superar as fragilidades e garantir a qualidade acadêmica.

Neste mesmo período foi iniciado o processo de auto-avaliação das Residências em Saúde (28 Programas de Residência Médica, 05 Residências Multiprofissionais e 01 Residência em Buco-maxilo-facial) obedecendo à metodologia descrita a seguir:

- Levantamento dos documentos do marco regulatório,
- Planejamento das atividades (CPA, Complexo hospitalar e Saúde)
- Reunião com Diretores de Hospitais, coordenadores de COREME e COREMU, Coordenadores dos Programas de Residência, para apresentação do processo e solicitar apoio.
- Preparação dos formulários para levantamento de dados dos residentes/docentes-preceptores/coordenadores
- Aplicação e análise dos formulários
- Realização do seminário com a presença da Coordenação Nacional.
- Relatório de auto-avaliação. Encaminhamento aos setores competentes para as providências.

Em relação à Política Nacional de Educação a Distância começou a incentivar a oferta de cursos em nível de especialização e mestrado. A UFRN/SEDIS, tendo participado ativamente dessa iniciativa, articulando institucionalmente e dando suporte à implementação e funcionamento dos cursos.

São ofertados cursos de especialização nas áreas de Administração Pública e Mídias na Educação, que totalizam um acompanhamento de 1.100 alunos. Esses cursos foram resultados de editais nacionais que a universidade participou e atendem as características e exigências postas em cada um.

Os cursos possuem Projeto Pedagógico aprovado institucionalmente, os quais delineiam as concepções e condições básicas de seu funcionamento na modalidade à distância quanto a: concepção de EaD e currículo no processo de ensino-aprendizagem; formas de interação e comunicação entre alunos, professores, tutores por meio da plataforma de aprendizagem Moodle; material didático a ser utilizado, sistema de avaliação da aprendizagem, com peso maior para as atividades presenciais e do projeto pedagógico; equipe multidisciplinar; infra-estrutura de apoio nos pólos, sistema de tutoria, oferta modular dos componentes curriculares.

A forma de ingresso dos alunos ocorre por meio de seleção estabelecida em edital; o financiamento geral do aluno se realiza a partir de orçamentos que são repassados pelo MEC/Capes/UAB para atender a finalidade do curso; há pagamento de bolsas pelo sistema FNDE para coordenadores, professores e tutores que atuam, seja na gestão acadêmico-administrativa dos cursos, seja na parte pedagógica e/ou acompanhamento de disciplinas.

Ação 8667 – Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	571	1375	8667	A	4	Pesquisa publicada	4.400	4.935	Orçamento não prevê esta Ação

No registro de suas ações no SIMEC, que se dão por meio do indicador “pesquisas publicadas” está contida uma série de atividades que envolvem a realização da política de pesquisa e que se expressa a partir da publicação da produção acadêmica da UFRN, tanto de seus pesquisadores como dos seus alunos, que integram os programas de formação de recursos humanos para a pesquisa, alunos bolsistas e voluntários, que atuam na condição de iniciantes sob a orientação de docentes, tanto na pesquisa científica básica como na pesquisa para o desenvolvimento tecnológico e inovação na instituição.

Estas atividades incluem artigos publicados em revistas técnico-científicas pelos pesquisadores; livros completos; capítulos de livros; projetos de pesquisa em andamento; planos de trabalho de alunos de iniciação científica e iniciação ao desenvolvimento tecnológico e inovação. Além de resumos apresentados pelos alunos no Congresso de Iniciação Científica; relatórios parciais e finais de alunos de iniciação científica e iniciação ao desenvolvimento tecnológico e inovação como também, relatórios de pesquisa dos docentes e outras, como pedidos de patente e projetos de transferência de tecnologia

As 4.935 (quatro mil, novecentos e trinta e cinco) pesquisas publicadas alcançadas no ano de 2011 pela UFRN refletem uma conjuntura nacional positiva em relação às oportunidades de captação de recursos para a pesquisa e à contratação/formação de RH e de políticas institucionais arrojadas e compatíveis com estas oportunidades, as quais destacamos a seguir:

- Aumento do número de professores no seu quadro permanente;
- Realização do XXII Congresso de Iniciação Científica (CIC) da UFRN em 2011;

- Integração destes professores aos projetos e Grupos de Pesquisa já existentes;
- Criação de novos Grupos de Pesquisa por estes professores, considerando que no ano de 2011, foram criados cerca de 30 novos grupos;
- Desenvolvimento concomitante de projetos e linhas de pesquisa novas, uma vez que para a criação dos grupos é necessário que docente esteja vinculado a um projeto em desenvolvimento aderente a uma linha;
- Ampliação dos programas de bolsa de Iniciação científica (IC) e Iniciação ao Desenvolvimento tecnológico e inovação, que foram ampliados em cerca de 10% a partir das agências de fomento (CNPq e FINEP) e do programa REUNI;
- Implantação do Programa Petrobras de Formação Recursos Humanos em Química do Petróleo, RH-PB 22ANP, com 110 bolsas de iniciação científica, 11 bolsas de Mestrado e 15 bolsas de Doutorado;
- Criação de novos cursos e consolidação de cursos já existentes, com um aumento da pós-graduação e mudança de exigências de alguns dos Programas que passaram a colocar como pré-requisito para a defesa de teses e dissertações a submissão/aceite dos artigos pelos periódicos e/ou livros técnico-científicos;
- Aumento na captação de recursos pelos pesquisadores e pela Instituição junto às agências de fomento, melhorando a infraestrutura dos laboratórios com conseqüente ampliação das publicações.

O XXII Congresso de Iniciação Científica – CIC aconteceu no período de 17 a 21 de outubro de 2011. Nesse congresso foram inscritos e aceitos 1306 resumos de alunos com bolsas REUNI-IC; PIBIC-CNPq (IC, IT, EM e AF) e voluntários, dos quais 1162 foram apresentados e integralmente avaliados no Congresso.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	122	0087	2272	A	4				

A coordenação desse projeto informa que devido as exigências da resolução N° 028/2011 interna da UFRN, o projeto encontra-se em tramitação e avaliações nos setores da UFRN, portanto a coordenação ainda não procedeu despesas necessárias a execução do projeto.

Ação 8793 – Formação de Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
14	128	0152	8793	A	4				

O Curso de Formação Continuada dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo se propõe a fornecer a capacitação continuada dos profissionais, gestores, técnicos e monitores que atuam no sistema socioeducativo do estado do Rio Grande do Norte, possibilitando-lhes um conhecimento mais abrangente acerca da garantia de direitos dos adolescentes em conflito com a lei, bem como qualificando a atuação desses profissionais.

Trata-se de uma capacitação de 160h/aula para os operadores do sistema socioeducativo no Rio Grande do Norte, especificamente nas cidades-pólo de Natal, Mossoró e Caicó, com período de vigência de outubro de 2011 até agosto de 2012.

Descrição das metas

Capacitação de 235 operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo

Foi realizado um estudo sobre a atual conjuntura do sistema socioeducativo no RN e decidiu-se o acréscimo de 25 vagas no curso (20 referentes ao pólo Natal e 05 referentes ao pólo Caicó), totalizando 260 participantes.

Os 260 cursistas estão distribuídos em 06 turmas, de acordo com a região em que atuam. Em cada turma, optou-se por mesclar profissionais que trabalham com medidas socioeducativas em meio fechado e em meio aberto, a fim de que se possa construir uma maior troca de experiências e uma melhor compreensão do SINASE de forma geral.

Ação 6247 – Capacitação de Profissionais para Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
14	128	0153	6247	A	4				

O objeto de Avença desta ação é implantar o Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares do Estado do Rio Grande do Norte – “Escola de Conselhos”.

Resultados

No período de agosto a dezembro de 2011, a Escola de Conselhos/RN promoveu, além de ações formativas para conselheiros, uma Mesa Redonda, aberta à participação da comunidade acadêmica, visando impulsionar a implementação do Curso de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares, com o tema “*Diálogos entre o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Educação: desafios e perspectivas para a garantia da proteção integral de crianças e de adolescentes*”. Este evento contou com 188 participantes.

Em relação ao Curso, nas cidades de Natal e Mossoró, foram capacitados 323 conselheiros, sendo 130 conselheiros de direitos e 193 conselheiros tutelares, de 31 municípios da Região metropolitana de Natal e Agreste Potiguar e 09 municípios da Região Oeste. No total são 40 municípios já contemplados.

A abordagem metodológica das ações formativas de conselheiros compreendeu a proposta pedagógica do Projeto - Escola de Conselhos - que valoriza o respeito às diversidades, demandas e saberes dos participantes e, ainda, o uso de diferentes instrumentos pedagógicos, aulas presenciais dialogadas e trocas de experiências e vivências, com vistas a subsidiar o processo de apreensão da realidade e a construção coletiva de conhecimentos sobre essa realidade, afim da qualificar as intervenções dos conselheiros, dentro de um processo de afirmação de uma cultura de direitos.

O curso tem uma carga horária de 72 horas, em três módulos de 24 horas cada, e está sendo oferecido, de forma descentralizada, em cinco cidades pólo: Natal, Mossoró, Pau dos Ferros, Caicó e Nova Cruz.

O desafio é fortalecer os Conselhos de Direitos e Tutelares, como atores do Sistema de Garantia de Direitos, na perspectiva da universalização e promoção de direitos de crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Norte.

Avaliando o desenvolvimento do Curso, nos três módulos, a partir dos objetivos propostos, evidencia-se alguns pontos reveladores no que concerne a realidade dos Conselhos nos municípios dos pólos de Natal e Mossoró, sinalizando, entre outros, que:

- Há dificuldades e incompreensões, por parte da maioria dos conselheiros, quanto às funções e atribuições dos Conselhos;
- A grande maioria dos conselheiros não tem conhecimento dos Planos na área da infância e da adolescência;
- Existe uma frágil articulação entre os Conselhos, comprometendo dessa forma a efetivação dos direitos de crianças e de adolescentes por eles atendidos;
- Os Conselhos de Direitos, em sua maioria, encontram-se desativados ou funcionando precariamente;
- Há precariedade de infraestrutura nos Conselhos Tutelares, por exemplo, computadores e pessoal qualificado, o que dificulta a implantação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), nos municípios.
- Há carência nos municípios de estudos e dados sobre a situação das crianças e dos adolescentes e suas famílias, a fim de subsidiar o planejamento de suas ações e a elaboração e implementação de políticas.

Isso demanda para a Escola de Conselhos, a necessidade de pesquisas privilegiando, a identificação dos limites e potencialidades dos conselhos de direitos e tutelares, a caracterização desses conselheiros, no sentido de fortalecê-los como espaços democráticos. É premente que se empreendam esforços com vistas à elaboração de um diagnóstico sobre as condições de funcionamento dos conselhos, perfil dos conselheiros de direitos e tutelares e a produção de textos que possam subsidiar atuação destes.

Adoção de Medidas

Quanto à formação em processo, tomando-se os relatórios dos educadores, especificamente do módulo III, depreende-se que esta oportunizou, aos participantes, focar em questões e desafios enfrentados pelos Conselhos de Direitos Tutelares no exercício de suas funções, com vistas a desenvolver a capacidade reflexiva destes.

Resultados esperados

A formação foi realizada tendo em vista à consolidação dos objetivos propostos no Plano de Curso, habilitando os conselhos a:

- Fazer uma leitura crítico-reflexiva da realidade social na perspectiva do atendimento das demandas municipais relativas à situação de crianças, adolescentes e suas famílias;
- Reconhecer os direitos da criança e do adolescente no âmbito dos direitos humanos;
- Compreender as atribuições e competências dos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente e dos Conselhos dos Direitos e Tutelares como atores institucionais, respectivamente, de promoção/controle social e de proteção/defesa da criança e do adolescente;
- Contribuir para que o desempenho das funções de conselheiros potencialize esses conselhos como órgãos legais de controle das ações públicas e de formulação das diretrizes da política local de atendimento, e, de defesa dos direitos de crianças e adolescentes;
- Apropriar-se de ferramentas legais, conceituais e procedimentais necessárias ao exercício de suas funções de controle, monitoramento, avaliação das políticas públicas municipais e de defesa de crianças e adolescentes com os seus direitos violados.

Por tratar-se de oficinas de trabalho, as quais exigem maior participação e produção de conhecimento pelos participantes, foi estimulada a capacidade reflexiva dos educandos a partir da exposição dialogada, de momentos de leitura e reflexão de conteúdos específicos e, sobretudo de discussão coletiva desses conteúdos.

O resultado da formação realizada junto aos conselheiros de direitos e tutelares, das cinco turmas da cidade de Natal, revelou que cerca de 80% dos conselheiros avaliaram como satisfatório, quando indagados sobre a apreensão de novos conteúdos, atendimentos aos objetivos do Curso e interação entre os conselheiros. Já em relação ao atendimento as suas expectativas, o índice de satisfação cai para 60% .

Tomando-se com referência a proposta da formação adotada pela Escola de Conselhos, evidenciam-se, a partir dos gráficos que se seguem, resultados positivos em relação na abordagem metodológica.

Considerando as dinâmicas, conteúdos apresentados e recursos didáticos, reforça-se o que já foi apontado, anteriormente, que os objetivos da formação em andamento no âmbito da Escola vem sendo alcançados. Para mais de 80% dos participantes do Curso, o conteúdo priorizado

na formação vem de forma significativa contribuído para estimular os conselheiros a se aprofundarem nas questões relativas à situação de criança e adolescente nos seus municípios.

Sobre a relação entre educadores e conselheiros, os dados da avaliação mostram que, nos três módulos, a interação entre os conselheiros e educadores, bem como a forma como o conteúdo é exposto, dinamizada pela reflexão e troca de opiniões dos participantes entre si e entre educadores, são avaliados como satisfatórios por mais 80% dos conselheiros.

É importante destacar, a preocupação dos conselheiros participantes do Curso com a questão da articulação entre os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares. Há clareza dos conselheiros de quais são os desafios a serem enfrentados, no dia-a-dia.

Espera-se que, a partir dessas reflexões, a intervenção dos conselheiros de direitos e conselheiros tutelares ganhe novas contribuições e significações, particularmente na discussão das prioridades relativas às diretrizes das políticas públicas locais e no controle social de suas respectivas redes de programas, ações e serviços para o atendimento dos direitos de crianças e de adolescentes.

Em relação aos resultados alcançados, destaca-se grandes desafios para a gestão da Escola, em especial a necessidade de elaboração e implementação de um projeto político pedagógico, na perspectiva da continuidade e qualidade da formação de conselheiros dos direitos de conselheiros tutelares no Estado do Rio Grande do Norte.

Ação 6237 – Desenvolvimento de Pesquisa nas Unidades Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	572	0461	6237	A	4				

Funcionamento, manutenção e o desenvolvimento das atividades científicas, técnicas e administrativas dos centros regionais do INPE: Centro Espacial de Cachoeira Paulista/SP (com uma área de 10,15 km², contendo atualmente 76 prédios e área construída de 24.676m²); Unidade do INPE de Natal/RN (com subunidades em Eusébio e Itaitinga - CE, e São Luiz - MA), juntamente com a infra-estrutura integrada de suas subunidades; Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais em Santa Maria e São Martinho/RS CRSPE/INPE MCT, no campus da UFSM, em Camobi – Santa Maria/RS, juntamente com a infraestrutura integrada de sua subunidade, o Observatório Espacial do

Sul OES/CRSPE/INPE MCT, em São Martinho da Serra/RS e do Centro Regional da Amazônia - CRA em Belém.

Finalidade

Assegurar e promover os recursos necessários para o funcionamento dos Centros Regionais do INPE em Cachoeira Paulista / SP (CES/INPE); Norte e Nordeste (CRN/INPE), com instalações em Natal / RN, Euzébio e Itaitinga / CE, e São Luis / MA; do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais no Estado do Rio Grande do Sul; e do Centro Regional da Amazônia - CRA com sede em Belém no Pará. *UO: 24101 - Ministério da Ciência e Tecnologia*

Produto: Pesquisa realizada Unidade de Medida: unidade

Implementação Direta

A Ação de Funcionamento dos Centros Regionais do INPE em Cachoeira Paulista/SP e Região Norte / Nordeste possui as seguintes estratégias de execução: manter contratos de prestação de bens e serviços já em andamento, bem como contratar novos serviços que se fizerem necessários, para garantir o pleno funcionamento dos centros (vigilância, limpeza predial, energia elétrica, água, telefonia, manutenções de sistema viário, de áreas verdes, veículos, máquinas e equipamentos em cachoeira Paulista/SP e instalações no Norte e Nordeste; contratação de outros serviços terceirizados de manutenção (rede hidráulica, rede telefônica e de dados, rede elétrica, manutenção civil, refrigeração), melhorias no sistema viário interno (estradas, pontes), melhorias nos sistemas de rede elétrica, rede hidráulica, rede de dados e rede de telefonia; proposição de vagas de pessoal para abertura de concurso público, em substituição de alguns serviços terceirizados; fornecimento de vagas de estágios para os Centros e suas Sub-Unidades. As ações implementadas serão acompanhadas e avaliadas através de Termos de Compromisso de Gestão - TCGs, assinados, anualmente, pela direção do Instituto com o MCT, através da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa e por visitas técnicas de especialistas.

Ação 6995 – Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	0461	6995	A	4				

Os recursos oriundos da Ação contemplam na UFRN, dois projetos:

1. O projeto “Programa Entidades Associadas ON/UFRN”, teve início em 2011 e se propõe a aprofundar as relações institucionais nas áreas de geofísica e cosmologia, entre o Observatório Nacional e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O projeto contempla várias iniciativas, incluindo-se:

- Intensificar o fluxo de pesquisadores, pós-doutores e estudantes entre a UFRN e o ON;
- Estimular o intercâmbio técnico e científico entre as duas instituições, compartilhando o uso de equipamentos científicos sempre que possível;
- Organizar escolas e workshops;
- Desenvolver ferramentas computacionais;
- Realizar trabalhos de campo conjuntos (UFRN/ON) na área de geofísica;
- Publicar artigos técnicos e científicos.

Os recursos foram recebidos em dezembro de 2011, quando se iniciou a execução das ações administrativas visando a execução das várias etapas do projeto

A execução das etapas do projeto será efetuada ao longo do ano de 2012, uma vez que os recursos da descentralização só foram disponibilizados no final de 2011. Podemos relatar, por outro lado, que o intercâmbio e cooperação científica e técnica entre as duas entidades associadas vem se dando da melhor forma possível, já sendo possível destacar alguns resultados advindos dessa cooperação:

- Na área de cosmologia, foram publicados/submetidos alguns artigos ligados aos temas científicos que foram definidos como prioritários no projeto: energia escura, tanto do ponto de vista de propriedades físicas como dos vínculos observacionais.
- Na área de geofísica, apesar de ainda não se poder apresentar resultados científicos resultantes de observações que dependem da realização de trabalhos de campo, o intercâmbio científico entre as instituições vem se dando de forma bastante dinâmica, com a cessão de 08 estações

sismográficas de banda larga do ON, que serão instaladas na região da Província Borborema. Além disso, ON e UFRN, juntamente com outras instituições envolvidas com o monitoramento sísmico do Brasil, tem se reunido para definir sistemas de transmissão de dados via satélite, integrando as informações colhidas nas varias estações sismológicas instaladas em várias partes do Brasil.

Desta forma, isto é o que temos a relatar quanto à gestão do projeto “Programa Entidades Associadas ON/UFRN”, referente ao ano de 2011.

Ação 8976 – Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	572	0471	8976	A	4				

Estas ações estão associadas ao Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT - da UFRN.

As ações de Divulgação do NIT, no ano de 2011, foram constituídas pela distribuição de Folders sobre Patentes e Programas de Computador, conclusão de uma nova página na Internet (<http://www.nit.ufrn.br>) e palestras sobre Inovação Tecnológica (UERN, IFRN, ECT, Engenharia Elétrica da UFRN). Espera-se que as ações de divulgação levem a uma mudança de patamar nos pedidos de proteção da propriedade intelectual.

Merece destaque também a manutenção, para o período 2011-2012, do número de bolsas PIBITI do período 2010-2011, quando a UFRN disponibilizou 25 Bolsas PIBITI do CNPq e 148 Bolsas PIBITI da UFRN.

Foram encaminhadas ao INPI, 7 Notificações de Invenção (3 Engenharia de Materiais, 1 Física, 1 Fisioterapia, 1 Engenharia de Computação, 1 Medicina), 1 Programa de Computador (DIMAP) e 2 Marcas (UFRN e Escola de Música). Este resultado representou um significativo avanço em relação a 2010 (apenas 2 notificações de invenção), e espera-se que uma intensa divulgação sobre Propriedade Intelectual leve a um sensível incremento no número de pedidos encaminhados ao INPI em 2012.

Durante 2011 foi licenciado, sem exclusividade, o Programa de Computador SIPAC, SIGAA e SIGRH para a empresa SIG Software, uma das empresas que está sendo incubada na

UFRN. Espera-se que a Transferência de Tecnologia se torne cada vez mais presente no dia a dia da UFRN, conforme modelos de sucesso em diversas instituições e países.

Em 2011 foram emitidos 25 pareceres em Processos de Pesquisa Aplicada e Inovação, onde são contemplados principalmente os aspectos de Titularidade da Propriedade Intelectual, Sigilo e Confidencialidade. Também existe a expectativa de um sensível incremento neste tipo de processo, conforme aumente o número de interações entre a UFRN e empresas.

Em 2011 houve a publicação do segundo edital para Incubação de Empresas de Base Tecnológica, já com a aprovação da Resolução sobre Incubação de Empresas da UFRN, e foram selecionadas 5 empresas para Pré-Incubação, 3 empresas para Incubação à Distância e 5 empresas para Incubação Residente. A Incubadora de Base Tecnológica da UFRN, NATA – Núcleo de Aplicação de Tecnologias Avançadas – passou a ser a Incubadora do Projeto MetrÓpole Digital e deverá dispor de um espaço físico bastante considerável, tornando, assim, possível um significativo aumento no número de empresas incubadas.

Uma importante atividade do NIT foi a participação na Missão a Portugal dos Coordenadores de NITs da Região Nordeste, no período de 30/10/2011 a 04/11/2011, com visita ao Instituto Superior Técnico (IST) – Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) – Lisboa, Universidade do Minho – TecMinho – Guimarães, Associação Empresarial para a Inovação (COTEC) – Porto, Universidade do Porto – Porto, Universidade de Aveiro – Unidade de Transferência de Tecnologia (UATEC) – Aveiro e Universidade de Coimbra – Instituto Pedro Nunes – Coimbra. Foram estabelecidos importantes contactos e existe a possibilidade concreta da vinda de alguns professores das universidades portuguesas para o estreitamento de laços e troca de experiências nos assuntos sobre Inovação, particularmente Transferência de Tecnologia e Incubação de Empresas (o Instituto Pedro Nunes, da Universidade de Coimbra, foi considerado o melhor programa de incubação de empresas do mundo em 2010).

Durante o ano de 2011, o coordenador e os bolsistas do NIT participaram dos seguintes cursos, visando a formação de recursos humanos na área de Inovação:

- 1) 7ª Oficina e Treinamento Mão-na-Massa sobre “Prospecção Tecnológica: Capacitação no Uso do Vantage Point”, no Instituto Federal da Bahia, em Salvador – Bahia, no período de 16 a 18 de Março de 2011.
- 2) “Curso Intermediário de Propriedade Intelectual” na Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE, em Aracaju – Sergipe, no período de 08 a 12 de Agosto de 2011.
- 3) 10ª Oficina e Treinamento Mão-na-Massa sobre “Negociação, Contratos e Transferência de Tecnologia” no I Congresso Brasileiro de Prospecção

Tecnológica realizado em Salvador – Bahia, no período de 21 a 25 de Novembro de 2011.

- 4) “Curso Intermediário de Propriedade Intelectual” na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife - Pernambuco, no período de 21 a 25 de Fevereiro de 2011.
- 5) “Curso Avançado de Propriedade Intelectual” na Universidade Federal de Alagoas, em Maceió - Alagoas, no período de 14 a 17 de Junho de 2011.
- 6) Módulo Teórico e Oficina Prática do curso “Busca Profissional de Patentes: Técnicas, Estratégias e Aplicações Práticas - Foco no Questel Orbit”, na ECT-UFRN, em Natal-RN, em 12 de setembro de 2011.

O Instituto Metrópole Digital foi institucionalizado e consolidado em abril de 2011, com o objetivo de criar no Estado do Rio Grande do Norte, um pólo técnico na área de informática, contribuindo, por meio de iniciativas, nas áreas de prestação de serviço e produção de bens para o desenvolvimento global da região.

Outros objetivos do Metrópole são: oferecer formação de mão de obra especializada em desenvolvimento de hardware e software; atuar como gerador de novas oportunidades e empreendimentos em Tecnologia de Informática -TI; pesquisa e inovação tecnológica; fornecer inclusão digital e social e estimular jovens talentos a ingressar na área para uma formação em nível superior.

Completando dois anos, o Programa Metrópole Digital foi transformado em Instituto, tendo como sequência o que havia sido planejado. Até então, envolvia cerca de 20 professores dos Departamentos de Ciências da Informática, Engenharia Elétrica, Psicologia e Línguas Estrangeiras.

Em 2011, formou sua primeira turma com 407 alunos, com uma taxa de conclusão de 34%, superando as expectativas, pois, segundo a Associação das Empresas da Área de Tecnologia da Informação, cursos dessa natureza têm uma taxa de sucesso em torno de 18%.

Nesse mesmo ano, o Metrópole abriu mais 880 vagas, para as quais houve 13.421 candidatos inscritos, com aulas previstas para serem iniciadas em fevereiro de 2012. A partir dessa segunda turma, o curso foi transformado em Curso Técnico de Nível Médio em Tecnologia da Informação, com duração de três semestres. Os alunos que entraram na primeira turma tiveram direito a rematrícula para complementação da carga horária, o que lhes dará o direito ao título de técnicos de nível médio.

Seguindo o planejamento estabelecido, iniciou-se a criação de uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP), que é o braço privado do Instituto para facilitar a captação de recursos e possibilitar uma ação mais direta junto às empresas da área de informática.

Outra ação destacada é a sua inserção no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), bem como a busca de recursos para ampliar o número de alunos atendidos pelo Instituto.

A proposta é continuar oferecendo as 1.200 vagas previstas no início do programa. E de acordo com o planejamento do Instituto, há previsão de expansão da oferta de vagas em 2013, quando os dois prédios, ora em construção, estarão concluídos. São 9,8 mil metros quadrados de área construídos, onde poderão ser atendidos, aproximadamente, 4.400 alunos, com possibilidade de ampliação para cinco mil alunos.

Nessa perspectiva, foram estabelecidas parcerias com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN e a Universidade Federal Rural do Semi Árido- UFRSA, com possibilidades de ampliar para os campi da UFRN no interior, com o objetivo de abranger todo o Estado do Rio Grande do Norte.

O Curso de Engenharia de Software, criado para dar suporte ao programa, já está no segundo ano e está sendo planejada a oferta de novos cursos de graduação nessa área.

Até o final deste ano estará funcionando a rede de 40 telecentros na Grande Natal, que será interligado por uma rede (banda larga) sem fio de alta velocidade, conectada à Rede Giga Natal.

Em processo de discussão com o Ministério da Educação, cogita-se a ampliação da rede banda larga do Metrópole Digital, com o objetivo de atender a todas as escolas públicas da Grande Natal, como também, a incubação de projetos, gerando empresas de Tecnologia da Informática. No momento, já são 10 empresas incubadas e com a conclusão da estrutura física do Instituto, este terá condições de abrigar cerca de 60 empresas.

Em matéria de inserção social e digital de adolescentes estudantes de escolas do segundo grau, o Projeto Metrópole Digital constitui um dos maiores desafios na história da UFRN.

A inserção digital se caracteriza pela possibilidade de aproveitamento de estudantes de 14 a 18 anos de idade, com potenciais talentos para o setor de informática, notadamente na habilitação em Tecnologia da Informação - uma necessidade massiva e crescente do mercado. Nesse sentido, os estudantes foram submetidos a um processo de prospecção de talentos, planejado e executado pela área de psicologia da UFRN.

Para reforçar esse caráter de inserção social, foi adotada a estratégia de reserva de vagas para as escolas públicas, na base de 70%, ficando o restante (30%) para as escolas privadas.

Em nenhum momento, a UFRN executou um projeto com a participação de um significativo número de bolsistas. Observa-se que além das bolsas controladas pelo CNPq, foi gerenciada a concessão e acompanhamento mensal de 2.200 alunos bolsistas, com todo o rigor que

demanda o controle do pagamento de bolsas de estudo para alunos externos e menores de idade, adicionado a questões como desistências e reprovações.

Foram registrados também, problemas nas bolsas gerenciadas pelo CNPq, por motivos de desistências de alunos tutores, ou mesmo de professores, que muitas vezes têm que se ausentar em virtude do progresso de suas qualificações acadêmicas.

De acordo com o FINEP, a continuidade do Projeto MetrÓpole Digital para os próximos dois anos, já se encontra autorizado e caracterizado pelos adiamentos de cronogramas físicos, advindos de fatores inerentes ao processo de licitação e escolha das empresas executoras de projetos da construção civil.

Ação 8526 – Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	366	1060	8526	A	4				

Relativamente á descentralização orçamentária, oriunda da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, em 15/12/2011, através da 2011NC000039, tenho a informar:

- 7) Em 23/12/2011, foi emitida Nota de Empenho visando a execução do Objeto da Avença, através de instrumento jurídico e projeto acadêmico em trâmite na Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral, iniciado desde o dia 21/04/2011, pendente de finalização.
- 8) Com base no acima exposto somente será possível o alcance de algum resultado após finalizados todos os documentos, permitindo assim o início e fim da execução, conforme cronograma de atividade previsto para o exercício de 2012.

Ação 4046 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	361	1061	4046	A	4				

O projeto refere-se à avaliação dos livros didáticos da área de história inscritos no edital PNLD 2013.

A UFRN tem se destacado nacionalmente como referência na avaliação do PNLD na área de História. Resultado disso, foi o reconhecimento do MEC ao confiar à UFRN o depósito do acervo completo do PNLD, que está hoje disponível à pesquisa no Núcleo de Estudos Históricos, arqueológicos e documentação – NEHAD, do Departamento de História.

Nesta edição para elaboração do Guia do Livro Didático de História que será disponibilizado a totalidades das escolas públicas de Ensino Fundamental brasileiras para o ano de 2013, a UFRN mais uma vez foi a instituição escolhida.

O projeto está em fase de finalização. A primeira versão do Guia foi entregue no prazo determinado pela Secretaria de Educação Básica do MEC, dia 09 de janeiro de 2012. Para tanto tivemos que realizar 4 encontros com avaliadores e coordenadores adjuntos em Natal. São profissionais de reconhecida competência na área de história que tiveram que dar conta de avaliar 227 livros, entre coleções e Livros Didáticos Regionais e cumprir a exigência de ser representativos de todas as regiões brasileiras. O esforço para se montar uma equipe destas exige uma série de cuidados, sobretudo porque o PNLD está situado entre os dez projetos federais em termos de montante de valores envolvidos. A visibilidade deste que é também o maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo exige extrema observância em relação ao sigilo da equipe.

A equipe desta edição está assim distribuída:

- Representante do MEC – Comissão Técnica;
- Coordenação de Área (História) – UFRN;
- Coordenação Institucional – UFRN;
- Quatro coordenadores adjuntos (externos);
- Trinta e oito Avaliadores (externos);
- Revisores de texto;
- Leitores críticos – Grupo Focal (professores da rede pública);
- Leitores críticos – professores universitários (de notório saber na área);
- Avaliadores de recursos;

- Secretaria administrativa;
- Setor de apoio técnico.

O trabalho está na fase do prazo para que as editoras recorram dos pareceres de exclusão/aprovação. Deverá ser finalizado em maio de 2012.

Em razão da especificidade do projeto no que tange ao sigilo, informamos que os dados a serem divulgados sobre o projeto sejam-nos apresentados com antecedência, pois conforme definido no Termo de Cooperação firmado entre UFRN e FNDE, somente após a publicação do Guia do Livro Didático pelo MEC, todas as informações poderão ser publicadas.

Ação 8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	128	1061	8429	A	4				

O Objeto da Avença desta ação é a “Implementação de laboratórios pedagógicos nos pólos de apoio presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, com aquisição de material de consumo.”

Resultados

Em 2011, houve um grande investimento na modernização e ampliação de equipamentos para possibilitar melhoria na qualidade e na expansão das ações desenvolvidas nos pólos de apoio presencial mantidos pela UFRN. Os laboratórios de informática receberam novos equipamentos que possibilitaram melhorias na qualidade, ampliação e acompanhamento no acesso à internet. Além disso, foram adquiridos equipamentos para instalação de redes sem fio e equipamentos para possibilitar a realização de videoconferência via portal. Também, foram adquiridos equipamentos para os laboratórios de ensino.

Ação 6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	363	1062	6380	A	4				

Esta Ação para fomento da Educação Profissional contempla projetos para as três Escolas de Ensino Profissionalizante – Escola de Enfermagem, Escola Agrícola de Jundiá e Escola de Música.

Escola de Enfermagem de Natal

A aquisição de equipamentos e materiais viabilizado pelos recursos deste Termo de Cooperação possibilitou a implantação dos cursos Técnico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e Técnico em Vigilância em Saúde passando a ofertar regularmente o curso para a demanda aberta. Foram adquiridos equipamentos de refrigeração, de condicionadores de energia (no-breaks e estabilizadores), processamento de dados, mobiliário em geral, pagamento de mão de obra terceirizado e material de expediente e de processamento de dados atendendo as necessidades da implantação dos novos cursos promovendo assim, ambiente adequado para o desenvolvimento de atividades docentes, discentes e técnico-administrativos, de modo a favorecer o processo de aprendizagem.

A Escola de Enfermagem de Natal com o objetivo de atender ao planejamento dos cursos e ampliação do número de salas de professores vem ampliando seu espaço físico para atender a oferta de vagas e aumento de novos cursos. Preocupados em proporcionar ambiente favorável ao processo de aprendizagem e com acessibilidade. Tendo como missão capacitar jovens e adultos com conhecimentos e competências que lhes assegurem oportunidades de inserção no mundo do trabalho e conseqüentemente, elevação da qualidade da assistência de enfermagem e da saúde prestada a população e sempre esteve empenhada na profissionalização de trabalhadores. Visando cumprir com sua missão e com o desenvolvimento dos cursos técnicos no eixo tecnológico: ambiente, saúde e segurança, com os recursos financeiros foram adquiridos equipamentos de processamento de dados; pagamento de serviços de água, energia elétrica, telefonia e material de expediente e de processamento de dados.

Dificuldade

Devido ao insucesso na licitação de elevadores, foi devolvido o recurso no valor de R\$ 80.000,00, não sendo possível assim, realizar a instalação de um elevador na Escola de Enfermagem de Natal/UFRN.

Medidas implementadas

Aguardamos a próxima reunião com a SETEC/MEC para solicitar a repactuação dos recursos.

Escola Agrícola de Jundiá

A Escola executou projetos com recursos específicos descentralizados para executar varias atividades:

1. Cercamento de parte da área periférica da propriedade agrícola onde está inserida a Escola Agrícola de Jundiá.

Foram cercados (currais) em estaca de madeira e arame farpado, para manejo dos animais bovinos de leite e de corte, cercados para animais caprinos; cercamento em estacas de concreto e arame farpado das margens da RN 116 (os dois lados) que corta a propriedade da Escola; cercamento em estaca de madeira e arame farpado dos setores de produção vegetal (hortas, pomares, produção de gêneros alimentícios) e inclusive área anteriormente ocupada pelo MST.

2. Melhoria das instalações físicas das salas de aula, refeitório, cozinha, auditório, sanitários, salas dos professores salas de atividades administrativas, das instalações zootécnicas (centro de manejo de animais bovinos aviários, cunicultura, abatedouros de animais; prédio da coordenação dos cursos de agropecuária e agroindústria, alojamentos masculino e feminino (rebaixamento da cobertura, reposição de forro em PVC, reparo nas instalações elétricas, hidráulica e sanitária, substituição de pisos e revestimento das paredes com cerâmica.

Esse Projeto encontra-se em andamento no que se refere a melhoramento das instalações. Os demais concluídos (equipamentos e contratação de pessoal).

3. Aquisição de equipamentos, gêneros alimentícios e locação de mão de obra (terceirizada)

Foram adquirido equipamentos para os setores avícolas, estação de piscicultura (aquicultura), mecanização agrícola e unidade de processamento de ração animal; adquirido gêneros alimentícios para atender os alunos residentes (internos) pela cozinha/ refeitório da Escola; e

contratação de pessoal terceirizado para complemento da segurança material, pessoal e patrimonial da Escola.

Escola de Música

Esta Ação da Escola de Música na UFRN contempla um Projeto Institucional com o Objetivo de Realização da Semana da Música 2011, encontro acadêmico-artístico musical realizado nesta instituição há mais de 40 anos.

Resultados

As metas foram plenamente alcançadas na medida em que permitiu a realização da SEMANA DA MÚSICA 2011, encontro acadêmico-artístico musical realizado nesta Instituição há mais de 40 anos e que neste ano alcançou a marca de público de mais de cinco mil pessoas durante todo o evento. O evento recebeu participantes de 15 estados diferentes, tendo a maior participação do Rio Grande do Norte e da região nordeste, além da participação de alunos de IF's e de Institutos Federais que foram contemplados com bolsas custeadas com este recurso. Proporcionou também a vinda de professores de vários países, além de garantir a infra estrutura necessárias a realização do evento, como a contratação de serviço de som e iluminação, material de divulgação impressa, hospedagem para os músicos convidados.

Ação 8252 – Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	363	1062	8252	A	4				

Implementação financeira dos Cursos Técnicos em Agroindústria e Informática ofertado em 04 pólos de apoio presencial, com 200 vagas propostas, na modalidade Educação à Distância, do Programa e-Tec Brasil

ACÇÕES PREVISTAS

Exame de seleção de novos alunos para o programa E-tec/EAJ 2012.1 nos quatro municípios pólos (Macaíba, Ceará-Mirim, Vera Cruz e Monte Alegre).

DESCRIÇÃO

Objetivo:

- Selecionar através de processo seletivo 300 alunos para o Programa E-tec/EAJ de Educação Técnica de Nível Médio a Distância;
- As vagas foram distribuídas entre quatro municípios pólos da seguinte forma:
- 50 vagas para técnico em informática e 25 vagas para técnico em agroindústria por pólo.

Medidas tomadas:

- Indicação pelas prefeituras dos coordenadores de pólo e dos fiscais para a realização do processo seletivo;
- Inscrição dos candidatos para participar do processo seletivo E-tec/EAJ 2012.1;
- Indicação de professores com experiência em processos seletivos da COMPERVE (2 para redação e 2 para matemática) para a elaboração e correção das provas de matemática e redação;
- Impressão dos cadernos de questões, de folhas definitivas de redação;
- Solicitação e aquisição de materiais de consumo necessários para execução da ação.

Resultados alcançados:

- Foram aprovados 296 alunos, dos quais 246 classificados dentro das vagas e 50 candidatos ficaram na suplência.

Tabela 41 – Alunos aprovados para o Programa E-tec/EAJ 2012.1

POLOS	AGROINDÚSTRIA	INFORMÁTICA
Macaíba	15	70
Monte Alegre	11	25
Vera Cruz	21	51
Ceará-Mirim	24	79
Total	71	225

Fonte: Escola Agrícola de Jundiá.

Dificuldades:

- Ausência de recursos para desenvolvimento e implantação de um sistema on-line para a inscrição dos candidatos, sendo necessária a digitação de todas as inscrições no pólo de Macaíba, dessa forma houve alguns erros de digitação e ausência de dados que os candidatos não preencheram na ficha de inscrição;

- Ausência de recursos financeiros para diárias e passagens que seriam necessários para deslocamento da equipe de coordenação para os 4 (quatro) pólos e para a distribuição de materiais.

Processo seletivo de tutores presenciais e a distância para atuar no programa E-tec/EAJ nos quatro pólos (Macaíba, Ceará-Mirim, Vera Cruz e Monte Alegre).

Objetivos:

- Selecionar tutores presenciais para atuar nos municípios pólo, auxiliando os coordenadores de pólo nas atividades administrativas e orientando os alunos no processo de ensino e aprendizagem;
- Selecionar tutores a distância para atuar no acompanhamento dos alunos nas atividades de ensino e aprendizagem executadas na plataforma de internet;

Resultados esperados:

- Seleção de 12 (doze) tutores presenciais, sendo assim distribuídos;

Tabela 42 – Seleção tutores presenciais para atuar no programa E-tec/EAJ

POLOS	AGROINDÚSTRIA	INFORMÁTICA
Macaíba	1	2
Monte Alegre	1	2
Vera Cruz	1	2
Ceará-Mirim	1	2
Total	4	8

Fonte: Escola Agrícola de Jundiá.

- Seleção de 8 (oito) tutores a distância, sendo assim distribuídos:

Tabela 43 – Seleção tutores a distância para atuar no programa E-tec/EAJ

POLOS	AGROINDÚSTRIA	INFORMÁTICA
Macaíba	1	1
Monte Alegre	1	1
Vera Cruz	1	1
Ceará-Mirim	1	1
Total	4	4

Fonte: Escola Agrícola de Jundiá.

Justificativa:

- A ação está prevista para acontecer em março de 2012 e o processo será iniciado mediante publicação de edital;
- A ação ainda não ocorreu devido à liberação dos recursos financeiros ter acontecido no final de 2011 e esta coordenação ter priorizado o exame de seleção de alunos.

Ofertar 1160 vagas de ensino técnico na modalidade semi-presencial através do E-TEC nas seguintes habilitações: Técnico em informática para internet, Técnico em redes de computadores e Técnico em eletrônica, realizada pela UFRN através da Escola Agrícola de Jundiá em parceria com o Instituto Metrópole Digital.

No ano de 2011 o Instituto Metrópole Digital abriu mais 880 vagas, para as quais houve 13.421 candidatos inscritos, com aulas previstas para serem iniciadas em fevereiro de 2012. A partir dessa segunda turma, o curso foi transformado em Curso Técnico de Nível Médio em Tecnologia da Informação, com duração de três semestres. Os alunos que entraram na primeira turma tiveram direito a rematrícula para complementação da carga horária, o que lhes dará o direito ao título de técnicos de nível médio.

Seguindo o planejamento estabelecido, iniciou-se a criação de uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP), que é o braço privado do Instituto para facilitar a captação de recursos e possibilitar uma ação mais direta junto às empresas da área de informática.

Outra ação destacada é a sua inserção no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), bem como a busca de recursos para ampliar o número de alunos atendidos pelo Instituto.

A proposta é continuar oferecendo as 1.200 vagas previstas no início do programa. E de acordo com o planejamento do Instituto, há previsão de expansão da oferta de vagas em 2013, quando os dois prédios, ora em construção, estarão concluídos. São 9,8 mil metros quadrados de área construídos, onde poderão ser atendidos, aproximadamente, 4.400 alunos, com possibilidade de ampliação para cinco mil alunos.

Nessa perspectiva, foram estabelecidas parcerias com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN e a Universidade Federal Rural do Semi Árido- UFERSA, com possibilidades de ampliar para os campi da UFRN no interior, com o objetivo de abranger todo o Estado do Rio Grande do Norte.

O Curso de Engenharia de Software, criado para dar suporte ao programa, já está no segundo ano e está sendo planejada a oferta de novos cursos de graduação nessa área.

Até o final deste ano estará funcionando a rede de 40 telecentros na Grande Natal, que será interligado por uma rede (banda larga) sem fio de alta velocidade, conectada à Rede Giga Natal.

Em processo de discussão com o Ministério da Educação, cogita-se a ampliação da rede banda larga do Instituto Metrópole Digital, com o objetivo de atender a todas as escolas públicas da Grande Natal, como também, a incubação de projetos, gerando empresas de Tecnologia da Informática. No momento, já são 10 empresas incubadas e com a conclusão da estrutura física do Instituto, este terá condições de abrigar cerca de 60 empresas.

Em matéria de inserção social e digital de adolescentes estudantes de escolas do segundo grau, o Projeto Metrópole Digital constitui um dos maiores desafios na história da UFRN.

A inserção digital se caracteriza pela possibilidade de aproveitamento de estudantes de 14 a 18 anos de idade, com potenciais talentos para o setor de informática, notadamente na habilitação em Tecnologia da Informação - uma necessidade massiva e crescente do mercado. Nesse sentido, os estudantes foram submetidos a um processo de prospecção de talentos, planejado e executado pela área de psicologia da UFRN.

Para reforçar esse caráter de inserção social, foi adotada a estratégia de reserva de vagas para as escolas públicas, na base de 70%, ficando o restante (30%) para as escolas privadas.

Em nenhum momento, a UFRN executou um projeto com a participação de um significativo número de bolsistas. Observa-se que além das bolsas controladas pelo CNPq, foi gerenciada a concessão e acompanhamento mensal de 2.200 alunos bolsistas, com todo o rigor que demanda o controle do pagamento de bolsas de estudo para alunos externos e menores de idade, adicionado a questões como desistências e reprovações.

Foram registrados também, problemas nas bolsas gerenciadas pelo CNPq, por motivos de desistências de alunos tutores, ou mesmo de professores, que muitas vezes têm que se ausentar em virtude do progresso de suas qualificações acadêmicas.

De acordo com o FINEP, a continuidade do Projeto Metrópole Digital para os próximos dois anos, já se encontra autorizado e caracterizado pelos adiamentos de cronogramas físicos, advindos de fatores inerentes ao processo de licitação e escolha das empresas executoras de projetos da construção civil.

Produção dos materiais didáticos para o Programa e-Tec Brasil, como também capacitar 243 professores conteudistas e produzir 243 cadernos de disciplinas.

Produção de material didático para atender os cursos a distância ofertados pelo sistema UAB e e-Tec Brasil, no âmbito da UFRN - Os materiais didáticos impressos são de suma importância para o desempenho dos alunos. São eles células básicas para fomentação de discussão

dos conteúdos disciplinares. Para além da primeira versão de cada disciplina, já está em curso a revisão do material que foi testado nas primeiras turmas de EaD. A experiência de revisão está sendo iniciada com o curso de Matemática. O objetivo dessa revisão é melhorar a abordagem dos conteúdos, bem como retificar alguns equívocos existentes quanto à edição dos materiais.

Foram produzidos pela SEDIS no ano de 2011 um total de 10 materiais didáticos no formato impresso, sendo 6 para a oferta de disciplinas nos cursos a distância da UFRN e 4 para o curso de Bacharelado em Ciências e Tecnologia (Projeto TICs), o que significa um número de 87 aulas em fascículos. Vale salientar que a redução no número de materiais impressos produzidos se deve ao processo de finalização da primeira versão dos cursos oferecidos na modalidade a distância na UFRN. Por outro lado, a SEDIS incorporou novas demandas de produção de materiais didáticos digitais, como: produção impressa, vídeo aulas e material digital.

a) Produção impressa de 2011

CURSO DE GEOGRAFIA – Foi finalizado 1 material didático da disciplina de Geografia, com um total de 7 aulas impressas.

CURSO DE BIOLOGIA – Foram produzidos 5 materiais didáticos das disciplinas de Biologia, com uma média de 10 aulas cada uma. Foram finalizados 3, e 2 estão em processo de finalização.

PROJETO TICs – Trabalhamos em 2011 com 4 componentes curriculares com propostas de materiais impressos, sendo 3 componentes planejados por professores da Escola de Ciências e Tecnologia e 1 componente do Centro de Educação (Libras).

b) Videoaulas

Complementar a esse material, a SEDIS produziu, também, um conjunto de videoaulas e materiais de apoio destinado a aprofundar conteúdos específicos das disciplinas. Essas aulas se constituem como recursos importantes para o aluno, porém, ainda temos dificuldades nesse segmento. É necessário melhorar os processos de capacitação dos docentes, estimulando-os e qualificando-os para utilizar essa tecnologia educacional, quebrando as arestas que ainda perduram. Os professores se sentem intimidados ainda com a câmera e disponibilizamos de poucos recursos para diminuir essas dificuldades. Nesse sentido, é preciso investir na aquisição de equipamentos modernos e em parcerias com a TVU, de modo a ampliarmos as possibilidades nesse setor. Algumas articulações já foram estabelecidas, com destaque para a articulação com o Projeto TV digital, coordenado pela Superintendência de Comunicação.

c) Material digital

Os materiais digitais surgem como novas demandas que permitem transpor e complementar o conteúdo do material impresso para o mundo virtual, integrando diferentes mídias e estimulando a interatividade. O critério de utilização desse recurso está atrelado fundamentalmente ao aluno – suas dificuldades, necessidades e, principalmente, o contexto de possibilidades tecnológicas em que está inserido. Os materiais digitais apresentam-se sob várias formas, como objetos virtuais de aprendizagem, conteúdos hipertextuais ou jogos interativos. Em 2011, a SEDIS produziu materiais digitais para o curso de Geografia a distância, para o Projeto TICs, da Escola de Ciências e Tecnologia, e para o Projeto Metr pole Digital.

PROJETO TICs – A produ o de 9 materiais digitais está em andamento, dentre os quais 3 jogos interativos, 6 conte dos hipertextuais e um objeto virtual de aprendizagem.

PROJETO e-Tec BRASIL – Os Institutos Federais e Escolas Técnicas do Norte-Nordeste, que estão inseridos no Programa e-Tec Brasil com cursos técnicos a distância dos Eixos Tecnológicos de Recursos Naturais e Produ o Alimentícia, encontram-se vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em fun o da produ o dos materiais didáticos. A UFRN, enquanto Designer Instrucional é a responsável pelo processo de valida o do material didático produzido por esses institutos, no tocante ao trabalho de revisão, capacita es e editora o (designer gráfico). Em 2011, a SEDIS produziu materiais para o IFPA, IFMA, IFAM, UFPI, CODAI, sendo 20 livros totalmente finalizados e 54 em andamento, além de 15 novos materiais enviados, somando, no momento, um total de 106 volumes. Ressalta-se que as institui es não enviaram o que estava previsto. O que chegou  Coordena o de Produ o de Materiais foi revisado e enviado aos professores para análise e reorganiza o. A SEDIS está aguardando o retorno do que já foi revisado e as remessas dos materiais restantes. Assim, não foi cumprida em sua totalidade a meta prevista de produ o de 106 livros, porém, a dificuldade não está na SEDIS, mas nas institui es que devem enviar o material para valida o.

Ação 20RW – Apoio à Formação Profissional e Tecnológica

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	363	1062	20RW	A	4				

O objeto desta ação é a Formação de profissionais do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, para a Escola Agrícola de Jundiá e Escola de Enfermagem de Natal.

Escola Agrícola de Jundiá

A Escola Agrícola de Jundiá desenvolveu Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Agente de Inspeção de Qualidade, Auxiliar de Higiene e Beleza Animal, Auxiliar de Técnico em Agropecuária, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Instalador de Redes de Computador, Montagem e Manutenção de Computadores Operador de Computadores, Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas, Operador de Águas e Efluentes e Operador Industrial de Alimentos; contemplando 283 alunos, residentes em áreas rurais e urbanas dos municípios de Monte Alegre, Ceará Mirim, Macaíba e Vera Cruz; atendendo com acomodações (internato, semi-internato e externo), com transporte escolar, alimentação (almoço, jantar e lanches), material didático, fardamento e auxílio financeiro para os alunos dos cursos mencionados. Aquisição de insumos para aulas práticas, materiais de consumo e de expediente. Serviços de impressão de materiais didáticos e visuais.

Escola de Enfermagem de Natal

Em relação à Escola de Enfermagem, esta realizou três cursos nos quais foram matriculados 160 alunos, perfazendo um total de 28.000 horas-aula-aluno, sendo 40 vagas para Cuidador Infantil, com carga horária de 180 horas; 40 vagas para Operador de Computador, com carga horária de 160 horas e 80 vagas para Cuidador de Idoso, com carga horária de 180 horas, em Cursos de Formação Inicial e Continuada, oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador e com captação de beneficiários através da Secretaria Estadual de Educação. Os cursos foram iniciados em dezembro de 2011 com termino previsto para março de 2012.

Ação 4005 – Apoio à Residência Multiprofissional

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	4005	A	4				

A UFRN desenvolve um Programa de Residência Médica e Multiprofissional junto aos quatro hospitais da UFRN perfazendo um total de 32 Programas. Destes, 4 são multiprofissionais. Neste ano a CPA avaliou todos os programas juntos aos 141 alunos médicos residentes matriculados e preceptores tendo em vista identificar os pontos fortes e fracos para tomar as medidas institucionais que se fizerem necessário. O resultado dessa auto-avaliação das residências em saúde foi apresentado e discutido num fórum com os alunos residentes, preceptores, professores dos hospitais e a administração superior da UFRN. O relatório com os resultados dessa auto-avaliação se encontra no site da CPA: avaliacao.ufrn.br.

Ação 6379 – Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	302	1073	6379	A	4				

A Ação tem a finalidade de auxiliar o funcionamento dos hospitais de ensino, melhorando a qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvido pelas IFES, além de garantir os procedimentos necessários na área de saúde, em termos de prestação de assistência à comunidade através do SUS. É um repasse de recursos às IFES para subsidiar o funcionamento dos seus hospitais de ensino por meio de manutenção de infraestrutura, manutenção de serviços terceirizados, pagamentos de serviços públicos, entre outros.

Resultados

O Hospital Universitário Onofre Lopes, principal unidade pública terciária no Rio Grande do Norte, tem, nos últimos anos, avançado no sentido da promoção da assistência de alta complexidade, exclusivamente, aos usuários do Sistema Único de saúde. Nesta proposição, os principais objetivos são o incremento da oferta de leitos; do número de cirurgias; do atendimento de emergência referenciada, do número de exames e procedimentos invasivos de alta complexidade e

de alto custo, facilitando o acesso da população à assistência de qualidade, ampliando as ações públicas nos segmentos terciário e quaternário.

Com o aporte desses recursos, o Hospital sedimenta, também, o seu importante papel no ensino de graduação, pós-graduação e no desenvolvimento de pesquisa clínica na área da saúde.

Através da aquisição de material hospitalar, medicamentos de alto custo, material químico, pagamento de serviços essenciais como de energia e de água e esgoto, assim como de manutenção de equipamentos buscou-se aprimorar os procedimentos de alta complexidade, principalmente as cirurgias cardiovasculares e cirurgias bariátricas.

A aquisição de material permanente e alguns equipamentos promoveu a melhoria nas condições de infraestrutura.

No ensino, os recursos contribuíram para a formação de 1.137 alunos dos vários cursos de graduação (medicina, enfermagem, fisioterapia, nutrição, farmácia, fonoaudiologia, odontologia, serviço social e psicologia) e na pós-graduação possibilitaram a expansão dos Programas de Residência Médica que receberam 102 alunos e 17 da residência multidisciplinar do Programa de Terapia Intensiva.

Ação 009E – Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	009E	OP	4				

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas – federais e estaduais – e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e 25 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.

O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios, entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa, no caso dos alunos de nações fora da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP.

O quantitativo de participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação na UFRN no ano de 2011 foi de 68 alunos. Dentre esses alunos, 3 colaram grau em 2011.1 e 2 colaram grau em 2011.2.

Ação 8573 – Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
10	301	1214	8573	A	4				

O Projeto de Pesquisa n.606/2011 – Avaliação da Atenção Básica do Acesso e da Qualidade da AB (PMAQ), visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, não teve nenhuma execução orçamentário-financeira em 2011. O contrato/convênio citado somente foi assinado pela gestora da UFRN em 30/12/2011, conforme pode ser verificado no processo. Somente agora em 2012 é que iniciamos a sua execução.

Ação 8585 – Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
10	302	1220	8585	A	4				

Essa ação tem o objetivo de viabilizar, de forma descentralizada, a atenção à saúde da população e integrar o Hospital Universitário Onofre Lopes ao Sistema Único de Saúde, definindo sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, com a finalidade de garantir a atenção integral, humanizada e de qualidade, em regime ambulatorial e de internação, conforme estabelecem os convênios firmados com os gestores do SUS, sendo referência no atendimento de média e alta complexidade para todo o Estado do Rio Grande do Norte. No regime ambulatorial, foram oferecidos, além do atendimento médico, os atendimentos dos profissionais em enfermagem, serviço social, nutrição, psicologia, farmácia, fisioterapia e odontologia.

As consultas e os exames complementares de média complexidade são agendados pelo Sistema de Regulação – SISREG, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, enquanto

que os exames de alta complexidade – tomografia, cateterismo e outros – são regulados pelo SIGUS da Secretaria Estadual de Saúde. A seguir a demonstração do quantitativo realizado.

Consultas – foram realizadas 131.829 consultas, distribuídas em mais de 30 especialidades médicas e outras não-médicas: angiologia, cardiologia, cirurgia geral, cirurgia plástica, vascular, dermatologia, gastroenterologia, geriatria, hematologia, mastologia, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pneumologia, proctologia, psiquiatria, reumatologia, urologia, enfermagem, serviço social, dentre outras. A meta é de 95.112 consultas.

Procedimentos – foram realizados 7.072 exames de alta complexidade e 382.789 procedimentos de média complexidade (incluindo as consultas), sendo a meta definida, através da contratualização com os gestores, de 6.144 e 316.092 procedimentos, respectivamente.

No regime de internação são disponibilizados 191 leitos, sendo 12 na unidade de terapia intensiva adulto, todos para a população assistida pelo Sistema Único de Saúde. Deve destacar que a unidade pós-operatória de alta complexidade, criada desde 2009, continua sua operação para recuperação de pacientes provenientes de procedimentos de alta complexidade.

Ademais, a estrutura de leitos supracitada gerou 4.700 internações. Na pactuação com o gestor local, a meta de AIH é de 4.392, sendo 4.152 de média complexidade e 240 de alta. No centro cirúrgico, foram realizadas 2.911 cirurgias, sendo 2.268 de média e 643 de alta complexidade, o que inclui transplantes renais, procedimentos cardiovasculares, endovasculares, cirurgias vasculares e bariátricas. Deve-se destacar que foram realizados 52 transplantes renais e 46 de córnea significando um feito na medicina do estado.

Ressalta-se que o Hospital Universitário Onofre Lopes é centro de referência para o atendimento de alta complexidade, importante nas políticas do Sistema Único de Saúde do Estado e como tal realizou, nos meses de agosto e outubro de 2011, cirurgia cardíaca minimamente invasiva denominada de videotoracoscopia. Foi o segundo Hospital no nordeste a realizá-la.

É válido enfatizar que, apesar de todos os esforços empreendidos, ainda não foram credenciados os procedimentos de oncologia, também de alta complexidade e de alto custo e, mesmo a despeito dessa situação, continuam sendo realizados no HUOL.

De forma geral, pode-se afirmar que a meta referente à realização de procedimentos e atendimentos foi atingida e até superada, apesar da existência de algumas variáveis que continuam interferindo negativamente no resultado:

- o processo de regulação de exames ainda carece de muitos ajustes para superar os erros no agendamento, no encaminhamento dos pacientes e na integralidade do atendimento;
- quadro de pessoal qualificado insuficiente;

- o absenteísmo dos pacientes ainda continua alto, cerca de 20% nas consultas e exames;
- falta de credenciamento dos procedimentos já elencados.

Outro fator importante, que interferiu no alcance de melhores resultados foi o movimento paretista dos servidores técnico-administrativos, durante aproximadamente 03 (três) meses, ocasionando, por exemplo, a redução do número de internações, se comparado ao ano de 2010 que gerou 5.254 internações.

Portanto, apesar de ter havido melhora substancial em alguns pontos como, por exemplo, o absenteísmo que registrou queda de 10%, outros ainda devem ser trabalhados no plano de gestão de 2012 de forma a solucionar os referidos problemas por eles associados. Exemplo disso é a revisão da contratualização com os gestores do SUS no estado.

Ação 20G8 – Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
10	302	1220	20G8	A	4				

A partir dessa ação, foram incrementados os procedimentos de alta complexidade, em parceria com os gestores estadual e municipal do SUS, por meio de aquisição de bens de consumo e material permanente e equipamentos, visando o fortalecimento dos processos de ensino e da assistência.

Contribuiu para a inauguração do novo Edifício Central de Internação, inicialmente com 06 andares, do total de 09. As novas instalações oferecem um padrão de qualidade pouco encontrado nos hospitais públicos do nosso estado, com uma assistência mais humanizada e mais cidadã.

Ação 8613 – Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	367	1374	8613	A	4				

CURSO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: deficiências, transtornos globais do desenvolvimento.

O curso: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, contido no Projeto de Formação Continuada de Professores da Educação Básica apresentado pela UFRN, aprovado pelo MEC, em atendimento a Chamada Pública MEC/SEB-SECAD-SEESP, o qual teve como eixo norteador a articulação entre o desenvolvimento pessoal e profissional de professores atuantes na rede pública do Estado do Rio Grande do Norte, objetivou:

- Discutir os fundamentos históricos, políticos e conceituais relativos à educação escolar na perspectiva inclusiva;
- Refletir sobre as práticas pedagógicas, considerando os aspectos éticos, curriculares e legais na promoção de uma educação escolar inclusiva;
- Conhecer diferentes possibilidades metodológicas de atuação, na perspectiva inclusiva, junto a alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e
- Refletir sobre o processo inclusivo das escolas, nas quais atuam os professores cursistas.

Para o referido curso, com carga horária total de 180h de atividades: presencial e vivencial foram ofertadas 350 vagas, das quais foram preenchidas 330, nos municípios de: Natal (período: março a outubro/2011), Santa Cruz, Nova Cruz, Currais Novos, Mossoró, Macau (período: março a dezembro/ 2011).

O processo de organização e implementação do curso foi construído em interlocução com a Secretaria de Educação do Estado, a Undime e as Direções e Secretarias de Educação dos municípios do interior, contemplados com o curso.

Foram publicados com o recurso: 9 módulos com 400 exemplares cada os quais foram distribuídos com os alunos cursistas, professores formadores e representantes de pólos.

De modo geral verificou-se que o curso atendeu as expectativas formativas dos professores envolvidos no processo, os quais realçaram a qualidade pedagógica dos cadernos didáticos, a sequência modular do curso e a qualificação do corpo docente. Como sugestões assinalam-se: a indicação de especialização na área de educação especial na perspectiva inclusiva, de oficinas pedagógicas, tais como: LIBRAS, Braile, material didático, tecnologia assistiva, considerando os desafios concretos do trabalho em sala de aula.

Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1375	0487	OP	4				

A Pós-Graduação da UFRN executou no exercício de 2011 despesas referentes às ações 1375/0475 e 1375/0475 que se caracterizam como Bolsas de Pós-doutorado REUNI, prevista no projeto Institucional/REUNI, com o pagamento de 233 cotas/parcelas de bolsa, que beneficiaram diversos programas de pós-graduação da UFRN, conforme quadro de aplicação de recursos, ano base 2011, acima. Registre-se que foram beneficiados 29 (vinte e nove) docentes em Estágio Pós-doutoral. Como principal recurso desta ação destaca-se a produção de produto transferível para aplicação na melhoria do ensino de graduação.

A outra ação identifica-se como PROAP/CAPES: Programa de Apoio à Pós-Graduação, cujo objetivo é proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de Pós-graduação *stricto sensu* das IES, observados os seguintes aspectos:

- II. Apoio às atividades inovadoras dos Programas de Pós-Graduação, voltadas para o desenvolvimento acadêmico;
- III. Oportunizar a formação de mestres e doutores em número suficiente para atender às principais necessidades da demanda regional e nacional.

Avanços Obtidos / Realizações

PROAP: Com este Programa a CAPES reafirma-se como sendo a única agência pública que, além de bolsas de Demanda Social, para pós-graduandos, confere aos programas de Pós-graduação, recursos de custeio para a viabilização de:

1. Pesquisas Científicas (insumos básicos, publicações, preparação de artigos científicos);
2. Participação de docentes e discentes em eventos no Brasil e exterior, com passagens, inscrições e diárias;
3. Manutenção de laboratórios;
4. Participação de examinadores em bancas de teses/dissertações, dentre outras.

Destaca-se ainda, como relevante contribuição dessas políticas de descentralização de recursos aqueles que conferem o fomento as atividades de pós-graduação via PROAP, conforme pode-se detectar no Plano de Trabalho institucional que destaca todas as possíveis atividades a serem financiadas.

Além disso, é interessante frisar que o Programa Pós-Doutoral REUNI proporcionou estágios de atualização pós-doutoral a 29 docentes da Instituição em outras IES do país. Em função da demora no processo de descentralização parte dos recursos foram devolvidos porque não houve demanda para novas capacitações.

Ação 2C68 – Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1377	2C68	A	4				

A Ação integra o Programa 1377 – Educação para a Diversidade e na UFRN foi executado em um Projeto Institucional tendo como objeto a “Estruturação e Fortalecimento de Ações da Comissão Permanente Núcleo de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) da UFRN voltadas para o ensino de estudantes com deficiência visual” Foi aprovado no Edital nº. 8 do Programa Incluir MEC/SESu/SEESP.

Foram programadas no Projeto: Aquisição de recursos e equipamentos para viabilizarem com qualidade o atendimento ao estudante com deficiência visual; Formação continuada de recursos humanos, com ênfase no docente e em técnicos da instituição; a II Jornada sobre Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFRN e a Acessibilidade do prédio da Escola de Música do Campus Central da UFRN.

Resultados

Todos os equipamentos que haviam sido listados no projeto institucional foram comprados, bem como outros que não haviam sido inicialmente solicitados. Isto só foi possível em função das empresas que ganharam o pregão (100/2010) terem colocado os preços abaixo do valor que tinha sido estimado dentro do projeto aprovado.

Ações executadas:

1. Aquisição de recursos e equipamentos para viabilizarem com qualidade o atendimento ao estudante com deficiência visual:
2. Formação continuada de recursos humanos, destinada ao docente e aos técnicos da instituição.

Atividades desenvolvidas:

No ano de 2011, foram realizados 05 (cinco) cursos e 15 (quinze) palestras, sendo em sua maioria no Campus Central da UFRN (devido à demanda de estudantes nesse campus), visando qualificar a comunidade universitária para atendimento às pessoas com deficiência. Os quantitativos de docentes, discentes, técnicos e comunidade externa por curso e palestras foram, são discriminados na tabela a seguir:

Tabela 44 – Quantitativo de participantes nos eventos realizados na UFRN por categoria

EVENTOS: CURSOS/PALESTRAS	DOCENTES	DISCENTES	SERVIDORES	EXTERNOS	TOTAL
Inclusão de estudantes com NEE no Ensino Superior (Palestra/PAP) 27/01/11	140	-	-	-	140
III Curso de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ** (120h). 10/05 à 14/11/2011	-	03	12	-	15
I Ciclo de Palestras sobre como relacionar-se com pessoas com deficiência (Palestra) 09/06 a 10/06/11	3	101	28	47	179
Inclusão de estudantes com NEE no Ensino Superior (Palestra/PAP) 20 de Julho	57	-	-	-	57
Atendimento educacional do estudante com deficiência visual no Ensino Superior (Curso) 12/08 a 14/10/11	11	10	18	2	41
Técnicas de leitura e escrita no sistema Braille (Curso) 05/09 a 30/11/11	3	11	3	3	20
Ferramentas da informática para pessoas com deficiência visual (Curso) 28/09 a 21/12/11	2	8	9	10	29

II Ciclo de Palestras sobre como relacionar-se com pessoas com deficiência (Palestra) 27/10/11	5	36	3	3	47
III Ciclo de Palestras sobre como relacionar-se com pessoas com deficiência (Palestra) 17/11/11	15	1	20	5	41
A educação inclusiva no ensino superior: questões, possibilidades e iniciativas (Palestra) 16/11/11	-	189	-	-	189
A educação inclusiva no Ensino Superior: questões, possibilidades e iniciativas (Palestra) 22/11/11	-	159	-	-	159
O uso da Audiodescrição na instituição de Ensino Superior (Curso) 22/11 a 25/11/11	9	8	16	6	39
Introdução à Musicografia Braille e Software Musibraille (Curso) 30/11 a 02/12/11	3	6	1	4	14
Tecnologia assistiva: a importância da computação para vida das pessoas com deficiência (Palestra) 01/12/11	5	9	8	4	26
Acessibilidade Ambiental*	-	-	-	-	-
II Jornada sobre Inclusão de estudantes com NEE da UFRN*	-	-	-	-	-
TOTAL	253	538	106	84	996

Fonte: CAENE

Avanços obtidos

1. Com aquisição dos equipamentos e materiais foi possível implantar o Laboratório de Acessibilidade na BCZM, garantindo o apoio ao processo ensino-aprendizagem, principalmente aos estudantes com deficiência visual (cegos e com baixa visão) por meio da produção de material pedagógico (material em Braille, com fonte ampliada) e de um espaço para estudos acadêmicos fazendo uso de recursos acessíveis;
2. Estruturação da CAENE possibilitando o trabalho da equipe por meio dos equipamentos adquiridos;

3. Capacitação dos diferentes segmentos da comunidade universitária para lidar com o atendimento adequado de pessoas com deficiência nas relações interpessoais e acadêmicas.

Ação 4156 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	753	1388	4156	A	4				

A ANP optou por assumir a indução na capacitação e especialização de graduandos, mestrandos e doutorandos interessados em atuar no setor, por meio de um Programa que oferece recursos financeiros na forma de Bolsas e taxa de bancada para cursos com ênfase em especialidades dos diversos segmentos da cadeia produtiva na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, tendo como objetivo primordial a qualificação de profissionais que irão responder pela demanda das empresas e pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

Atividades Desenvolvidas: Sendo a mão-de-obra especializada um recurso indispensável dentro das atividades acima mencionadas, é de fundamental importância capacitar alunos, de forma induzida e ordenada, com base na previsão de crescimento do setor e sua consequente demanda por profissionais altamente qualificados. Os alunos de graduação, mestrado e doutorado têm sido formados dentro do esperado.

As pesquisas propostas e a inserção dos alunos do Programa no mercado de trabalho têm sido alcançadas. Os recursos têm sido fundamentais para apoiar essas atividades previstas, destina-se a contribuir com as despesas relacionadas à melhoria e à manutenção de atividades e serviços necessários ao desenvolvimento do programa, principalmente em relação àquelas relacionadas com as atividades laboratoriais dos alunos.

Além das bolsas já existentes, foram implementadas em 2011 mais vinte e seis bolsas, sendo: dezenove na modalidade de graduação, duas de mestrado, duas de doutorado I e três de doutorado II. A distribuição dessas bolsas tem contribuído para que a evasão dos alunos em relação ao ambiente acadêmico tenha diminuído bastante, uma vez que, estão com sua atenção voltada para a cadeia produtiva em questão.

Ação 8631 – Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
10	122	1436	8631	A	4				

O Termo de cooperação em questão foi assinado pela dirigente da UFRN no final do ano de 2011.

O projeto acadêmico elaborado e postado no SIGAA tem o mês de fevereiro de 2012 como ponto de partida.

O projeto ainda está tramitando nos espaços de autorização da UFRN, no momento ele está pronto para a avaliação do jurídico.

Com essas informações queremos deixar claro que ainda não começamos a efetuar despesas, assim sendo, não temos relatório para enviar.

Ação 20AL – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
10	305	1444	20AL	A	4				

A Ação 20AL – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde, do Programa 1444 – Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos tem como objetivo Promover ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação e saúde, comunicação e mobilização social na área de vigilância e saúde.com repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, para os Fundos de Saúdes municipais, estaduais e do Distrito Federal para custeio das ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistema de informação, supervisão, educação e saúde, comunicação, mobilização social na área de vigilância e saúde, teve recursos orçamentários para o Hospital Universitário Onofre Lopes da UFRN.

Resultados

O Hospital Universitário Onofre Lopes se configura hoje como um dos grandes prestadores de assistência à saúde da população potiguar, incluindo um Centro de Diagnóstico por Imagem, realizando exames de alta e média complexidades.

Devido a sua importância como Hospital geral e de ensino, o HUOL buscou atender às exigências da Portaria de nº. 2.529/04 – GM/MS, sendo, em 14 de abril de 2005, credenciado pelo Ministério da Saúde para compor a Rede Nacional de Hospitais de Referência para o Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em Âmbito Hospitalar, enquadrado como nível de referência I e recebendo mensalmente incentivo financeiro para o seu funcionamento.

Em razão desse credenciamento o Serviço de Vigilância Epidemiológica do Hospital recebeu nova denominação: Núcleo Hospitalar de Epidemiologia - NHE, tendo como objetivo primordial construir o perfil epidemiológico da morbi-mortalidade hospitalar, através das diversas atividades epidemiológicas descritas na Portaria Ministerial.

Nesse Núcleo são alimentados três sistemas de informação em saúde (SIS/SUS):

1. Sistema de Informação dos Agravos de Notificação – SINAN -entre as atribuições do SINAN estão a manutenção da busca ativa, com visita semanal aos pacientes internos e o registro das doenças de notificação compulsória (DNC), segundo as normas e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.
2. Registro de Câncer de Base Populacional – RCBP - é de responsabilidade do RCBP a notificação dos casos de neoplasias malignas atendidas no Hospital, a investigação semanal dos prontuários médicos e dos resultados dos exames anátomo-patológicos no Departamento de Patologia.
3. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM - o SIM mantém o fluxo interno e externo das declarações de óbitos do Hospital, além da realização de crítica do formulário, observando o preenchimento correto das variáveis e a divulgação anual dos óbitos hospitalares, entre outras funções.
4. Os recursos recebidos foram exclusivos para as despesas de custeio, mas, tendo em vista a necessidade de continuar com a melhoria das condições do Núcleo Hospitalar de Epidemiologia, em atendimento a Portaria de nº 2.529/04 – GM/MS, se fez essencial a permuta dos recursos orçamentários para a aquisição de material permanente, sendo àqueles recursos inicialmente destinados ao referido Núcleo utilizados em outras despesas do Hospital.

Ação 6333 – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	128	1448	6333	A	4				

Na Ação 6333 – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica, do Programa do Programa Governamental 1448 - Qualidade na Escola, a UFRN recebeu recursos para: Formar em nível de especialização professores, coordenadores, diretores de creches e pré-escolas da rede pública e da rede privada sem fins lucrativos (filantrópicas, comunitárias ou confessionais), conveniadas com o Poder Público e equipes de educação infantil dos sistemas público de ensino.

Foram propiciados aos profissionais da educação infantil da rede pública conveniadas com a UFRN, a realização de cursos, atividades vivenciais, reuniões de Equipe de Coordenação, reuniões com Avaliadores do Curso, reuniões com coordenadores de pólo e reuniões com coordenação Geral do Curso no MEC.

Avanços obtidos

Propiciou aos profissionais da educação infantil oportunidades de ampliar e aprofundar a análise: das especificidades das crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos, relacionando-as às práticas pedagógicas para a educação em creches e pré-escolas e à identidade do profissional da Educação Infantil; das políticas nacional e locais de Educação Infantil e seus impactos. Além, das contribuições à Educação Infantil advindas das ciências sociais e humanas; as relações entre cultura, subjetividade e currículo na Educação Infantil; bem como, estudos e pesquisas na área da Educação Infantil.

Propiciou também aos profissionais da Educação Infantil oportunidades de analisar e desenvolver propostas de organização do trabalho pedagógico para creches e pré-escolas e de realizar estudos/diagnósticos e propor estratégias para a melhoria da educação infantil em seu contexto de trabalho.

O projeto foi demandado pela Secretaria de Educação Básica do MEC, através da Coordenação do Ensino Fundamental – COEF, em agosto de 2010.

A ideia básica centra-se na elaboração das Expectativas de Aprendizagem para os anos iniciais do ensino fundamental diante das mudanças operadas pelas novas diretrizes emanadas do MEC.

Com um conjunto de textos formulados por especialistas dos componentes curriculares referidos no título que abordavam o perfil dos avanços na área do ensino de cada componente, a tarefa foi reunir outros profissionais de reconhecida competência para que elaborassem o que viriam a ser as expectativas de aprendizagem.

Foi elaborado o primeiro Plano de Trabalho e Termo de Cooperação ainda em 2010 e a descentralização não foi realizada.

Mudanças ocorridas em 2011, com o novo governo, resultaram em indefinições sobre os objetivos do projeto. A COEF, preocupada com o trabalho feito pelos profissionais orientou a reelaboração do Termo de Cooperação. Isso foi feito em setembro de 2011 e os recursos foram descentralizados em outubro. Permaneceram, contudo, as indefinições sobre o projeto no que tange ao formato da remuneração e quanto às áreas que não realizaram o trabalho. Recebe-se somente os textos das áreas de Português, História, Artes, Educação Física e Matemática.

Nesse sentido, em acordo com a COEF, resolve-se fazer a devolução dos recursos descentralizados e, na medida em que se possa contar com a complementação do projeto de acordo com seu objetivo principal – levantar-se-á as expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental de todos os componentes curriculares – os quais serão reapresentados em 2012.

Análise crítica da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade

Os relatórios de gestão da UFRN apresentados nos últimos anos (2008 a 2010) foram focados nos contratos com grandes impactos orçamentários (energia, terceirização de mão de obra, telefonia), além dos contratos de aquisição de acervo bibliográfico que, em razão de suas especificidades na execução físico-financeira, recebeu atenção especial.

Não difere de formato o presente relatório. Entretanto, é dada uma atenção especial à terceirização de mão de obra, não só em razão das preocupações já apontadas nos relatórios anteriores, mas também pelas transformações e adequações decorrentes das orientações do Ministério Público do Trabalho em razão do Termo de Ajuste de Conduta firmado pelo Sindicato Patronal das atividades relacionadas à terceirização de limpeza e de serviços básicos de apoio (pedreiros, serventes, motoristas, eletricitas, etc.).

Assim, permanece a abordagem adotada nos anos anteriores, ou seja, cada um dos contratos é analisado sob o ponto de vista da busca da efficientização e eficácia da despesa pública, tópico específico do Relatório de Gestão da Reitora. Entretanto, no presente relatório há uma inovação em relação aos anos anteriores, que é uma análise da participação da UFRN no Programa

de Eficiência do Gasto conduzido pelo Ministério do Planejamento (Projeto PEG) no qual foram estabelecidas metas de despesa para 2012 e que, espera-se, possam se concretizar.

OS CONTRATOS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA E MÓVEL

O relatório de gestão do exercício de 2010 tratou do contrato de telefonia resgatando a evolução do controle da despesa desde da licitação de 2008 e no esforço realizado ao longo de 2009 e 2010 para a implantação de ferramentas de gerenciamento nos sistemas informacionais da instituição, em particular no SIPAC/Módulos de Contratos e Faturas, que dão ao gestor a possibilidade de analisar a qualidade do gasto, diagnosticar os problemas e tomar decisões visando corrigir os rumos na busca da efetividade e a eficiência administrativa decorrente do processo de gestão.

Em 2011 praticamente não houve a necessidade de implantação no SIPAC de novas ferramentas de gestão. Entretanto, em 2011 foi realizado novo processo licitatório de telefonia móvel em razão do exaurimento da capacidade do contrato anterior em absorver o aumento da demanda decorrente do próprio crescimento institucional (novas unidades administrativas, novos cursos, novas coordenações). Assim, no presente relatório será demonstrado que mesmo com a expansão em 50% no Sistema de Telefonia Móvel da UFRN (passando de 600 terminais para 900 terminais) a despesa com telefonia mantém-se controlada, com redução da despesa média mensal por terminal. Em relação à telefonia fixa não houve mudanças. A seguir trataremos das especificidades de cada um dos contratos.

O contrato da telefonia móvel celebrado em 2011

O Pregão 61/2011 resultou no contrato 45/2011, celebrado entre a UFRN e a empresa Claro S.A., que novamente sagrou-se vencedora no certame licitatório. As regras do processo licitatório seguiram a mesma sistemática iniciada em 2008, ou seja, foram estabelecidos mecanismos que possibilitam acompanhar a execução do contrato por modalidade de ligação (móvel-móvel, móvel-fixo e seus desdobramentos, tais como ligações dentro e fora do grupo, entre a mesma operadora e entre operadoras diferentes, ou dentro ou fora da área 84).

No plano do contrato, as inovações introduzidas foram no sentido de incluir, de modo explícito a precificação e exigência de disponibilização de sistema de gerenciamento pela operadora, bem como de serviços de conexão de dados em tecnologia 3G. Em 2008 essa exigência não era possível, pois nem todas as operadoras dispunham dessas ferramentas e a inclusão da exigência afastaria a possibilidade de concorrência em igualdade de condições. Inovou-se também na exigência de atribuir à operadora a responsabilidade pela assistência técnica dos aparelhos

contratados em regime de comodato oneroso, eliminando-se assim a fragilidade constatada na contratação anterior.

No plano interno, no pós-contrato, foram aprimorados os mecanismos de inclusão dos gestores no processo de gerenciamento e de planejamento das respectivas despesas num horizonte de 02 anos. Através desse mecanismo coube aos gestores a definição de quantidades e o enquadramento em perfis de despesa estabelecidos pela Pró-reitoria de Administração (MEMORANDO CIRCULAR Nº 6/2011), conforme ilustrado na Tabela 2.1-I. A partir dos perfis estabelecidos, passou-se a gerenciar e controlar a despesa gerada em fins de semana com o tráfego de ligações fora do grupo (sábados e domingos), responsável em 2010 por uma despesa equivalente ao valor médio das despesas mensais pagas no contrato, ou seja, um ônus sobre o contrato em torno de 8%.

Os mecanismos de controle do gasto, estabelecidos tanto no plano da contratação quanto no plano da execução, foram objeto de metas pactuadas pela UFRN no âmbito do Projeto da Eficiência do Gasto conduzido pelo Ministério do Planejamento ao qual a UFRN aderiu por iniciativa da Pró-reitoria de Administração. Neste projeto foram estabelecidas metas do gasto de 2011 para a Telefonia fixa e móvel. Não há como avaliar, neste momento, se as metas foram alcançadas em razão do sistema PEG só ser disponibilizado em períodos estabelecidos pelo MPOG. Assim, nos reportaremos apenas aos resultados obtidos na execução do contrato em 2011 sem confrontá-los com as metas do Projeto PEG.

O planejamento para o controle do gasto do contrato de telefonia móvel em 2011 em busca da meta pactuada no âmbito do programa PEG do MPOG

Conforme já apresentado em relatórios anteriores, a medida da eficiência de qualquer contrato está atrelada diretamente ao planejamento do respectivo processo licitatório. No caso da telefonia esse planejamento requer maior atenção, pois a execução físico-financeira do contrato é colocada aos cuidados de cada servidor público ao qual é disponibilizado um terminal. A efficientização, portanto, está ligada à consciência de cada um dos servidores relativa ao uso de recursos públicos que, infelizmente, ainda não está integralmente arraigada em nossa cultura, requerendo dos gestores a introdução de mecanismos de controle que minimize os usos inadequados sob o ponto de vista da Administração Pública.

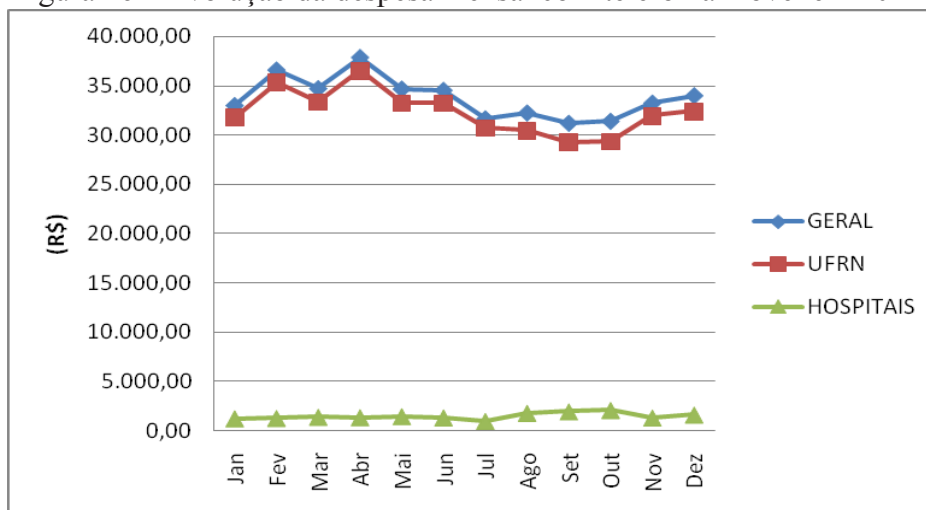
A execução do contrato de telefonia móvel em 2011

A Figura 16 ilustra a evolução da despesa mensal com a telefonia móvel ao longo de 2011, enquanto que a Figura 17 ilustra como essa despesa mensal se vincula ao custo do consumo

médio mensal por terminal e com o quantitativo de terminais disponibilizados para o Grupo Institucional da telefonia móvel.

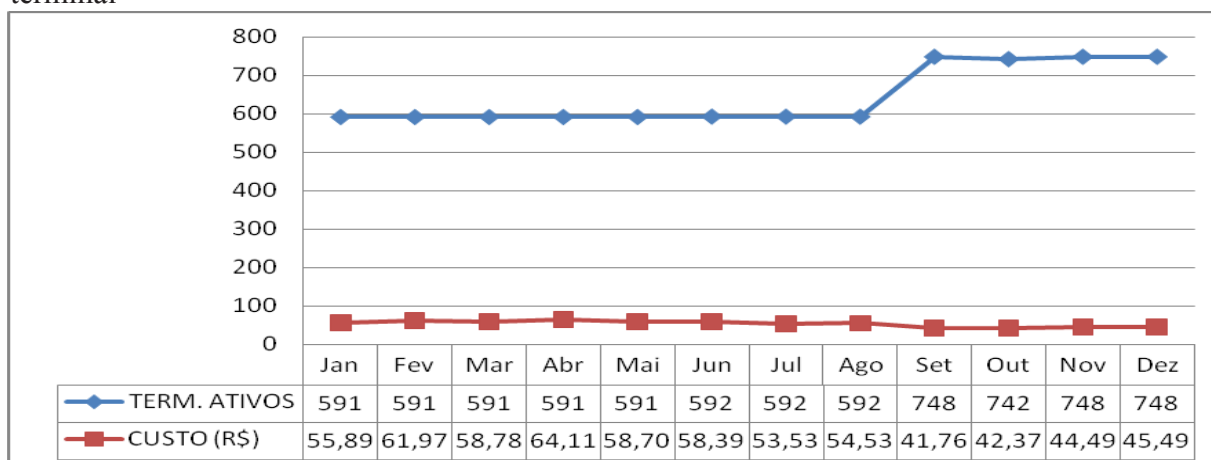
Conforme se observa, em 2011 houve uma expansão no quantitativo de aparelhos ativos de aproximadamente 600 para 750 (uma expansão de 25%). Por outro lado, observa-se que com o novo contrato e os controles implantados no uso dos terminais, foi quebrada a tendência de aumento do consumo que se constatou em 2010 (média anual em torno de R\$ 53,00 – um dos parâmetros usados no planejamento da licitação de 2011) cuja tendência de crescimento persistiu ao longo do primeiro semestre de 2011, numa média em torno de R\$ 52,00 de jan/2011 a ago/2011, baixando para uma média em torno de R\$ 43,00 no período de set/11 a dez/11.

Figura 16 – Evolução da despesa mensal com telefonia móvel em 2011



Fonte: PROAD.

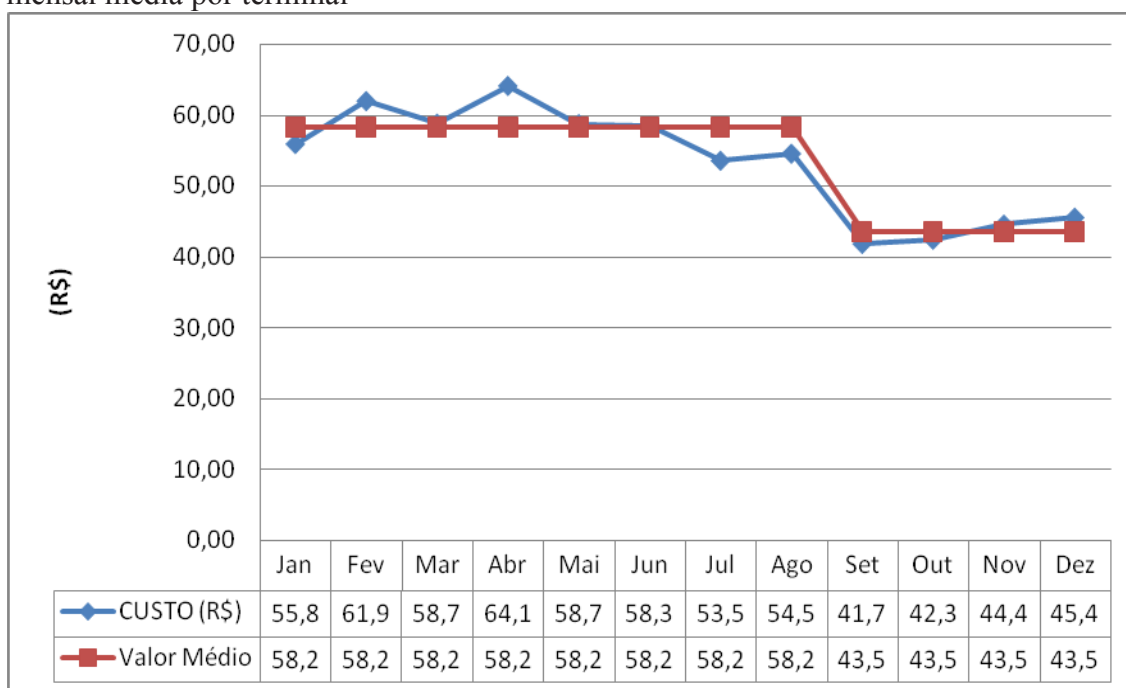
Figura 17 – Evolução da expansão da telefonia móvel da UFRN x Custo médio mensal por terminal



Fonte: PROAD.

A Figura 18 ilustra os reflexos na despesa média mensal por terminal decorrente da nova contratação celebrada em 2011 e dos controles gerenciais estabelecidos nos perfis de consumo. Os resultados obtidos até o presente são representativos considerando-se que houve uma expansão do sistema de telefonia em 25% (600 para 750) com simultânea diminuição do custo médio mensal por terminal disponibilizado para uso num percentual de aproximadamente 25% (queda de R\$ 58,24 para R\$ 43,53).

Figura 18 – Reflexo da licitação de 2011 e dos controles gerenciais obre a despesa mensal média por terminal



Fonte: PROAD.

Considerações finais sobre a execução do contrato da telefonia móvel na UFRN

Os resultados ora apresentados, salvo melhor juízo, demonstram uma evolução da UFRN no controle do gasto com a telefonia móvel. Entretanto esses resultados têm sido alcançados com um grande esforço, pois ainda não está institucionalizada uma consciência de que a eficiência do gasto público só se concretiza enquanto quando cada indivíduo faz a sua parte. O que se observa em todos os níveis da administração, com honrosas exceções, é a pressão dos usuários pelo aumento da despesa e os gestões não fazem a sua parte no processo, passando o ônus da análise de mérito para a Pró-reitoria de Administração. Foi para minimizar essa tendência que foi solicitado o planejamento das demandas para um horizonte de 02 (dois) anos. Infelizmente não faz parte da cultura da gestão o planejamento e o cumprimento do que foi planejado.

A execução do contrato da telefonia fixa em 2011

Em 2011 não houve evolução nos controles gerenciais da telefonia fixa. A única orientação dada aos gestores visando minimizar a despesa foi no sentido de evitar a realização das ligações fixo-móvel, mesmo quando o terminal móvel destinatário pertencer ao sistema de telefonia móvel da UFRN. A forma proposta foi a disponibilização de um terminal móvel junto ao terminal fixo que precise fazer ligações fixo-móvel. Infelizmente, aparentemente a orientação não é repassada pelos gestores aos usuários, tendo sido constatado em 2011.

Entretanto, observando-se que em 2010 tinha havido um grande aumento na despesa do contrato com a Embratel (telefonia fixa e móvel) e que os links de dados contratados, mesmo com a boa qualidade do serviço, eram de baixa velocidade (2 Mbps) mas com grande custo, foi tomada a decisão de suprimir esses serviços do contrato com a Embratel e contratar uma empresa com serviços mais baratos e com uma maior disponibilidade de banda (6 Mbps). Essa tomada de decisão resultou numa economia anual de 28,8% em relação à despesa de 2010.

Excluindo-se do serviço de telefonia fixa o serviço de dados percebe-se uma certa estabilidade na despesa com os serviços de telefonia fixa com um número médio de terminais ativos em torno de 900 e um custo mensal médio em torno de R\$ 67.000,00.

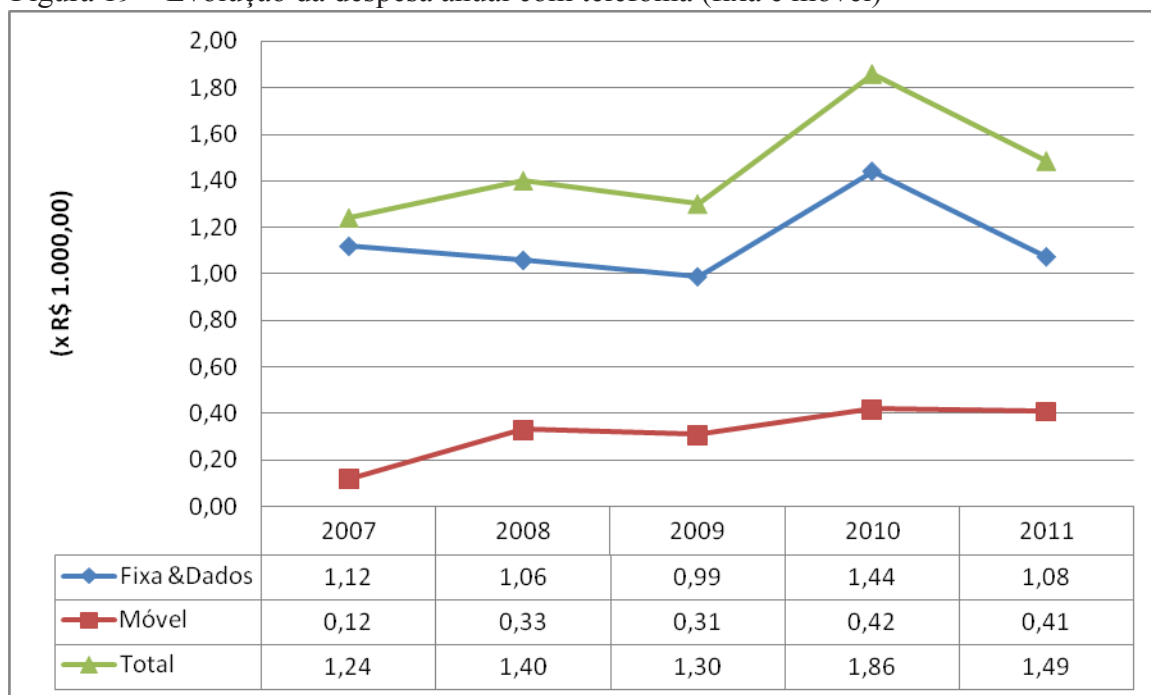
Mesmo com a economia alcançada em 2011, decorrente da supressão do serviço de dados do contrato com a Embratel, a avaliação é que há espaço para um aumento da economicidade nesse contrato a partir da minimização das ligações fixo-móvel.

Dados preliminares indicam que aproximadamente 20% do total de terminais ativos são responsáveis por 70% da despesa com a telefonia fixa em razão, aparentemente, de um uso sistemático de ligações para terminais móveis, incluindo ligações internacionais. Entretanto, uma análise conclusiva só é possível com um aprofundamento da análise das faturas geradas pela operadora e disponibilizada no SIPAC.

Considerações finais sobre os contratos de telefonia fixa e dados e móvel da UFRN

A Figura 19 ilustra a evolução da despesa anual com serviços de telefonia e dados nos últimos 05 (cinco) anos. Conforme se observa, mesmo com a grande expansão do sistema em torno de 70% (aproximadamente 1000 terminais – fixo e móvel – em 2007, para 1700 terminais em 2011) a despesa global vem apresentando um taxa de crescimento suave, aproximadamente R\$ 100.000,00/ano. Mantido o nível de expansão do sistema, a expectativa é a demanda por um orçamento em torno de R\$ 2.000.000,00 ao final do ano de 2015.

Figura 19 – Evolução da despesa anual com telefonia (fixa e móvel)



Fonte: PROAD.

Entretanto, a capacidade instalada da telefonia fixa está saturada, para não dizer estrangulada. Vimos insistido há quatro anos na necessidade de investimentos na infraestrutura da telefonia fixa para possibilitar a disponibilização dos serviços nos novos prédios em construção no campus central. As soluções de “gambiarras” atualmente implantadas em alguns prédios novos já inaugurados não tem sustentabilidade. Urge uma tomada de decisão sobre o tema para que não haja surpresas no futuro que está próximo.

O relatório de gestão de 2009 tratou o contrato de terceirização de mão obra de forma sucinta, já que havia processo licitatório em curso (Pregão 24/2009) em fase final de análise das propostas que, à época, indicavam uma expectativa de contratação num valor global 30% abaixo do valor estimado na licitação que, por sua vez, usara como parâmetro os valores correntes nos contratos então vigentes na UFRN. Avaliou-se na oportunidade que esse número, que à primeira vista indicava uma grande economia para a UFRN, na verdade poderia representar um complicador após a contratação, pois no âmbito das terceirizações, os preços estão vinculados às convenções coletivas de trabalho, a custos fixos relativos a tributos e encargos sociais e a despesas operacionais que são variáveis de acordo com a organização e a infra-estrutura de cada empresa.

Em 2010, o relatório de gestão aborda as preocupações da Administração da UFRN com os contratos de terceirização, considerado o quadro atual e seu impacto crescente no orçamento anual da instituição para os três contratos celebrados na área: limpeza, vigilância e locação de mão de obra.

As preocupações decorrem do fato de os motivos que levaram à necessidade de realização, em 2009, do Pregão 24/2009 para os serviços de locação de mão de obra, **se repetiram em 2010, para as terceirizações de vigilância e limpeza. O motivo comum foi a incapacidade dos contratos celebrados em 2007 (valores anuais contratados) absorverem o crescimento da demanda.**

É importante ressaltar que a contratação da terceirização obedece a normativos editados pelo Ministério do Planejamento que estabelece a unidade básica de precificação da contratação (R\$ por *hora* para locação de mão de obra; R\$ por **metro quadrado** de área objeto de limpeza, interna ou externa; R\$ por posto de vigilância).

Feitas essas considerações iniciais, a seguir serão feitas considerações específicas sobre cada um dos contratos de terceirização, pontuando desde já que os aspectos de eficiência, efetividade e eficiência administrativas precisam ser urgentemente trabalhados, preferencialmente nos moldes do que foi e está sendo trabalhado. Sobre esse tema, em seção específica, será feita uma avaliação da problemática.

OS CONTRATOS DE SERVIÇOS FORNECIMENTO DE ENERGIA

A despesa com os contratos de fornecimento de energia tem se apresentado compatível com o processo de crescimento da UFRN. Comparando-se a estratificação da despesa nos anos de 2010 e 2011, observa-se um aumento na participação da despesa dos campi do interior de 6% para 8% e do campus central de 57% para 58%. A participação dos hospitais manteve-se no mesmo patamar de 21%, tendo diminuído a participação do segmento “outros” – unidades isoladas, Complexo do CCS, unidades alugadas - de 16% para 33%.

A questão da economicidade e da eficiência ainda precisa ser trabalhada na perspectiva do usuário, tendo em vista que sobre o ponto de vista técnico praticamente todas as medidas já foram tomadas (gerenciamento do fator de potência, aquisição de equipamentos eficientes no uso de energia, contratação com base na tarifa verde e, num futuro próximo, a contratação com base no perfil consumidor de 69kV). Entretanto é evidente a presença de desperdício (Lâmpadas e equipamentos de ar condicionado ligados sem que haja a presença e pessoas, são exemplos).

Merece destaque o crescimento da despesa referente aos campi do interior, 46% de 2009 para 2010 e de 45% de 2010 para 2011. Isto sinaliza e confirmam o aumento da infraestrutura predial e de equipamentos que a UFRN tem adotado na implantação de sua política de crescimento no interior do Estado do RN.

OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

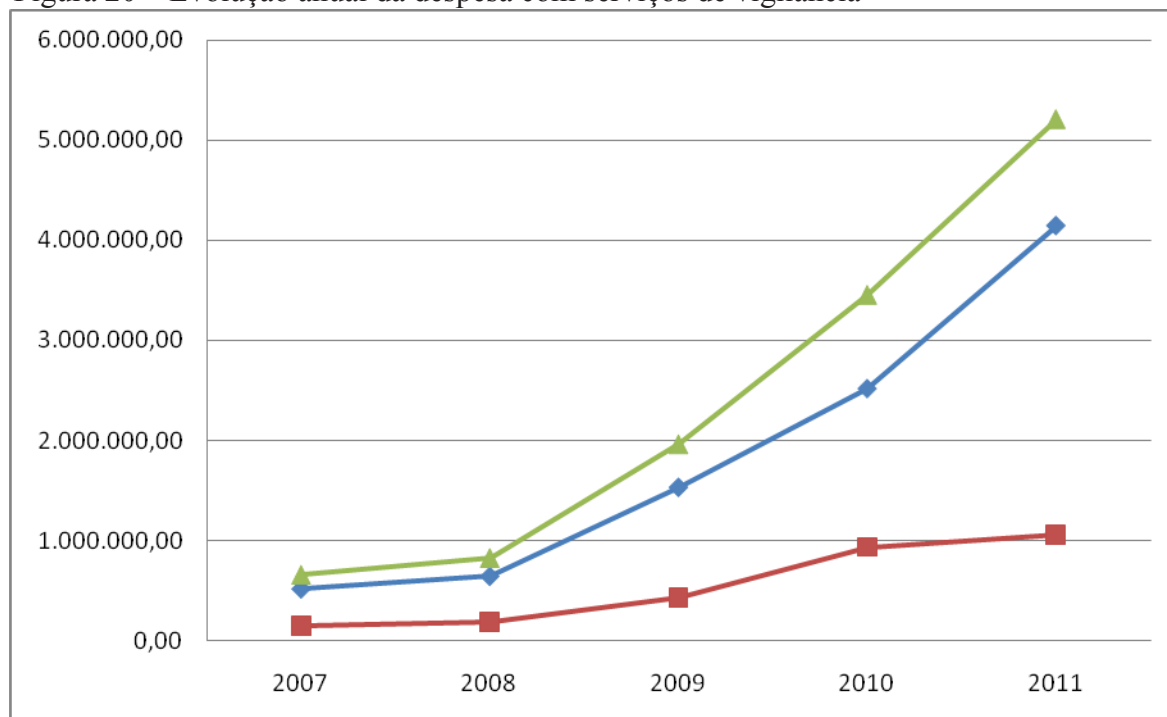
Os contratos de terceirização têm sido nos últimos anos, considerados os três segmentos – vigilância, limpeza e mão de obra de apoio-, os responsáveis pelo maior impacto no orçamento de custeio da UFRN. O relatório de 2010 abordou, com um bom nível de detalhamento, as expectativas de crescimento do impacto orçamentário para 2011 se as tendências de evolução da despesa se mantivessem nas mesmas taxas anuais.

Apenas para pontuar, se estimou que, de uma despesa em 2010 de R\$ 22.613.819,77 havia uma expectativa de uma evolução para R\$ 30.000.00,00 em 2011, devendo a gestão da UFRN atuar no sentido de criar mecanismos de controle visando reduzir essa tendência de impacto orçamentário.

A terceirização dos serviços de vigilância

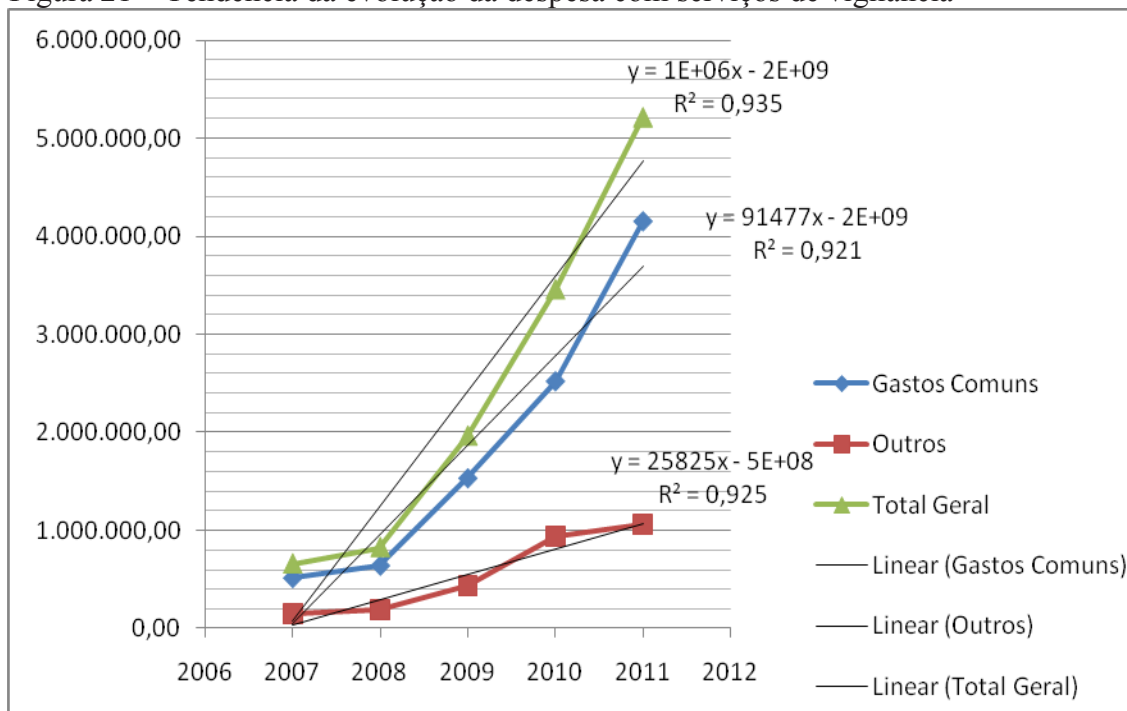
As Figuras 20 e 21 sintetizam o comportamento da despesa com a terceirização dos serviços de vigilância. A expectativa de uma despesa para 2011, em torno de R\$ 4.500.000,00, foi ultrapassada em mais de 20% atingindo o valor de R\$ 5.208.758,00, com expectativa de ultrapassar os R\$ 6.000.000,00 em 2012, se for mantida a taxa de crescimento.

Figura 20 – Evolução anual da despesa com serviços de vigilância



Fonte: PROAD.

Figura 21 – Tendência da evolução da despesa com serviços de vigilância



Fonte: PROAD.

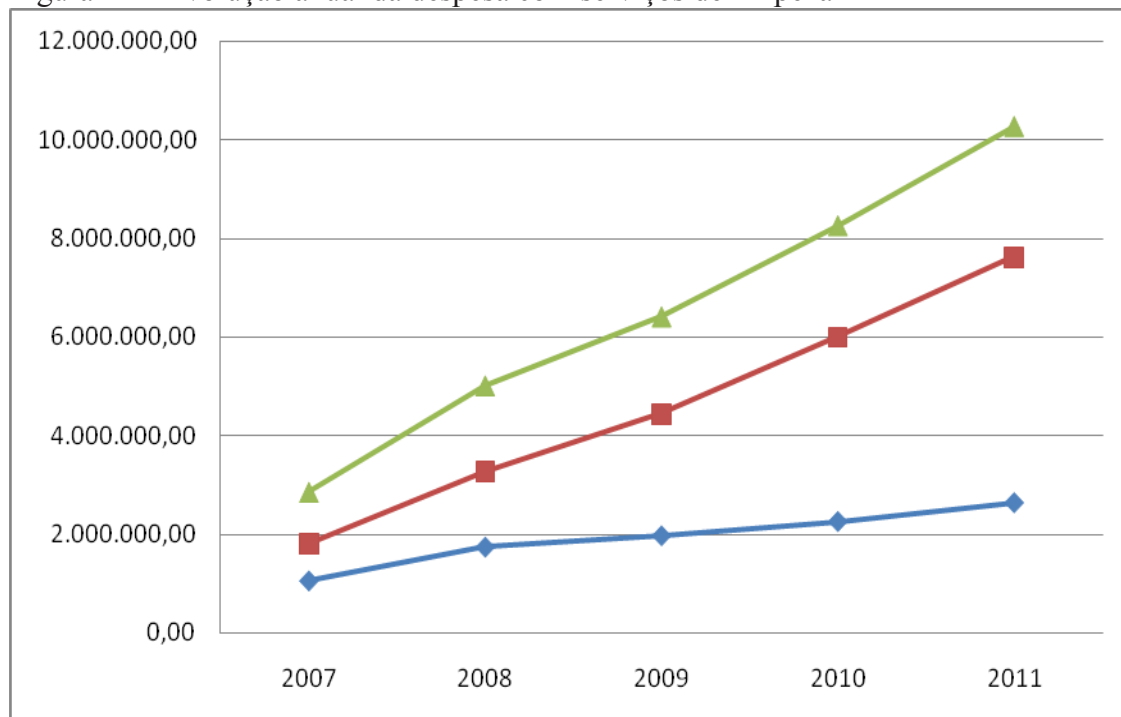
A expectativa, entretanto, é um aumento da pressão no orçamento anual tendo em vista que em 2012 estarão sendo entregues novos prédios tanto na campus de Natal quanto nos campi do interior

Os mecanismos de efficientização do gasto no segmento vigilância são muito restritos e se concentram fundamentalmente em decidir pela substituição de postos de vigilância aramada por postos de portaria (transferência para a terceirização de serviços gerais) ou pela concentração de postos armados nos turnos noturnos e em regime de 24 horas nos feriados e em finais de semana. Desta forma é possível estabelecer um teto para a despesa e é dentro dessa perspectiva que a UFRN está participando no projeto PEG. Pelos resultados observados a na despesa de 2011 a expectativa é que não conseguiremos atingir as metas de gasto para UFRN. Precisamos aguardar a disponibilização dos dados do sistema PEG para se fazer uma avaliação definitiva.

A terceirização dos serviços de limpeza

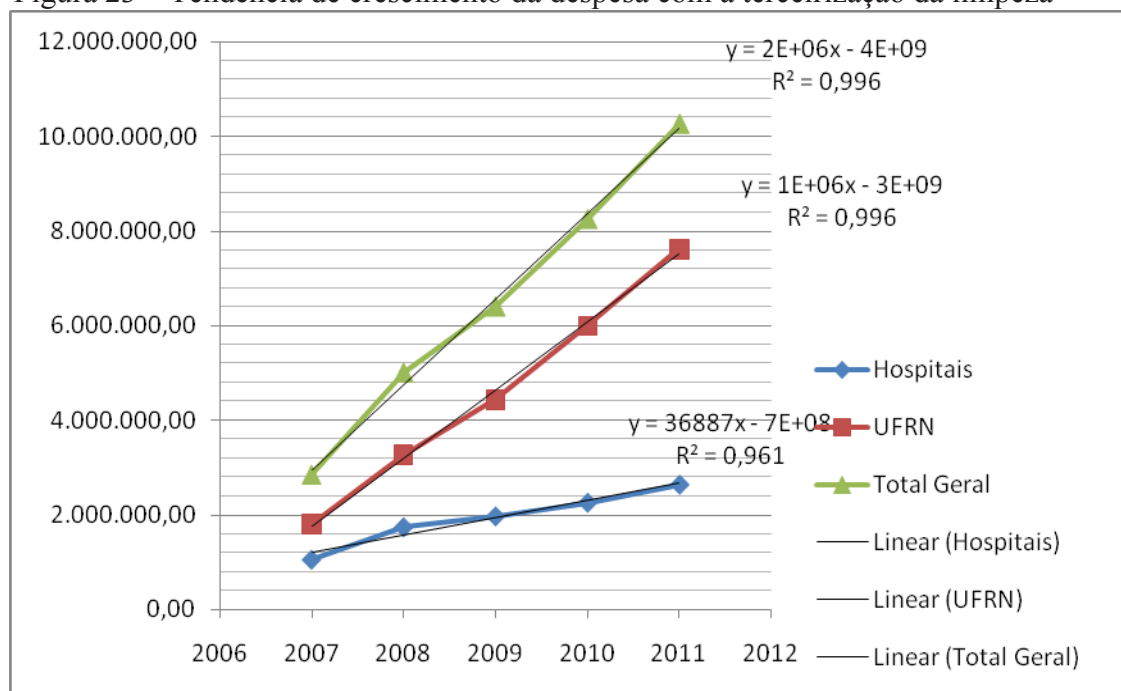
As Figuras 22 e 23 sintetizam o comportamento da despesa com a terceirização dos serviços de limpeza. A expectativa de uma despesa para 2011, em torno de R\$ 10.200.000,00, foi confirmada, tendo atingido o valor de R\$ 10.208.758,00, com a expectativa de se atingir em 2012 um valor de R\$ 12.200.000,00.

Figura 22 – Evolução anual da despesa com serviços de limpeza



Fonte: PROAD.

Figura 23 – Tendência de crescimento da despesa com a terceirização da limpeza



Fonte: PROAD.

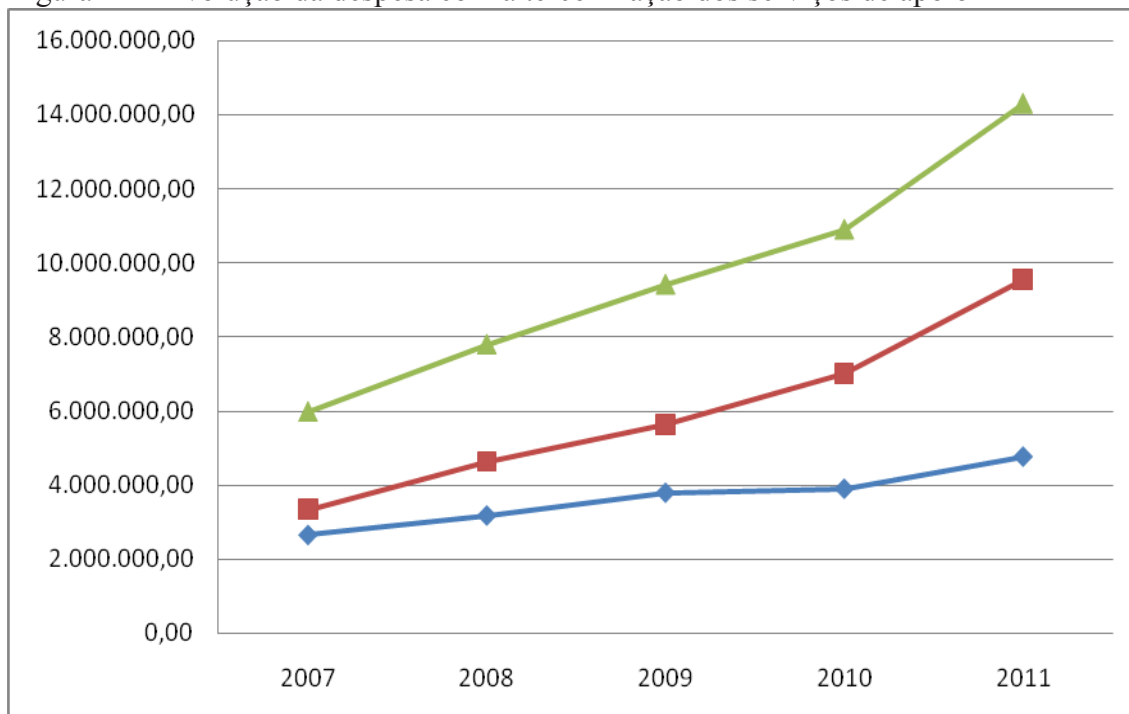
A avaliação da eficiência do gasto na terceirização de limpeza e o respectivo controle segue a linha do que foi exposto em relação aos serviços de vigilância. A única variável de controle disponível é assegurar a taxa de ocupação do número de pessoas conforme os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa No 2 do MPOG que prevê parâmetros objetivos para a contratação, conforme a área de limpeza seja interna ou externa.

A administração da UFRN vem trabalhando no sentido de que os parâmetros da instrução normativa sejam observados, principalmente em razão da pressão orçamentária decorrente da expansão da área construída tanto no campus central como nos campi do interior. Apesar das dificuldades, em razão da pressão dos gestores em não atender aos parâmetros da IN 02, a despesa do contrato de limpeza se manteve em 2011 dentro dos parâmetros esperados, até por que em 2011 não esteve submetido ao processo de reajustamento decorrente das intervenções do Ministério Público do Trabalho nos contratos de terceirização (o realinhamento já ocorrera em maio de 2010). Como se verá a seguir, essa intervenção teve impactos significativos tanto na despesa de 2011 como seus reflexos na tendência de crescimento.

A terceirização dos serviços de mão de obra de apoio

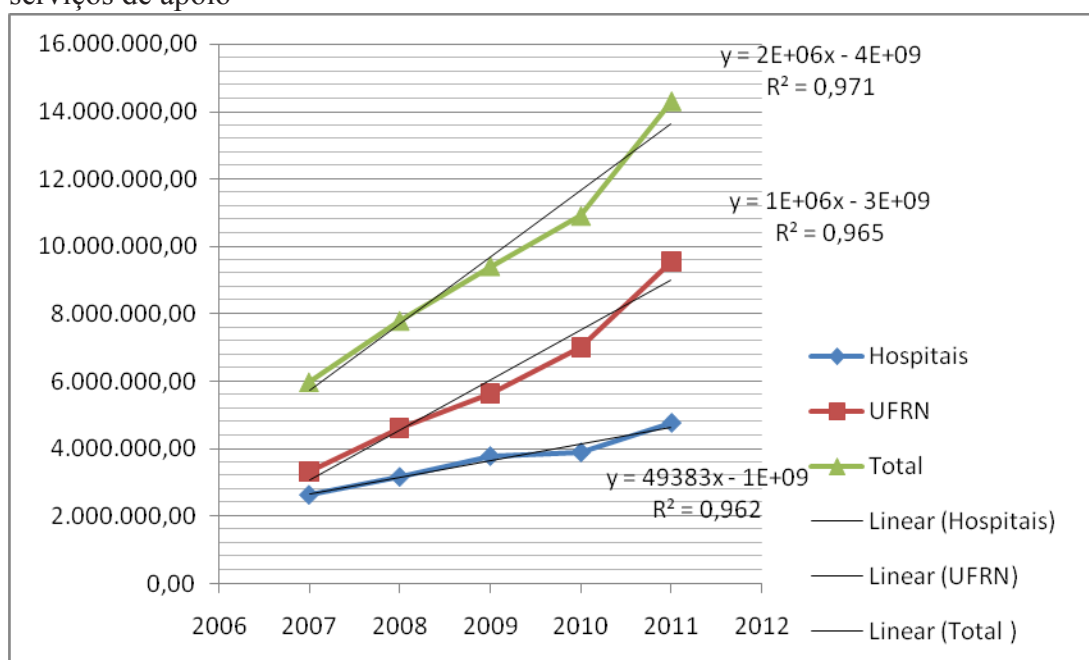
As Figuras 24 e 25 sintetizam o comportamento da despesa com a terceirização dos serviços de mão de obra de apoio (pedreiros, eletricitas, motoristas, etc.). A expectativa de uma despesa para 2011, em torno de R\$ 12.900.000,00, foi confirmada, tendo atingindo o valor de R\$ 14.298.477,00, com mudança de inflexão na tendência de crescimento e expectativa de se atingir em 2012 um valor de R\$ 16.300.000,00.

Figura 24 – Evolução da despesa com a terceirização dos serviços de apoio



Fonte: PROAD.

Figura 25 – Tendência de crescimento da despesa com a terceirização dos serviços de apoio



Fonte: PROAD.

A análise da economicidade e eficiência deste contrato é mais fácil sob a perspectiva do que se observa no dia-a-dia da UFRN. Talvez seja o contrato mais ineficiente da UFRN e também o mais difícil de estabelecer níveis de controle. As alternativas que se apresentam apontam para uma possibilidade de contratação direta dos serviços, pelo menos de parte deles. Entretanto as resistências são muitas no âmbito da gestão, principalmente pela perda de poder de alguns setores na participação e intervenção na indicação das pessoas a serem contratadas.

Conforme já pontuado acima, este contrato passou em 2011 por uma forte reestruturação em suas bases remuneratórias, em decorrência de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) celebrado pelo Sindicato Patronal perante o Ministério Público do Trabalho. A consequência foi a segmentação do contrato em vários sindicatos laborais, cada um com a respectiva Convenção ou Acordo Coletivo de trabalho e pisos salariais diferenciados. Apesar das precauções adotadas no sentido de evitar migrações de um segmento sindical para outro, simplesmente por razões de piso salarial maior, é contínua a solicitação de enquadramento por parte dos gestores.

Outra consequência do TAC é o aumento de greves trabalhistas no âmbito da terceirização, com paralisações frequentes e onerando mais ainda um contrato que já é ineficiente por sua própria natureza. Urge, portanto, o encaminhamento de solução da gestão no sentido de minimizar essa ineficiência.

Conclusões finais sobre a terceirização da UFRN

Não resta dúvida que os contratos de terceirização são os mais impactantes no orçamento da UFRN. Em 2011 houve uma mudança de inflexão na tendência de crescimento da despesa com a terceirização, observando-se que não contribuíram para essa mudança de inflexão os serviços de vigilância e de limpeza. Entretanto, em 2012, inicia-se de fato os reflexos da expansão da infraestrutura física decorrente do REUNI tanto em Natal quanto nos campi do interior. Urge, portanto, o planejamento do orçamento de custeio em 2012, bem como já para 2013, considerando tanto a tendência de crescimento observado em 2011 e os aspectos a serem incorporados na despesa de 2012.

CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

O relatório de gestão do exercício 2010 tratou de forma exaustiva do processo de automatização do processo de aquisição de acervo bibliográfico em implantação na UFRN desde o ano de 2008 e que em 2010 poderia ser considerado concluído sob o ponto de vista da automação dos fluxos operacionais desde a coleta das demandas até os fornecedores e destes à disponibilização no Sistema de Bibliotecas da UFRN. Também foi abordada a participação da UFRN no “Projeto de Melhores Práticas Administrativas”, no âmbito da Rede Federal de Ensino Superior (IFES e Institutos) conduzido pela Subsecretaria de Administração do MEC cuja proposta previa a publicação das dez melhores práticas escolhidas por comissão do MEC/SAA e premiação para as três melhores dentre as 10 a serem publicadas.

A UFRN participou do projeto com o trabalho “AUTOMAÇÃO DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMACIONAL NA UFRN: FLUXO DO DOCENTE AO FORNECEDOR” realizado pelas equipes de trabalho da Pró-reitoria de Administração, da Superintendência de Informática e da Biblioteca Central Zila Mamede.

O trabalho da UFRN na primeira fase da avaliação dos projetos foi classificada entre as 10 melhores e no processo de avaliação final ficou em 3º lugar, ficando os dois primeiros lugares com o Hospital de Clínicas da UFMG com o trabalho “Teleassistência para Municípios Remotos de Minas Gerais” e com a UFG com o trabalho “Racionalização de despesas com telefonia através de reestruturação dos recursos físicos e do sistema de serviços da Universidade Federal de Goiás”. A UFRN participou da solenidade de anúncio dos três melhores trabalhos com servidores dos três setores da UFRN envolvidos com o projeto.

A premiação recebida é o reconhecimento externo da qualidade do trabalho desenvolvido pela UFRN visando aprimorar os seus procedimentos administrativos, em especial o da aquisição de acervo bibliográfico, certamente um dos mais complexos em qualquer IFES envolvida com esse tipo de contratação.

Sob o ponto de vista da informatização dos fluxos operacionais o trabalho está concluído, restando apenas colher os resultados por ele produzidos, desde que sejam asseguradas as condições de funcionamento, identificando-se hoje como ponto de fragilidade a dependência do ser humano – docentes e discentes - na coleta das demandas.

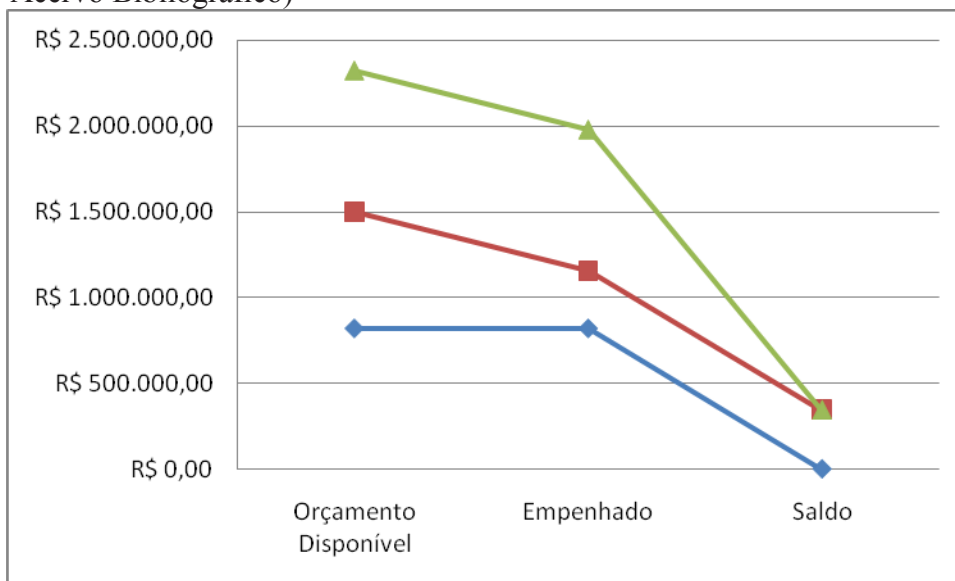
Os resultados de 2011 em números, como ilustrado a seguir, indicam que se houver demanda é possível a execução físico-orçamentária da aquisição de acervo bibliográfico dentro do mesmo exercício.

Em 2011, pela primeira vez foi possível alinhar a vigência dos contratos com o ano orçamentário. Os contratos para aquisição de acervo vigiram de 10/12/2010 a 10/12/2011 tendo sido dada a oportunidade (abertura do SIPAC) para a coleta de demandas segundo a Resolução CONSAD que fixou o calendário universitário 2011. Também em 2011 pela primeira vez foi possível executar fisicamente quase todo o orçamento dentro do seu exercício.

As Figuras 26 e 27 ilustram sinteticamente a dinâmica do planejamento da execução físico financeira em 2011. Conforme se observa, em 2011 havia orçamento de dois exercícios a serem executado: aproximadamente 70% do orçamento de 2010 empenhado no final do exercício quando das contratações (10/12/2010) e os empenhos do orçamento de 2011, observando-se que em relação a este foi deixada uma margem de segurança como forma preventiva de perda orçamentária por descumprimento contratual o que, diga-se de passagem, não ocorreu em 2011. Na verdade os valores empenhados (dinamicamente ao longo do ano) estiveram sempre abaixo dos valores decorrentes das requisições com fornecimento autorizado, conforme se observa na fig.5-2. Isto é, enquanto as requisições autorizados têm um impacto orçamentário de R\$ 2.349.298,45, ligeiramente acima da disponibilidade orçamentária de R\$ 2.322.611,91, os valores empenhados estiveram no valor de R\$ 1.978.072,12, observada a reserva orçamentária de R\$ 344.539,79.

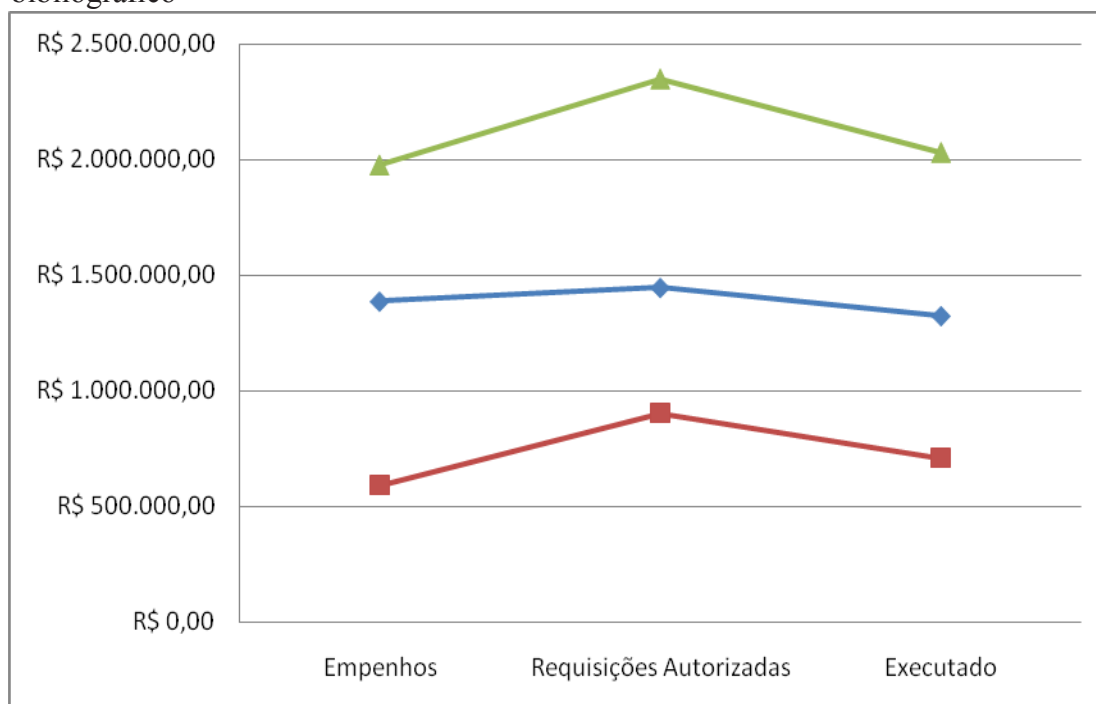
Este gerenciamento da execução só é possível em razão do sistema de aquisição informatizado em todo o fluxo (do docente/discente ao fornecedor). Isto é em 2011 e até o dia 02/03/2012 foram entregues na UFRN um quantitativo de volumes (nacionais e importados) que representam uma execução física-financeira de R\$ 2.032.473,59. A Figura 28 ilustra a execução física correspondente à execução apresentada na Figura 29.

Figura 26 – Evolução da Execução Orçamentária 2011 (Aquisição de Acervo Bibliográfico)



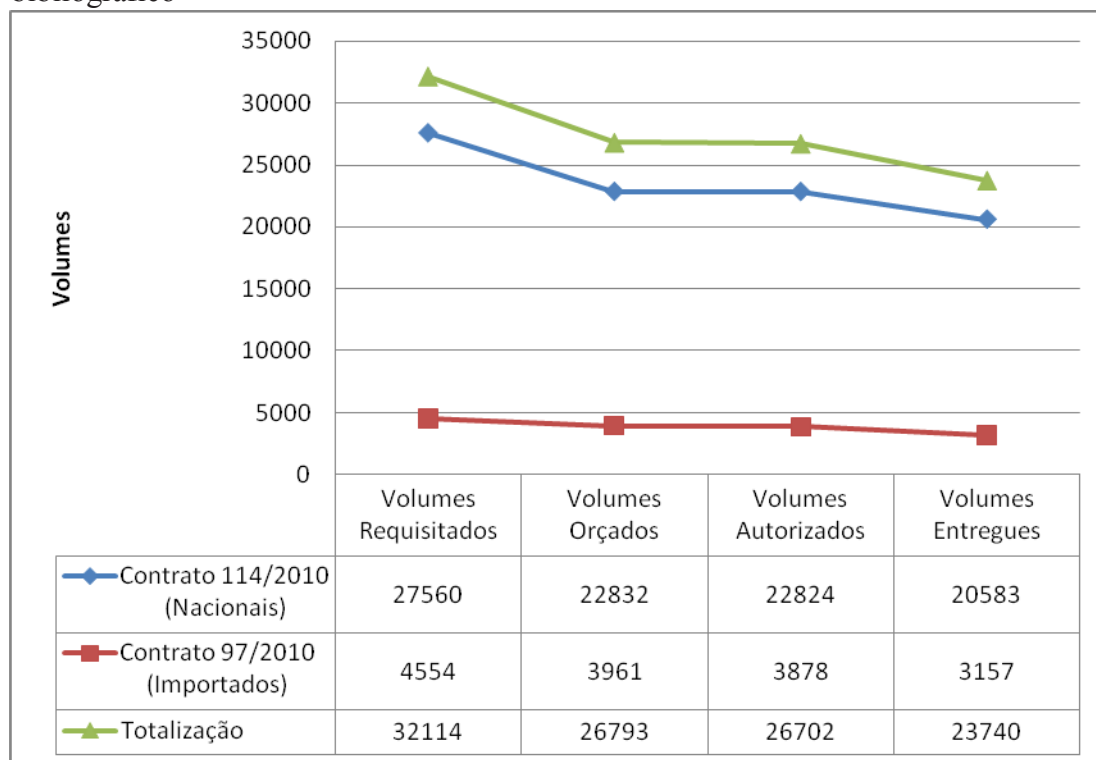
Fonte: PROAD.

Figura 27 – Execução orçamentária em 2011 dos contratos de aquisição de acervo bibliográfico



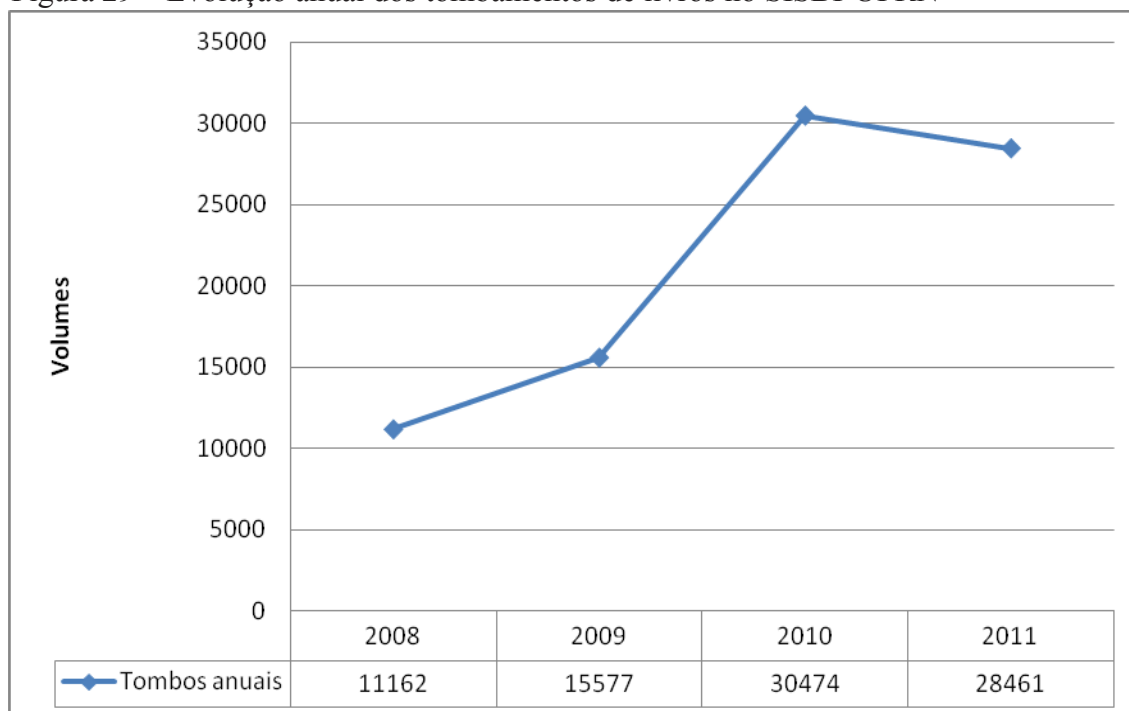
Fonte: PROAD.

Figura 28 – Execução física em 2011 dos contratos de aquisição de acervo bibliográfico



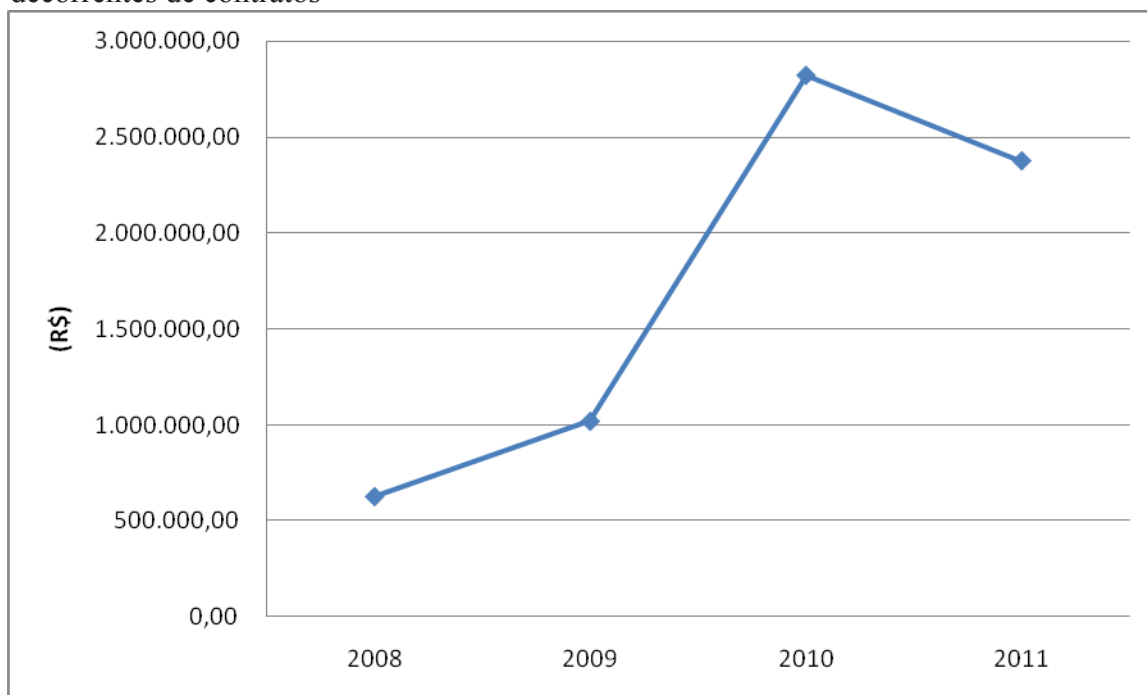
Fonte: PROAD.

Figura 29 – Evolução anual dos tombamentos de livros no SISBI-UFRN



Fonte: PROAD.

Figura 30 – Evolução da execução físico-orçamentária relativa aos tombamentos decorrentes de contratos



Fonte: PROAD.

Conforme se pode constatar dos dados nas Figuras 27 e 28, do total de 26.702 volumes autorizados para fornecimento em 2011, as empresas contratadas já entregaram, até 02/03/2012, 23.740 volumes. Isto corresponde a 89% da despesa autorizada (R\$ 2.349.298,45), distribuída em 90% das compras de editoras nacionais, tendo sido entregues 20.583 volumes, e 81% das compras de editoras estrangeiras com a entrega de 3.157 volumes.

Por outro lado, quando se analisa a evolução anual da execução físico-financeira dos contratos de aquisição de acervo bibliográfico (Figuras 29 e 30), verifica-se que em 2011 foram tombados 28.461 volumes num valor total de R\$ 2.376.714,48, números superiores aos apresentados nas Figuras 27 e 28. A aparente discrepância decorre do fato de que em 2011 ainda ocorreram tombamentos decorrentes de empenhos de exercícios anteriores, conforme ilustrado no quadro que se segue. Isto é, em 2011 houve tombamentos relativo aos exercícios orçamentários de 2009, 2010 e 2011.

Também observa-se uma aparente discrepância entre os volumes tombados em 2011 relativos aos números dos volumes entregues relativos ao exercício de 2010 e 2011 (23.740 na Figura 28) contra os 19.581 apontados no quadro já mencionado. Explica-se a diferença em razão da diferença entre volume entregue e volume tombado.

Figura 31 – Total de Títulos e Exemplares Tombados no ano de 2011 (relatório SIPAC em 02/03/2012)

Ano de Empenho	Total de Títulos	Total de Exemplares
2011	1513	8724
2010	2006	9857
2009	1971	10248
Totais	5490	28829

Fonte: PROAD.

Avaliação dos resultados

Os resultados acima apresentados apontam claramente que o processo de automação do fluxo de trabalho visando a aquisição de acervo bibliográfico é capaz de resolver o retardo de pelo menos um ano que vinha historicamente vinha ocorrendo na UFRN. Pela primeira vez a UFRN consegue fazer com que a execução físico-financeira ocorra dentro do exercício orçamentário.

Entretanto ainda há algumas fragilidades que precisam ser corrigidas. Essas fragilidades dizem respeito a assegurar que haja uma demanda compatível com a disponibilidade orçamentária, mas que esta demanda também qualifique o gasto.

Os resultado de 2011 são bons numericamente sem contudo significar que o que foi adquirido qualifica o gasto. E o motivo é simples, não se conseguiu em 2011 fazer com que as demandas para aquisição de acervo fossem vinculadas ao plano de curso de cada disciplina ministrada nos cursos da UFRN.

AS DIFICULDADES NA GESTÃO DOS CONTRATOS NA UFRN

São mantidas no presente relatório as mesmas observações já apontadas no relatório de 2010. Isto é, a automação dos controles gerenciais através da informatização dos principais contratos de despesa da UFRN, permite aos gestores dos contratos aferir a evolução da despesa e assim procurar se evitar seu incremento de modo descontrolado.

A tarefa da gestão dos contratos precisa começar do seu usuário na ponta do sistema. Entretanto, em geral ainda há uma falta de consciência individual com a questão do gasto público e particularmente com sua qualidade. É fundamental, portanto, que a Administração da UFRN crie mecanismos que possibilitem o aprimoramento dos controles de modo a se efetivar, de fato, a eficácia e eficiência dos gastos. Afinal os sistemas apenas registram via relatórios gerenciais os dados com que são alimentados.

CONCLUSÃO

A avaliação global com relação aos controles implantados na gestão dos contratos de despesa é que tem havido melhoras significativas a cada ano. Merecem destaque especial os

controles de acompanhamento implantados, e já em estado confiável sob o ponto de vista de sistemas informacionais, os controles implantados para o acompanhamento do contrato de telefonia móvel e o de aquisição de acervo bibliográfico. Repete-se mais uma vez o que foi dito em 2010: *“Fundamental nesse processo, além da informatização, foram as estratégias adotadas na elaboração dos procedimentos licitatórios, sintonizadas sempre que possível com os parâmetros de eficiência buscado nos contratos”*. Certamente a premiação conferida em âmbito nacional para o processo de compra de acervo bibliográfico da UFRN é um reconhecimento de que a instituição vem trilhando o caminho da modernização da Administração Pública. Merece destaque nesse processo as participações pró-ativas das equipes da Superintendência de Informática, da Biblioteca Zila Mamede, do Departamento de Material e Patrimônio e do Departamento de Contabilidade e Finanças, com todas as suas seções, da Divisão de Segurança Patrimonial e da área Administrativa da Pró-reitoria de Administração: Secretaria, Administração do Prédio da Reitoria e Divisão de Transportes.

São preocupantes, entretanto, as tendências de aumento significativo da despesa nos contratos de terceirização, requerendo uma atenção redobrada da área de planejamento.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 4 - Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	26243	153103
Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	26374	150426

Fonte: SIAFI

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro 5 – Programação de Despesas Correntes (Quadro A.2.4 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 1

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		Encargos		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	589.339.556,00	510.079.256,00			106.010.058,00	87.551.352,00	
	PLOA	589.339.556,00	510.079.256,00			106.010.058,00	87.551.352,00	
	LOA	589.339.556,00	510.079.256,00			109.335.060,00	94.062.025,00	
CRÉDITOS	Suplementares	120.964.184,00	134.100.000,00			7.377.367,00	10.211.457,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	786.579,00	27.557,00			126,00	5.111.858,00	
Outras Operações								
Total		709.517.161,00	644.151.699,00	-	-	116.712.301,00	99.161.624,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 6 – Programação de Despesas Correntes (Quadro A.2.4 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 2

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	88.754.534,00	64.558.893,00				
	LOA	88.754.534,00	64.558.893,00			6.347.668,00	6.262.588,00
CRÉDITOS	Suplementares	27.381.396,00	38.222.000,00			350.000,00	2.901.037,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados					68.344,00	534.747,00
Outras Operações							
Total		116.135.930,00	102.780.893,00	-	-	6.629.324,00	8.628.878,00

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro 7 – Programação de Despesas de Capital (Quadro A.2.5 da Portaria nº 123/2011 do TCU)
– Parte 1

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		69.066.764,00	48.043.872,00			
	LOA		77.741.781,00	67.366.413,00			
CRÉDITOS	Suplementares		2.461.277,00	16.468.463,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados			6.243.103,00			
Outras Operações							
Total		80.203.058,00	77.591.773,00	-	-	-	-

Fonte: DCF.

Quadro 8 – Programação de Despesas de Capital (Quadro A.2.5 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 2

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA			534.847,00			
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		-	534.847,00	-	-	-	-

Fonte: DCF.

Quadro 9 – Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadro A.2.6 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 1

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela	695.349.614,00	597.630.608,00	69.066.764,00	48.043.872,00			
	PLOA	695.349.614,00	597.630.608,00	69.066.764,00	48.043.872,00			
	LOA	698.674.616,00	604.141.281,00	77.741.781,00	67.366.413,00			
CRÉDITOS	Suplementares	128.341.551,00	144.311.457,00	2.461.277,00	16.468.463,00			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	786.705,00	5.139.415,00					
Outras Operações								
Total		826.229.462,00	743.313.323,00	80.203.058,00	83.834.876,00	-	-	

Fonte: DCF.

Quadro 10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadro A.2.6 da Portaria nº 123/2011 do TCU) – Parte 2

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela						
	PLOA	95.102.202,00	70.721.481,00				
	LOA	95.102.202,00	70.821.481,00		534.847,00		
CRÉDITOS	Suplementares	27.731.396,00	41.123.037,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		122.833.598,00	111.944.518,00	-	534.847,00	-	-

Fonte: DCF.

Análise crítica

Do ponto de vista da análise da Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital e do Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência, a Universidade tem evoluído positivamente quanto as despesas correntes que, em decorrência de uma nova política de recuperação salarial dos servidores e criação de novas vagas de técnicos e professores, houve um incremento significativo em 2010 que deveria refletir no orçamento de 2011, todavia, como a proposta de orçamento de 2011 foi elaborada com valores de abril daquele ano, os valores submetidos ao Congresso Nacional manteve essa defasagem com a realidade das despesas com pessoal das Unidades Orçamentárias, mas com estimativa suficiente assegurada na Reserva de Contingência para garantir o cumprimento das necessidades de pagamento da folha da União no ano.

A partir de 2009 foi criado um círculo virtuoso de crescimento culminando com a elevação das atividades proporcionada pelo elevado volume de investimentos realizados na ampliação de toda a estrutura física tanto na área do ensino, pesquisa e extensão, quanto no apoio e assistência estudantil.

O salto na quantidade de alunos matriculados nos diversos cursos de graduação e pós graduação presencial e à distância demonstrados nos relatórios físicos de 2011, revelam os resultados alcançados com os investimentos realizados face as diretrizes delineadas no Programa REUNI.

O processo de reestruturação e expansão provocou ainda, demandas complementares de diversos setores da Instituição voltadas para atualização tecnológica de equipamentos, adequação de prédios e laboratórios e outras ações importantes para consolidação do programa, exigindo novas atuação dos gestores junto ao Governo Federal e membros do poder Legislativo na busca de novos recursos, tendo sucesso parcial mas com contribuição valiosa para a Instituição.

Neste ano, o orçamento foi contemplado com R\$ 8.575.017,00 (oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dezessete reais) proveniente de emenda parlamentar, utilizado na complementação de obras e aquisição de equipamentos e R\$ 3.225.002,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil e dois reais) destinado a outras despesas correntes utilizado em reformas importantes para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Gestão.

Outros recursos alocados na ação de Funcionamento de Cursos de Graduação (Atividade 4009), além de manter os diversos cursos em funcionamento, contribuíram nessa ampliação através do atendimento das adequações de prédios e equipamento de salas e laboratórios, enquanto a ação 8667 – Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados, contemplada com R\$ 27.750.000,00 (vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta mil reais) contribuiu para construção de

laboratórios e obras diversas voltadas para o desenvolvimento da pesquisa universitária, principalmente.

As receitas diretamente arrecadadas tiveram papel importante na complementação de obras cujas despesas extrapolaram os valores contratados.

Quadro 11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150426	4005	-	-	6.931.731,28
		153103	0487	-	-	3.756.133,33
		153103	1055	-	-	1.008.957,61
		153103	2000	-	-	1.303.600,00
		150426	2272	-	-	4.121,27
		153103	2272	-	-	916.228,16
		153103	2992	-	-	656.283,05
		153103	4009	-	-	2.121.276,06
		153103	4045	-	-	184.584,20
		153103	4046	-	-	2.490.021,40
		153103	4156	-	-	1.044.310,10
		153103	4368	-	-	17,12
		153103	6237	-	-	43.557,50
		153103	6247	-	-	290.657,45
		153103	6333	-	-	308.345,65
		153103	6358	-	-	31.500,00
		150426	6379	-	-	278.209,76
		153108	6379	-	-	367.779,47
		153103	6380	-	-	2.205.874,65
		153103	6995	-	-	1.797.400,00
		153103	8090	-	-	172.070,00
		153103	8252	-	-	3.315.087,49
		153103	8282	-	-	300.000,00
		153103	8370	-	-	158.595,73
		153103	8429	-	-	1.400.353,67
		153103	8526	-	-	407.450,00
		153103	8573	-	-	1.701.609,00
		150426	8585	-	-	39.940.690,74
		153103	8613	-	-	52.052,55
		153103	8628	-	-	200.551,19
		153103	8631	-	-	500.000,00
		153103	8680	-	-	231.429,35
		153103	8698	-	-	627.433,33
		153103	8744	-	-	97.073,69
		153103	8793	-	-	196.908,81
		153103	8976	-	-	2.025.468,00
		153103	009E	-	-	224.170,00
		153103	11G0	-	-	70.000,00
		150426	20AL	-	-	30.000,00
		153103	20D3	-	-	30.560,00
		150426	20G8	-	-	18.520.832,31
153103	20RW	-	-	1.184.731,36		
153103	2A56	-	-	141.565,10		
153103	2C68	-	-	32.833,00		

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	153103	1851	14.997,66	-	-
		153103	2000	523.202,65	-	-
		153103	2272	513.437,81	-	-
		153103	2358	198.526,20	-	-
		153103	2992	7.218,60	-	-
		153103	4009	333.907,94	-	-
		153103	4019	2.302.571,32	-	-
		153103	6333	7.111,95	-	-
		150426	6379	5.425.445,14	-	-
		153104	6379	161.280,00	-	-
		153103	6380	540.306,30	-	-
		153103	8090	248.548,02	-	-
		153103	8252	379.804,85	-	-
		153103	8282	1.505.000,00	-	-
		153103	8429	199.447,97	-	-
		153103	8628	70,74	-	-
		153103	8976	2.579.624,80	-	-
		153103	11G0	99.959,00	-	-
		153103	20D3	32.966,46	-	-
		150426	20G8	3.703.790,00	-	-
153103	2A56	34.738,60	-	-		
153103	2C68	44.999,90	-	-		
153103	8282	-	1.000.000,00	-		

Fonte: Siafi Gerencial.

Observação: Em atendimento ao que determina a Portaria TCU nº 123/2011, não foram informadas as movimentações internas entre as UGs associadas a esta UJ (UFRN).

Análise crítica

A movimentação orçamentária externa por grupo de despesa revela-se importante para a administração pública por tratar-se da forma legal de descentralização de recursos, tem contribuindo muito para na forma de agilização do processo de mobilização e recebimento dos recursos federais.

Desburocratiza e agiliza tanto o recebimento como a execução e acompanhamento dos processos, transfere responsabilidade, além de contribuir para a participação da comunidade universitária nos programas e ações federais apresentados nas chamadas feitas por editais.

A apresentação dos gastos por grupo de despesa revela quanto a Universidade recebeu em 2011 dos diversos órgãos da administração pública federal, aplicados segundo regras estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com resultados expressivos alcançados na melhoria do ensino, pesquisa e extensão.

Legalmente esses recursos atendem demandas de projetos pré-qualificados e voltados para o atendimento de programas prioritários, apresentados na forma de plano de trabalho, com indicadores, produtos e metas a alcançar.

A Universidade tem concorrido e obtido resultados positivos na busca por novos investimentos, contribuindo para o desenvolvimento compartilhado das ações centralizadas em outras unidades orçamentárias do orçamento da União.

Todos os gastos realizados através dos recursos de movimentação externa tem total acompanhamento e executados seguindo as normas legais estabelecidas para as áreas ambientais e de direito financeiro.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

Quadro 12 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.8 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	61.231.179,64	60.509.466,65	60.166.521,84	58.028.649,12
Convite	57.467,77	224.557,38	57.467,77	224.557,38
Tomada de Preços	2.563.012,90	3.391.492,94	2.512.948,27	3.320.153,70
Concorrência	5.471.751,21	8.656.195,29	5.422.581,17	8.609.052,48
Pregão	53.138.947,76	48.237.221,04	52.173.524,63	45.874.885,56
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços *	-	-	-	-
Contratações Diretas	22.626.166,25	12.115.721,89	19.298.441,91	11.065.292,12
Dispensa	17.695.334,27	10.693.297,79	16.961.292,11	9.737.010,30
Inexigibilidade	4.930.831,98	1.422.424,10	2.337.149,80	1.328.281,82
Regime de Execução Especial	31.238,44	21.590,98	31.238,44	21.590,98
Suprimento de Fundos	31.238,44	21.590,98	31.238,44	21.590,98
Pagamento de Pessoal	856.365.569,94	775.464.004,66	856.365.569,94	775.463.929,98
Pagamento em Folha	854.928.798,20	773.961.822,22	854.928.798,20	773.961.822,22
Diárias	1.436.771,74	1.502.182,44	1.436.771,74	1.502.107,76
Outros (Não se Aplica)	19.910.132,41	20.148.394,64	19.886.142,77	19.781.263,48

Fonte: Siafi Gerencial.

(*) A fonte de consulta não assimila o Registro de Preços como modalidade de licitação, o que inviabiliza o fornecimento da informação.

Quadro 13 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.9 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	819.749.190,76	742.274.630,11	819.749.190,76	742.274.630,11	-	-	819.744.367,21	742.266.475,62
11	411.142.113,06	368.825.995,97	411.142.113,06	368.825.995,97	-	-	411.139.943,00	368.825.995,97
01	227.881.809,05	205.757.053,00	227.881.809,05	205.757.053,00	-	-	227.881.727,11	205.757.053,00
13	88.542.022,04	81.334.445,87	88.542.022,04	81.334.445,87	-	-	88.539.450,49	81.331.874,32
Demais elementos do grupo	92.183.246,61	86.357.135,27	92.183.246,61	86.357.135,27	-	-	92.183.246,61	86.351.552,33
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	118.505.122,02	106.558.563,72	108.933.428,17	96.295.891,08	9.571.693,85	10.262.672,64	107.683.989,98	95.247.235,86
39	33.945.078,22	29.294.628,61	26.759.504,72	23.966.950,52	7.185.573,50	5.327.678,09	25.943.347,95	23.285.058,51
37, 46	20.929.369,97	18.590.907,92	20.239.338,21	18.590.907,92	690.031,76	-	20.145.476,50	18.590.907,92
46, 37	19.351.270,41	16.561.698,28	19.351.270,41	15.382.110,38	-	1.179.587,90	19.351.270,41	15.305.029,17
Demais elementos do grupo	44.279.403,42	42.111.328,91	42.583.314,83	38.355.922,26	1.696.088,59	3.755.406,65	42.243.895,12	38.066.240,26

Fonte: Siatfi Gerencial.

Quadro 14 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.10 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	77.917.550,98	78.126.275,13	31.486.491,30	29.696.812,12	46.431.059,68	48.429.463,01	28.319.557,71	26.847.014,20
51	32.842.752,76	40.199.487,95	7.428.629,25	11.590.758,66	25.414.123,51	28.608.729,29	7.379.459,21	10.651.562,85
52	31.709.681,61	37.849.399,09	18.749.702,16	18.028.665,37	12.959.979,45	19.820.733,72	15.631.938,61	16.118.063,26
39, 92	13.343.464,87	77.388,09	5.286.508,15	77.388,09	8.056.956,72	-	5.286.508,15	77.388,09
Demais elementos do grupo	21.651,74	-	21.651,74	-	-	-	21.651,74	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial.

Análise Crítica

A exemplo de 2010, o ano de 2011 foi tranquilo com relação à execução da programação estabelecida no orçamento. As alterações ocorridas corresponderam a ajustes promovidos pela Secretaria de Orçamento Federal, consultada a Instituição, abrangendo as despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios, especificamente, e a incorporação de excesso de arrecadação apurado naquele exercício. Como se tratou mais de créditos ao orçamento, houve um efeito positivo com relação ao financiamento de ações importantes no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As dificuldades encontradas situaram-se em torno das questões ligadas a licitações, motivadas pelo amplo e aberto sistema de consulta que permite questionamentos sobre legalidades de fatos. Isso, contudo, não prejudicou a realização dos investimentos, interferindo, apenas, nos cronogramas de execução, principalmente, dos novos projetos.

Ajustes na programação inicial ocorreram no intuito de viabilizar a execução de projetos com adequação dos valores disponíveis no orçamento às demandas visando à consolidação dos programas em execução.

Medidas de contenção de gastos determinadas pelo Governo Federal, contingenciaram, no primeiro momento, o total dos recursos alocados em ação específica financiada com recurso decorrente de emenda parlamentar, liberados somente no segundo semestre do exercício.

No aspecto ambiental nenhuma anormalidade foi identificada e tudo transcorreu segundo as regras legais em vigor.

Outras informações relevantes dizem respeito ao seguinte:

A análise dos dados dos quadros A.2.8, A.2.9 e A.2.10 sintetiza a realidade da execução orçamentária em qualquer IFES com orçamento do porte da UFRN. Onde se fizer necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico-financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que termina sendo o objetivo de qualquer gestor público em cada exercício orçamentário. A exceção a essa realidade é a despesa com pessoal, exatamente porque não há necessidade de licitar.

Quando se considera que o ano orçamentário real é de no máximo 10 (dez) meses, que as licitações na modalidade Tomada de Preços, e Concorrência, quando tudo transcorre sem incidentes, levam em média, respectivamente, 60 e 120 dias, conclui-se que o encerramento dos processos licitatórios se concentra no segundo semestre de cada ano e, tratando-se de obras e

serviços de engenharia, as liquidações e pagamentos de medições dentro do ano orçamentário, de regra, são pouco representativos em relação aos valores contratados e empenhados.

Em síntese, a principal preocupação da Administração da UFRN ao longo de cada exercício é assegurar as condições para que não sejam devolvidos recursos orçamentários e isso só é possível se houver processos licitatórios concluídos. Daí o esforço da administração da UFRN para que seja maximizado o número de licitações concluídas no exercício, tanto na modalidade de Pregões (contratação de materiais de consumo, serviços e materiais permanentes) quanto nas modalidades de Concorrência ou Tomada de Preços (contratação de obras e serviços de engenharia).

Quadro 15 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação (Quadro A.2.11 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	28.821.735,57	24.163.054,44	28.054.199,24	21.457.370,02
Convite	39.941,16	56.000,00	39.941,16	24.000,00
Tomada de Preços	289.142,68	254.701,64	289.142,68	254.701,64
Concorrência	1.049.201,58	1.769.130,23	787.845,43	901.066,70
Pregão	27.443.450,15	22.083.222,57	26.937.269,97	20.277.601,68
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	22.110.307,89	17.209.717,34	20.304.842,96	16.483.897,95
Dispensa	16.320.960,40	16.021.661,71	14.581.495,47	15.414.812,39
Inexigibilidade	5.789.347,49	1.188.055,63	5.723.347,49	1.069.085,56
Regime de Execução Especial	11.254,39	10.474,62	11.254,39	10.474,62
Suprimento de Fundos	11.254,39	10.474,62	11.254,39	10.474,62
Pagamento de Pessoal	7.433.562,14	5.527.099,70	7.433.562,14	5.527.099,70
Pagamento em Folha	6.967.280,85	4.993.250,12	6.967.280,85	4.993.250,12
Diárias	466.281,29	533.849,58	466.281,29	533.849,58
Outras (Não se Aplica)	4.142.830,03	21.717.789,29	4.119.257,03	21.675.673,69

Fonte: Siafi Gerencial; especificamente com relação a suprimento de fundos, fonte: sistema AASP, do Banco do Brasil.

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 16 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação (Quadro A.2.12 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	92.701.989,49	77.647.008,96	58.811.751,02	53.600.073,08	33.890.238,47	24.046.935,88	58.337.422,12	51.698.415,70
39	44.030.116,91	43.430.988,39	20.628.560,13	26.491.318,03	23.401.556,78	16.939.670,36	20.560.885,27	25.512.047,04
30	18.690.329,26	14.878.816,37	14.042.773,46	10.612.436,23	4.647.555,80	4.266.380,14	13.709.956,60	10.021.372,70
37	10.161.266,65	6.174.372,91	7.533.834,96	5.107.549,29	2.627.431,69	1.066.823,62	7.485.956,36	4.953.429,62
Demais elementos do grupo	19.820.276,67	13.162.831,29	16.606.582,47	11.388.769,53	3.213.694,20	1.774.061,76	16.580.623,89	11.211.566,34

Fonte: Siafi Gerencial.

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 17 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação (Quadro A.2.13 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	18.855.835,16	31.877.830,86	3.707.939,00	15.028.935,37	15.147.896,16	16.848.895,49	1.585.693,64	13.456.973,34
52	16.216.365,05	20.074.843,10	2.643.739,76	12.895.116,90	13.572.625,29	7.179.726,20	782.850,55	12.191.218,40
51	2.584.972,45	11.787.993,70	1.049.201,58	2.131.734,41	1.535.770,87	9.656.259,29	787.845,43	1.263.670,88
39, 30	39.500,00	14.994,06	-	2.084,06	39.500,00	12.910,00	-	2.084,06
Demais elementos do grupo	14.997,66	-	14.997,66	-	-	-	14.997,66	-
5 - Inversões Financeiras	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00	-	-	-
61	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial.

Análise crítica

Os créditos recebidos em 2011 foram todos muito bem aplicados e os resultados são visíveis graças ao fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

O crescimento dos últimos anos elevou significativamente as atividades não só de ensino, pesquisa e extensão, mas, de todos os demais setores de apoio e ações complementares que compõem o arcabouço acadêmico, proporcionado pelo Governo Federal quando implantou o Programa REUNI aliado ao empenho dos gestores da Instituição que, de maneira articulada, além de ampliar a oferta de vagas com a criação de novos cursos e expansão dos existentes, promoveu a incremento dos projetos de extensão e pesquisas, exigindo, praticamente, ampliação e adaptação da infra-estrutura.

A entrada de créditos corridas em 2011, alguns alocados no orçamento, incluída a emenda parlamentar, e outros mediante termos de cooperação que foram totalmente utilizados, contemplando inúmeros projetos de edificações de salas de aulas, laboratórios, auditórios, ampliação do sistema elétrico, telefônico, arruamento e expansão do sistema de fornecimento d'água.

É importante salientar que, mesmo assim, os créditos colocados à disposição da Universidade não foram suficientes para atender a demandas daquele ano, ficando muitos empreendimentos inconclusos e outros necessitando dos equipamentos indispensáveis ao seu funcionamento.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Total de inscritos no vestibular em relação ao total de vagas ofertadas

O Índice de Inscritos no Vestibular por Vagas Ofertadas – IIVVO relaciona o total de inscritos no vestibular com o total de vagas ofertadas pela UFRN, sendo representado pela seguinte fórmula:

$$\text{IIVVO} = \frac{\text{Total de inscrito}}{\text{Total de vagas ofertadas}}$$

No ano de 2011 o vestibular da UFRN contou com a inscrição de 28.124 alunos, crescimento de 13,4% em relação ao ano de 2007. Nesse mesmo período a oferta de vagas cresceu 62,6%, passando de 3.926 no ano de 2007 para 6.384 em 2011. A Tabela 43 permite observar que mesmo havendo uma elevação do número de inscritos foi possível a diminuição do índice que mede a demanda no vestibular, o que ocorreu devido ao grande crescimento das vagas ofertadas com o advento do REUNI.

Tabela 46 – Total de inscritos no vestibular, total de vagas ofertadas e Índice de Inscritos no Vestibular por Vagas Ofertadas da UFRN nos anos de 2007 a 2011

Anos	Total de Inscritos no Vestibular	Total de vagas ofertadas	IIVVO
2007	24.805	3.926	6,3
2008	23.243	4.005	5,8
2009	25.407	5.648	4,5
2010	27.054	6.307	4,3
2011	28.124	6.384	4,4

Fonte: COMPERVE.

Número de matriculados em cursos noturnos em relação ao total de alunos matriculados

O Índice de Matriculados em Cursos Noturnos por Alunos Matriculados – IMCNAM relaciona o total de alunos matriculados em cursos noturnos com o total de alunos matriculados na Instituição, sendo representado pela seguinte fórmula:

$$\text{IMCNAM} = \frac{\text{Número de matriculados em cursos noturnos}}{\text{Total de alunos matriculados}}$$

O crescimento das vagas ofertadas vem ocorrendo com prioridade para o turno noturno, onde a Universidade está ampliando ou criando novos cursos para atender uma demanda de jovens que necessitam trabalhar no período diurno. A partir da implementação do REUNI, pode-se observar que ocorreu uma reversão à queda do número de matriculados em cursos noturnos notada em 2008, com crescimento nos três anos posteriores (ver Tabela 44). De 2007 para 2011 o acréscimo de matrículas em cursos noturnos foi de 48%, enquanto a elevação do total de alunos matriculados foi de 22%.

Tabela 47 – Número de matriculados em cursos noturnos, total de alunos matriculados e Índice de Matriculados em Cursos Noturnos por Alunos Matriculados da UFRN nos anos de 2007 a 2011

Anos	Número de matriculados em cursos noturnos	Total de alunos matriculados	IMCNAM
2007	4.787	20.838	23,0
2008	4.741	21.220	22,3
2009	5.070	22.607	22,4
2010	6.022	23.721	25,4
2011	7.088	25.430	27,9

Fonte: SIGAA.

Obs.: As informações sobre matrículas são referentes ao primeiro semestre de cada ano.

Número de matriculados em cursos fora de sede em relação ao total de alunos matriculados

O Índice de Matriculados em Cursos Fora de Sede – IMCFS relaciona o total de alunos matriculados fora de sede em relação ao total de alunos matriculados, sendo representado pela seguinte fórmula:

$$\text{IMCFS} = \frac{\text{Número de Matriculados em Cursos Fora de Sede}}{\text{Total de alunos matriculados}}$$

A Universidade está consolidando um processo de interiorização. Nos últimos anos a elevação das matrículas da graduação presencial vem sendo acompanhada por um crescimento ainda maior dos alunos matriculados fora de sede. As matrículas fora de sede aumentaram 34,4% desde 2007, totalizando 2.766 alunos em 2011 (ver Tabela 45).

Tabela 48 – Número de matriculados em cursos fora de sede, total de alunos matriculados e Índice de Matriculados em Cursos Fora de Sede da UFRN nos anos de 2007 a 2011

Anos	Número de Matriculados em Cursos Fora de Sede	Total de alunos matriculados	IMCFS
2007	2.058	20.838	9,9
2008	2.107	21.220	9,9
2009	2.368	22.607	10,5
2010	2.421	23.721	10,2
2011	2.766	25.430	10,9

Fonte: SIGAA.

Obs.: As informações sobre matrículas são referentes ao primeiro semestre de cada ano.

Índice Geral de Cursos da Instituição

Para conhecer o desempenho das instituições de ensino superior do país, os estudantes podem consultar, entre outros indicadores, o Índice Geral de Cursos (IGC). O instrumento é construído com base numa média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição. Assim, sintetiza num único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado da mesma instituição de ensino. O IGC é divulgado anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/MEC, imediatamente após a divulgação dos resultados do ENADE. No que se refere à graduação é utilizado o Conceito Preliminar de Curso – CPC e no que se refere à pós-graduação é utilizada a Nota Capes. O resultado final está em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5). Segue abaixo tabela dos conceitos da UFRN nos anos de 2007 a 2010:

Tabela 49 – Índice Geral de Cursos da Instituição UFRN nos anos de 2007 a 2011

Instituição	Ano 2007		Ano 2008		Ano 2009		Ano 2010	
	IGC contínuo	IGC faixas	IGC contínuo	IGC faixas	IGC contínuo	IGC faixas	IGC contínuo	IGC faixas
UFRN	338	4	340	4	341	4	349	4

Fonte: MEC/INEP.

OBS.: O IGC referente ao ano de 2011 será divulgado pelo MEC/INEP no segundo semestre de 2012.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro 18 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (Quadro A.3.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Identificação da Conta Contábil					
2.1.2.1.1.11.00 FORNECEDORES POR INSUFICIÊNCIA DE CREDITOS/RECURSOS					
Código SIAFI		Denominação			
153103		Universidade Federal do Rio Grande do Norte			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
153103	00.394.460/0409-50	853.466,78	853.466,78	-	-
153103	08.334.385/0001-35	384.075,27	384.075,27	-	-
153108	08.334.385/0001-35	4.775.207,03	4.775.207,03	-	-
153110	08.334.385/0001-35	4.304.334,05	4.304.334,05	-	-
Razões e Justificativas:					
<p>Os registros na conta 21.211.11.00 – Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos, foram efetuados em conformidade à orientação da Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT, do Ministério da Fazenda, contida na mensagem SIAFI nº 2007/1741777, de 29.12.2007, bem como na Nota Técnica nº 2309 – GENOC / CCONT / STN, de 28.12.2007, que versa sobre o registro de passivos relativos à gestão orçamentário-financeira de despesas efetivamente ocorridas, mesmo nas situações de inobservância das determinações estabelecidas na legislação vigente.</p> <p>Em relação à inscrição referente ao CNPJ 00.394.460/00409-50, trata-se de valores devidos a título de obrigação patronal previdenciária junto ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS, conforme Acórdãos nº 1888/2007 (Prestação de Contas da UFRN, exercício de 2002), e 2311/2007 (prestação de Contas da UFRN, exercício de 2004), cuja transferência para a conta 21.213.11.00 – Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos, se deu em conformidade à mensagem nº2011/0860309, da CCONT/STN.</p> <p>A esse respeito, historicamente, o Ministério da Educação inscreveu em orçamento os valores correspondentes aos precatórios, conforme informado pelo Poder Judiciário. No entanto, não havia previsão orçamentária para fazer face às despesas referentes à obrigação previdenciária decorrente do pagamento desses precatórios. Então, ao promovermos os pagamentos dos precatórios, procedemos às retenções previdenciárias e aos devidos recolhimentos, através de darf eletrônico. Em não havendo crédito orçamentário específico, contudo, a outra parcela do custeio da previdência, ou seja, a parcela referente à obrigação do empregador, não foi recolhida, gerando a dívida ora referenciada. De maneira a corrigirmos essa falha, para a ocorrência do que esta Universidade em nada contribuiu, em várias ocasiões formalizamos pleito à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, solicitando a necessária dotação orçamentária. Até à presente data, contudo, não fomos atendidos.</p> <p>Em relação ao débito perante a Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN, CNPJ</p>					

08.334.385/0001-35, decorre do déficit orçamentário vivenciado pela IFES até 2004, que incluía dívidas dos hospitais e também das outras unidades da UFRN. Essa dívida, por impossibilidade de saldá-la com as dotações orçamentárias dos anos subsequentes foi objeto de ação judicial promovida pela CAERN (Processo 2006.84.00.004553-0). Importante ressaltar que, recuperada a capacidade de pagamento das IFES a partir de 2004, a UFRN, no âmbito da administração acadêmica, passou a cumprir com todas as obrigações perante a CAERN. Entretanto, a administração dos hospitais continuou com dificuldades orçamentárias.

Como parte das negociações, foi solicitada à CAERN a viabilização de uma solução que separasse o consumo do HUOL, das demais unidades acadêmicas (Centro de Ciências da Saúde, Residências Universitárias, entre outros) de modo a viabilizar a individualização do consumo em cada hospital. Esta solução, denominada de micromedição, foi trabalhada pela CAERN, em conjunto com a Superintendência de Infraestrutura, tendo sido implantada ainda no mês de março de 2011. Esse trabalho possibilitou que os hospitais iniciassem o pagamento mensal, regularmente, a partir de janeiro de 2011. Em dezembro/2011 a CAERN apresentou demonstrativo de débito, devidamente confirmado por esta instituição, o qual foi pago, pelo montante principal, isto é, sem os acréscimos decorrentes da mora, conforme negociação. Nesse momento, foi procedida a baixa total do saldo apurado nessa conta contábil, para o CNPJ da CAERN.

Identificação da Conta Contábil					
2.1.2.1.3.11.00 - ENCARGOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS					
Código SIAFI		Denominação			
153103		Universidade Federal do Rio Grande do Norte			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
153103	00.394.460/0409-50	-	-	853.466,78	853.466,78
Razões e Justificativas:					
<p>O saldo da conta 21.213.11.00 – Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos, teve origem em transferência da conta 21.211.11.00 - Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos, em conformidade à orientação da Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT, do Ministério da Fazenda, contida na mensagem SIAFI nº 2011/0860309, que versa sobre o registro de passivos relativos à gestão orçamentário-financeira de despesas efetivamente ocorridas.</p>					

Fonte: Siafi.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 19 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Quadro A.4.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	7.373.405,10	2.800,31	7.367.321,85	3.282,94
2009	271.901,05	5.347,76	266.439,77	113,52
2008	119.836,26	453,64	119.382,62	-
2007	623.840,35	17.303,81	606.536,54	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	99.587.967,02	1.846.372,31	75.929.927,82	21.811.666,89
2009	4.701.396,04	1.975.798,50	2.589.379,30	136.218,24
2008	334.660,01	11.672,78	261.646,23	61.341,00
Observações:				
01) A permanência de Restos a Pagar há mais de um exercício financeiro se deve, prioritariamente, à contratação de obras, ainda em execução;				
02) Atos legais que autorizaram a prorrogação de prazo de RP: Decreto nº 6331/2007, com redação alterada pelo 6625/2008, prorroga a validade dos RP de 2005 e 2006 para 31.03.09; Decreto nº 6708/2008, prorroga a validade dos RP de 2007 para 30.12.2009; Decreto nº 7057/2009, prorroga a validade dos RP de 2007 e 2008 para 31.12.2010; Decreto nº 7418/2010, prorroga a validade dos RP de 2007, 2008 e 2009 para 30.04.2011; Decreto nº 7468/2011, mantém a validade dos RP de 2007, 2008 e 2009, após 30.04.2011.				

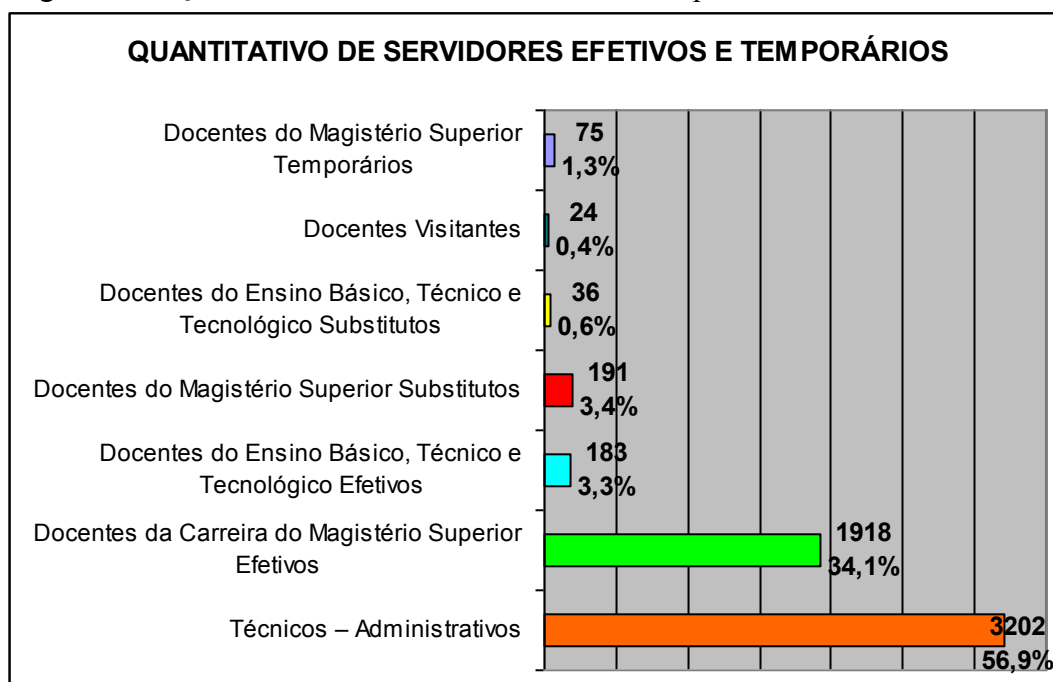
Fonte: Siafi Gerencial.

5. RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte apresenta expressivo crescimento nos últimos 10 anos. Aliado a este crescimento Institucional, o quadro de pessoal, vem se expandindo e se renovando desde o ano de 2003, oferecendo assim o suporte necessário ao crescente número de discentes matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação da Instituição.

A composição do quadro de pessoal da UFRN (em dezembro de 2011) é de 5.629 pessoas, sendo 5.303 servidores efetivos (técnico-administrativos e docentes) e 326 temporários (docentes visitantes, substitutos e temporários). Deste total, 2.101 servidores são docentes efetivos (1º, 2º e 3º graus), 227 são docentes substitutos (1º, 2º e 3º graus), 24 são visitantes (3º grau), 75 docentes temporários (3º grau) e 3.202 são técnico-administrativos efetivos, conforme descrito na figura a seguir:

Figura 32 – Quantitativo de servidores efetivos e temporários

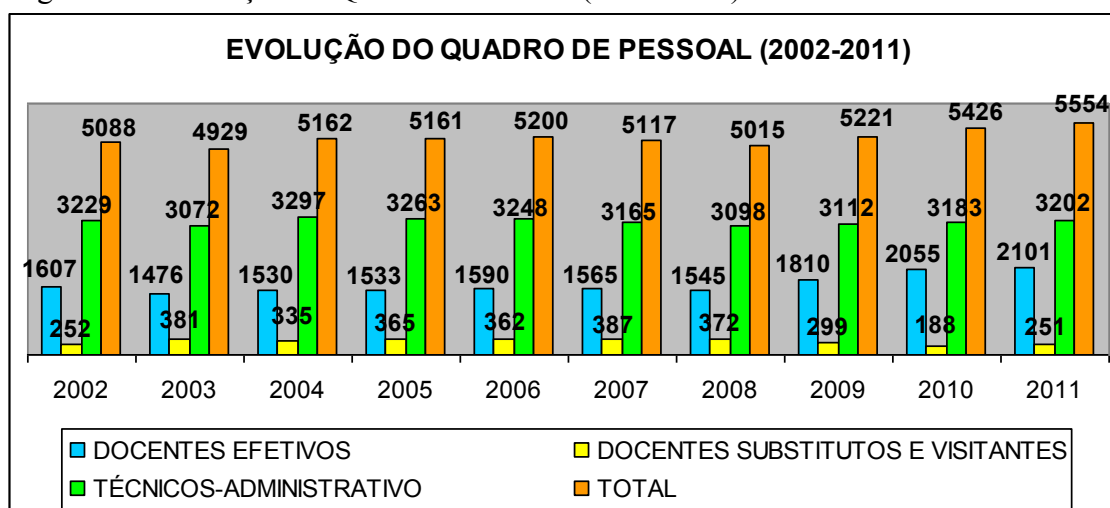


Fonte: Siape/Dezembro-2011.

Além da força de trabalho descrita acima, a Universidade conta atualmente com a colaboração de pessoal terceirizado por meio de empresas prestadoras de serviços para desempenhar funções de cargos extintos em 1998 e de pessoal contratado diretamente pela Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC para apoiar os projetos acadêmicos.

Para facilitar a visualização do crescimento do quadro de pessoal da UFRN, é apresentado a seguir um demonstrativo evolutivo do mesmo, o qual compreende o período de 2002 à Dezembro de 2011.

Figura 33 – Evolução do Quadro de Pessoal (2002-2011)



Fonte: Siape/Dezembro-2011.

* Os docentes temporários não estão inclusos nesta evolução.

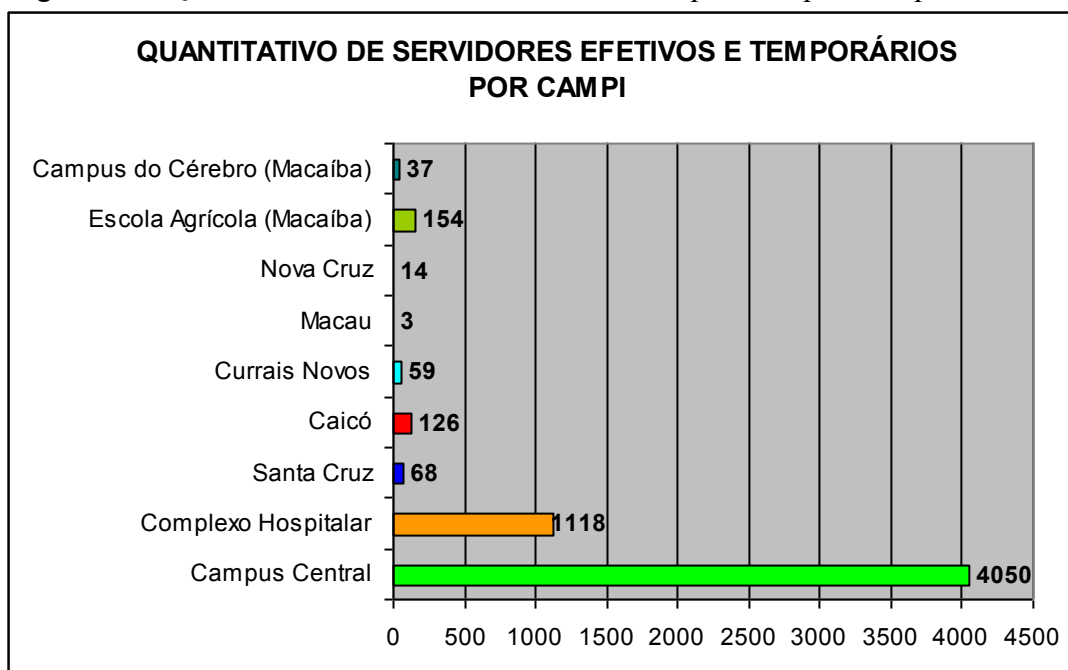
Observa-se que houve aumento de cerca de 9% do quadro de pessoal da Universidade. Tal crescimento leva a UFRN, nos últimos períodos administrativos, à condição de uma das instituições de ensino superior que mais crescem no Brasil (30º lugar), ocupando a 4º posição entre as Universidades do Nordeste e a posicionando entre as 100 melhores universidades da América Latina.

A UFRN está presente em sete cidades do Estado do RN. Do número total de servidores, 1.118 pessoas estão lotadas no Complexo Hospitalar (composto por quatro unidades hospitalares: Hospital Universitário Onofre Lopes, Maternidade Escola Januário Cicco, Hospital Ana Bezerra e Hospital de Pediatria), 191 em Macaíba (37 no Instituto do Cérebro e 154 na Escola Agrícola), 14 no núcleo de Nova Cruz, 3 no núcleo de Macau, 185 no Centro Regional de Ensino Superior do Seridó – CERES (126 em Caicó e 59 em Currais Novos), 68 na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí (FACISA) em Santa Cruz e 4.050 no Campus Central.

A seguir, apresentam-se as características e particularidades do quadro de pessoal da UFRN, com base no levantamento dos dados referentes aos servidores docentes e técnico-administrativos da Instituição:

- Servidores docentes e técnico-administrativos da UFRN por Campi

Figura 34 – Quantitativo de servidores efetivos e temporários por Campi



Fonte: Siape/Dezembro-2011.

Nas tabelas a seguir serão discriminados os docentes do Ensino básico, técnico e tecnológico e os do Magistério Superior (efetivos e substitutos) por Titulação/Regime de Trabalho e os técnico-administrativos por Regime de Trabalho.

- Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Efetivos por Titulação/Regime de Trabalho

Os 183 Docentes do ensino básico, técnico e tecnológico efetivos subdividem-se por Titulação e Regime de Trabalho da seguinte maneira:

Tabela 50 – Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Efetivos por Titulação/Regime de Trabalho

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO		
	20h	40h	DED.EXCLUSIVA
Graduação	1	1	15
Especialização	1	2	32
Mestrado	1	7	80
Doutorado	0	0	43
Total	3	10	170

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

- Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Substitutos por Titulação/Regime de Trabalho

Os 36 Docentes do ensino básico, técnico e tecnológico substitutos subdividem-se por Titulação e Regime de Trabalho da seguinte maneira:

Tabela 51 – Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Substitutos por Titulação/Regime de Trabalho

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	
	20h	40h
Graduação	12	13
Especialização	3	1
Mestrado	4	3
Doutorado	0	0
Total	19	17

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

- Docentes da Carreira do Magistério Superior Efetivos por Titulação/Regime de Trabalho

Os 1.918 Docentes da Carreira do Magistério Superior Efetivos subdividem-se por Titulação e Regime de Trabalho da seguinte maneira:

Tabela 52 – Docentes da Carreira do Magistério Superior Efetivos por Titulação/Regime de Trabalho

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO		
	20h	40h	DED.EXCLUSIVA
Graduação	12	5	9
Especialização	58	20	57
Mestrado	97	25	301
Doutorado	40	53	1241
Total	207	103	1608

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

- Docentes da Carreira do Magistério Superior substitutos por Titulação/Regime de Trabalho

Os 191 Docentes da Carreira do Magistério Superior substitutos subdividem-se por Titulação e Regime de Trabalho da seguinte maneira:

Tabela 53 – Docentes da Carreira do Magistério Superior substitutos por Titulação/Regime de Trabalho

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	
	20h	40h
Graduação	20	35
Especialização	22	11
Mestrado	24	66
Doutorado	2	11
Total	68	123

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

- Servidores Técnicos Administrativos por Regime de Trabalho

Os 3.202 servidores Técnicos Administrativos da UFRN são distribuídos de acordo com a Carga Horária, no Complexo Hospitalar (1118) e na Universidade (2084) da seguinte forma:

Tabela 54 – Servidores Técnicos Administrativos por Regime de Trabalho

FUNCIONÁRIOS VINCULADOS À UFRN	COMPLEXO HOSPITALAR	UFRN
20 horas por semana	136	8
24 horas por semana	18	1
25 horas por semana	0	22
30 horas por semana	27	43
40 horas por semana	937	2010
Total	1118	2084

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

A seguir, serão apresentados os ingressos e vacâncias dos servidores do quadro efetivo (técnico-administrativos e docentes) e o quantitativo de Contratações de Docentes do Magistério superior substitutos:

- Nomeações e Vacâncias dos Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Efetivos

Tabela 55 – Nomeações e Vacâncias dos Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Efetivos

MÊS	Nº DE CONCURSOS	NOMEAÇÕES	VACÂNCIAS			Total	Variação
			APOS	FALEC	EXON		
JAN	0	0	0	0	0	0	
FEV	0	0	0	1	0	1	-1
MAR	0	1	2	0	0	2	-1
ABR	0	0	0	0	0	0	0
MAI	0	0	0	0	0	0	0
JUN	0	0	0	0	0	0	0
JUL	0	0	0	1	0	1	-1
AGO	0	0	0	0	0	0	0
SET	0	0	0	0	0	0	0
OUT	0	0	0	0	0	0	0
NOV	0	0	0	0	0	0	0
DEZ	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1	2	2	0	4	-3

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

Índices:

Janeiro: 0

Fevereiro: 0

Março: $1/2 = 0,5$

Abril: 0

Maio: 0

Junho: 0

Julho: 0

Agosto: 0

Setembro: 0

Outubro: 0

Novembro: 0

Dezembro: 0

Total Ano 2011: $1/4 = 0,25$

Os índices acima representam o proporcional de Professores do Ensino Básico, técnico e tecnológico que ingressam no quadro da UFRN em relação aos docentes que se desligam deste.

Os índices indicam no ano de 2011 uma variação negativa, pois ocorreram mais vacâncias que ingressos. O único ingresso do ano ocorreu no mês de Março, já as vacâncias se distribuíram nos meses de Fevereiro, Março e Julho.

Vale salientar que a nomeação ocorrida no ano de 2011 é referente à reposição de vaga, derivada de vacância, do quadro de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regulamentado pela Portaria 342-MEC, publicada no Diário Oficial da União de 26/03/10.

- Nomeações e Vacâncias dos docentes da Carreira de Magistério Superior Efetivos

No ano de 2011 foram nomeados 125 docentes, sendo essas nomeações distribuídas nos seguintes meses:

Tabela 56 – Nomeações e Vacâncias dos docentes da Carreira de Magistério Superior Efetivos

MESES	Nº DE CONCURSOS	NOMEAÇÕES	VACÂNCIAS			TOTAL DE VACÂNCIAS	VARIACÃO POSITIVA / NEGATIVA
			APOS	FALEC	EXON		
JAN	0	32	3	1	0	4	28
FEV	0	14	1	0	4	5	9
MAR	0	5	18	0	7	25	-20
ABR	0	1	3	1	3	7	-6
MAI	0	8	1	2	3	6	2
JUN	0	2	2	3	3	8	-6
JUL	0	38	0	2	3	5	33
AGO	0	8	6	3	2	11	-3
SET	1*	8	5	3	2	10	-2
OUT	0	5	2	1	2	5	0
NOV	1**	3	2	4	0	6	-3
DEZ	3***	1	1	1	1	3	-2
TOTAL	5	125	44	21	30	95	30

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

* Edital 16/2011 (Setembro-2011).

** Edital 17/2011 (Novembro-2011).

*** Edital 18/2011. Edital 19/2011. Edital 21/2011 (Dezembro-2011).

Índices:

Janeiro: $32/4 = 8$

Fevereiro: $14/5 = 2,8$

Março: $5/25 = 0,2$

Abril: $1/7 = 0,14$

Maior: $8/6 = 1,33$

Junho: $2/8 = 0,25$

Julho: $38/5 = 7,6$

Agosto: $8/11 = 0,72$

Setembro: $8/10 = 0,8$

Outubro: $5/5 = 1$

Novembro: $3/6 = 0,5$

Dezembro: $1/3 = 0,33$

Total Ano 2011: $125/95 = 1,31$

Os índices acima representam o proporcional de docentes da Carreira de Magistério superior que ingressam no quadro permanente da UFRN comparados aos que se desligam do quadro.

Estes índices indicam a obtenção de uma variação positiva, pois para cada docente egresso houve o ingresso de 1,31 docentes no quadro da UFRN. Os meses que mais ocorreram nomeações em 2011 foram os de Janeiro, Fevereiro e Julho. Nos meses de Maio e Outubro, por exemplo, observam-se índices de pouca significância, como no primeiro onde a cada 1(uma) vacância ocorrida, nomeou-se 1,33 docentes. Já nos meses de Março, Abril, Junho, Agosto, Setembro, Novembro e Dezembro observam-se um índice negativo, já que o número de vacâncias é superior ao de ingressos, o que ocorreu, principalmente, pela grande ocorrência de aposentadorias no período.

Vale salientar, que o quantitativo das nomeações ocorridas no ano de 2011 é resultante das vagas do Banco de Equivalentes, regulamentado pelo Decreto nº 7.485/2011.

- Nomeações e Vacâncias de Técnicos Administrativos

No ano de 2011 foram nomeados 195 servidores técnico-administrativos, sendo estas nomeações distribuídas nos seguintes meses:

Tabela 57 – Nomeações e Vacâncias de Técnicos Administrativos

MESES	Nº DE CONCURSOS	NOMEAÇÕES	VACÂNCIAS			TOTAL DE VACÂNCIAS	VARIÇÃO POSITIVA / NEGATIVA
			APOS	FALEC	EXON		
JAN	1*	3	8	4	3	15	-12
FEV	0	19	19	3	1	23	-4
MAR	0	67	24	2	8	34	33
ABR	0	15	13	1	3	17	-2
MAI	0	7	19	3	5	27	-20
JUN	0	13	14	3	5	22	-9
JUL	0	2	7	3	2	12	-10
AGO	0	46	7	5	6	18	28
SET	0	3	9	3	1	13	-10
OUT	0	14	4	3	5	12	2
NOV	0	6	7	4	5	16	-10
DEZ	0	0	0	0	1	1	-1
TOTAL	1	195	131	34	45	210	-15

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

*Edital 01/2011 (18/01/2011).

Índices:

Janeiro: $3/15 = 0,2$

Fevereiro: $19/23 = 0,82$

Março: $67/34 = 1,97$

Abril: $15/17 = 0,88$

Maior: $7/27 = 0,26$

Junho: $13/22 = 0,59$

Julho: $2/12 = 0,16$

Agosto: $46/18 = 2,55$

Setembro: $3/13 = 0,23$

Outubro: $14/12 = 1,16$

Novembro: $6/16 = 0,37$

Dezembro: 0

Total Ano 2011: $195/210 = 0,92$

Os índices acima representam o proporcional de servidores técnico-administrativos que ingressam no quadro permanente da UFRN comparados aos que se desligam do quadro.

No ano de 2011 ocorreram 195 ingressos e 210 vacâncias de servidores técnico-administrativos na UFRN. Com base no índice negativo anual (0,92), observa-se claramente que o número de vacâncias no ano superou o de ingressos, pois a cada vacância ocorrida nomeou-se 0,92 servidores técnico-administrativos.

Os meses de Março, Agosto e Outubro apresentaram melhores índices de variação. Já os outros meses do ano apresentaram variação negativa, pois neles ocorreram mais vacâncias que ingressos. De forma geral, com base no índice anual (0,92), visualiza-se que variação de ingressos e vacâncias do Técnico-administrativos foi negativa, fato justificado, principalmente, pelo elevado número de aposentadorias no período.

O quantitativo das nomeações de Técnico-administrativos no ano de 2011 resulta das vagas do Programa REUNI (46), do Programa de Expansão (43), do Programa Universidade Aberta (4), do Programa das Escolas do Ensino básico, técnico e tecnológico (1) e das vagas pertencentes ao Quadro de Referência dos servidores técnico-administrativos em educação, totalizando 195 provimentos.

- **Contratações de Docentes Substitutos, Visitantes e Temporários**

Em 2011 foram contratados 275 professores substitutos, visitantes e temporários, os quais foram distribuídos nos seguintes meses:

Tabela 58 – Contratações de Docentes Substitutos, Visitantes e Temporários

MÊS	SUBSTITUTOS		VISITANTES	TEMPORÁRIOS	TOTAL
	3º GRAU	1º E 2º GRAU			
JAN	9	1	0	0	275
FEV	27	7	0	13	
MAR	19	17	0	31	
ABR	16	3	2	3	
MAI	8	0	0	0	
JUN	1	0	0	2	
JUL	1	0	0	3	
AGO	46	1	1	16	
SET	20	3	2	3	
OUT	12	1	1	4	
NOV	1	0	1	0	
DEZ	0	0	0	0	
TOTAL	160	33	7	75	

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

- **Número de Docentes da Carreira do Magistério afastados para capacitação ou cedidos**

Tabela 59 – Número de Docentes da Carreira do Magistério afastados para capacitação ou cedidos

DOCENTES VINCULADOS À UFRN	Nº DE AFASTADOS	Nº DE CEDIDOS
Afastamento para doutorado fora do país	6	9
Afastamento para doutorado no país	43	
Afastamento para mestrado no país	6	
Afastamento para pós-doutorado fora do país	17	
Afastamento para pós-doutorado no país	33	
Licença para capacitação	7	
Total	112	

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

- **Número de Técnicos Administrativos afastados para capacitação ou cedidos**

Tabela 60 – Número de Técnicos Administrativos afastados para capacitação ou cedidos

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS VINCULADOS À UFRN	Nº DE AFASTADOS	Nº DE CEDIDOS
Afastamento para doutorado fora do país	0	20
Afastamento para doutorado no país	5	
Afastamento para pós-doutorado no país	1	
Afastamento para mestrado no país	6	
Licença para capacitação	6	
Total	18	

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro 20 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.1 da Portaria 123 do TCU)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	5.523	5.320	321	309
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.523	5.320	321	309
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	5.303	321	309
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	17	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	679	326	275	172
3. Total de Servidores (1+2)	6.202	5646	596	481

Fonte: Siape-Espelho/Siape-Operacional-Dezembro/2011.

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro 21 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 (Quadro A.5.2 da Portaria nº 123 do TCU)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	29
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	21
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982 que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências).	8
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	167
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	16
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	56
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	1
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (mestrado...)	94
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	85
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	81
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	33
4.1. Doença em pessoa da família	20
4.2. Capacitação	13
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	15
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	3
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	12

5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	329

Fonte: Cedidos: Siape/Dezembro-2011. Afastamentos, remoções e Licenças: Sistema Siape-UFRN/Dezembro-2011.

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro 22 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) (Quadro A.5.3 da Portaria nº 123 do TCU)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	102	100	59	25
1.1. Cargos Natureza Especial			58	
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		100		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		93		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		2	1	
1.2.4. Sem vínculo		1		
1.2.5. Aposentados		4		
2. Funções gratificadas	434	405	173	106
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		403	171	
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		2	2	
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	536	505	232	131

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

Obs.: O quadro de servidores com cargos em comissão e funções gratificadas sofreu muitas alterações no período devido à mudança na Gestão Universitária ocorrida em 2011. Salientamos que em alguns casos houve mudança no cargo em comissão ou na função gratificada do servidor, o que ocasionou a saída deste de um cargo/função e, em seguida, seu ingresso em outro cargo/função distinto/a.

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro 23 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.4 da Portaria nº 123 do TCU)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	651	1.178	1.376	1.846	578
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	492	1065	1343	1836	567
1.3. Servidores com Contratos Temporários	159	113	33	10	11
2. Provimento de cargo em comissão	2	1	1	1	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	0	0	1	4
2.3. Funções gratificadas	0	1	1	0	0
3. Totais (1+2)	653	1179	1377	1847	582

Fonte: Siape-Espelho/Dezembro-2011

Observação: Os 93 servidores de carreira que compõem o grupo Direção e Assessoramento Superior (Servidores de carreira vinculada ao órgão) e os 403 Servidores de carreira que compõem o grupo Funções gratificadas (Servidores de carreira vinculada ao órgão) estão incluídos no item 1.2. Servidores de Carreira. Os 7 servidores presentes em 2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior e os 2 presentes em 2.3 Funções gratificadas são servidores sem vínculo, aposentados ou de outros órgãos e esferas.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro 24 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.5 da Portaria nº 123 do TCU)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	70	153	194	1018	664	1231	874	1425
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	70	153	194	1018	541	1181	735	1411
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	123	50	139	14
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	3	3	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	3	2	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	2	-	-	-
3. Totais (1+2)	0	70	153	194	1018	667	1234	876	1426

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape-Espelho/Dezembro-2011

Observação: Os 93 servidores de carreira que compõem o grupo Direção e Assessoramento Superior (Servidores de carreira vinculada ao órgão) e os 403 Servidores de carreira que compõem o grupo Funções gratificadas (Servidores de carreira vinculada ao órgão) estão incluídos no item 1.2. Servidores de Carreira de cargo efetivo. Os 7 servidores presentes em 2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior e os 2 presentes em 2.3 Funções gratificadas são servidores sem vínculo, aposentados ou de outros órgãos e esferas.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 25 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro (Quadro A.5.6 da Portaria nº 123 do TCU)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	2.985	169
1.1 Voluntária	2.628	169
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	338	0
1.4 Outras	18	0
2. Proporcional	705	8
2.1 Voluntária	648	2
2.2 Compulsória	23	0
2.3 Invalidez Permanente	21	0
2.4 Outras	13	6
3. Totais (1+2)	3.690	177

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro 26 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 (Quadro A.5.7 da Portaria nº 123 do TCU)

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	997	46
1.1. Integral	737	28
1.2. Proporcional	260	18
2. Em Atividade	456	20
3. Total (1+2)	1453	66

Fonte: Siape-Espelho/Sigrh-UFRN - Dezembro-2011

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 27 – Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.5.8 da Portaria nº 123 do TCU)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	6	6	13	15.290
1.1 Área Fim	14	6	6	13	15.290
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	4	4	4	4	37.052,00
2.1 Área Fim	4	4	4	4	37.052,00
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	18	10	10	17	R\$ 52.342,00

Fonte: Siape-Espelho/Dezembro-2011

Observação: Todos os Estagiários listados estão lotados na Pró-reitoria de Extensão Universitária.

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro 28 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Quadro A.5.9 da Portaria nº 123 do TCU)

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	221.717.173,96	178.554.749,83	21.647.854,74	17.452.799,58	246.266.314,75	17.229.674,05	0	24.448.028,94	727.316.595,85
	2010	202.144.497,37	156.076.694,57	19.973.277,09	19.608.875,65	215.083.645,30	13.158.763,82	0	23.239.770,31	649.285.524,11
	2009	166.984.138,51	117.412.614,07	16.429.048,53	7.648.235,48	178.120.963,05	1.847.514,86	0	22.673.928,49	511.116.442,99
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	9.472.215,73	996.363,42	236.867,77	0	0	0	0	0	10.705.446,92
	2010	7.248.436,67	1.450.313,27	246.291,78	0	0	0	0	0	8.945.041,72
	2009	7.632.445,59	2.665.986,53	199.543,95	0	0	0	0	0	10.497.976,07
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	1.133.326,71	45.607,50	37.408,84	45.607,50	33.021,00	0	0	0	1.294.971,55
	2010	1.164.101,20	1.009.887,55	40.981,82	51.716,00	9.462,00	0	0	0	2.276.148,57
	2009	877.069,69	629.805,87	45.220,90	17.199,07	792,00	0	0	0	1.570.087,53
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0

	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior																	
Exercícios	2011	0	0	3.703.229,24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.703.229,24
	2010	0	0	3.754.303,72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.754.303,72
	2009	0	0	3.450.482,91	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.450.482,91
Servidores ocupantes de Funções gratificadas																	
Exercícios	2011	0	0	981.039,87	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	981.039,87
	2010	0	0	984.179,96	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	984.179,96
	2009	0	0	928.161,95	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	928.161,95

Fonte: Siape/Dezembro-2011.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro 29 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada (Quadro A.5.9 da Portaria nº 123 do TCU)

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
FARMACEUTICO BIOQUIMICO – Hospital Universitário Ana Bezerra	1	1	0	1	0
ENFERMEIRO – Hospital Universitário Ana Bezerra	1	1	1	0	0
FONAUDIÓLOGO – Hospital Universitário Ana Bezerra	1	0	0	1	0
MÉDICO – Hospital Universitário Ana Bezerra	2	2	2	1	0
MEDICO CARDIOLOGISTA – Hospital Universitário Ana Bezerra	1	1	1	1	0
MÉDICO OBSTETRA – Hospital Universitário Ana Bezerra	5	4	1	5	1
MÉDICO PEDIATRA – Hospital Universitário Ana Bezerra	1	0	0	3	2
MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA – Hospital Universitário Ana Bezerra	1	0	0	1	0
PSICÓLOGO – Hospital Universitário Ana Bezerra	1	2	1	3	1
TÉCNICO DE ENFERMAGEM – Hospital Universitário Ana Bezerra	1	1	1	0	0
TÉCNICO DE RADIOLOGIA – Hospital Universitário Ana Bezerra	2	0	0	2	0
ASSISTENTE EM INFORMÁTICA – Hospital de Pediatria	1	1	1	0	0
FISIOTERAPEUTA – Hospital de Pediatria	1	1	0	1	0
FONAUDIÓLOGO – Hospital de Pediatria	1	1	1	0	0
MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO – Hospital de Pediatria	2	1	1	1	0
MÉDICO CIRURGIÃO PEDIÁTRICO – Hospital de Pediatria	0	2	0	2	2
MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA – Hospital de Pediatria	2	2	1	1	0
MÉDICO ONCOLOGISTA - Hospital de Pediatria	0	1	0	1	1
NUTRICIONISTA – Hospital de Pediatria	2	2	2	0	0
ODONTÓLOGO – Hospital de Pediatria	1	1	0	1	0
PSICÓLOGO – Hospital de Pediatria	2	2	0	2	0
TÉCNICO DE ENFERMAGEM – Hospital de Pediatria	9	10	10	2	1
TÉCNICO DE LABORATÓRIO – Hospital de Pediatria	2	2	2	0	0
ENFERMEIRO – Maternidade Escola Januário Cicco	13	9	4	13	1

FISIOTERAPEUTA – Maternidade Escola Januário Cicco	2	2	1	1	0
FONAUDIÓLOGO - Maternidade Escola Januário Cicco	1	1	0	1	0
MÉDICO – Maternidade Escola Januário Cicco	6	8	7	7	4
MÉDICO OBSTETRA – Maternidade Escola Januário Cicco	8	6	2	9	2
MÉDICO PEDIATRA – Maternidade Escola Januário Cicco	16	14	10	21	6
MÉDICO RADIOLOGISTA – Maternidade Escola Januário Cicco	1	1	1	0	0
MÉDICO INTENSIVISTA - Maternidade Escola Januário Cicco	4	1	0	6	2
TÉCNICO DE INFORMÁTICA - Maternidade Escola Januário Cicco	0	1	0	1	1
TÉCNICO DE ENFERMAGEM – Maternidade Escola Januário Cicco	55	50	23	51	4
TÉCNICO DE RADIOLOGIA – Maternidade Escola Januário Cicco	2	2	1	1	0
TERAPEUTA OCUPACIONAL – Maternidade Escola Januário Cicco	1	1	1	0	0
ELETROTÉCNICO – Hospital Universitário Onofre Lopes	1	1	0	1	0
FARMACÊUTICO – Hospital Universitário Onofre Lopes	1	1	0	1	0
FONAUDIÓLOGO – Hospital Universitário Onofre Lopes	1	1	0	1	0
MÉDICO – Hospital Universitário Onofre Lopes	3	3	2	1	0
MÉDICO RADIOLOGISTA - Hospital Universitário Onofre Lopes	1	0	0	1	0
PSICÓLOGO – Hospital Universitário Onofre Lopes	1	1	1	0	0
TÉCNICO DE ENFERMAGEM – Hospital Universitário Onofre Lopes	109	107	77	71	6
TÉCNICO DE INFORMÁTICA – Hospital Universitário Onofre Lopes	3	3	2	2	1
TÉCNICO DE RADIOLOGIA – Hospital Universitário Onofre Lopes	2	2	0	2	0

Análise crítica da situação da terceirização no órgão

Desde o ano de 2005 não ocorre autorização para a realização de Concurso Público específico para a substituição de pessoal terceirizado do Complexo Hospitalar (Hospital Universitário Ana Bezerra, Hospital de Pediatria, Maternidade Escola Januário Cicco e Hospital Universitário Onofre Lopes). Desta forma, não estão ocorrendo reposições de cargos efetivos vagos, oriundos de vacâncias (aposentadorias, falecimentos ou exonerações), devido a não realização de concursos pelo Governo Federal, o que justifica a contratação de pessoal terceirizado para dar continuidade à prestação dos serviços de saúde indispensáveis à comunidade.

Através do Acórdão 1.520/2006 – TCU ficou proposto a diminuição gradual, entre os anos de 2006 e 2010, da terceirização irregular de postos de trabalho na Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional, mediante a substituição dos terceirizados por servidores concursados, o que infelizmente não ocorreu devido ao não cumprimento do acordo por parte do Governo, infringindo o fato acordado entre o Governo Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado em 2000.

Atualmente, aguarda-se novos encaminhamentos e decisões da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), criada com o objetivo de administrar os hospitais universitários federais e regularizar a contratação de pessoal das unidades.

A dispensa de servidores terceirizados ainda não é publicada no Diário Oficial da União. Com o início da nova Gestão Universitária, o controle dos ingressos e saídas destes funcionários será de responsabilidade da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, a qual pretende seguir as determinações da Portaria Interministerial MO/CGU nº494/2009 para os próximos períodos.

Fonte: Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC.

Quadro 30 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados (Quadro A.5.10 da Portaria nº 123 do TCU)

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
-	-	-
-	-	-
-	-	-

Fonte: PRH.

Observação: As vagas ofertadas nos Concursos Públicos realizados pela UFRN nos anos de 2009, 2010 e 2011 destinam-se à ocupação de cargos efetivos pertencentes ao Quadro de Referência, oriundos de vacâncias ocorridas na Instituição (Exonerações, aposentadorias e falecimentos), e ao atendimento das demandas advindas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) por meio de autorizações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Educação.

Até a presente data (Dezembro/2011) não houve autorização ou realização de Concurso Público com o objetivo específico de substituir terceirizados do Complexo Hospitalar por novos servidores efetivos.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro 31 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados (Quadro A.5.11 da Portaria nº 123 do TCU)

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

Fonte: PRH.

Observação: Até a presente data (Dezembro/2011) não houve autorização ou realização de Concurso Público com o objetivo específico de substituir terceirizados do Complexo Hospitalar por novos servidores efetivos.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro 32 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Quadro A.5.12 da Portaria nº 123 do TCU)

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal do Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 153103 / 15234						CNPJ: 24.365.710/0001-83							
Informações sobre os contratos													
ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	25/2007	MULT SERVICE - 02.648.969/0001-07	30/04/2007	30/04/2012			374	90			P
2010	V	O	85/2010	GARRA VIGILÂNCIA - 02.141.823/0001-62	01/09/2010	01/09/2012			162	200			P
2011	L	O	55/2011	SAFE - 09.170.809/0001-36	01/08/2011	01/08/2012	222	232	73	85	1	2	A
2011	L	O	50/2011	JMT - 07.442.731/0001-36	01/07/2011	01/07/2012	176	96	66	36			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Seção de Contratos da UFRN

Sairam 406 funcionários do contrato 25/2007 firmado com a Mult Service, dos quais 132 foram remanejados para o contrato 50/2011 firmado com a JMT e 274 foram remanejados para o contrato 55/2011 firmado com a Safe.

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro 33 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (Quadro A.5.13 da Portaria nº 123 do TCU)

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal do Rio Grande do Norte						CNPJ: 24.365.710/0001-83							
UG/Gestão: 153103 / 15234													
Informações sobre os contratos													
ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	14	O	50/2010	SAFE - 09.170.809/0001-36	01/09/2010	01/09/2012		313	445	190		21	P
2010	14	O	40/2010	CRIART - 07.783.832/0001-70	01/07/2010	01/07/2012		78	280	160		44	P
2010	14	O	45/2010	JMT - 07.442.731/0001-36	01/07/2010	01/07/2012			20	6			P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Conservação e Limpeza;													
2. Segurança;													
3. Vigilância;													
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis;													
11. Manutenção de bens imóveis;													
12. Brigadistas;													
13. Apoio Administrativo-Menores Aprendizizes;													
14. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Fonte: Seção de Contratos da UFRN													

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

Este índice refere-se às ausências no trabalho e mede a diminuição da carga horária total trabalhada. Refere-se aos atrasos, faltas, e saídas antecipadas no trabalho, de maneira justificada ou injustificada.

Fórmula: Número de funcionários X dias trabalhados/ano = Resultado (R)

* Número de faltas/R X 100%

5303 x 250 dias = 1.325.750

2304 / 1.325.750 = **0,17%**

Comparando-se o índice de absenteísmo de 2011 com o do ano de 2010 (0,19%), observa-se uma pequena diminuição. De acordo com o dado levantado no período conclui-se que a UFRN teve reduzida sua força de trabalho total em 0,17% durante todo o ano, devido aos atrasos, faltas e saídas de seus servidores do ambiente de trabalho.

Rotatividade (turnover)

O Índice de Rotatividade determina o giro de pessoal de uma Instituição num determinado período, através da relação entre as admissões e os desligamentos de servidores ocorridos de forma voluntária ou involuntária.

- Índice de Rotatividade dos Servidores Efetivos

Fórmula : ((Ingressos + Vacâncias) / 2) / nº de servidores efetivos

IR = (321 + 309/2) / 5303

= 630/2 / 5303

= 315 / 5303

= 0,0742

5,94%

- Índice de Rotatividade dos servidores Temporários/Contratados (Docentes substitutos, visitantes e temporários)

Fórmula : $((\text{Ingressos} + \text{Vacâncias}) / 2) / \text{n}^\circ \text{ de servidores efetivos}$

$$\text{IR} = (295 + 172/2) / 5303$$

$$= 467/2 / 5303$$

$$= 233,5 / 5303$$

$$= 0,0742$$

4,04%

Devido a fatores como a política da valorização de servidores, reconhecimento e importância da Instituição para a sociedade e investimento do Governo Federal em novas contratações, o índice de rotatividade da UFRN apresenta-se baixo, apesar da grande ocorrência de aposentadorias no ano de 2011.

Aposentadoria *versus* reposição do quadro

Este indicador mede o percentual da reposição do quadro de servidores em comparação ao número de aposentadorias ocorridas em um período estabelecido.

Fórmula: $(\text{Número de servidores aposentados} / \text{Número total de servidores ingressados}) \times 100$

$$= (177/321) \times 100$$

= 55,14%

Desta forma, visualiza-se que houve a reposição de 55,14% dos servidores aposentados em 2011 no quadro de pessoal da Universidade. Vale salientar que o valor deste percentual sofreu alteração/diminuição devido ao fato de ter se utilizado o número total de servidores ingressados no cálculo do indicador, e não somente o quantitativo das reposições ocorridas em decorrência de aposentadorias, já que o histórico destes dados estão sendo analisados pela Instituição para a reestruturação do banco de dados e para prestar apoio projeto de dimensionamento da força de trabalho da UFRN.

Disciplina

Vários Indicadores podem ser capazes de retratar a Disciplina e o comprometimento dos servidores com a UFRN e o Complexo Hospitalar. Dentre as opções, apresenta-se o indicador de Educação Continuada, que demonstra o nível de interesse e o compromisso dos servidores em participar das ações de Capacitação disponibilizadas anualmente, e o Indicador de Exames Periódicos, que mede a porcentagem de servidores comprometidos com a política da Instituição

voltada para a manutenção e promoção da saúde do seu quadro de pessoal. A seguir serão apresentados estes dois indicadores, escolhidos como medidores de Disciplina.

Educação continuada por meio da capacitação e recapacitação dos Servidores

Percentual de servidores efetivos da Universidade e do Complexo Hospitalar que participaram de ações de capacitação ou recapacitação.

- Fórmula: Número de servidores que participaram de ações de capacitação ou recapacitação/ Total de servidores ativos

Valor coletado: $985/5303 = 18,5 \%$

Dos funcionários ativos da UFRN, 18,5% deles foram capacitados ou recapitados no ano de 2011. A greve ocorrida nas Universidades Federais, no período de abril a agosto, prejudicou a realização de diversos cursos de capacitação, o que ocasionou uma queda neste índice quando comparado ao do ano de 2010.

Exames Periódicos

Percentual de servidores efetivos da Universidade e do Complexo Hospitalar que participaram de ações de capacitação ou recapacitação.

- Fórmula: Número de servidores que realizaram os exames periódicos/ Total de servidores convocados

Valor coletado: $864/1687 = 51,21 \%$

Dos funcionários ativos da UFRN que foram convocados em 2011 para a realização dos Exames periódicos, 51,21% deles concluíram todo o processo, tendo seu Atestado de Saúde Ocupacional emitido (ASO). Do total convocado (1687), 12 assinaram Termo de desistência e outros 811 estão com o processo de realização dos exames em andamento.

A convocação para a realização dos Exames periódicos ocorreu priorizando os servidores que estão expostos a algum tipo de risco, raio-x ou radiação ou estão na faixa acima de 45 anos.

A realização de exames periódicos no ano de 2011 sofreu forte influencia do movimento grevista nas universidades do país, que prejudicou o andamento normal das atividades planejadas para o período e fez com o quantitativo de exames realizados não tenham alcançado maiores índices.

Atualmente, o número de exames realizados (Atestados de Saúde ocupacional - ASO - emitidos) está em crescente expansão, devido ao investimento da Universidade neste Programa, inserido como uma das prioridades da política da Nova Gestão Universitária.

Acidentes de Trabalho ou Doenças Ocupacionais

Este indicador possibilita o monitoramento do trabalho ocorrido na Instituição em um determinado período de tempo. No ano de 2011 ocorreram 38 acidentes de Trabalho na UFRN, sendo 35 deles típicos e 03 de trajetos. Dos acidentes ocorridos, 29 foram sofridos por servidores, 3 por bolsistas e 6 por terceirizados.

A seguir apresenta-se o indicador que mede os Acidentes de Trabalho ocorridos na UFRN no ano de 2011.

Fórmula para calcular o Indicador:

$(\text{Total de Acidentes do Trabalho/Homens} \times \text{horas trabalhadas}) \times 1.000.00$

- Homens x Horas trabalhadas (HHT):

354 homens x 20 horas semanais = 7.080 x 52 semanas (ano) = 368.160 horas

19 homens x 24 horas semanais = 456 x 52 semanas (ano) = 23.712 horas

22 homens x 25 horas semanais = 550 x 52 semanas (ano) = 28.600 horas

70 homens x 30 horas semanais = 2.100 x 52 semanas (ano) = 109.200 horas

4838 homens x 40h semanais = 193.520 x 52 semanas (ano) = 10.063.040 horas

Total Homens-Horas Trabalhadas: 10.592.712 horas-homem.

Indicador Acidentes de Trabalho (%): $(38 \text{ acidentes} / 10.592.712) \times 1.000 = \mathbf{0,0035\%}$

Níveis Salariais

Com acordo com faixas salariais estabelecidas (com base no salário mínimo), identificam-se os servidores docentes e técnicos administrativos da UFRN por classes sociais, conforme é demonstrado a seguir:

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Tabela 61 – Distribuição dos servidores técnicos administrativos da UFRN por classes sociais

CLASSE SOCIAL	SALÁRIO	%	SERVIDORES ATIVOS	%	SERVIDORES APOSENTADOS
A	Acima de 12.440,00	14,7	469	2,53	55
B	De 6.221,00 até 12.440,00	45,22	1442	12,93	281
C	De 1.866,01 até 6.220,00	39,85	1271	79,84	1734
D	De 622,01 até 1.866,00	0,16	5	4,7	102
E	Até 622,00	0,07	2	0	0
TOTAL			3189	100	2172

Fonte: PROGESP.

Obs: Alguns servidores docentes e técnico-administrativos ativos não estão inclusos nestas tabelas devido à ausência de ficha financeira (afastamentos sem remuneração).

Dentre os servidores técnico-administrativos percebe-se que aproximadamente 85% dos ativos são pertencentes às classes sociais B e C, ao passo que 79,84% dos aposentados pertencem à classe C.

SERVIDORES DOCENTES EFETIVOS (1º, 2º E 3º GRAUS)

Tabela 62 – Distribuição dos servidores docentes efetivos (1º, 2º e 3º graus) da UFRN por classes sociais

CLASSE SOCIAL	SALÁRIO	%	SERVIDORES ATIVOS	%	SERVIDORES APOSENTADOS
A	Acima de 12.440,00	51,5	1079	7,5	114
B	De 6.221,00 até 12.440,00	35,5	743	41,76	634
C	De 1.866,01 até 6.220,00	12,37	259	49,87	757
D	De 622,01 até 1.866,00	0,54	11	0,8	12
E	Até 622,00	0,09	2	0,07	1
TOTAL			2094	100	1518

Fonte: PROGESP.

Obs: Alguns servidores docentes e técnico-administrativos ativos não estão inclusos nestas tabelas devido à ausência de ficha financeira (afastamentos sem remuneração).

Dentre os servidores docentes percebe-se que aproximadamente 87% dos ativos estão na Classe A e B, enquanto que 91% dos aposentados são pertencentes às classes sociais B e C.

TOTAL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DOCENTES

Tabela 63 – Distribuição dos servidores técnicos administrativos e docentes efetivos (1º, 2º e 3º graus) da UFRN por classes sociais

CLASSE SOCIAL	SALÁRIO	%	SERVIDORES ATIVOS	%	SERVIDORES APOSENTADOS
A	Acima de 12.440,00	29,3	1548	4,58	169
B	De 6.221,00 até 12.440,00	41,35	2185	24,8	915
C	De 1.866,01 até 6.220,00	28,97	1530	67,5	2491
D	De 622,01 até 1.866,00	0,3	16	3,09	114
E	Até 622,00	0,08	4	0,03	1
TOTAL			5283	100	3690

Fonte: PROGESP.

Obs: Alguns servidores docentes e técnico-administrativos ativos não estão inclusos nestas tabelas devido à ausência de ficha financeira (afastamentos sem remuneração).

Dentre o total de servidores técnico-administrativos e docentes percebe-se que aproximadamente 70% dos ativos são pertencentes das classes sociais A e B, ao passo que 92% dos aposentados pertencem à classe B e C.

Legenda:

Classe A: Acima de 20 salários mínimos

Classe B: Entre 10 e 20 salários mínimos

Classe C: Entre 3 e 10 salários mínimos

Classe D: Entre 1 e 3 salários mínimos

Classe E: Até 1 salário mínimos.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro 34 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência (Quadro A.6.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE									
CNPJ: 24.365.710/0001-83					UG/GESTÃO: 153103/15234				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	093/2004	FUNPEC	1.466.665,10	0,00	2.029,95	1.466.665,10	01/11/2004	30/07/2011	4
1	128/2003	FUNPEC	644.796,96	0,00	9.654,90	644.796,96	22/12/2003	31/05/2011	1
1	101/2004	FUNPEC	6.616.401,31	0,00	66.047,09	6.616.401,31	23/12/2004	31/03/2011	4
1	134/2005	FUNPEC	5.717.762,05	0,00	17.503,25	5.717.762,05	20/12/2005	31/12/2011	1
1	133/2005	FUNPEC	911.607,37	0,00	0,00	911.607,37	20/12/2005	31/12/2012	1
1	141/2006	FUNPEC	1.306.456,29	0,00	0,00	1.306.456,29	22/12/2006	31/05/2012	1
1	138/2006	FUNPEC	896.817,81	0,00	0,00	896.817,81	15/12/2006	31/12/2012	1
1	144/2006	FUNPEC	8.552.874,22	0,00	1.302.874,22	8.552.874,22	18/12/2006	31/06/2012	1
1	143/2006	FUNPEC	2.252.851,40	0,00	14.059,09	2.252.851,40	18/12/2006	31/12/2011	1
1	148/2006	FUNPEC	807.361,93	0,00	19.774,95	807.361,93	29/12/2006	31/12/2012	1
1	061/2007	FUNPEC	8.113.845,18	0,00	1.865.677,10	8.113.845,18	27/06/2007	30/10/2011	1
1	147/2007	FUNPEC	24.216.147,95	0,00	1.266.717,05	18.916.147,95	17/12/2007	31/12/2012	1
1	148/2007	FUNPEC	1.009.644,17	0,00	0,00	1.009.644,17	17/12/2007	30/04/2012	1
1	137/2007	FUNPEC	1.000.000,00	0,00	606.536,54	982.696,19	18/12/2007	30/11/2012	1
1	150/2007	FUNPEC	2.826.180,57	0,00	63.969,62	2.826.180,57	19/12/2007	31/07/2012	1
1	151/2007	FUNPEC	1.548.541,56	0,00	0,00	1.548.541,56	19/12/2007	31/12/2011	1
1	154/2007	FUNPEC	83.514,17	0,00	2.875,71	83.514,17	19/12/2007	31/07/2011	4
1	164/2007	FUNPEC	33.169.265,02	0,00	6.581.427,94	31.410.696,02	28/12/2007	31/12/2012	1
1	167/2007	FUNPEC	3.356.332,54	0,00	581.379,43	3.356.332,54	28/12/2007	31/12/2012	1
1	155/2007	FUNPEC	22.316.025,43	0,00	4.410.715,00	14.163.413,21	26/12/2007	31/12/2012	1
1	199/2008	FUNPEC	2.033.380,32	0,00	57.566,85	2.033.380,32	29/12/2008	30/06/2011	4
1	220/2008	FUNPEC	389.853,60	0,00	13.270,17	389.853,60	22/12/2008	30/06/2011	4
1	221/2008	FUNPEC	373.710,90	0,00	16.302,18	373.710,90	22/12/2008	30/06/2011	4
1	222/2008	FUNPEC	322.599,51	0,00	10.986,07	322.599,51	22/12/2008	30/06/2011	4
1	223/2008	FUNPEC	391.703,60	0,00	16.219,95	391.703,60	22/12/2008	30/06/2011	4
1	224/2008	FUNPEC	411.627,33	0,00	17.012,58	411.627,33	23/12/2008	30/06/2011	4
1	198/2008	FUNPEC	1.623.634,60	0,00	59.678,66	1.623.634,60	23/12/2008	31/12/2011	1
1	234/2008	FUNPEC	3.206.354,67	0,00	75.329,47	3.206.354,67	22/12/2008	31/03/2011	4
1	249/2008	FUNPEC	3.386.877,99	0,00	882.000,00	2.444.877,99	30/12/2008	31/12/2012	1
1	233/2010	FUNPEC	29.383.773,52	0,00	112.356,40	29.383.773,52	22/07/2010	22/12/2013	1
1	3219/2011	FUNPEC	850.554,00	0,00	0,00	0,00	29/12/2011	31/12/2013	1
TOTAL			169.187.161,07	0,00	18.071.964,17	152.166.122,04			

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI e Controles internos da UFRN.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 35 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (Quadro A.6.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						
CNPJ: 24.365.710/00001-83				UG/GESTÃO: 153103/15234		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	1	0	18.071.964,17	39.234.877,10	25.602.426,05
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	1	0	18.071.964,17	39.234.877,10	25.602.426,05

Fonte: SIAFI e Controles internos da UFRN.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro 36 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2012 e exercícios seguintes (Quadro A.6.3 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN					
CNPJ: 24.365.710/0001-83			UG/GESTÃO: 153103/15234		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	15	133.989.918,81	116.968.879,78	17.021.039,03	87,30%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	15	133.989.918,81	116.968.879,78	17.021.039,03	87,30%

Fonte: SIAFI e Controles internos da UFRN.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro 37 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse (Quadro A.6.4 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidade Concedente						
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						
CNPJ: 24.365.710/0001-83				UG/GESTÃO: 153103/15234		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Instrumentos com a prestação de contas a vencer	Quantidade		19	-	-
		Montante Repassado		83.287.951,53	-	-
	Instrumentos com a prestação de contas vencida	Contas prestadas	Quantidade	14	-	-
			Montante Repassado	16.572.519,78	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-	-
			Montante Repassado	1.887.802,25	-	-
2010	Instrumentos com contas vencidas	Contas prestadas	Quantidade	5	-	-
			Montante Repassado	15.249.946,77	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
			Montante Repassado	0	-	-
2009	Instrumentos com contas vencidas	Contas prestadas	Quantidade	30	-	-
			Montante Repassado	34.987.133,47	-	-
		Contas	Quantidade	0	-	-

		NÃO prestadas	Montante Repassado	0	-	-
Anteriores a 2009	Instrumentos com contas vencidas NÃO prestadas até o final de 2011		Quantidade	0	-	-
			Montante Repassado	0	-	-

Fonte: SIAFI e Controles internos da UFRN.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro 38 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse (Quadro A.6.5 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					
CNPJ: 24.365.710/0001-83			UG/GESTÃO: 153103/15234		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			14	0
	Contas com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	8	0
			Contas Não analisadas	0	0
		Montante repassado (R\$)		4.229.887,83	0
	Contas com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	6	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
			Montante repassado (R\$)	0	0
	2010	Quantidade de contas prestadas			21
Contas analisadas		Quantidade Aprovada		21	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
Contas NÃO analisadas		Quantidade		0	0
		Montante repassado (R\$)		0	0
2009	Quantidade de contas prestadas			30	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		30	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado		0	0

Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado	0	0

Fonte: SIAFI e Controles internos da UFRN.

6.3 Análise Crítica

1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

Não foi detectado, até o dia 31/12/2011, nenhum registro em sistemas de controle do Governo Federal, de inadimplência pela não prestação de contas das transferências realizadas por esta Universidade.

Nos casos de possíveis atrasos na apresentação de prestação de contas por parte da conveniente, notificações são expedidas através de ofícios, estipulando prazo de até 30 dias para saneamento das pendências, para as quais, quando solicitado, e reconhecida à necessidade, são concedidas prorrogações.

2) Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011, ou legislação que o altere;

A execução orçamentária e financeira de todas as transferências foi realizada em observância às normas legais e regulamentares, especificamente no que se refere aos decretos citados e suas alterações, tendo havido correção na aplicação dos recursos a elas pertinentes.

3) Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;

Tabela 64 – Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos

ANO	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS FIRMADOS	MONTANTE DE RECURSOS TRANSFERIDOS EM CADA EXERCÍCIO (Independente do ano de celebração)
2009	00	25.602.426,05
2010	02	39.234.877,19
2011	01	18.071.964,17

Fonte: DCF.

4) Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;

O Setor de Administração de Convênios/DCF tem empreendido esforços no sentido de criar e manter controles internos, por meio do SIPAC e planilhas diversas, para melhor gerenciar

as transferências de recursos objetivando não perder de vista os montantes repassados e a repassar, conforme cronogramas de desembolsos; os prazos de vigência, de prestação de contas e das análises, em cumprimento às legislações e normas que regem a matéria.

Entretanto, salientamos que as exigências dos órgãos de controle, baseados nas legislações e sistemas atuais criados pelo Governo Federal, são várias e complexas, o que obriga esta Universidade a rever seus sistemas de controles próprios e estabelecer melhorias que sejam capazes de atender satisfatoriamente às diversas demandas do setor, dos órgãos de controle e legislações.

5) Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

Os atrasos detectados na apresentação das prestações de contas finais, em termos percentuais, significam uma média de 3,64% em relação ao valor total das contas prestadas em 2011, portanto 96,36% do valor das contas foram apresentadas no prazo regulamentar. Relativamente à quantidade de contas finais prestadas, 14,29% ocorreram fora do prazo e 85,71% no prazo.

6) Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Em cumprimento à legislação pertinente, esta Universidade continua se empenhando em realizar de forma satisfatória o acompanhamento dos convênios, com maior ênfase nos prazos das prestações de contas e das análises destas, com vistas à verificação da boa e regular aplicação dos recursos, bem como, da constatação do cumprimento da finalidade do objeto pactuado, concluindo com a aprovação ou não das contas apresentadas.

Apesar de todo esforço empreendido, observa-se intempestividade na análise até a aprovação das contas a qual atribuímos à especificidade/peculiaridade de cada projeto assim como da relação entre a UFRN e FUNPEC. O prazo utilizado continua sendo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, conforme registrado no SIAFI, se tornando, às vezes, insuficiente para a conclusão da análise em vista das diligências necessárias ao saneamento de pendências constatadas e suas respostas, com prazo de até 30 dias para atendimento, o que muitas vezes são prorrogados a pedido,

desde que reconhecida a necessidade, bem como de emissão de pareceres, financeiro e técnico, expedidos pelas áreas competentes.

A mais recente legislação sobre convênios – Portaria nº 507, de 24 de novembro de 2011 e alterações, estendeu este prazo para 90 (noventa) dias, confirmando o que foi dito anteriormente. Experiências comprovam que dependendo da especificidade, os 90 (noventa) dias também se tornam insuficientes.

Afirmamos que, embora a apresentação e aprovação de algumas contas de convênios tenham ocorrido fora do prazo, não houve omissão do dever de prestar contas nem do dever de analisar essas contas.

Quanto aos recursos humanos envolvidos nos controles e análise das contas, concluímos pela necessidade de contratação, num curto espaço de tempo, de pelo menos mais 03 (três) servidores.

7) Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Esta Universidade vem aperfeiçoando seus mecanismos de acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução dos seus projetos acadêmicos, com a melhoria dos sistemas de informação institucionais e das normas internas que regulamentam a relação entre a UFRN e a sua fundação de apoio.

Na execução dos projetos acadêmicos, quando se fizerem necessárias a contratação de serviços e de obras de engenharia, são cumpridas as exigências de fiscalização in loco dos planos de trabalho contratados. A execução das atividades propriamente acadêmicas previstas nos planos de trabalho dos projetos acadêmicos são acompanhadas pelo fiscalizador e pelo avaliador de cada um dos projetos, cujas atividades e responsabilidades são definidas na Resolução nº 028/2011 do Conselho de Administração da UFRN.

O acompanhamento, a avaliação e a fiscalização dos projetos são plenamente institucionalizados, desde sua tramitação e aprovação na unidade de lotação dos coordenadores (Departamentos Acadêmicos e Unidades Acadêmicas Especializadas), com o registro das atividades previstas no Plano Individual Docente de todos dos professores que compõe a equipe que irá desenvolver o projeto acadêmico. Além disso, a UFRN fiscaliza e avalia a execução das atividades

previstas, através de análise dos relatórios parciais e finais de prestação de contas, que apresentam os documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas e da execução financeira, examinando-se o cumprimento das metas físicas e dos resultados acadêmicos previstos em cada um dos projetos acadêmicos. Por isso, a UFRN, para o desenvolvimento das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa, de extensão e de inovação tecnológica, não dispõe, especificamente, de pessoal e recursos orçamentários necessários à fiscalização in loco das atividades acadêmicas previstas nos planos de trabalho dos projetos acadêmicos.

7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

D E C L A R A Ç Ã O

JOÃO BATISTA BEZERRA, CPF nº 057.374.514-53, Pró-reitor de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, declara junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os registros referentes a contratos administrativos de despesa firmados pela UFRN até o final do exercício de 2011, em decorrência de procedimentos licitatórios fundados na Lei 8.666/93, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, dentro dos limites de acesso disponibilizados pelo Governo Federal às unidades administrativas da UFRN usuárias do sistema, em conformidade com o regramento previsto nos §§ 3º e 4º do art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Natal/RN, 01 de março de 2012.

Prof. JOÃO BATISTA BEZERRA
CPF 057.374.514-53
Pró-reitor de Administração da UFRN



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, JOÃO EMANUEL EVANGELISTA DE OLIVEIRA, CPF nº 200.272.144-00, Pró-reitor de Planejamento e Coordenação Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos acadêmicos e convênios firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. Em atendimento às recomendações dos órgãos de controle externo, informo que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte fará o registro e a atualização dos convênios e contratos acadêmicos no SICONV (Portal de Convênios) durante o exercício de 2012.

Natal/RN, 01 de março de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, apresentando um estilo cursivo e elaborado.

Prof. JOÃO EMANUEL EVANGELISTA DE OLIVEIRA

CPF 200.272.144-00

Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral

8. DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Quadro 39 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.8.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

detentores de cargos e funções obrigados a entregar a dbr	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	128	97	128
	Entregaram a DBR	128	97	128
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	93	61	374
	Entregaram a DBR	93	61	374
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: PRH.

9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Quadro 40 – Estrutura de Controles Internos da UJ (Quadro A.9.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle:					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle:					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação:					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento:	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da					

10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro 41 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.10.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Aparelhos condicionadores de ar tipo split foram adquiridos com exigência de classificação INMETRO de eficiência energética maior possível de modo a não infringir a competitividade dos certames licitatórios; ▪ As instalações elétricas das novas edificações, bem como daquelas que sofrem intervenções (reforma, recuperação, reparos) são dotadas de lâmpadas e luminárias eficientes (menor consumo de energia); ▪ As instalações hidráulicas das novas edificações, bem como daquelas que sofrem intervenções (reforma, recuperação, reparos) são dotadas de torneiras automáticas e/ou antivandalismo.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Papel A4 – Material papel reciclado - Gramatura 75G/m².					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Os automóveis adquiridos possuem especificação para funcionamento bi-combustível, visando a redução da emissão de poluentes.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ É dada preferência na escolha de materiais de expediente e limpeza para aqueles que possuem potencial de reutilização, reabastecimento e/ou reciclagem (lapiseira grafite, flanelas de tecido, etc)				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. ▪ Há uma preocupação evidente para aquisição de mobiliários, computadores e aparelhos de ar condicionado com maior prazo de garantia: 3 anos, além de exigências de certificação ABNT para mobiliários (mesas, cadeiras) que se traduzem em garantia de qualidade e durabilidade fazendo com que haja economia a médio/longo prazo face ao maior ciclo de vida de tais produtos que têm grande impacto ambiental na sua confecção.				X	

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. ▪Os projetos elaborados para as edificações da UFRN contemplam diversas variáveis de eficiência e conforto ambiental tais como: envoltória de arquitetura, uso de torneiras automáticas e/ou antivandalismo, lâmpadas e luminárias eficientes, dentre outras.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. ▪A Unidade possui programa de gestão integrada de resíduos (PROGRES) que executa a implantação e expansão da coleta seletiva solidária, conforme Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ A UJ possui programas de educação ambiental (PROEA) e comunicação (DMACoMUNICA) que planejam e executam treinamentos, palestras e oficinas visando a construção de um padrão de consumo consciente à comunidade universitária. O PROEA coordena, ainda, a Sala Verde da UFRN.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Registram-se algumas iniciativas visando a conscientização ambiental, através da realização de cursos e palestras e a criação do portal do meio ambiente da UFRN (www.meioambiente.ufrn.br), que objetiva a comunicação interna e externa das ações empreendidas e da realidade existente, buscando a participação de todos os componentes da comunidade universitária.					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ

Quadro 42 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.11.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UFRN	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RIO GRANDE DO NORTE	29	29
	NATAL	17	17
	CAICÓ	03	03
	EXTREMOZ	01	01
	MACAÍBA	01	01
	MACAU	02	02
	SANTA CRUZ	02	02
	SANTO ANTONIO	02	02
	TANGARÁ	01	01
	DISTRITO FEDERAL	01	01
BRASÍLIA	01	01	
Subtotal Brasil		30	30
EXTERIOR	PAÍS “n”	00	00
	cidade 1	00	00
	cidade 2	00	00
	cidade “n”	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		30	30

Fonte: SPIUNet e controle interno da UFRN.

Quadro 43 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (Quadro A.11.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UFRN	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	NATAL	11	2
	SANTA CRUZ	2	1
	CAICÓ	0	1
Subtotal Brasil		13	4
EXTERIOR	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		13	4

Fonte: Seção de Contratos da UFRN

Quadro 44 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ (Quadro A.11.3 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
153103	1661.00038.500-5	CESSÃO	3	1.124.431,30	-	-		
*	-	CESSÃO	3	-	-	-		
Total								

Fonte: CONTRATOS DE CESSÃO / SPIU

(*) Não foi registrado a UG, RIP e o valor histórico do imóvel, haja vista esse imóvel ter sido cadastrado no âmbito do Ministério da Agricultura; As despesas com manutenção têm amparo no Contrato de Cessão nº MA-01/10400/81.

Análise Crítica

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte tem somado esforços na gerência dos bens imóveis, tendo sido empreendidas ações para regularização de escrituras junto a Cartórios e Secretaria do Patrimônio da União - SPU, inclusive recorrendo ao Poder Judiciário, quando necessário; tem zelado, ainda, pela manutenção desse patrimônio, de maneira a garantir boas condições de uso.

Todos os imóveis pertencentes ou não ao patrimônio desta Instituição foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIU, exceto o Campus de Nova Cruz, haja vista ter sido cadastrado em Unidade Gestora pertencente ao Ministério da Agricultura.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

Quadro 45 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada (Quadro A.12.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação/2011				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	22 servidores, 79 terceirizados e 45 bolsistas				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
Item 3: Em 2010 não tínhamos Comitê um que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI. Em 2011, criamos o Comitê Gestor de TI através de Resolução do CONSAD de número 056/2011 de 15/12/2011.					
Item 5: Houve um equívoco no preenchimento de 2010, pois achávamos que havia uma carreira específica para a área de TI e, na verdade, pelo plano de carreiras do MEC, ao qual estamos vinculado, o que existe são apenas alguns cargos desta área e não uma carreira com planos de progressão e/ou incentivo.					
Item 6: Com a criação do Comitê Gestor de TI em 2011, temos como uma de suas funções, a definição de um Grupo de Trabalho para lidar especificamente com segurança da informação. Como o Comitê foi criado no final de 2011 e ainda está iniciando os seus trabalhos, consideramos como parcialmente atendido este item.					
Item 7: Idem ao Item 6. O produto do Grupo de Trabalho de Segurança da Informação é a geração da Política de Segurança da Informação (PSI) da UFRN.					
Item 10: Em 2010, consideramos apenas os Acordos de Nível de Serviços (ANS) da área de Sistemas de Informação como parcialmente atendidos, já que estes acordos não eram amplamente formalizados e publicados. Em 2011, inserimos em nossos ANS os serviços de Redes de Computadores, o qual ainda estão em fase de amadurecimento e aperfeiçoamento, o que fez com que, no geral, nossos ANS tivessem uma redução em sua plenitude.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro 46 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Quadro A.13.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Código da UG: 153103		Limite de Utilização da UG: 200.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
FRANCISCO CANINDÉ CORREIA	035.733.704-20	3.000,00	-	1.035,30	1.035,30
FERNANDO ANTONIO ALVES FEITOSA	055.858.054-87	3.000,00	-	2.308,68	2.308,68
JOSÉ IVO DE OLIVEIRA	074.958.204-97	3.000,00	-	29,40	29,40
MAURÍLIO LOPES DE SOUZA	182.427.584-68	3.000,00	-	484,02	484,02
GERARDO FELIPE SILVA DE SOUSA	199.201.564-34	3.000,00	-	1.057,73	1.057,73
MANOEL VILAÇA FERREIRA	214.571.234-87	8.000,00	-	5.899,23	5.899,23
JOSÉ WILSON DE SOUZA	242.040.304-59	3.000,00	-	534,73	534,73
EVERALDO ALVES DE OLIVEIRA	261.073.414-04	3.000,00	-	225,02	225,02
JOSÉ ROMILDO ALVES DE SOUZA	271.869.204-97	3.000,00	-	2.320,23	2.320,23
HELENO TRAJANO DA CRUZ	307.464.774-49	3.000,00	-	4.474,34	4.474,34
JEFFERSON PETER MACPERSON	537.904.564-20	3.000,00	-	145,90	145,90
Total Utilizado pela UG			-	18.514,58	18.514,58
Código da UG: 153107		Limite de Utilização da UG: 50.000,00			
JOSÉ ABDON BEZERRA	155.944.914-49	3.000,00	-	3.256,32	3.256,32
RENATA ALEXANDRA MOREIRA DAS NEVES	950.239.924-20	8.000,00	-	1.578,10	1.578,10
BRUNA LEAL LIMA MARCIEL	962.561.923-20	8.000,00	-	8.089,46	8.089,46
Total Utilizado pela UG			-	12.923,88	12.923,88
Código da UG: 153108		Limite de Utilização da UG: 15.000,00			
MABEL MENDES CAVALCANTI	768.148.314-49	3.000,00	-	603,79	603,79
Total Utilizado pela UG			-	603,79	603,79
Código da UG: 153110		Limite de Utilização da UG: 8.000,00			
ALTENIR GONZAGA DE LIMA	146.221.494-00	3.000,00	-	3.120,01	3.120,01
Total Utilizado pela UG			-	3.120,01	3.120,01
Código da UG: 153252		Limite de Utilização da UG: 8.000,00			
CYNTHIA HATSUE KITAYAMA CABRAL	012.740.304-39	3.000,00	-	1.647,68	1.647,68
EURICO JOSÉ MONTENEGRO DUTRA	511.926.404-20	3.000,00	-	3.831,58	3.831,58
CLÁUDIO BEZERRA DANTAS	631.384.414-91	3.000,00	-	1.851,31	1.851,31
Total Utilizado pela UG			-	7.330,57	7.330,57
Total Utilizado pela UJ			-	42.492,83	42.492,83

Fonte: Siafi e Sistema AASP, do Banco do Brasil S/A.

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro 47 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Quadro A.13.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Exercício	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2011	-	-	112	42.492,83	42.492,83
2010	-	-	81	31.937,18	31.937,18
2009	-	-	80	37.841,57	37.841,57

Fonte: Banco do Brasil S/A (AASP - Autoatendimento Setor Público).

14. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI

Quadro 48 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.15.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidades Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 014.402/2011-4	2739/2011 Plenário	9.2.1	DE	Ofício 485/2011-TCU/SECOB-1
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
9.2 com fundamento no art. 43, inciso I da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II do Regimento Interno do TCU, determinar à UFRN que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 45 dias: 9.2.1 estudo dos reflexos decorrentes das correções do projeto referente ao contrato 66/2010, e medidas que essa Universidade tomou na hipótese de ter havido prejuízos ao Erário em decorrência de impactos no orçamento da obra, conforme tratado no item 3.2 do relatório e;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDENCIA DE INFRA-ESTRUTURA					61188
Síntese da providência adotada					
Resposta ao Ofício nº 169/2011 - DIFES/SESU/MEC					
Síntese dos resultados obtidos:					
Após conhecimento das condições necessárias ao pleno funcionamento do Teatro Múltiplo e após análise da estrutura projetada, foi providenciada a correção dos projetos complementares de engenharia, notadamente o projeto de estruturas, de forma a ampliar sua capacidade de carregamento e, assim, permitir a efetiva utilização daquele espaço. Assim sendo, a principal decorrência das correções dos projetos foi a contratação de serviços complementares, ainda muito abaixo dos limites permitidos em lei para tais situações, ficando claro que tais providências ampliaram as condições de uso do espaço, garantindo a utilização imprescindível de equipamentos de especificidade bastante particular. No tocante às medidas tomadas pela Universidade, na hipótese de ter havido prejuízos ao Erário em decorrência de impactos no orçamento da Obra, esclarecemos que, apesar de não considerarmos a existência destes prejuízos, já que a aplicação de novos recursos permitirão a maximização e a utilização plena do espaço, inclusive, devolvendo as condições inicialmente planejadas para o Teatro Múltiplo, a UFRN encontra-se buscando esclarecer todos os elementos que resultaram na atual situação, por meio de procedimentos de apuração de responsabilidades, específicos para cada situação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a					

adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 014.402/2011-4	2739/2011 Plenário	9.2.2	DE	Ofício 485/2011-TCU/SECOB-1
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
9.2 com fundamento no art. 43, inciso I da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II do Regimento Interno do TCU, determinar à UFRN que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 45 dias: 9.2.2 a formalização dos termos aditivos relativos às alterações havidas na planilha orçamentária e no projeto da obra referente ao contrato 66/2010, permitindo a devida correção das falhas, conforme tratado no item 3.4 do relatório;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDENCIA DE INFRA-ESTRUTURA					61188
Síntese da providência adotada					
Os aditivos ao contrato foram devidamente encaminhados ao Tribunal de Contas da União pela Pró-Reitoria de Administração.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Os termos aditivos solicitados foram devidamente encaminhados contendo as alterações na planilha orçamentária da obra.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 016.646/2011-8	3152/2011 Plenário	9.2.1	DE	Ofício 1659/2011-TCU/SECEX-RN
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
9.2 determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que dê prosseguimento: 9.2.1 às medidas administrativas com vistas ao ressarcimento dos valores recebidos indevidamente como mestre, pelo servidor detentor da matrícula SIAPE nº 6349290, desde a data de requerimento da titulação de especialista lato sensu em novembro de 1996, nos termos da legislação em vigor, acrescidos dos juros e correção monetária devidos;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424
Síntese da providência adotada	
Através do Ofício 001/2012-DAP, o servidor foi notificado da necessidade de ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente desde novembro/96 acrescidos de juros e correção monetária.	
Síntese dos resultados obtidos:	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 016.646/2011-8	3152/2011 Plenário	9.2.2	DE	Ofício 485/2011-TCU/SECOB-1
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
9.2 determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que dê prosseguimento: 9.2.2 à implementação de procedimentos administrativos com vistas à prevenção, identificação e resolução dos casos de concessão indevida de adicional remuneratório relativo à titulação de docentes, tanto em relação aos casos pretéritos, quanto em relação aos pedidos doravante formulados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL					35424
Síntese da providência adotada					
O Departamento de Administração não possui uma rotina procedimental para apurar a correção no cadastramento da titulação de docentes e servidores da UFRN, sendo a mesma conferida pelo setor competente apenas no momento do cadastramento no sistema SIAPE. Contudo, ressaltamos que esta foi a única ocorrência que esta IFE teve conhecimento nos últimos anos. Ressaltamos que em razão do quantitativo de servidores desta IFE, a saber, 5.484 servidores ativos (docentes e técnicos) e 4.131 servidores aposentados, ficamos praticamente inviabilizados, técnica e operacionalmente, de realizar uma apuração de todos os casos. Todavia, de forma a evitar a reincidência de tal erro, considerando que as informações são inseridas manualmente no sistema, estamos estudando a alteração do fluxo do processo, de modo a permitir uma segunda análise, por um setor distinto, após o cadastramento no sistema, de modo a conferir novamente a documentação. Contudo, entendemos que tal procedimento somente poderá ser adotado a partir das novas nomeações.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a					

adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 002.899/2010-8	3657/2011 Segunda Câmara	9.3.2	DE	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
9.3. seja determinado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que: 9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os servidores beneficiários das concessões impugnadas estão cientes do julgamento deste Tribunal; e					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL					35424
Síntese da providência adotada					
Os documentos foram devidamente enviados.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 002.899/2010-8	3657/2011 Segunda Câmara	9.3.1	DE	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
9.3. seja determinado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que: 9.3.1. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança nº 2008.84.00.006611-5, e, caso a Advocacia-Geral da União consiga desconstituir a sentença, adote as providências necessárias à obtenção do ressarcimento dos valores indevidamente percebidos pelos servidores constantes dos autos, observando-se o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL					35424

Síntese da providência adotada
Esclarecemos que este DAP/UFRN, juntamente com a Procuradoria Federal – AGU/PGE, estão acompanhando o andamento das Ações Judiciais nºs 0004791-07.2010.4.05.8400 e 0006611-32.2008.4.05.8400, as quais se encontram em sede de recurso junto ao TRF 5ª Região. Informamos, ainda, que qualquer modificação nas decisões monocráticas será prontamente comunicada a esta UFRN através da Advocacia Geral da União, por meio da Procuradoria Federal neste Estado do RN.
Síntese dos resultados obtidos:
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 002.899/2010-8	3657/2011 Segunda Câmara	9.3.3	DE	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417

Descrição da Deliberação:
 9.3. seja determinado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que: 9.3.3. com fulcro no art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, proceda, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, a emissão do ato de pensão civil do servidor Nivaldo Guilherme da Silva, já falecido.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada
O ato foi devidamente emitido.
Síntese dos resultados obtidos:
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC-021.338/2010-8	11304/2011 Segunda Câmara	1.6.1.4	DE	Ofício 1308/2011-TCU/SECEX-RN
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.6.1. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que adote as seguintes providências: 1.6.1.4.na fiscalização dos contratos com fundações de apoio, atenda aos ditames da legislação aplicável – art. 67 da Lei 8.666/1993 – e subitem 9.2.17 do Acórdão 2.731/2008-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL					37987
Síntese da providência adotada					
As determinações do TCU estão sendo cumpridas através da implantação dos dispositivos previstos na Resolução nº 028/2011-CONSAD.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC-023.436/2010-7	6853/2011 Segunda Câmara	1.7.1	DE	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.6.1. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que adote as seguintes providências: 1.6.1.4.na fiscalização dos contratos com fundações de apoio, atenda aos ditames da legislação aplicável – art. 67 da Lei 8.666/1993 – e subitem 9.2.17 do Acórdão 2.731/2008-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
FUNDAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA – FUNPEC/GABINETE DO REITOR					13298
Síntese da providência adotada					
Desde o advento do Decreto nº 7.203/2010 que dispõe sobre vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, esta Fundação vem adotando medidas no sentido de eficácia plena do referido diploma normativo, evitando assim a contratação de colaboradores que possuam qualquer indício de parentesco com qualquer autoridade ou servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento da UFRN ou ainda da Administração Pública, na forma delineada na norma.					
No que toca especialmente a recomendação exarada no Acórdão 6853/2011 do TCU, cumpre-se esclarecer que esta Fundação desconhece os casos apontados no Relatório da referida, visto que até o presente momento não tomou conhecimento do aludido documento que especifica os casos.					
Registre-se, além disso, que a mesma denúncia que motivou a pronúncia do TCU, foi					

Quadro 49 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Quadro A.15.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidades Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-021.338/2010-8	11304/2011 Segunda Câmara	1.6.1.1	DE	Ofício 1308/2011-TCU/SECEX-RN
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.6.1. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que adote as seguintes providências: 1.6.1.1.nos próximos contratos celebrados com a Funpec, atente para o fiel cumprimento dos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, abstendo-se de apropriar e/ou pagar despesas sem prévio fornecimento de bens ou serviços, independentemente do objeto contratado;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL					37987
Síntese da providência adotada					
A UFRN recorreu pedindo reconsideração.					
Justificativa pelo não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-021.338/2010-8	11304/2011 Segunda Câmara	1.6.1.2	DE	Ofício 1308/2011-TCU/SECEX-RN
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417
Descrição da Deliberação:					
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.6.1. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que adote as seguintes providências: 1.6.1.2.implemente medidas cabíveis com vistas a garantir o efetivo recebimento dos valores referentes à cessão dos servidores de matrícula 347570, 350515, 6349905					

(cedidos à Prefeitura Municipal do Natal/RN), do servidor de matrícula 350330 (cedido à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/RN), do servidor de matrícula 348158 (cedido à Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN) e dos servidores de matrículas 349585 e 6346511 (cedidos ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte), conforme o subitem 1.13 do Acórdão 2311/2007-TCU-2ª Câmara c/c o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º do Decreto 4.050/2001, que trata das normas sobre cessão de servidores;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Colocamos à disposição para eventual consulta o comprovante de reembolso da remuneração da servidora Zenaide Maia Calado referente ao mês de dez/2010 e jan/2011. Quanto aos servidores Elias Nunes e ARistolino Monteiro, os mesmos não possuem débito referente ao exercício 2010.

Justificativa pelo não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC-021.338/2010-8	11304/2011 Segunda Câmara	1.6.1.3	DE	Ofício 1308/2011-TCU/SECEX-RN
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					417

Descrição da Deliberação:

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.6.1. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que adote as seguintes providências: 1.6.1.3.nos próximos instrumentos celebrados com a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – Funpec, opte por contrato ou convênio, observando rigorosamente os ditames da legislação aplicável a cada modalidade, em especial, a Lei 8.666/1993, para contratos, e a Portaria Interministerial MP/MF/MCT 127/2008, para convênios;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	37987

Síntese da providência adotada

Não se aplica.

Justificativa pelo não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a

Quadro 50 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Quadro A.15.3 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidades Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201001242/2011	004	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Ausência de previsão de recurso em todas as fases do concurso.			
Descrição da Recomendação:			
Determinar que o edital preveja que: - a anulação de questão seja aproveitada a todos os candidatos que se submeteram regularmente ao certame; e - a alteração de gabarito provocará revisão geral de notas e resultados, devendo ser obrigatoriamente desconsiderada a resposta alterada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL			35424
Síntese da providência adotada			
Informamos que já incluímos as referidas recomendações nos Editais nºs 016/2011-PRH, 018/2011-PRH, 019/2011-PRH e 021/2011-PRH, sendo adotadas para todos os concursos supervenientes.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Desde a inclusão desta previsão nos editais foi eliminado grande parte dos recursos interpostos pelos candidatos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:			
Positivo: Diminuição de recursos; Negativo: N/A			
Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201001242/2011	007	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Ocorrência de posse de servidores a despeito da ausência de documentos comprobatórios da titulação.			

Descrição da Recomendação:

Verificar se o título do candidato do processo nº 23077.019148/2010-18 foi revalidado pela UFRN no processo de revalidação nº 23077.018974/2010-31; e, em caso negativo, adotar as providências necessárias para a anulação do ato administrativo de posse do candidato, tendo em vista que este não atendia aos requisitos de escolaridade mínima exigidas para o cargo.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Informamos que o diploma de doutorado apresentado pelo candidato Sérgio Luis Rizzo Dela-Savia foi devidamente revalidado através do processo administrativo nº 23077.018974/2010-31.

Síntese dos resultados obtidos:**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**

Ressaltamos que a posse do candidato em questão somente foi aceita pela Diretoria de Administração de Pessoal em virtude de posicionamento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação pela aprovação da revalidação, baseada na documentação constante do processo administrativo nº 23077.018974/2010-31.

Descrição da Recomendação:

Verificar se foi resolvida a pendência para a obtenção do título de mestre do candidato do processo nº 23077.004008/2010-37; e em caso negativo, adotar as providências necessárias para a anulação do ato administrativo de posse do candidato, tendo em vista que este não atendia aos requisitos de escolaridade mínima exigidas para o cargo.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Informamos que o diploma de mestrado foi devidamente apresentado pela candidata Munya Gandour Freire. Ademais, esclarecemos que a candidata já não mais pertence ao quadro funcional desta UFRN, visto que solicitou exoneração em 30/06/2011. Determinação atendida.

Síntese dos resultados obtidos:

Deixamos à disposição o processo de nomeação nº 23077.004008/2010-37 diploma de mestrado da candidata Munya Gandour Freire.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

No entendimento desta PROGESP a defesa pública da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado, com a aprovação da banca, por si só, já confere ao aluno o grau de titulação respectivo, já existindo jurisprudência neste sentido. Ademais, o

Tribunal de Contas da União julgou o ato de admissão da candidata como legal, conforme se pode verificar no sistema SISACnet/TCU.

Descrição da Recomendação:

Solicitar ao candidato a apresentação da titulação exigida, e, na ausência do título válido de graduação em engenharia elétrica, adotar as providências necessárias para a anulação do ato administrativo de posse do candidato, tendo em vista que este não atendia aos requisitos de escolaridade mínima exigidas para o cargo.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

No que tange ao processo nº 23077.001097/2010-60, relativo ao candidato Vincent Patrick Marie Bourguet, informamos que o mesmo apresentou Declaração, expedida pelo cônsul honorário francês nesta capital, a qual atesta ter sido outorgado ao interessado 1 diploma de “maîtrise” e 1 diploma “DEA”, pela Universidade Paris VI, correspondentes a uma graduação em engenharia elétrica. Assim, considerando que o diploma de graduação foi extraviado pelo interessado e que a Universidade Paris VI não expede segunda via do documento, posiciona-se esta Diretoria de Administração de Pessoal e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas pelo acatamento do documento apresentado, em conformidade com o art. 48, § 2º da Lei nº 9.394/96 (LDB) c/c o art. 23, item 1, do Decreto nº 3.598, de 12 de setembro de 2000, que promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996, abaixo transcritos: Lei nº 9.394/96 Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. (...) § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. Decreto nº 3.598/2000 Artigo 23 1. Os atos públicos expedidos no território de um dos dois Estados serão dispensados de legalização ou de qualquer formalidade análoga, quando tiverem que ser apresentados no território do outro Estado.

Síntese dos resultados obtidos:

A documentação já consta no processo de nomeação nº 23077.001097/2010-60

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108947/2010	010	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:	
Ausência de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, bem como do estabelecimento de Comitê de TI na UFRN.	
Descrição da Recomendação:	
Especificar, no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN, os aspectos relacionados ao planejamento e objetivos da área de TI.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA	61187
Síntese da providência adotada	
O Plano de Gestão 2011-2015 é o documento institucional que apresenta os programas estruturantes e as linhas prioritárias que orientarão a gestão da UFRN no período de 2011 a 2015. O mesmo, à luz das políticas, diretrizes e metas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI 2010-2019 atualiza, sistematiza e operacionaliza os compromissos programáticos da atual administração da Universidade. Neste Plano de Gestão, no Capítulo 6 dos Programas Estruturantes, a seção 6.5 que trata da Modernização da Gestão, existe a terceira Linha de Ação: Desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) para o estabelecimento de prioridades e ações a serem realizadas na área de Tecnologia da Informação.	
Síntese dos resultados obtidos:	
Os resultados desta providência ainda estão sendo produzidos.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108947/2010	021	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Ausência de comprovação de fiscalização por parte da Entidade sobre a execução das transferências voluntárias concedidas.			
Descrição da Recomendação:			
Estabelecer rotinas para o acompanhamento sistemático das transferências voluntárias concedidas, consistentes no planejamento das ações de fiscalização a ser executado individualizadamente por convênio/contrato, formalizado processualmente, conforme preconizado no subitem 9.2.17 do Acórdão do TCU n.º 2731-50/08 - Plenário e no Decreto n.º 7.423, de 31 de dezembro de 2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL			37987

Síntese da providência adotada

As providências adotadas estão definidas na Resolução nº 028/2011-CONSAD, de 14 de junho de 2011.

Síntese dos resultados obtidos:**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:****Descrição da Recomendação:**

Efetivar a nomeação formal de fiscal responsável, para cada instrumento de transferência/contrato, atentando para a necessária "segregação de funções e responsabilidades na gestão dos contratos, bem como de sua prestação de contas, de modo a evitar que a propositura, homologação, assinatura, coordenação e fiscalização do projeto se concentrem em um único servidor, em especial o seu coordenador;" conforme inc. IV do art. 12 do Decreto n.º 7.423, de 31 de dezembro de 2010, de 31 de dezembro de 2010 e art. 67 c/c ao art. 116 da Lei n.º 8.666/93.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	37987

Síntese da providência adotada

As providências estão definidas na Resolução 028/2011-CONSAD, de 14 de junho de 2011.

Síntese dos resultados obtidos:**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108947/2010	048	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Falta de atualização de valores referentes a 19 contratos registrados no SIASG.			
Descrição da Recomendação:			
Manter atualizados os valores dos contratos inseridos no SIASG, considerando os valores dos respectivos aditivos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)			35423

Síntese da providência adotada

A Seção de Contratos está adotando novos procedimentos desde junho/2011, de forma que todos os aditivos cadastrados no Sipac, também o sejam no Siasg e, desta forma, mantendo atualizados os valores contratuais nos 2 sistemas utilizados.

Síntese dos resultados obtidos:

Com a providência adotada estamos conseguindo cumprir a recomendação, bem como, garantir um controle interno administrativo mais confiável.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Apontamos como fator negativo o pequeno contingente de pessoas diante das inúmeras atividades realizadas no setor.

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201108947/2010	003	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:

Ausência de registro de carga horária de seis servidores que fazem jus a adicional de periculosidade.

Descrição da Recomendação:

Elaborar cronograma de substituição das portarias de localização do servidor, de forma a contemplar a descrição das atividades e a respectiva carga horária, conforme determina a ON-SRH/MPOG nº 02/2010.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Deixamos à disposição para eventual consulta as Portarias de localização.

Síntese dos resultados obtidos:**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201108947/2010	008	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:			
Ausência do comprovante de pagamento dos reembolsos referentes aos servidores cedidos com ônus para o órgão cessionário.			
Descrição da Recomendação:			
Efetuar controle mensal dos ressarcimentos dos servidores cedidos a outros órgãos/entidades.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL			35424
Síntese da providência adotada			
No intuito de tornar o controle mais efetivo, estamos encaminhando novo modelo de ofício de cobrança, no qual é solicitado o envio dos comprovantes de pagamento (ordem bancaria) ao Setor de Controle de Pagamento deste Departamento de Administração de Pessoal. Outrossim, estamos designando um servidor da SCP/DAP para que realize a conferência "in loco" dos valores reembolsados diretamente nos órgãos cessionários de forma a assegurar a exatidão das informações contábeis.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:			
Descrição da Recomendação:			
Comunicar formalmente o órgão cessionário, quando constatada a ausência de reembolso da remuneração da cessão, do montante devido, estabelecendo prazo para a regularização da pendência, e informando que, não ocorrendo o devido ressarcimento, a cessão do servidor será extinta, conforme exigido no parágrafo 2º do artigo 4º do Decreto nº 4.050/2001.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL			35424
Síntese da providência adotada			
Elaboração do novo modelo de ofício de cobrança.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:			
Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201108947/2010	047	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou			Código SIORG

recomendação	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	417
Descrição da Deliberação:	
Contratos administrativos não inseridos no SIASG.	
Descrição da Recomendação:	
Registrar no SIASG todos os contratos administrativos, em vigor na UFRN, que gerem despesa pública.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)	35423
Síntese da providência adotada	
<p>O contexto em que se deu a constatação pela CGU levou a uma série de equívocos de interpretação da questão. É que na época da auditoria os relatórios do SIPAC relativos aos contratos incluía os contratos de despesa da UFRN, celebrados com base na lei 8.666/93, os contratos de receita da UFRN, também celebrados com base na Lei 8.666/93, mas que, por não demandarem empenho, não tem como ser cadastrados no SIASG (Por exemplo, cessões onerosas de espaços físicos). Além destes, o relatório incluía os contratos em que a UFRN é contratada pela Fundação de Apoio (FUNPEC) que não está obrigada a usar o SIASG por não fazer parte da Administração Pública Federal. Assim, considerando que todos os contratos de despesa celebrados pela UFRN já eram e continuam sendo cadastrados no SIASG, pré-requisito para a geração dos respectivos empenhos, apresentamos nossa discordância com a constatação, sendo oportuno que foi solicitada e já implantado no SIPAC alterações no relatório de modo a albergar apenas os contratos com base na lei de licitações.</p>	
Síntese dos resultados obtidos:	
Com a providência adotada estamos conseguindo cumprir a recomendação, bem como, garantir um controle interno administrativo mais confiável.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	
Apontamos como fator negativo o pequeno contingente de pessoas diante das inúmeras atividades realizadas no setor.	

Quadro 51 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Quadro A.15.4 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Unidades Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201001242/2011	005	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Inexistência de parâmetro de avaliação previsto nos editais e de padrão de resposta das provas discursivas e orais.			
Descrição da Recomendação:			
Estabelecer, no edital do concurso para o cargo de professor de 3º grau, os critérios de avaliação das provas escritas e orais, em observância aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da publicidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL			35424
Síntese da providência adotada			
De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União informamos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tal recomendação no art. 7º, § 4º, inciso XX, abaixo transcritos: Art. 7º. As inscrições para os concursos de Professor Auxiliar, Professor Assistente e Professor Adjunto serão precedidas de publicação de Edital de Abertura no Diário Oficial da União, na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRN e em jornal de grande circulação, acrescido, paulatinamente, dos seguintes editais complementares: (...) § 4º O edital de abertura deverá conter obrigatoriamente: (...) XX - critérios de avaliação das provas escritas e didáticas. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê os critérios de avaliação das provas escritas e orais, tais como chaves de resposta.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Determinar que os membros da Banca Examinadora elaborem o padrão de resposta das questões da prova discursiva, bem como dos itens que devem ser abordados no tema sorteado da prova oral, antes da aplicação das mesmas.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União informamos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais recomendações no art. 14, incisos V e VI e art. 17, § 2º, abaixo transcritos: Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora: I. Elaborar as provas escritas e respectivas chaves de resposta; (...) V. Lavrar e divulgar ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita; VI. Elaborar e avaliar as provas didáticas; Art. 17. A prova escrita destina-se a avaliar o conhecimento do candidato em relação ao conteúdo do programa do concurso recebido por ele no ato da inscrição. (...) § 2º A prova escrita e as chaves de resposta correspondentes às suas questões serão elaboradas pela CE e entregues à Coordenadoria de Concursos para reprodução, sob protocolo de responsabilidade e em envelope incólume e lacrado. Contudo, informamos que a recomendação de utilização de padrão de resposta para a prova escrita não foi aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, em razão da subjetividade da avaliação, implicando na limitação do conteúdo abrangido, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias. Contudo, não obstante a reprovação dessa recomendação, mantivemo-la na proposta de resolução para a análise e discussão final pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê os critérios de avaliação das provas escritas e orais, tais como chaves de resposta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN

Descrição da Recomendação:

Determinar que o padrão de resposta contenha todas as informações que se espera que o candidato inclua em sua resposta e os valores que lhes serão atribuídos, bem como o método de avaliação e pontuação referente a habilidades relacionadas, como clareza na exposição, didática e ortografia, de forma a vincular a atuação do examinador na correção da provas, garantindo a objetividade.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União informamos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais recomendações no art. 14, incisos V e VI e art. 17, § 2º, abaixo transcritos: Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora: I. Elaborar as provas escritas e respectivas chaves de resposta; (...) V. Lavrar e divulgar ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita; VI. Elaborar e avaliar as provas didáticas; Art. 17. A prova escrita destina-se a avaliar o conhecimento do candidato em relação ao conteúdo do programa do concurso recebido por ele no ato da inscrição. (...) § 2º A prova escrita e as chaves de resposta correspondentes às suas questões serão elaboradas pela CE e entregues à Coordenadoria de Concursos para reprodução, sob protocolo de responsabilidade e em envelope incólume e lacrado. Contudo, informamos que a recomendação de utilização de padrão de resposta para a prova escrita não foi aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, em razão da subjetividade da avaliação, implicando na limitação do conteúdo abrangido, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias. Entretanto, não obstante a reprovação dessa recomendação, mantivemo-la na proposta de resolução para a análise e discussão final pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê os critérios de avaliação das provas escritas e orais, tais como chaves de resposta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Divulgar o padrão de resposta, logo após a aplicação das provas discursivas e orais, de forma a permitir o conhecimento pelos candidatos das respostas esperadas.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424
Síntese da providência adotada	
<p>De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União informamos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais recomendações no art. 14, incisos V e VI, art. 17, § 2º, e art. 18, § 3º, abaixo transcritos: Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora: I. Elaborar as provas escritas e respectivas chaves de resposta; (...) V. Lavrar e divulgar ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita; VI. Elaborar e avaliar as provas didáticas; Art. 17. A prova escrita destina-se a avaliar o conhecimento do candidato em relação ao conteúdo do programa do concurso recebido por ele no ato da inscrição. (...) § 2º A prova escrita e as chaves de resposta correspondentes às suas questões serão elaboradas pela CE e entregues à Coordenadoria de Concursos para reprodução, sob protocolo de responsabilidade e em envelope incólume e lacrado. Art. 18. O candidato identificará a sua prova escrita, unicamente, por um número, obtido mediante sorteio realizado antes do início da prova. (...) § 3º Junto às notas da prova escrita serão divulgadas também as chaves de resposta nos quadros de aviso da sede da Coordenadoria de Concursos e na página eletrônica www.prh.ufrn.br Contudo, informamos que a recomendação de utilização de padrão de resposta para a prova escrita não foi aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, em razão da subjetividade da avaliação, implicando na limitação do conteúdo abrangido, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias. Contudo, não obstante a reprovação dessa recomendação, mantivemo-la na proposta de resolução para a análise e discussão final pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.</p>	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê os critérios de avaliação das provas escritas e orais, tais como chaves de resposta.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	
<p>Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.</p>	
Descrição da Recomendação:	
<p>Determinar que as fichas de avaliação individual dos candidatos sejam preenchidas por cada membro da comissão, contendo a motivação da nota atribuída, esclarecendo o que foi considerado errado na resposta e a fundamentação da subtração de pontos, em obediência ao art. 50 da Lei nº 9.784/99.</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União informamos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais recomendações no art. 14, abaixo transcritos:

Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora:

Elaborar as provas escritas e respectivas chaves de resposta;

I. Elaborar o calendário do concurso e informá-lo à Coordenadoria de Concursos;

II. Aplicar e avaliar as provas escritas dos candidatos, promovendo a correção em sessão pública com todos os candidatos presentes, preenchendo as fichas de avaliação individual por cada membro da banca examinadora, que devem conter comentários e justificativas que comprovem a coerência das notas atribuídas em cada uma das questões/itens das provas;

III. Lavrar e divulgar ata da avaliação da prova escrita, contendo as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos identificados por código, assinada por todos os membros da banca examinadora;

IV. Lavrar e divulgar ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita;

V. Elaborar e avaliar as provas didáticas;

VI. Planejar e executar a gravação em áudio ou em áudio/vídeo das provas didática e de memorial e plano de atuação profissional, buscando o provimento dos meios necessários junto aos dirigentes máximos das unidades demandantes do Concurso Público;

VII. Lavrar e divulgar a ata da realização da prova didática contendo horários de início e término, os temas apresentados por cada um dos candidatos com as respectivas notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, assinada por todos os membros da banca examinadora;

VIII. Convocar os aprovados na prova didática, mediante afixação no quadro de avisos, para a realização da prova de memorial e plano de atuação profissional – MPAP ;

IX. Lavrar e divulgar a ata da defesa do MPAP, contendo os horários de início e término, as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora;

X. Lavrar e divulgar ata acerca da correlação da titulação apresentada de todos os candidatos com as áreas definidas no Edital de Abertura, utilizando-se da Tabela de áreas de conhecimento do CNPQ, o qual deverá estar assinado por todos os membros da CE;

XI. Lavrar e divulgar a ata da prova de títulos com a nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora;

XII. Apurar a Nota Final Classificatória dos candidatos, submetendo à homologação do Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada, conforme o caso, e encaminhá-la à Coordenadoria de Concursos para a sua divulgação no quadro de avisos e no sítio de internet;

- XIII. Apreciar e responder a requerimentos de candidatos.
- XIV. Receber a documentação dos candidatos exigida em edital, especificados no art. 17, § 1º desta Resolução, entregues à chefia do Departamento ou à Direção da Unidade Acadêmica Especializada, mediante protocolo;
- XV. Avaliar os pedidos de reconsideração do resultado das avaliações das provas, emitindo Parecer do julgamento, contendo a motivação/fundamento do acatamento ou não da solicitação do candidato, assinado por pelo menos três membros da banca examinadora;

Juntar oportunamente em um único processo administrativo, organizado em volumes, todos os documentos produzidos na realização e avaliação dos exames, encaminhando para a Coordenadoria de Concursos para lavrar a ata conclusiva, a qual deverá ser homologada pelo respectivo Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada.

Ademais, informamos que foram acrescidos campos de justificativas nas fichas de avaliação constantes nos Anexos V, VII, VIII e IX da proposta de nova resolução. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê os critérios de avaliação das provas escritas e orais, tais como chaves de resposta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201001242/2011	001	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:

Fragilidades nos normativos que estabelecem as regras para concurso público para o cargo de docente da Universidade.

Descrição da Recomendação:

Adotar único processo administrativo por área de conhecimento, que conterà todos os documentos que fundamentaram as decisões da administração, bem como as peças produzidas por esta, organizando-se em volumes.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424
Síntese da providência adotada	
<p>De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos no art. 14, inciso XVII, a seguinte redação: Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora: (...) XVII - Juntar oportunamente em um único processo administrativo, organizado em volumes, todos os documentos produzidos na realização e avaliação dos exames, encaminhando para a Coordenadoria de Concursos para lavrar a ata conclusiva, a qual deverá ser homologada pelo respectivo Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.</p>	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	
<p>Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.</p>	
Descrição da Recomendação:	
<p>Iniciar o procedimento do concurso com a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, conforme definições da Lei n ° 9784/99 e da Portaria Normativa nº 05/2002 - SLTI, ao qual serão juntados oportunamente: - documento referente à autorização das vagas para a área de conhecimento; - cópia do edital do concurso, respectivos anexos, e eventuais retificações; - comprovante de publicação no Diário Oficial da União; - cópia do ato de designação da comissão responsável pelo concurso e da banca examinadora; - declaração de sigilo e ausência de impedimentos dos membros da banca examinadora; - comprovante de titulação dos membros da Banca examinadora; - programa do concurso e relação de temas para prova didática; - calendário do concurso, constando, no mínimo, a data de início das provas e o horário e local da prova escrita; - documentos de inscrição dos candidatos; - atas, relatórios e deliberações da comissão responsável pelo concurso; - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre o concurso; - prova escrita e respectivo padrão de resposta; - originais das provas escritas dos candidatos; - fichas de avaliação individual dos candidatos em cada uma das provas (escrita, didática, memorial e projeto de Atuação Profissional), preenchidas por cada membro da comissão, contendo a devida fundamentação da nota atribuída, e as fichas de avaliação consolidadas da</p>	

prova de títulos, assinadas por todos os membros; - padrão de resposta dos temas sorteados para a prova oral; - recursos e requerimentos eventualmente apresentados pelos candidatos e respectivas manifestações e decisões; - memorando aos colegiados competentes solicitando a homologação do resultado do concurso; - despacho de anulação ou de revogação do concurso, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente; - outros comprovantes de publicações; - demais documentos relativos ao concurso.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos no art. 33, § 2º a seguinte redação:

Art. 33. Concluída a avaliação das provas, a Coordenadoria de Concursos divulgará as notas finais classificatórias na página eletrônica www.prh.ufrn.br <<http://www.prh.ufrn.br/>> , cabendo à CE a divulgação nos quadros de aviso da sua sede.

§ 1º A Coordenadoria de Concursos lavrará a ata conclusiva do concurso e coligirá toda a documentação relativa ao concurso em um único processo, nos termos do Inciso XVII do Art. 14 desta Resolução, para ser submetido à homologação nos conselhos competentes.

§ 2º O processo de que trata o inciso XVII do Art. 14 deverá conter os seguintes documentos:

- I - cópia do ato autorizativo da realização do concurso público;
- II - cópia do ato administrativo de distribuição interna de vagas;
- III – cópias dos Editais do concurso, respectivos anexos, e eventuais retificações, com os comprovantes de publicação no Diário Oficial da União;
- IV - cópia do ato de designação da Comissão Examinadora;
- V – cópia das declarações de sigilo, ausência ou existência de impedimento dos integrantes da Comissão Examinadora;
- VI – comprovante de titulação dos membros da Comissão Examinadora;
- VII - relação dos candidatos inscritos;
- VIII - requerimentos de inscrição dos candidatos e a correspondente documentação exigida em edital;
- IX - ata da Coordenadoria de Concursos contendo relação de candidatos com inscrições deferidas e indeferidas e os motivos do indeferimento pelo Conselho de Centro ou Conselho da Unidade acadêmica Especializada, por ordem de inscrição e assinada por todos os membros da Coordenadoria de Concursos;
- X – homologação do resultado do processo de inscrição nos respectivos colegiados – CONSEC ou CONSEPE;
- XI – programa do Concurso e Relação de Temas para Prova Didática;
- XII – calendário do Concurso, constando, no mínimo, a data de início das provas e o horário e local da prova escrita;
- XIII - fichas de avaliação individual dos candidatos em cada uma das provas (Escrita; Didática; Memorial e Projeto de Atuação Profissional; e Títulos), assinadas

- por todos os membros;
- XIV - cópia das chaves de resposta da prova escrita;
- XV - original das provas escritas dos candidatos;
- XVI – fichas de avaliação da prova escrita de todos os candidatos, preenchida por cada membro da Comissão, contendo a devida fundamentação da nota atribuída;
- XVII - ata da prova escrita contendo os horários de início e término, os procedimentos do sorteio, as notas individuais dos avaliadores e a nota final consolidada pela CE, de cada um dos candidatos, contendo as eventuais situações extraordinárias, assinada por todos os membros da CE;
- XVIII – padrão de resposta dos temas sorteados para a prova didática;
- XIX – ata da prova didática contendo os procedimentos do sorteio dos temas, os horários de início e término, os temas apresentados por cada um dos candidatos com as respectivas notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, assinada por todos os membros da CE;
- XX - ata da prova de títulos com a nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da CE;
- XXI - ata da defesa do MPAP, contendo os horários de início e término, as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da CE;
- XXII – pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre o concurso;
- XXIII – recursos e requerimentos eventualmente apresentados pelos candidatos e respectivas manifestações e decisões;
- XXIV - envelope contendo mídia não regravável (CD-R) com a gravação das provas orais (Didática e MPAP);
- XXV – ata Conclusiva do concurso assinada por todos os membros da CE e da Coordenadoria de Concursos, contendo as eventuais ocorrências extraordinárias do processo seletivo e o processamento das notas parciais e finais, devendo o resultado conter duas casas decimais;
- XXVI – memorando aos colegiados competentes solicitando a homologação do resultado do concurso;
- XXVII – despacho de anulação ou de revogação do concurso, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente.

A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012. Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê a adoção de um único processo administrativo.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na

Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Elaborar, no procedimento do concurso, no mínimo, as seguintes atas: - ata do resultado da avaliação da titulação dos candidatos, explicitando a motivação das conclusões quanto a titulação em área correlata, assinada por todos os membros da comissão; - ata da realização da prova escrita, contendo os horários de início e término e os procedimentos do sorteio; - ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita; - ata da prova didática contendo os horários de início e término, os temas apresentados por cada um dos candidatos com as respectivas notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, assinada por todos os membros da banca examinadora; - ata da prova de títulos com a nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora; - ata da defesa do MPAP, contendo os horários de início e término, as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora; - ata conclusiva do concurso assinada por todos os membros da comissão responsável pelo concurso, contendo as eventuais ocorrências extraordinárias do processo seletivo e o processamento das notas parciais e finais, devendo o resultado conter duas casas decimais.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos no art. 33, § 2º, incisos IX, XVII, XIX, XX, XXI e XXV as seguintes redações: Art. 33. (...) § 2o O processo de que trata o inciso XVII do Art. 14 deverá conter os seguintes documentos: (...) IX - ata da Coordenadoria de Concursos contendo relação de candidatos com inscrições deferidas e indeferidas e os motivos do indeferimento pelo Conselho de Centro ou Conselho da Unidade acadêmica Especializada, por ordem de inscrição e assinada por todos os membros da Coordenadoria de Concursos; (...) XVII - ata da prova escrita contendo os horários de início e término, os procedimentos do sorteio, as notas individuais dos avaliadores e a nota final consolidada pela CE, de cada um dos candidatos, contendo as eventuais situações extraordinárias, assinada por todos os membros da CE; (...) XIX – ata da prova didática contendo os procedimentos do sorteio dos temas, os horários de início e término, os temas apresentados por cada um dos candidatos com as respectivas notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, assinada por todos os membros da CE; XX - ata da prova de títulos com a nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da CE; XXI - ata da defesa do MPAP, contendo os horários de início e término, as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um

dos candidatos, assinada por todos os membros da CE; (...) XXV – ata Conclusiva do concurso assinada por todos os membros da CE e da Coordenadoria de Concursos, contendo as eventuais ocorrências extraordinárias do processo seletivo e o processamento das notas parciais e finais, devendo o resultado conter duas casas decimais; A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201001242/2011	003	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:

Descumprimento das exigências previstas nas resoluções do CONSEPE.

Descrição da Recomendação:

Criar Comissão de Concurso, independente dos departamentos acadêmicos, que terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao concurso e à inscrição dos candidato.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Na nova estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, regulamentada através da Resolução nº 015/2011-CONSUNI, de 11 de novembro de 2011 foi criada a Coordenadoria de Concursos com vistas a planejar, coordenar e realizar concursos públicos e processos seletivos para admissão de servidores técnico-administrativos e docentes, bem como elaborar os editais dos concursos públicos e processos de seleção para admissão de servidores técnico-administrativos e docentes, consoante artigos 124, VII e 152, incisos I e II, ex vi:

Art. 124. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas tem a seguinte estrutura

administrativa:

- I – Gabinete do Pró-Reitor;
- II – Assessoria Técnica;
- III – Diretoria de Administração de Pessoal;
- IV – Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas;
- V – Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor;
- VI – Coordenadoria de Atendimento ao Servidor;
- VII – Coordenadoria de Concursos;
- VIII – Secretaria Administrativa.

(...)

Art. 152. À Coordenadoria de Concursos compete:

- I – planejar, coordenar e realizar concursos públicos e processos seletivos para admissão de servidores técnico-administrativos e docentes;
- II – elaborar os editais dos concursos públicos e processos de seleção para admissão de servidores técnico-administrativos e docentes.

Outrossim, incluímos na proposta de nova resolução de concursos, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, senão vejamos:

Art. 5º A Coordenadoria de Concursos, unidade integrante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, responsável pela organização do concurso, compete as seguintes atribuições:

- I – Elaborar e publicar em DOU e na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas o edital de abertura do concurso público;
- II – Receber do Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada o programa do concurso e a relação de temas da prova didática, consoante modelo estabelecido no Anexo II, divulgando-os posteriormente na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através de edital complementar;
- III – Analisar os pedidos de inscrição dos candidatos, divulgando na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através de edital complementar, o resultado de homologação das inscrições deferidas e indeferidas, lavrando ata desse resultado;
- IV – Receber e analisar os pedidos de reconsideração dos candidatos cujas inscrições tenham sido indeferidas, publicando o resultado definitivo em edital complementar na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
- V – Encaminhar à chefia do Departamento ou diretor de Unidade Acadêmica Especializada o edital de homologação das inscrições para fins do disposto no art. 4º, § 6º desta Resolução;
- VI – Receber do Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada a composição da Comissão Examinadora e o Calendário, consoante modelo estabelecido no Anexo III, divulgando-os posteriormente na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através de edital complementar;
- VII – Divulgar em edital complementar, na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, a composição da Comissão Examinadora, abrindo prazo de impugnação para os candidatos inscritos se manifestarem sobre eventual impedimento ou suspeição de qualquer dos membros;
- VIII - Acompanhar todas as etapas do concurso público com a chefia do Departamento Acadêmico e/ou diretor da Unidade Acadêmica Especializada, podendo pedir e prestar esclarecimentos, bem como solicitar correções para os erros, porventura detectados;

IX – Notificar os candidatos, cujas titulações não atenderam às exigências do edital, das pendências existentes para o cumprimento aos requisitos do certame, que deverão estar sanados até o ato da posse;

X – Divulgar as notas finais classificatórias de todos os candidatos;

XI – Receber e conferir o processo administrativo aberto pelo Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada, nos termos do art. 14, inciso XVII desta Resolução, já devidamente apreciado pelo Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada, conforme o caso, para que, após lavrada a ata conclusiva, seja o mesmo encaminhado ao CONSEPE.

XII – Gerenciar o módulo de sistema informacional institucional onde constarão todos os documentos oficiais e atos administrativos do concurso;

XIII – Aguardar prazo recursal e eventuais decisões em grau de recurso;

XIV – Receber requerimentos dos candidatos referentes a esclarecimentos ou irregularidades do concurso, fazer consultas à Banca Examinadora e emitir resposta aos candidatos;

(...)

Art. 11. O concurso será realizado pela Comissão Examinadora (CE), sob a supervisão da Coordenadoria de Concursos.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Constituir banca examinadora, nos moldes da Comissão Examinadora prevista na Resolução nº 153/2009 - CONSEPE, observando em especial as vedações contidas no artigo 4º e a composição prevista no artigo 7º: Art. 4º - É vedada a participação, na Comissão Examinadora, de: I - cônjuge de candidato, mesmo que separado judicialmente, divorciado ou companheiro; II - ascendente ou descendente de candidato, ou colateral até o terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção; III - sócio de candidato em atividade profissional; IV - orientador, ex-orientador, co-orientador ou ex-co-orientador em cursos de pós-graduação do candidato; V - integrante de grupo ou projeto de pesquisa com co-autoria de publicação com algum dos candidatos nos últimos 5 anos; VI - co-autor de publicação com algum dos candidatos nos últimos 5 anos; VII - o examinador que, em razão de afinidade com candidato inscrito, possa ter interesse pessoal no resultado do concurso. Parágrafo único. Na ocorrência de impedimento, o membro da comissão por ele abrangido será substituído por professor indicado na forma do artigo 7º desta Resolução. Art. 7º A Comissão Examinadora (CE) será formada por 06 (seis) examinadores atuantes na área de conhecimento para a qual se realiza o concurso e com titulação igual ou superior à exigida para os candidatos em edital. §

1º Dentre os 06 (seis) examinadores, 03 (três) membros serão titulares e 03 (três) membros serão suplentes. § 2º Dentre os 03 (três) membros titulares e os 03 (três) membros suplentes, pelo menos 01 (um) membro, em cada categoria, pertencerá a outras instituições nacionais ou internacionais.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título IV – Da Comissão Examinadora, abaixo transcritos:

TÍTULO IV

DA COMISSÃO EXAMINADORA

Art. 11. O concurso será realizado pela Comissão Examinadora (CE), sob a supervisão da Coordenadoria de Concursos.

Art. 12. A Comissão Examinadora (CE) será formada por 06 (seis) examinadores atuantes na área de conhecimento para a qual se realiza o concurso e com titulação igual ou superior à exigida para os candidatos em edital.

§ 1º Dentre os 06 (seis) examinadores, 03 (três) membros serão titulares e 03 (três) membros serão suplentes.

§ 2º Dentre os 03 (três) membros titulares e os 03 (três) membros suplentes, pelo menos 01 (um) membro, em cada categoria, pertencerá a outras instituições nacionais ou internacionais.

§ 3º Cabe ao Chefe do Departamento Acadêmico ou ao Diretor da Unidade Acadêmica Especializada, atendendo às exigências deste artigo, tomar as providências para composição da CE.

§ 4º A designação dos componentes e da presidência da CE será feita através de portaria, publicada em Boletim de Serviço, expedida pelo Diretor do Centro ou pelo Reitor, tratando-se de Unidade Acadêmica Especializada, mediante indicação do plenário, devendo tal indicação constar em ata.

§ 5º O chefe do Departamento Acadêmico ou o Diretor da Unidade Acadêmica Especializada remeterá à Coordenadoria de Concursos a portaria de designação dos membros da CE.

§ 6º O concurso terá tantas Comissões Examinadoras quantas forem as disciplinas ou áreas de conhecimento para as quais as vagas se destinem.

§ 7º Após ter ciência dos candidatos cujas inscrições tenham sido deferidas, os integrantes da Comissão Examinadora serão instados pela Coordenadoria de Concursos a preencher uma declaração de sigilo e de inexistência ou existência de impedimento, considerando o disposto no Art. 15 desta Resolução, nos termos do Anexo I.

Art. 13. A Coordenadoria de Concursos dará conhecimento, mediante edital complementar, da composição da Comissão Examinadora, tendo os candidatos devidamente inscritos o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação do edital na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, para arguir o impedimento ou a suspeição de qualquer membro titular ou suplente da Comissão

Examinadora, ou a composição da mesma, se constituída em desacordo com as normas deste Capítulo.

§ 1º As arguições referidas no caput deste artigo, devidamente motivadas e justificadas, serão feitas perante a Coordenadoria de Concursos, que as remeterá ao Chefe do Departamento Acadêmico ou ao Diretor da Unidade Acadêmica Especializada, conforme o caso, para que este decida, num prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento das arguições, mediante aprovação em plenária, recurso da decisão ao Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada.

§ 2º No caso de acolhimento da arguição ou impugnação, caberá ao plenário do Departamento Acadêmico ou da Unidade Acadêmica Especializada, nos termos do art. 12 desta Resolução, a escolha de tantos novos membros quantos tenham sido os impugnados, num prazo de 5 (cinco) dias, a contar do acolhimento.

§ 3º Considerar-se-á definitiva a Comissão Examinadora cuja composição não tenha sido argüida no tempo hábil indicado no caput deste artigo.

Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora:

Elaborar as provas escritas e respectivas chaves de resposta;

Elaborar o calendário do concurso e informá-lo à Coordenadoria de Concursos;

Aplicar e avaliar as provas escritas dos candidatos, promovendo a correção em sessão pública com todos os candidatos presentes, preenchendo as fichas de avaliação individual por cada membro da banca examinadora, que devem conter comentários e justificativas que comprovem a coerência das notas atribuídas em cada uma das questões/itens das provas;

Lavrar e divulgar ata da avaliação da prova escrita, contendo as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos identificados por código, assinada por todos os membros da banca examinadora;

Lavrar e divulgar ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita;

Elaborar e avaliar as provas didáticas;

Planejar e executar a gravação em áudio ou em áudio/vídeo das provas didática e de memorial e plano de atuação profissional, buscando o provimento dos meios necessários junto aos dirigentes máximos das unidades demandantes do Concurso Público;

Lavrar e divulgar a ata da realização da prova didática contendo horários de início e término, os temas apresentados por cada um dos candidatos com as respectivas notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, assinada por todos os membros da banca examinadora;

Convocar os aprovados na prova didática, mediante afixação no quadro de avisos, para a realização da prova de memorial e plano de atuação profissional – MPAP ;

Lavrar e divulgar a ata da defesa do MPAP, contendo os horários de início e término, as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora;

Lavrar e divulgar ata acerca da correlação da titulação apresentada de todos os candidatos com as áreas definidas no Edital de Abertura, utilizando-se da Tabela de áreas de conhecimento do CNPQ, o qual deverá estar assinado por todos os membros da CE;

Lavrar e divulgar a ata da prova de títulos com a nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora;

Apurar a Nota Final Classificatória dos candidatos, submetendo à homologação do

Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada, conforme o caso, e encaminhá-la à Coordenadoria de Concursos para a sua divulgação no quadro de avisos e no sítio de internet;

Apreciar e responder a requerimentos de candidatos.

Receber a documentação dos candidatos exigida em edital, especificados no art. 17, § 1º desta Resolução, entregues à chefia do Departamento ou à Direção da Unidade Acadêmica Especializada, mediante protocolo;

Avaliar os pedidos de reconsideração do resultado das avaliações das provas, emitindo Parecer do julgamento, contendo a motivação/fundamento do acatamento ou não da solicitação do candidato, assinado por pelo menos três membros da banca examinadora;

Juntar oportunamente em um único processo administrativo, organizado em volumes, todos os documentos produzidos na realização e avaliação dos exames, encaminhando para a Coordenadoria de Concursos para lavrar a ata conclusiva, a qual deverá ser homologada pelo respectivo Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada.

Art. 15. É vedada a participação, na Comissão Examinadora, de:

I – cônjuge de candidato, mesmo que separado judicialmente, divorciado ou companheiro;

II – ascendente ou descendente de candidato, ou colateral até o terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção;

III – sócio de candidato em atividade profissional;

IV – orientador, ex-orientador, co-orientador ou ex-co-orientador em cursos de pós-graduação do candidato;

V – integrante de grupo ou projeto de pesquisa em que o candidato fazia parte;

VI - co-autor de publicação com algum dos candidatos;

VII - o examinador que, em razão de afinidade com candidato inscrito, possa ter interesse pessoal no resultado do concurso.

Parágrafo único. Na ocorrência de impedimento, o membro da comissão por ele abrangido será substituído por professor indicado na forma do artigo 12, §§ 3º e 4º desta Resolução.

A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Prever a vinculação da banca examinadora à Comissão do Concurso, e conferir à banca examinadora atribuições voltadas para a elaboração e avaliação das provas, além de função consultiva na fase da inscrição.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título IV – Da Comissão Examinadora, abaixo transcritos:

TÍTULO IV

DA COMISSÃO EXAMINADORA

Art. 11. O concurso será realizado pela Comissão Examinadora (CE), sob a supervisão da Coordenadoria de Concursos.

Art. 12. A Comissão Examinadora (CE) será formada por 06 (seis) examinadores atuantes na área de conhecimento para a qual se realiza o concurso e com titulação igual ou superior à exigida para os candidatos em edital.

§ 1º Dentre os 06 (seis) examinadores, 03 (três) membros serão titulares e 03 (três) membros serão suplentes.

§ 2º Dentre os 03 (três) membros titulares e os 03 (três) membros suplentes, pelo menos 01 (um) membro, em cada categoria, pertencerá a outras instituições nacionais ou internacionais.

§ 3º Cabe ao Chefe do Departamento Acadêmico ou ao Diretor da Unidade Acadêmica Especializada, atendendo às exigências deste artigo, tomar as providências para composição da CE.

§ 4º A designação dos componentes e da presidência da CE será feita através de portaria, publicada em Boletim de Serviço, expedida pelo Diretor do Centro ou pelo Reitor, tratando-se de Unidade Acadêmica Especializada, mediante indicação do plenário, devendo tal indicação constar em ata.

§ 5º O chefe do Departamento Acadêmico ou o Diretor da Unidade Acadêmica Especializada remeterá à Coordenadoria de Concursos a portaria de designação dos membros da CE.

§ 6º O concurso terá tantas Comissões Examinadoras quantas forem as disciplinas ou áreas de conhecimento para as quais as vagas se destinem.

§ 7º Após ter ciência dos candidatos cujas inscrições tenham sido deferidas, os integrantes da Comissão Examinadora serão instados pela Coordenadoria de Concursos a preencher uma declaração de sigilo e de inexistência ou existência de impedimento, considerando o disposto no Art. 15 desta Resolução, nos termos do Anexo I.

Art. 13. A Coordenadoria de Concursos dará conhecimento, mediante edital complementar, da composição da Comissão Examinadora, tendo os candidatos devidamente inscritos o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação do edital na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, para arguir o impedimento ou a suspeição de qualquer membro titular ou suplente da Comissão Examinadora, ou a composição da mesma, se constituída em desacordo com as

normas deste Capítulo.

§ 1º As arguições referidas no caput deste artigo, devidamente motivadas e justificadas, serão feitas perante a Coordenadoria de Concursos, que as remeterá ao Chefe do Departamento Acadêmico ou ao Diretor da Unidade Acadêmica Especializada, conforme o caso, para que este decida, num prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento das arguições, mediante aprovação em plenária, recurso da decisão ao Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada.

§ 2º No caso de acolhimento da arguição ou impugnação, caberá ao plenário do Departamento Acadêmico ou da Unidade Acadêmica Especializada, nos termos do art. 12 desta Resolução, a escolha de tantos novos membros quantos tenham sido os impugnados, num prazo de 5 (cinco) dias, a contar do acolhimento.

§ 3º Considerar-se-á definitiva a Comissão Examinadora cuja composição não tenha sido argüida no tempo hábil indicado no caput deste artigo.

Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora:

- I. Elaborar as provas escritas e respectivas chaves de resposta;
- II. Elaborar o calendário do concurso e informá-lo à Coordenadoria de Concursos;
- III. Aplicar e avaliar as provas escritas dos candidatos, promovendo a correção em sessão pública com todos os candidatos presentes, preenchendo as fichas de avaliação individual por cada membro da banca examinadora, que devem conter comentários e justificativas que comprovem a coerência das notas atribuídas em cada uma das questões/itens das provas;
- IV. Lavrar e divulgar ata da avaliação da prova escrita, contendo as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos identificados por código, assinada por todos os membros da banca examinadora;
- V. Lavrar e divulgar ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita;
- VI. Elaborar e avaliar as provas didáticas;
- VII. Planejar e executar a gravação em áudio ou em áudio/vídeo das provas didática e de memorial e plano de atuação profissional, buscando o provimento dos meios necessários junto aos dirigentes máximos das unidades demandantes do Concurso Público;
- VIII. Lavrar e divulgar a ata da realização da prova didática contendo horários de início e término, os temas apresentados por cada um dos candidatos com as respectivas notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, assinada por todos os membros da banca examinadora;
- IX. Convocar os aprovados na prova didática, mediante afixação no quadro de avisos, para a realização da prova de memorial e plano de atuação profissional – MPAP;
- X. Lavrar e divulgar a ata da defesa do MPAP, contendo os horários de início e término, as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora;
- XI. Lavrar e divulgar ata acerca da correlação da titulação apresentada de todos os candidatos com as áreas definidas no Edital de Abertura, utilizando-se da Tabela de áreas de conhecimento do CNPQ, o qual deverá estar assinado por

- todos os membros da CE;
- XII. Lavrar e divulgar a ata da prova de títulos com a nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora;
- XIII. Apurar a Nota Final Classificatória dos candidatos, submetendo à homologação do Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada, conforme o caso, e encaminhá-la à Coordenadoria de Concursos para a sua divulgação no quadro de avisos e no sítio de internet;
- XIV. Appreciar e responder a requerimentos de candidatos.
- XV. Receber a documentação dos candidatos exigida em edital, especificados no art. 17, § 1º desta Resolução, entregues à chefia do Departamento ou à Direção da Unidade Acadêmica Especializada, mediante protocolo;
- XVI. Avaliar os pedidos de reconsideração do resultado das avaliações das provas, emitindo Parecer do julgamento, contendo a motivação/fundamento do acatamento ou não da solicitação do candidato, assinado por pelo menos três membros da banca examinadora;
- XVII. Juntar oportunamente em um único processo administrativo, organizado em volumes, todos os documentos produzidos na realização e avaliação dos exames, encaminhando para a Coordenadoria de Concursos para lavrar a ata conclusiva, a qual deverá ser homologada pelo respectivo Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada.

A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê os critérios de avaliação das provas escritas e orais, tais como chaves de resposta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Conferir à Comissão do Concurso, as seguintes atribuições: - iniciar o processo administrativo do concurso, devidamente autuado, protocolado e numerado, e juntar oportunamente todos os documentos e peças produzidas; - avaliar os documentos comprobatórios de titulação disponibilizados pelos candidatos, na fase de inscrição, utilizando-se de parecer da banca examinadora, no caso de titulação em área correlata; - solicitar parecer da banca examinadora do concurso acerca de titulação em área correlata, omitindo o nome do candidato; - emitir e divulgar ata do resultado da avaliação da titulação dos candidatos, explicitando a motivação das

conclusões quanto a titulação em área correlata; - notificar os candidatos, cujas titulações não atenderem às exigências do edital, das pendências existentes para o cumprimento aos requisitos, que deverão estar sanadas até o ato da posse; - elaborar o calendário do concurso, conjuntamente com a banca examinadora; - divulgar o calendário do concurso; - divulgar o programa do concurso e relação de temas da prova didática; - aplicar a prova escrita, respeitando os procedimentos previstos no artigo 15 da Resolução nº 153/2009 - CONSEPE. Poderão ser aplicadas provas para diferentes áreas concomitantemente, sendo que existirão tantos envelopes quantos forem as áreas do concurso; - emitir ata da realização da prova escrita, contendo os horários de início e término e os procedimentos do sorteio; - encaminhar para a banca examinadora o volume do processo administrativo do concurso, que contenha a ata da aplicação da realização da prova escrita, os originais das provas escritas dos candidatos e envelope lacrado contendo os códigos dos candidatos; - avaliar os procedimentos executados pela banca examinadora, pedir esclarecimentos e solicitar correções para os erros, porventura detectados; - redigir a ata conclusiva, assinada por todos os membros da comissão responsável pelo concurso, contendo as eventuais ocorrências extraordinárias do processo seletivo e o processamento das notas parciais e finais, devendo o resultado conter duas casas decimais; - divulgar as notas finais classificatórias de todos os candidatos; - encaminhar o processo administrativo aos colegiados competentes (Conselhos do Centro e Unidade Especializadas e CONSEPE), solicitando a homologação do resultado do concurso.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título II – Da Organização do Concurso, abaixo transcritos: TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO Art. 5º A Coordenadoria de Concursos, unidade integrante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, responsável pela organização do concurso, compete as seguintes atribuições: I – Elaborar e publicar em DOU e na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas o edital de abertura do concurso público; II – Receber do Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada o programa do concurso e a relação de temas da prova didática, consoante modelo estabelecido no Anexo II, divulgando-os posteriormente na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através de edital complementar; III – Analisar os pedidos de inscrição dos candidatos, divulgando na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através de edital complementar, o resultado de homologação das inscrições deferidas e indeferidas, lavrando ata desse resultado; IV – Receber e analisar os pedidos de reconsideração dos candidatos cujas inscrições tenham sido indeferidas, publicando o resultado definitivo em edital complementar na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; V – Encaminhar à chefia do Departamento ou diretor de Unidade Acadêmica Especializada o edital de homologação das inscrições para fins do disposto no art. 4º, § 6º desta Resolução; VI – Receber do Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada a

composição da Comissão Examinadora e o Calendário, consoante modelo estabelecido no Anexo III, divulgando-os posteriormente na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através de edital complementar; VII – Divulgar em edital complementar, na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, a composição da Comissão Examinadora, abrindo prazo de impugnação para os candidatos inscritos se manifestarem sobre eventual impedimento ou suspeição de qualquer dos membros; VIII - Acompanhar todas as etapas do concurso público com a chefia do Departamento Acadêmico e/ou diretor da Unidade Acadêmica Especializada, podendo pedir e prestar esclarecimentos, bem como solicitar correções para os erros, porventura detectados; IX – Notificar os candidatos, cujas titulações não atenderam às exigências do edital, das pendências existentes para o cumprimento aos requisitos do certame, que deverão estar sanados até o ato da posse; X – Divulgar as notas finais classificatórias de todos os candidatos; XI – Receber e conferir o processo administrativo aberto pelo Departamento Acadêmico ou Unidade Acadêmica Especializada, nos termos do art. 14, inciso XVII desta Resolução, já devidamente apreciado pelo Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada, conforme o caso, para que, após lavrada a ata conclusiva, seja o mesmo encaminhado ao CONSEPE. XII – Gerenciar o módulo de sistema informacional institucional onde constarão todos os documentos oficiais e atos administrativos do concurso; XIII – Aguardar prazo recursal e eventuais decisões em grau de recurso; XIV – Receber requerimentos dos candidatos referentes a esclarecimentos ou irregularidades do concurso, fazer consultas à Banca Examinadora e emitir resposta aos candidatos; A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Conferir à banca examinadora, as seguintes atribuições: - emitir parecer acerca da correlação da titulação apresentada com as áreas definidas no Edital, utilizando-se da Tabela de áreas de conhecimento do CNPQ. O parecer deverá estar assinado por pelo menos três membros da banca examinadora; - elaborar o programa do concurso e relação de temas da prova didática; - elaborar a prova escrita e respectivo padrão de resposta; - avaliar as provas dos candidatos, preenchendo as fichas de avaliação individual por cada membro da banca examinadora, que devem conter comentários e justificativas que comprovem a coerência das notas atribuídas em cada uma das

questões/itens das provas; - emitir e divulgar ata da avaliação da prova escrita, contendo as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos identificados por código, assinada por todos os membros da banca examinadora; - emitir e divulgar ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita; - emitir e divulgar a ata da realização da prova didática contendo horários de início e término, os temas apresentados por cada um dos candidatos com as respectivas notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, assinada por todos os membros da banca examinadora; - emitir e divulgar a ata da prova de títulos com a nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora; - emitir e divulgar a ata da defesa do MPAP, contendo os horários de início e término, as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora; - avaliar dos pedidos de reconsideração do resultado das avaliações das provas, emitindo Parecer do julgamento, contendo a motivação/fundamento do acatamento ou não da solicitação do candidato, assinado por pelo menos três membros da banca examinadora; - juntar ao processo administrativo, oportunamente, todos os documentos produzidos na realização e avaliação dos exames, encaminhando para a Comissão do Concurso emitir a ata conclusiva.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no art. 14, abaixo transcrito:

Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora:

- I. Elaborar as provas escritas e respectivas chaves de resposta;
- II. Elaborar o calendário do concurso e informá-lo à Coordenadoria de Concursos;
- III. Aplicar e avaliar as provas escritas dos candidatos, promovendo a correção em sessão pública com todos os candidatos presentes, preenchendo as fichas de avaliação individual por cada membro da banca examinadora, que devem conter comentários e justificativas que comprovem a coerência das notas atribuídas em cada uma das questões/itens das provas;
- IV. Lavrar e divulgar ata da avaliação da prova escrita, contendo as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos identificados por código, assinada por todos os membros da banca examinadora;
- V. Lavrar e divulgar ata do sorteio dos temas da prova didática, discriminando os procedimentos para identificação dos candidatos aprovados na prova escrita;
- VI. Elaborar e avaliar as provas didáticas;
- VII. Planejar e executar a gravação em áudio ou em áudio/vídeo das provas didática e de memorial e plano de atuação profissional, buscando o

provimento dos meios necessários junto aos dirigentes máximos das unidades demandantes do Concurso Público;

- VIII. Lavrar e divulgar a ata da realização da prova didática contendo horários de início e término, os temas apresentados por cada um dos candidatos com as respectivas notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, assinada por todos os membros da banca examinadora;
- IX. Convocar os aprovados na prova didática, mediante afixação no quadro de avisos, para a realização da prova de memorial e plano de atuação profissional – MPAP;
- X. Lavrar e divulgar a ata da defesa do MPAP, contendo os horários de início e término, as notas individuais dos avaliadores e nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora;
- XI. Lavrar e divulgar ata acerca da correlação da titulação apresentada de todos os candidatos com as áreas definidas no Edital de Abertura, utilizando-se da Tabela de áreas de conhecimento do CNPQ, o qual deverá estar assinado por todos os membros da CE;
- XII. Lavrar e divulgar a ata da prova de títulos com a nota final consolidada pela banca, de cada um dos candidatos, assinada por todos os membros da banca examinadora;
- XIII. Apurar a Nota Final Classificatória dos candidatos, submetendo à homologação do Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada, conforme o caso, e encaminhá-la à Coordenadoria de Concursos para a sua divulgação no quadro de avisos e no sítio de internet;
- XIV. Apreciar e responder a requerimentos de candidatos.
- XV. Receber a documentação dos candidatos exigida em edital, especificados no art. 17, § 1º desta Resolução, entregues à chefia do Departamento ou à Direção da Unidade Acadêmica Especializada, mediante protocolo;
- XVI. Avaliar os pedidos de reconsideração do resultado das avaliações das provas, emitindo Parecer do julgamento, contendo a motivação/fundamento do acatamento ou não da solicitação do candidato, assinado por pelo menos três membros da banca examinadora;
- XVII. Juntar oportunamente em um único processo administrativo, organizado em volumes, todos os documentos produzidos na realização e avaliação dos exames, encaminhando para a Coordenadoria de Concursos para lavrar a ata conclusiva, a qual deverá ser homologada pelo respectivo Conselho de Centro – CONSEC e/ou Conselho da Unidade Acadêmica Especializada.

A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN

Descrição da Recomendação:

Conceder, aos candidatos, vistas às suas provas e/ou registros, bem às fichas de avaliação dos examinadores, antes da abertura do prazo para reconsideração e recursos. Cada candidato deverá ter acesso apenas às suas provas/registros e fichas de avaliação, sendo vedado o acesso aos documentos e peças de outros candidatos.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título V (Do Julgamento), Capítulo III (Dos Recursos), abaixo transcritos: CAPÍTULO III DOS RECURSOS Art. 35. Do resultado final do concurso, publicado no Diário Oficial da União, caberá recurso ao CONSEPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação. Art. 36. Será admitida a interposição de recurso em todas as provas do concurso público. § 1º O candidato terá direito a vistas apenas nas suas provas, bem como a produção de cópias deste material, de forma a garantir os direitos à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos. § 2º Os critérios de admissibilidade do recurso estarão definidos em edital, devendo possuir fundamentação técnica ampla. § 3º Não serão aceitos os recursos sem a fundamentação técnica ampla ou que não guardem relação com a matéria em debate ou meramente protelatórios. § 4º O recurso será dirigido à COORDENADORIA DE CONCURSOS, e examinado pela Comissão Examinadora das respectivas provas. Art. 37. A decisão que indeferir o recurso deverá ter sustentação ampla, objetiva e fundamentada. Parágrafo único. Será garantido ao candidato o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê os critérios de avaliação das provas escritas e orais, tais como chaves de resposta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros

Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201001242/2011	004	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Ausência de previsão de recurso em todas as fases do concurso.			
Descrição da Recomendação:			
Admitir a interposição de recurso em todas as provas de concurso público, em observância ao art. 56 da Lei nº 9.784/99.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL			35424
Síntese da providência adotada			
<p>De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título V (Do Julgamento), Capítulo III (Dos Recursos), abaixo transcritos: CAPÍTULO III DOS RECURSOS Art. 35. Do resultado final do concurso, publicado no Diário Oficial da União, caberá recurso ao CONSEPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação. Art. 36. Será admitida a interposição de recurso em todas as provas do concurso público. § 1º O candidato terá direito a vistas apenas nas suas provas, bem como a produção de cópias deste material, de forma a garantir os direitos à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos. § 2º Os critérios de admissibilidade do recurso estarão definidos em edital, devendo possuir fundamentação técnica ampla. § 3º Não serão aceitos os recursos sem a fundamentação técnica ampla ou que não guardem relação com a matéria em debate ou meramente protelatórios. § 4º O recurso será dirigido à Coordenadoria de Concursos, e examinado pela Comissão Examinadora das respectivas provas. Art. 37. A decisão que indeferir o recurso deverá ter sustentação ampla, objetiva e fundamentada. Parágrafo único. Será garantido ao candidato o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, com a ressalva de inviabilidade prática de recurso na prova escrita, ante a existência de membros externos na composição da banca examinadora, os quais possuem exíguo prazo de afastamento de suas instituições de origem, onerando os gastos no certame. A proposta seguirá para a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.</p>			

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Conceder ao candidato o direito a vistas apenas nas suas provas, bem como produção de cópias deste material, de forma a garantir os direitos à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, previstos no inciso X, § único, art. 2º da Lei nº 9.784/99.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título V (Do Julgamento), Capítulo III (Dos Recursos), abaixo transcritos: CAPÍTULO III DOS RECURSOS Art. 35. Do resultado final do concurso, publicado no Diário Oficial da União, caberá recurso ao CONSEPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação. Art. 36. Será admitida a interposição de recurso em todas as provas do concurso público. § 1º O candidato terá direito a vistas apenas nas suas provas, bem como a produção de cópias deste material, de forma a garantir os direitos à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos. § 2º Os critérios de admissibilidade do recurso estarão definidos em edital, devendo possuir fundamentação técnica ampla. § 3º Não serão aceitos os recursos sem a fundamentação técnica ampla ou que não guardem relação com a matéria em debate ou meramente protelatórios. § 4º O recurso será dirigido à Coordenadoria de Concursos, e examinado pela Comissão Examinadora das respectivas provas. Art. 37. A decisão que indeferir o recurso deverá ter sustentação ampla, objetiva e fundamentada. Parágrafo único. Será garantido ao candidato o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino,

Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN

Descrição da Recomendação:

Estabelecer, no edital do concurso público para o cargo de docente, que o critério para admissibilidade de um recurso é a existência de fundamentação técnica ampla, e que não serão aceitos os recursos sem esta fundamentação ou que não guardem relação com a matéria em debate ou meramente protelatórios.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título V (Do Julgamento), Capítulo III (Dos Recursos), abaixo transcritos: CAPÍTULO III DOS RECURSOS Art. 35. Do resultado final do concurso, publicado no Diário Oficial da União, caberá recurso ao CONSEPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação. Art. 36. Será admitida a interposição de recurso em todas as provas do concurso público. § 1º O candidato terá direito a vistas apenas nas suas provas, bem como a produção de cópias deste material, de forma a garantir os direitos à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos. § 2º Os critérios de admissibilidade do recurso estarão definidos em edital, devendo possuir fundamentação técnica ampla. § 3º Não serão aceitos os recursos sem a fundamentação técnica ampla ou que não guardem relação com a matéria em debate ou meramente protelatórios. § 4º O recurso será dirigido à Coordenadoria de Concursos, e examinado pela Comissão Examinadora das respectivas provas. Art. 37. A decisão que indeferir o recurso deverá ter sustentação ampla, objetiva e fundamentada. Parágrafo único. Será garantido ao candidato o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê dentre os critérios de admissibilidade de um recurso a existência de

fundamentação técnica ampla.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Determinar que o recurso seja dirigido à Comissão Permanente do Concurso, e examinado pelas Bancas Examinadoras das respectivas provas, em atendimento ao teor do § 1º do art. 56 da Lei nº 9.784/99.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título V (Do Julgamento), Capítulo III (Dos Recursos), abaixo transcritos: CAPÍTULO III DOS RECURSOS Art. 35. Do resultado final do concurso, publicado no Diário Oficial da União, caberá recurso ao CONSEPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação. Art. 36. Será admitida a interposição de recurso em todas as provas do concurso público. § 1º O candidato terá direito a vistas apenas nas suas provas, bem como a produção de cópias deste material, de forma a garantir os direitos à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos. § 2º Os critérios de admissibilidade do recurso estarão definidos em edital, devendo possuir fundamentação técnica ampla. § 3º Não serão aceitos os recursos sem a fundamentação técnica ampla ou que não guardem relação com a matéria em debate ou meramente protelatórios. § 4º O recurso será dirigido à Coordenadoria de Concursos, e examinado pela Comissão Examinadora das respectivas provas. Art. 37. A decisão que indeferir o recurso deverá ter sustentação ampla, objetiva e fundamentada. Parágrafo único. Será garantido ao candidato o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Determinar que o recurso seja encaminhado a autoridade superior, nos casos em que não houver reconsideração da decisão da banca examinadora, em atendimento ao teor do § 1º do art. 56 da Lei nº 9.784/99.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Informamos da inviabilidade de encaminhar o recurso a uma instância superior à Comissão Examinadora, o que na prática seria o Conselho de Centro ou de Unidade Acadêmica Especializada, visto que o mesmo não teria competência para se pronunciar acerca de questões específicas de uma área de conhecimento abrangida no certame, visto que a composição da CE já é realizada por professores da área. Outrossim, nos processos seletivos para a carreira do magistério superior, entendemos que a Comissão Examinadora é a autoridade máxima para se pronunciar no concurso.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Determinar que a decisão sobre o recurso, especialmente a indeferitória, contenha ampla, objetiva e fundamentada sustentação, de forma a demonstrar as razões do indeferimento, em atendimento ao princípio da motivação previsto no art. 2º da Lei nº 9.784/99.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde

contemplamos tais previsões no Título V (Do Julgamento), Capítulo III (Dos Recursos), abaixo transcritos: CAPÍTULO III DOS RECURSOS Art. 35. Do resultado final do concurso, publicado no Diário Oficial da União, caberá recurso ao CONSEPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação. Art. 36. Será admitida a interposição de recurso em todas as provas do concurso público. § 1º O candidato terá direito a vistas apenas nas suas provas, bem como a produção de cópias deste material, de forma a garantir os direitos à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos. § 2º Os critérios de admissibilidade do recurso estarão definidos em edital, devendo possuir fundamentação técnica ampla. § 3º Não serão aceitos os recursos sem a fundamentação técnica ampla ou que não guardem relação com a matéria em debate ou meramente protelatórios. § 4º O recurso será dirigido à Coordenadoria de Concursos, e examinado pela Comissão Examinadora das respectivas provas. Art. 37. A decisão que indeferir o recurso deverá ter sustentação ampla, objetiva e fundamentada. Parágrafo único. Será garantido ao candidato o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Assegurar ao candidato que interpôs recurso, o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tais previsões no Título V (Do Julgamento), Capítulo III (Dos Recursos - art. 37, Parágrafo Único), abaixo transcritos: CAPÍTULO III DOS RECURSOS Art. 35. Do resultado final do concurso, publicado no Diário Oficial da União, caberá recurso ao CONSEPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação. Art. 36. Será admitida a

interposição de recurso em todas as provas do concurso público. § 1º O candidato terá direito a vistas apenas nas suas provas, bem como a produção de cópias deste material, de forma a garantir os direitos à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos. § 2º Os critérios de admissibilidade do recurso estarão definidos em edital, devendo possuir fundamentação técnica ampla. § 3º Não serão aceitos os recursos sem a fundamentação técnica ampla ou que não guardem relação com a matéria em debate ou meramente protelatórios. § 4º O recurso será dirigido à Coordenadoria de Concursos, e examinado pela Comissão Examinadora das respectivas provas. Art. 37. A decisão que indeferir o recurso deverá ter sustentação ampla, objetiva e fundamentada. Parágrafo único. Será garantido ao candidato o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado. A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201001242/2011	006	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Incorreções na nota consolidada da prova escrita e na nota da prova de títulos provocam erro na ordem classificatória dos aprovados em concurso de docente.			
Descrição da Recomendação:			
Apurar a responsabilidade dos membros da comissão examinadora que avaliou os candidatos à vaga de docente na classe Adjunto e com regime de Dedicção Exclusiva para a área de Microbiologia, embalagens e controle de qualidade na indústria de alimentos, do departamento de Engenharia Química vinculado ao Centro de Tecnologia, vinculado ao Edital nº 035/2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424
---	-------

Síntese da providência adotada

Informamos que foi designada Comissão de Sindicância através da Portaria nº 1.621/11-R, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 241, de 26/12/2011, com vistas a apurar indício de irregularidades no Concurso Público de Provas e Títulos para Professor de 3º Grau, Classe Adjunto, do Departamento de Engenharia Química – Área de Microbiologia, Embalagens e Controle da Qualidade na Indústria de Alimentos (Edital nº 35/2009-PRH), conforme processos nº 23077.051386/2011-91 e nº 23077.009431/2010-23.

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Comissão de Sindicância, designada através da Portaria nº 1.621/11-R, de 20 de dezembro de 2011, concluiu os trabalhos do processo nº 23077.051386/2011-91, posicionando-se pela rejeição das recomendações nºs 001, 002 e 003, do Relatório de Auditoria Compartilhada nº 201001242 - Item 1.1.1.6 - Constatação 006, sendo a mesma homologada pela magnífica reitora, ficando os autos disponíveis para consulta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Descrição da Recomendação:

Apurar a hipótese de favorecimento à candidata nº 03.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Informamos que foi designada Comissão de Sindicância através da Portaria nº 1.621/11-R, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 241, de 26/12/2011, com vistas a apurar indício de irregularidades no Concurso Público de Provas e Títulos para Professor de 3º Grau, Classe Adjunto, do Departamento de Engenharia Química – Área de Microbiologia, Embalagens e Controle da Qualidade na Indústria de Alimentos (Edital nº 35/2009-PRH), conforme processos nº 23077.051386/2011-91 e nº 23077.009431/2010-23.

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Comissão de Sindicância, designada através da Portaria nº 1.621/11-R, de 20 de dezembro de 2011, concluiu os trabalhos do processo nº 23077.051386/2011-91, posicionando-se pela rejeição das recomendações nºs 001, 002 e 003, do Relatório de Auditoria Compartilhada nº 201001242 - Item 1.1.1.6 - Constatação 006, sendo a mesma homologada pela magnífica reitora, ficando os autos disponíveis para consulta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Descrição da Recomendação:

Apurar responsabilidade do relator do parecer ao Conselho de Centro do CT e do relator do parecer ao CONSEPE, no processo de homologação do resultado do concurso nº 23077.009431/2010-31.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Informamos que foi designada Comissão de Sindicância através da Portaria nº 1.621/11-R, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 241, de 26/12/2011, com vistas a apurar indício de irregularidades no Concurso Público de Provas e Títulos para Professor de 3º Grau, Classe Adjunto, do Departamento de Engenharia Química – Área de Microbiologia, Embalagens e Controle da Qualidade na Indústria de Alimentos (Edital nº 35/2009-PRH), conforme processos nº 23077.051386/2011-91 e nº 23077.009431/2010-23.

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Comissão de Sindicância, designada através da Portaria nº 1.621/11-R, de 20 de dezembro de 2011, concluiu os trabalhos do processo nº 23077.051386/2011-91, posicionando-se pela rejeição das recomendações nºs 001, 002 e 003, do Relatório de Auditoria Compartilhada nº 201001242 - Item 1.1.1.6 - Constatação 006, sendo a mesma homologada pela magnífica reitora, ficando os autos disponíveis para consulta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201001242/2011	007	

Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	417

Descrição da Deliberação:

Ocorrência de posse de servidores a despeito da ausência de documentos comprobatórios da titulação.

Descrição da Recomendação:

Abster-se de nomear candidatos cuja titulação não esteja correlata a área de conhecimento prevista no edital do concurso ou contenha pendência para sua obtenção ou não esteja devidamente revalidada, conforme previsão do artigo 19 do Decreto nº 6.944/2009.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Esclarecemos que na proposta de nova resolução de concursos, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, incluímos previsão nos artigos 3º, 4º e 5º, ao final transcritos, de forma a evitar tais irregularidades. Informamos que com a aprovação da proposta de resolução no CONSEPE, passaremos a exigir no edital apenas a titulação mínima para o ingresso no cargo, sem qualquer alusão à especialidade, a qual será verificada pela Comissão Examinadora na prova de títulos. No que tange à revalidação do diploma expedido por instituição estrangeira na data da posse, informamos que os novos editais já contemplam tal regramento, consoante atestam os Editais nºs 016/2011-PRH (item 6.1, Alínea “a”), 018/2011-PRH (item 6.1, Alínea “a”), 019/2011-PRH (item 6.1, Alínea “a”) e 021/2011-PRH (item 6.1, Alínea “a”) bem como incluímos no art. 4º da proposta de nova resolução de concursos a exigência de revalidação ou reconhecimento por instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação: Art. 3º São requisitos mínimos de titulação para ingresso na Carreira de Magistério Superior: I – possuir o título de Especialista, conforme previsto no edital, para admissão na Classe de Professor Auxiliar; II - possuir o título de Mestre, conforme previsto no edital, para admissão na Classe de Professor Assistente; III - possuir o título de Doutor, conforme previsto no edital, para admissão na Classe de Professor Adjunto. Art 4º. Para os fins do disposto nesta Resolução, serão considerados somente os títulos obtidos em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Parágrafo único. Os diplomas de cursos de pós-graduação obtidos em instituições de ensino superior estrangeiras deverão ser revalidados ou reconhecidos por instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação. Art. 5º A Coordenadoria de Concursos, unidade integrante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, responsável pela organização do concurso, compete as seguintes atribuições: (...) IX – Notificar os candidatos, cujas titulações não atenderam às exigências do edital, das pendências existentes para o cumprimento aos requisitos do certame, que deverão estar sanados até o ato da posse;

Justificativa para o seu não cumprimento:

Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE. Contudo, ressaltamos que sendo constatada a discrepância na correlação da área de conhecimento apresentada pelo candidato com a exigida em edital, é realizado o indeferimento da posse pela Coordenadoria de Provimentos e Controle de Cargos/DAP.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.

Descrição da Recomendação:

Apurar responsabilidades da ocorrência de posse de candidatos nos processos nº 23077.019148/2010-18, 23077.032172/2009-09 e 23077.032178/2009-78, tendo em vista que os documentos de titulação não tinham validade em território nacional na data da posse dos candidatos, pois não haviam sido revalidados por universidade

brasileira, conforme determina o artigo 48 da Lei nº 9.394/96.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender à recomendação da CGU/RN instauramos o processo administrativo nº 23077.003997/2012-11, sendo o mesmo encaminhado ao Gabinete da Reitora para a designação de comissão de sindicância.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Destacamos que no que tange ao processo de nomeação nº 23077.019148/2010-18, o pedido de revalidação tramitava na própria UFRN através do processo administrativo nº 23077.018974/2010-31, estando certa a sua aprovação, o que de fato ocorreu, consoante documento às fls. 69-verso do processo nº 23077.003997/2012-11. Assim, temos que a posse dos candidatos não trouxe nenhum prejuízo a terceiros ou à Administração Pública, visto que os requisitos dos editais foram, de fato, preenchidos, inexistindo outros aprovados no concurso dos candidatos Cláudia Rocha Mourthe (Artes / Design) e Sérgio Luiz Rizzo Dela-Sávia (Filosofia / Ética). Deve ser ressaltado que a não conferência de posse aos candidatos implicaria na perda das vagas, ocasionando um prejuízo de ordem maior. Com relação ao concurso do candidato Eduardo Aníbal Pellejero (Filosofia / Estética), verifica-se que o mesmo foi aprovado em 1º lugar, existindo um segundo candidato aprovado, a saber, o Sr. Miguel Gally de Andrade, conforme Resolução nº 114/2009. Neste caso, mister se faz destacar que o Sr. Miguel Gally de Andrade ingressou com Ação Ordinária (Processo nº 0009759-17.2009.4.05.8400, 1ª Vara Federal – SJ/RN), buscando a suspensão dos atos administrativos de nomeação e posse do primeiro colocado (Eduardo Aníbal Pellejero), em razão da não tradução e não revalidação dos títulos apresentados pelo mesmo. Em decisão bastante elucidativa, abaixo transcrita, a qual negou o pedido de tutela antecipada, destacamos o fato de que o Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região já se posicionou pela legalidade da nomeação, posse e entrada em exercício de candidato, mesmo antes da revalidação do diploma, corrente da qual se filia o ilustre magistrado, senão vejamos: DECISÃO (...) 21. O cerne da questão a ser dirimida cinge-se à averiguação da legalidade da exigência de comprovação, no momento da posse, da revalidação e tradução oficial dos diplomas do candidato Eduardo Aníbal Pellejero exigidos para o cargo para o qual foi aprovado. 22. É claro - e isso parece ser por demais óbvio - que os documentos lavrados em português não precisam ser traduzidos. 23. No tocante à revalidação, o egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região já firmou entendimento no sentido de é possível a nomeação, a posse e a entrada em exercício de candidato aprovado em concurso público, mesmo antes da revalidação do diploma de pós-graduação, como se depreende do seguinte aresto jurisprudencial: "EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO DA UFRN. DIPLOMA DE DOUTORADO OBTIDO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO ESTRANGEIRA. DEMORA NA REVALIDAÇÃO POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NACIONAL. NOMEAÇÃO E POSSE. - Candidata, doutora em filosofia pela Sorbonne, aprovada em concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor Adjunto da UFRN. - A revalidação de diploma obtido em instituição de

ensino estrangeira pode ser apresentada depois da posse, mormente se houver demora no procedimento pela instituição nacional. - Diploma devidamente revalidado antes da sentença. Apelação e remessa oficial improvida." (TRF - 5ª Região, Terceira Turma. AC 353.487/RN. Relator Desembargador Federal Ridalvo Costa, unânime, julgado em 14/12/2006, DJ data 21/03/2007, p. 958, nº 55) – Grifos nossos. Corroboram-se ainda mais a regularidade da situação com o julgamento do Tribunal de Contas da União pela legalidade dos atos de admissão dos candidatos Eduardo Aníbal Pellejero e Cláudia Rocha Mourthe, conforme atestam os documentos extraídos do sistema SISACnet/TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Descrição da Recomendação:

Apurar responsabilidades da ocorrência de posse de candidatos nos processos nº 23077.004008/2010-37 e 23077.003283/2009-08, tendo em vista que os documentos comprobatórios de defesa de tese mestrado ou doutorado contém aprovação condicionada à resolução de pendências para a obtenção do título.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender à recomendação da CGU/RN instauramos o processo administrativo nº 23077.003999/2012-01, sendo o mesmo encaminhado ao Gabinete da Reitora para a designação de comissão de sindicância.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Ressaltamos que a não conferência de posse aos candidatos implicaria na perda das vagas, uma vez que a única aprovada do certame para o Departamento de Patologia foi a candidata Munya Gandour Freire, e no certame para o Curso de Políticas Públicas o candidato Wagner de Souza Leite Molina era o último aprovado. Assim, temos que a posse dos candidatos não trouxe nenhum prejuízo a terceiros ou à Administração Pública, visto que os requisitos dos editais foram, de fato, preenchidos. Insta esclarecermos que a defesa pública da dissertação ou da tese de doutorado, com a aprovação da banca, por si só, já confere ao aluno o grau de titulação respectivo. As sugestões feitas pela banca examinadora, como a terminologia da palavra pressupõe, são facultativas e não ensejam a reprovação do candidato, mas podem condicionar, dependendo da instituição, na emissão do diploma, possuindo cunho meramente burocrático (vício formal). É notório também que algumas instituições de ensino, mesmo após a entrega pelo aluno de todas as exigências da banca examinadora, demoram sobremaneira na emissão do diploma. Assim, devem ser considerados outros meios de prova, a exemplo da ata de defesa pública da dissertação e/ou tese com a respectiva aprovação pela banca examinadora, como juridicamente válido, em consonância com o princípio constitucional da acessibilidade aos cargo públicos. Neste sentido, transcrevemos abaixo algumas jurisprudências bastante elucidativas e que corroboram nosso entendimento: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INSCRIÇÃO. REQUISITO.APRESENTAÇÃO DE TÍTULO. 1. A comprovação prévia de que a

impetrante detinha título de Mestre em Serviço Social para efetivar sua inscrição em concurso público não encontra respaldo legal, sendo devida por ocasião de sua nomeação. 2. Quando da nomeação, a impetrante já era detentora do referido título, tendo comprovado nos autos que obteve êxito na defesa de sua dissertação, obtendo conceito final A. 3. Apelação e remessa oficial improvidas. (TRF4ª Região. Processo: AMS 38358 SC 95.04.38358-0; Relator(a): MARGA INGE BARTH TESSLER; Julgamento: 02/10/1997; Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA; Publicação: DJ 12/11/1997 PÁGINA: 96293.) AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DE TÍTULOS. CANDIDATO QUE APRESENTOU CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE MESTRADO. VALIDADE. 1. Os atos administrativos praticados com base no poder discricionário estão sujeitos ao controle judicial no tocante ao aspecto da razoabilidade. Precedente desta Corte. 2. Não podendo a ausência de apresentação do diploma de mestrado ser imputada ao candidato (curso concluído em 30-06-2003; diploma expedido em 21-11-2003), mas sim à autoridade incumbida de sua expedição e da realização do concurso público (FUB), é manifestamente desarrazoado o entendimento de que a declaração expedida pela referida autoridade (atestando a conclusão do curso) não seria suficiente para permitir a atribuição dos pontos respectivos na prova de títulos (ocorrida em 07-11-2003), uma vez que o candidato não pode ser prejudicado pela omissão do próprio Estado no cumprimento do seu dever. 3. Agravo de instrumento provido. (TRF 1ª Região. AG 2004.01.00.009480.0/DF; Agravo de Instrumento – Relator Des. Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues – Convocado Juiz Federal Leão Aparecido Alves. Órgão Julgador: Sexta Turma. Publicação: 07/03/2005 DJ p. 153 – Data da Decisão 16/02/2005). ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. PRESSUPOSTOS AUTORIZATIVOS PRESENTES. REVERSIBILIDADE DA MEDIDA. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DE TÍTULOS. COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE MESTRADO EM MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA, MEDIANTE CERTIDÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA), EM SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA AO DIPLOMA, PENDENTE DE REGISTRO. VALIDADE. PRECEDENTES DA CORTE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1 – A jurisprudência majoritária da Corte é no sentido de que, em sede de concurso público, deve ser aceita a comprovação de segundo grau, curso superior, ou de mestrado mediante certidão ou declaração da respectiva Instituição de Ensino, ainda que pendente a expedição do diploma correspondente, uma vez que não se pode penalizar o candidato pela demora burocrática na expedição do documento. A forma não pode prevalecer sobre a realidade. Se a prova pode ser feita por instrumento válido diverso, que não estritamente o diploma, é excessivo formalismo, fugindo à razoabilidade, não aceitar essa prova por outro meio. Precedentes desta Corte. (TRF 1ª Região. Agravo de Instrumento nº 2004.01.00.036259-5/DF. Relator Convocado: Juiz Federal Reinaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma. DJ de 24/08/2006, p. 63). CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. MEDIDA LIMINAR. PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICOS. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PROVA DE TÍTULOS. COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO. ADMISSÃO POR OUTROS

MEIOS DE PROVA. ADMISSIBILIDADE. REQUISITO EDITALÍCIO. INTERPRETAÇÃO. VINCULAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO RESPEITO AO EDITAL E AO DA IGUALDADE ENTRE CANDIDATOS E AO DA RAZOABILIDADE E DA EFICIÊNCIA. 1 – Os princípios norteadores do concurso público, em especial o da vinculação ao edital e o da igualdade entre os candidatos, só adquirem organicidade plena quando aplicados e interpretados em consonância com os princípios maiores da razoabilidade e da eficiência a que está submetida a Administração Pública (art. 37, caput, da CF/88), materializando-se na escolha do candidato mais capaz. Não fere o edital, e muito menos quebra a igualdade entre os participantes, a decisão judicial, de caráter provisório, que, no exame dos requisitos do certame, defere liminar em mandado de segurança (art. 7º, II, da Lei 1.533/51), para permitir que, na prova de títulos de concurso público, seja pontuado o candidato que comprove curso de especialização, devidamente acompanhado do histórico escolar, mas que, por motivos alheios a sua vontade, não obteve condição de fornecer o certificado de conclusão de curso, na forma prevista em edital. 2 – Agravo de instrumento não provido. (TRF 1ª Região. Agravo de Instrumento nº 2004.01.00.029926/2/DF. Relator Convocado: Juiz Federal João Carlos Costa Mayer Soares. Sexta Turma. DJ 27/04/2005, p. 28). Corrobora-se ainda mais a regularidade da situação com o julgamento do Tribunal de Contas da União pela legalidade do ato de admissão do candidato Wagner de Souza Leite Molina, conforme atesta o documento extraído do sistema SISACnet/TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Descrição da Recomendação:

Apurar responsabilidades da ocorrência de posse de candidatos nos processos nº 23077.002765/2010-76 e 23077.001097/2010-60, tendo em vista não existir correlação entre a área de graduação do candidato e a exigência do edital.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender à recomendação da CGU/RN instauramos o processo administrativo nº 23077.004006/2012-18, sendo o mesmo encaminhado ao Gabinete da Reitora para a designação de comissão de sindicância.

Justificativa para o seu não cumprimento:

O processo nº 23077.004006/2012-18, aberto para apurar a responsabilidade da posse dos candidatos, encontra-se no Gabinete da Reitoria aguardando a designação de comissão de sindicância.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Descrição da Recomendação:

Adotar as providências necessárias para a anulação do ato administrativo de posse

dos candidato dos processos nº 23077.002765/2010-76 e 23077.001097/2010-60, tendo em vista que estes não atendiam aos requisitos de escolaridade exigidas no edital.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

No que tange ao processo nº 23077.001097/2010-60, relativo ao candidato Vincent Patrick Marie Bourguet, informamos que o mesmo apresentou Declaração, expedida pelo cônsul honorário francês nesta capital, a qual atesta ter sido outorgado ao interessado 1 diploma de “maîtrise” e 1 diploma “DEA”, pela Universidade Paris VI, correspondentes a uma graduação em engenharia elétrica. Assim, considerando que o diploma de graduação foi extraviado pelo interessado e que a Universidade Paris VI não expede segunda via do documento, posiciona-se esta Diretoria de Administração de Pessoal e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas pelo acatamento do documento apresentado, em conformidade com o art. 48, § 2º da Lei nº 9.394/96 (LDB) c/c o art. 23, item 1, do Decreto nº 3.598, de 12 de setembro de 2000, que promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996, abaixo transcritos: Lei nº 9.394/96 Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. (...) § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. Decreto nº 3.598/2000 Artigo 23 1. Os atos públicos expedidos no território de um dos dois Estados serão dispensados de legalização ou de qualquer formalidade análoga, quando tiverem que ser apresentados no território do outro Estado. Com relação ao processo nº 23077.002765/2010-76, atinente ao candidato Hironubu Sano, ratificamos a resposta encaminhada por esta Diretoria de Administração de Pessoal à Solicitação de Auditoria nº 2010001242/11, a qual foi, em primeira análise, refutada por esta CGU/RN. Contudo, deixamos à disposição para eventuais consultas defesa mais aprofundada, apresentada pelo Departamento de Ciências Administrativas desta IFE, formulada através do processo administrativo nº 23077.055679/2011-47, o qual apresenta as principais linhas de defesa dos atos praticados pela Comissão Organizadora, Comissão Examinadora e pelas instâncias superiores da UFRN, se pautando nos seguintes conteúdos: a) estabelece no plano teórico a correlação entre as áreas de administração e engenharia; b) detalha a experiência profissional e acadêmica do professor, destacando as suas contribuições para o Departamento de Ciências Administrativas e ao Programa de Pós-Graduação em Administração; c) defende as decisões da Comissão Organizadora e Examinadora com base em um conjunto de fatores que explicam a correlação existente entre as áreas.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Ratificamos as providências acima mencionadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Descrição da Recomendação:

Apurar responsabilidades da ocorrência de posse de candidato no processos nº 23077.001097/2010-60, tendo em vista que não existe documento hábil da graduação exigida no edital.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

De modo a atender à recomendação da CGU/RN instauramos o processo administrativo nº 23077.004009/2012-43, sendo o mesmo encaminhado ao Gabinete da Reitora para a designação de comissão de sindicância.

Justificativa para o seu não cumprimento:

O candidato apresentou Declaração expedida pelo cônsul honorário francês nesta capital, a qual atesta ter sido outorgado ao interessado 1 diploma de “maîtrise” e 1 diploma “DEA”, pela Universidade Paris VI, correspondentes a uma graduação em engenharia elétrica. Assim, posiciona-se a Diretoria de Administração de Pessoal e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas pelo acatamento do documento apresentado, em conformidade com o art. 48, § 2º da Lei nº 9.394/96 (LDB) c/c o art. 23, item 1, do Decreto nº 3.598, de 12 de setembro de 2000, que promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996, abaixo transcritos: Lei nº 9.394/96 Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. (...) § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. Decreto nº 3.598/2000 Artigo 23 1. Os atos públicos expedidos no território de um dos dois Estados serão dispensados de legalização ou de qualquer formalidade análoga, quando tiverem que ser apresentados no território do outro Estado. Deve ser ressaltado também no presente caso que a não conferência da posse ao candidato Vincent Patrick Marie Bourguet implicaria na perda da vaga pelo Departamento de Engenharia Elétrica, uma vez que foi o único aprovado no concurso, razão pela qual não se constata a ocorrência de prejuízo a terceiros ou à Administração Pública. Corrobora-se ainda mais a regularidade da situação com o julgamento pela legalidade do ato de admissão do candidato interessado pelo Tribunal de Contas da União, conforme atesta o documento extraído do sistema SISACnet/TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**Descrição da Recomendação:**

Apurar responsabilidades da ocorrência de posse de candidato no processos nº 23077.001097/2010-60, tendo em vista que não existe documento hábil da graduação exigida no edital.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
---	---------------------

DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424
---	-------

Síntese da providência adotada

De modo a atender à recomendação da CGU/RN instauramos o processo administrativo nº 23077.004009/2012-43, sendo o mesmo encaminhado ao Gabinete da Reitora para a designação de comissão de sindicância.

Justificativa para o seu não cumprimento:

O candidato apresentou Declaração expedida pelo cônsul honorário francês nesta capital, a qual atesta ter sido outorgado ao interessado 1 diploma de “maîtrise” e 1 diploma “DEA”, pela Universidade Paris VI, correspondentes a uma graduação em engenharia elétrica. Assim, posiciona-se a Diretoria de Administração de Pessoal e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas pelo acatamento do documento apresentado, em conformidade com o art. 48, § 2º da Lei nº 9.394/96 (LDB) c/c o art. 23, item 1, do Decreto nº 3.598, de 12 de setembro de 2000, que promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996, abaixo transcritos: Lei nº 9.394/96 Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. (...) § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. Decreto nº 3.598/2000 Artigo 23 1. Os atos públicos expedidos no território de um dos dois Estados serão dispensados de legalização ou de qualquer formalidade análoga, quando tiverem que ser apresentados no território do outro Estado. Deve ser ressaltado também no presente caso que a não conferência da posse ao candidato Vincent Patrick Marie Bourguet implicaria na perda da vaga pelo Departamento de Engenharia Elétrica, uma vez que foi o único aprovado no concurso, razão pela qual não se constata a ocorrência de prejuízo a terceiros ou à Administração Pública. Corrobora-se ainda mais a regularidade da situação com o julgamento pela legalidade do ato de admissão do candidato interessado pelo Tribunal de Contas da União, conforme atesta o documento extraído do sistema SISACnet/TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201001242/2011	002	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:

Inobservância dos normativos que regem a realização de concursos para docentes quanto à exigência prevista no Decreto nº 6.944/2009.

Descrição da Recomendação:

Adotar providências para que seja realizada gravação da prova oral ou defesa de memorial nos concurso de provas ou provas e títulos, em atendimento ao teor do § 3º do artigo 13 do Decreto nº 6.944 de 2009.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL			35424
Síntese da providência adotada			
<p>De modo a atender as recomendações da Controladoria Geral da União esclarecemos que já foi elaborada minuta de nova resolução, tendente a substituir a atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, de 01 de setembro de 2009, onde contemplamos tal previsão no art. 7º, § 4º, inciso XV, art. 14, inciso VII e art. 33, § 2º, inciso XXIV, senão vejamos: Art. 7º. As inscrições para os concursos de Professor Auxiliar, Professor Assistente e Professor Adjunto serão precedidas de publicação de Edital de Abertura no Diário Oficial da União, na página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRN e em jornal de grande circulação, acrescido, paulatinamente, dos seguintes editais complementares: (...) § 4º O edital de abertura deverá conter obrigatoriamente: (...) XV - informação de que haverá gravação das provas orais; Art. 14. Caberá à Comissão Examinadora: (...) VII - Planejar e executar a gravação em áudio ou em áudio/vídeo das provas didática e de memorial e plano de atuação profissional, buscando o provimento dos meios necessários junto aos dirigentes máximos das unidades demandantes do Concurso Público; Art. 33. Concluída a avaliação das provas, a Coordenadoria de Concursos divulgará as notas finais classificatórias na página eletrônica www.prh.ufrn.br, cabendo à CE a divulgação nos quadros de aviso da sua sede. (...) § 2º O processo de que trata o inciso XVII do Art. 14 deverá conter os seguintes documentos: (...) XXIV - envelope contendo mídia não regravável (CD-R) com a gravação das provas orais (Didática e MPAP); A proposta já foi analisada e aprovada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI/UFRN, conforme atas da 15ª e 16ª sessões extraordinárias, restando apenas a análise e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, prevista para o primeiro semestre letivo de 2012.</p>			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Enquanto não for aprovada a nova proposta de resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, fica esta Administração compelida, pelo princípio da legalidade, a aplicar as normas contidas na atual Resolução nº 153/2009-CONSEPE, a qual não prevê os critérios de gravação das provas orais.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:			
<p>Esclarecemos que a proposta de resolução apresentada está sendo discutida na Administração Central, através das reuniões de staff, bem como junto aos Centros Acadêmicos para, somente então, ser apreciada em definitivo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta UFRN.</p>			
Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201108947/2010	010	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO			417

NORTE

Descrição da Deliberação:

Ausência de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, bem como do estabelecimento de Comitê de TI na UFRN.

Descrição da Recomendação:

Formalizar a criação de um comitê diretivo de TI, definindo suas atribuições e inserindo-o na estrutura organizacional da UFRN.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA	61187

Síntese da providência adotada

A Resolução 056/2011-CONSAD de 15 de dezembro de 2011 normatiza a criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Justificativa para o seu não cumprimento:

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) está em fase de elaboração pelo Comitê Diretor de Tecnologia da Informação (CDTI), criado pela resolução do CONSAD 056/2011 de 15 de dezembro de 2011. O Comitê ainda está em fase de definição dos representantes de cada unidade que o compõe.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Por ser bastante democrático, a composição e início dos trabalhos do comitê está atrasando a elaboração do PDTI.

Descrição da Recomendação:

Elaborar um plano diretor (PDTI) ou planejamento estratégico (PETI) de Tecnologia da Informação.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA	61187

Síntese da providência adotada

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação será o primeiro documento a ser elaborado pelo novo Comitê Diretor de TI.

Justificativa para o seu não cumprimento:

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação está em fase de elaboração pelo Comitê Diretor de Tecnologia da Informação. Instituímos uma comissão interna na Superintendência de Informática para elaborar um panorama geral do uso da TI na instituição e servir de subsídios para definirmos as políticas de uso da TI assim como os investimentos a serem feitos. O prazo final para termos o PDTI é final deste primeiro semestre de 2012.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação é o documento principal que define as diretrizes de uso da TI em toda a instituição, e para isso, diversos aspectos e dados devem ser considerados e discutidos com toda a comunidade. Assim, é preciso de um tempo razoável para que tenhamos um PDTI bem ajustado às estratégias da

instituição.

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201108947/2010	007	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:

Ausência de acordos de nível de serviço firmados entre a área de TI da UFRN e os usuários.

Descrição da Recomendação:

Firmar Acordo de Nível de Serviço, ou documento correlato, em relação aos sistemas desenvolvidos e mantidos internamente, contemplando as áreas envolvidas, em especial a de desenvolvimento do sistema, com o objetivo de estabelecer entendimento comum sobre a natureza dos serviços propostos e os critérios de medição de desempenho, devendo este acordo considerar elementos tais como: - participantes do acordo, funções e responsabilidades; - descrição detalhada dos serviços que serão prestados; - níveis de serviços desejados e respectivos critérios de medição e indicadores, em termos de disponibilidade, confiabilidade, tempo de resposta, atendimento ao usuário (help-desk), capacidade de crescimento, prazos para solicitação e atendimento de demandas (inclusive emergenciais), testes, homologação, segurança e outros que as partes julgarem necessários; - responsável pela medição dos serviços; e - ações a serem tomadas quando da ocorrência de problemas na prestação dos serviços (ações corretivas, penalidades e outras).

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA	61187

Síntese da providência adotada

Definiremos os Acordos de Nível de Serviço tanto para os sistemas de informação quanto para os serviços de infraestrutura em TI.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Os resultados desta providência ainda estão sendo produzidos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201108947/2010	021	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Recomendação:

Definir rotinas que contemplem ações de fiscalização "in loco", durante a execução dos projetos correlacionados e que no exercício da função gerencial fiscalizadora sejam elaborados relatórios de fiscalização periódicos que incluam todo o acompanhamento realizado sobre cada instrumento de transferência/contrato, tais como: execução física em cotejamento com a execução financeira; identificação do cumprimento dos prazos fixados e metas; conciliação bancária da conta específica de cada instrumento de transferência e suas aplicações; pagamentos realizados; aplicação de saldos remanescentes no objeto do convênio; indicação de diligências necessárias às correções de impropriedades detectadas e acompanhamento da resolução das mesmas.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	37987

Síntese da providência adotada

A Resolução nº 028/2011-CONSAD, 14 de junho de 2011, e a Portaria nº 1130/2011-R, 08 de setembro de 2011, criam um conjunto de procedimentos para a fiscalização da execução dos recursos dos projetos acadêmicos que contam com o apoio da FUNPEC para o seu gerenciamento administrativo e financeiro. Os Artigos 20 e 21 preconizam que a gestão dos gastos previstos no art. 18, I a V desta Resolução será de responsabilidade do coordenador do projeto e do ordenador de despesas, que assinarão, respectivamente, as requisições e os empenhos, observando a correspondência necessária com o plano de aplicação; e que os projetos a serem gerenciados pela fundação de apoio deverão ter instrumento jurídico específico entre aquela e a UFRN, no qual fiquem regulados os direitos e deveres de ambas as partes, sendo obrigatórias, dentre outras, as seguintes disposições: que os recursos financeiros repassados à fundação de apoio serão depositados em instituição financeira oficial, em contas individuais específicas de cada projeto, identificadas com o nome do projeto, da Unidade Executora e da fundação de apoio; que a fundação de apoio somente poderá movimentar os recursos financeiros correspondentes à parcela para cobertura das despesas de custeio das atividades programadas, pagamento de *pro-labore*, bolsas, equipamentos, materiais permanentes nacionais e importados, obras e instalações, mediante a expressa solicitação do coordenador ou vice-coordenador do projeto acadêmico; e que as notas fiscais, pertinentes as despesas realizadas pela fundação de apoio, devem ser identificadas com o número do instrumento jurídico e título do projeto acadêmico, ficando à disposição da UFRN e dos órgãos de controle pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, contados do término da vigência do instrumento jurídico, podendo mantê-las em arquivos digitais. Além disso, prevê a criação de mecanismos para o acompanhamento, o controle e a prestação de contas dos projetos acadêmicos, com procedimentos definidos pelo Reitor para o controle finalístico e a gestão da fundação de apoio, assegurando que os dados relativos aos projetos – incluindo sua

fundamentação normativa, sistemática de elaboração e aprovação, acompanhamento de metas e avaliação, planos de trabalho e dados relativos à seleção para concessão de bolsas, abrangendo seus resultados e valores, além das informações sobre a relação da UFRN com a fundação de apoio, que incluem as suas regras e condições – serão objeto de registro centralizado e de ampla publicidade pela UFRN, tanto por seu boletim interno quanto pela *internet*, consoante ordena o art. 12, § 2º, do Decreto nº 7.423/2010, ressalvada a situação prevista no art. 3º, § 3º, desta Resolução.

Na Portaria acima referida, que regulamenta os procedimentos de controle finalístico e de gestão sobre as atividades da Fundação de Apoio na execução de instrumentos jurídicos celebrados para apoio aos projetos acadêmicos de ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, são definidas as atribuições da Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral (PROPLAN) e do Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) da Pró-Reitoria de Administração. Cabe à PROPLAN, implantar a sistemática de gestão, controle e fiscalização dos instrumentos jurídicos de forma a individualizar o gerenciamento dos recursos envolvidos em cada um deles; e verificar a segregação de funções e responsabilidades na gestão dos instrumentos jurídicos, bem como de sua prestação de contas, de modo a evitar que a propositura, homologação, assinatura, coordenação e fiscalização do projeto se concentrem em um único servidor, em especial o seu coordenador. Por sua vez, cabe ao DCF estabelecer rotinas de recolhimento mensal à conta única dos recursos devidos a Universidade, quando da disponibilidade daqueles pelos agentes financiadores dos projetos acadêmicos; e analisar os processos de prestação de contas, observando o demonstrativo das receitas e despesas; relação de pagamentos identificando o nome do beneficiário e seu CPF ou CNPJ; número do documento fiscal com a data da emissão do bem adquirido ou serviço prestado; atas da licitação, se houver; relação dos bolsistas e de contratados com recursos do projeto, com a respectiva carga-horária; além das guias de recolhimento de saldos à Conta Única da UFRN, quando couber, em adequação ao exigido pelo item 9.2.17, do Acórdão 2.731/2008, do Plenário do TCU.

Na Universidade, as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação são submetidas à certificação pelas respectivas pró-reitorias acadêmicas – Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Extensão -, que são responsáveis pelo registro e pela avaliação das atividades universitárias relacionadas às metas previstas nos projetos que são objeto dos **contratos acadêmicos** firmados entre a UFRN e a FUNPEC. Desse modo, entendemos que não é possível aplicar, *stricto sensu*, a recomendação de fiscalização “*in loco*”, na medida em que tal tipo de fiscalização é mais adequado ao acompanhamento de contratos administrativos de obras e serviços. Tal limitação não impede, todavia, que a UFRN proceda o acompanhamento sistemático e a fiscalização rigorosa da execução e da prestação de contas dos recursos envolvidos nos projetos acadêmicos desenvolvidos com o apoio da FUNPEC, inclusive no sua gestão

administrativa e financeira.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201108947/2010	011	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Não atendimento à determinação contida no item 1.5.2.4 do Acórdão TCU nº 2071/2010 – 1ª Câmara.			

Descrição da Recomendação:

Regularizar a lotação de servidores da UFRN/HUOL que se encontram em situação de desvio de função em virtude do cargo que ocupam, no intuito de evitar possíveis questionamentos judiciais futuros concernentes a esses desvios.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Regularizar a lotação de servidores da UFRN/HUOL que se encontram em situação de desvio de função em virtude do cargo que ocupam, no intuito de evitar possíveis questionamentos judiciais futuros concernentes a esses desvios.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Este Departamento de Administração de Pessoal realizou as providências individualizadas por servidor o qual colocamos à disposição tendo em vista o grande número de matrículas. Ressaltamos que em alguns casos não será possível regularizar a situação de desvio de função, pelos motivos expostos no documento citado acima.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201108947/2010	009	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:

Inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI) e de área ou comitê responsável pela sua implementação na UFRN.

Descrição da Recomendação:

Definir uma Política de Segurança da Informação, nos termos das orientações contidas no item 3 da NBR ISO/IEC 17799, que estabeleça os princípios norteadores da gestão da segurança da informação na UFRN e que esteja integrada à visão, à missão, ao negócio e às metas institucionais, observando a regulamentação ou as recomendações porventura feitas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação instituído pelo Decreto n. 3.505/2000 e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme Decreto n. 5.408, de 1º/04/2005;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA	61187

Síntese da providência adotada

A Política de Segurança da Informação será elaborada pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, o qual ainda será criado.

Justificativa para o seu não cumprimento:

O Comitê Gestor de Segurança da Informação, que elaborará a Política de Segurança da Informação, será criado a partir do Comitê Diretor de Tecnologia da Informação, o qual foi criado no final de 2011 e ainda está iniciando os seus trabalhos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

A Política de Segurança da Informação (PSI) deve estar alinhado com as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e este ainda está em fase de elaboração.

Descrição da Recomendação:

Constituir comitê ou designe área específica responsável pela implementação e manutenção da Política de Segurança da Informação (PSI).

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA	61187

Síntese da providência adotada

Criaremos o Comitê Gestor de Segurança da Informação. A sua constituição e atribuições serão trabalhadas pelo Comitê Diretor de TI.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Estamos dentro do prazo para cumprimento da providência.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

A PSI deve estar alinhada com as diretrizes do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), o qual ainda está em fase de elaboração.

Ordem	Identificador do Relatório de	Item do	Comunicação
--------------	--------------------------------------	----------------	--------------------

	Auditoria	RA	Expedida
13	201108947/2010	003	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Ausência de registro de carga horária de seis servidores que fazem jus a adicional de periculosidade.			
Descrição da Recomendação:			
Verificar a pertinência da manutenção do adicional de periculosidade dos servidores SIAPE nºs 348475, 346141, 1199408, 346605, 346385 e 1349234, após a emissão das novas Portaria de Descrição de Atividades, conforme art. 5º da ON-SRH/MPOG nº 02/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL			35424
Síntese da providência adotada			
De forma a regularizar a situação, procedemos a instauração de processos administrativos de revisão dos adicionais de periculosidade, a saber: 23077.040027/2011-16 (SIAPE 1349234), 23077.040015/2011-83 (SIAPE 1199408), 23077.040023/2011-20 (SIAPE 346385), 23077.040009/2011-26 (SIAPE 346141) e 23077.040017/2011-72 (SIAPE 346605), os quais foram encaminhados ao SESMT/DAS para a análise e pronunciamento sobre a permanência ou não dos adicionais. Ressaltamos que todos os servidores já possuem novas portarias de localização, nos moldes da Orientação Normativa SRH/MPOG nº 02/2010, publicada em Boletim de Serviço, bem como já foram elaborados os laudos periciais do Departamento de Engenharia de Comunicações (Laudo nº 008/DHSMT/2011) e do Instituto de Química (Laudo nº 021/DHSMT/2011). No que tange ao servidor matrícula SIAPE 348475, esclarecemos que já existia o processo de revisão nº 23077.033805/2011-11, na qual foi constatada a necessidade de permanência do adicional de insalubridade, conforme Portaria nº 226/2011-DAS, publicada no BS nº 153, de 15/08/2011, estando regularizada a sua situação.			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:			
Descrição da Recomendação:			
Caso se verifique a ocorrência de carga horária de exposição inferior à exigida na ON para os servidores SIAPE nºs 348475, 346141, 1199408, 346605, 346385 e 1349234, efetuar os ressarcimentos dos valores recebidos indevidamente a partir de 22/02/2010, data da vigência da ON-SRH/MPOG nº 02/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424
Síntese da providência adotada	
<p>Procedemos a instauração de processos administrativos de revisão dos adicionais de periculosidade, a saber: 23077.040027/2011-16 (SIAPE 1349234), 23077.040015/2011-83 (SIAPE 1199408), 23077.040023/2011-20 (SIAPE 346385), 23077.040009/2011-26 (SIAPE 346141) e 23077.040017/2011-72 (SIAPE 346605), os quais foram encaminhados ao SESMT/DAS para a análise e pronunciamento sobre a permanência ou não dos adicionais.</p>	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</p>	

Descrição da Recomendação:	
<p>Após a emissão das novas portarias de localização, avaliar a pertinência da concessão dos adicionais previstos no art. 5º da ON-SRH/MPOG nº 02/2010.</p>	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424
Síntese da providência adotada	
<p>Procedemos a instauração de processos administrativos de revisão dos adicionais de periculosidade, a saber: 23077.040027/2011-16 (SIAPE 1349234), 23077.040015/2011-83 (SIAPE 1199408), 23077.040023/2011-20 (SIAPE 346385), 23077.040009/2011-26 (SIAPE 346141) e 23077.040017/2011-72 (SIAPE 346605), os quais foram encaminhados ao SESMT/DAS para a análise e pronunciamento sobre a permanência ou não dos adicionais. No que tange ao servidor matrícula SIAPE 348475, esclarecemos que já existia o processo de revisão nº 23077.033805/2011-11, na qual foi constatada a necessidade de permanência do adicional de insalubridade, conforme Portaria nº 226/2011-DAS, publicada no BS nº 153, de 15/08/2011, estando regularizada a sua situação</p>	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:</p>	

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201108947/2010	008	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417

Descrição da Deliberação:

Ausência do comprovante de pagamento dos reembolsos referentes aos servidores cedidos com ônus para o órgão cessionário.

Descrição da Recomendação:

Notificar formalmente os servidores de matrícula SIAPE nºs 0348408, 0349381, 0348047 e 129804, que a cessão será extinta, conforme exigido no parágrafo 2º do artigo 4º do Decreto nº 4.050/2001, devendo o servidor retornar à unidade cedente, caso o órgão cessionário não efetue o devido ressarcimento das remunerações pendentes no prazo estipulado pela UFRN.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Elaboração de novo ofício de cobrança. Com relação ao atraso nos reembolsos de cessão dos exercícios financeiros de 2010 e anteriores, esclarecemos da existência do processo administrativo nº 23077.012689/2010-15, através do qual foi solicitado o pagamento ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Informamos que o processo se encontra tramitando nas esferas do Governo, conforme número de protocolo 99707/2010-1. Somente após a sua conclusão, com o parecer daquele órgão, é que esta UFRN terá condições de encaminhar as providências para interposição de uma possível ação de cobrança na esfera judicial.

Justificativa para o seu não cumprimento:**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:****Descrição da Recomendação:**

Nas situações em que houver processo administrativo instaurado para cobrança dos ressarcimentos, providenciar o imediato retorno e a devida cobrança judicial, depois de esgotados os prazos estabelecidos pela UFRN para a regularização da pendência.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DAP/PRH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PESSOAL	35424

Síntese da providência adotada

Elaboração de novo ofício de cobrança. Com relação ao atraso nos reembolsos de cessão dos exercícios financeiros de 2010 e anteriores, esclarecemos da existência do processo administrativo nº 23077.012689/2010-15, através do qual foi solicitado o pagamento ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Informamos que o processo se encontra tramitando nas esferas do Governo, conforme número de protocolo 99707/2010-1. Somente após a sua conclusão, com o parecer daquele órgão, é que esta UFRN terá condições de encaminhar as providências para interposição de uma possível ação de cobrança na esfera judicial.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201108947/2010	006	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Ausência de uma rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da UFRN.			
Descrição da Recomendação:			
Desenvolver estudos ou rotinas específicos que permitam avaliar as reais necessidades da área de TI da UFRN e compará-las com os recursos disponíveis, considerando as orientações dispostas no item PO 8.3, do Cobit 4.1.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA			61187
Síntese da providência adotada			
Adotaremos e manteremos padrões para todos os desenvolvimentos de serviços e aquisições de TI, e incluiremos liberações formais para os marcos-chave (milestones) de acordo com os critérios de aceitação definidos pelo Comitê Diretor de TI da Instituição.			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Estamos dentro do prazo para cumprimento da providência.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:			
A PSI deve estar alinhada com as diretrizes do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), o qual ainda está em fase de elaboração.			

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108947/2010	046	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			417
Descrição da Deliberação:			
Transferências voluntárias no valor total de R\$ 155.604.870,09 não registradas no SICONV.			
Descrição da Recomendação:			

Registrar, no SICONV, todas as transferências voluntárias concedidas em vigor na UFRN.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	37987

Síntese da providência adotada

1) Até 31 de dezembro de 2011, será feito o dimensionamento de pessoal necessário à plena operacionalização do SICONV pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFRN. 2) Até 30 de junho de 2012, Identificação de servidores técnico-administrativos disponíveis que poderão ser treinados para a utilização do SICONV pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos. 3) 02 de julho de 2012, operacionalização do SICONV pela Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201108986/2010	018	

Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE	

Descrição da Deliberação:

Inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI) e de área ou comitê responsável pela sua implementação no HUOL.

Descrição da Recomendação:

Definir uma Política de Segurança da Informação, nos termos das orientações contidas no item 3 da NBR ISO/IEC 17799, que estabeleça os princípios norteadores da gestão da segurança da informação na HUOL e que esteja integrada à visão, à missão, ao negócio e às metas institucionais, observando a regulamentação ou as recomendações porventura feitas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação instituído pelo Decreto n. 3.505/2000 e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme Decreto n. 5.408, de 1º/04/2005.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
HUOL - DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA	61490

Síntese da providência adotada

Definição de uma Política de Segurança da Informação, a ser contemplada a partir da elaboração do PDTI da UFRN.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**Descrição da Recomendação:**

Constituir comitê ou designar área específica responsável pela implementação e manutenção da Política de Segurança da Informação (PSI).

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
HUOL - DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA	61490

Síntese da providência adotada

Participar, através de representatividade no Comitê de TI, da implementação e manutenção da PSI.

Justificativa para o seu não cumprimento:**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:**

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201108986/2010	014	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG
COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE			
Descrição da Deliberação:			
Realização de despesas no valor de R\$ 1.642.340,87 fundamentadas, indevidamente, em dispensa de licitação.			
Descrição da Recomendação:			
Atuar junto ao MEC - Ministério de Educação, no sentido de obter as vagas para concurso público necessárias para a substituição dos profissionais vinculados ao contrato nº 080/2009, celebrado com a FUNPEC - Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
HUOL - DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA			61490
Síntese da providência adotada			
Com o advento do Decreto nº 7232, de 19/07/2010, o governo federal autorizou aos gestores das universidades federais repor a força de trabalho de forma mais ágil. Entretanto, essa reposição é condicionada a existência de cargos vagos por aposentadoria ou falecimento. Não há, atualmente, portanto, outro mecanismo para obter as vagas necessárias a suprir a deficiência de recursos humanos, já comprovada através de estudo realizado pelo próprio Ministério da Educação, através de sua Coordenação de Hospitais.			
Justificativa para o seu não cumprimento:			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Descrição da Recomendação:

Promover a extinção do contrato nº 080/2009, celebrado com a FUNPEC, na medida em que sejam admitidos via concurso público os profissionais necessários para atender à demanda do Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
HUOL - DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA	61490

Síntese da providência adotada

O decreto nº 7.082, de 27/01/2010, institui o Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF, o qual estabelece metas para esses hospitais, inclusive com expansão de serviços. Recentemente, o HUOL, assim como todos os HU's, foi convidado a participar de reunião no Ministério da Saúde em Brasília, com o objetivo de discutir a sua inserção nas novas políticas de saúde do governo federal. Sendo assim, haverá a necessidade de incremento de profissionais para atendimento das novas demandas e a ampliação da oferta dos serviços prestados ao sistema único de saúde. Os concursos realizados não atendem a deficiência dos recursos humanos, já existente e já comprovada através de estudo realizado pelo Ministério da Educação, pois a reposição se dá apenas para aqueles cargos vagos por aposentadoria ou falecimento, cuja reposição só foi autorizada a partir de julho do ano passado. O Tribunal de Contas da União admitiu a contratação de pessoal via projetos acadêmicos pelas fundações de apoio até que os mesmos fossem substituídos por servidores públicos contratados pelas universidades, fixando o prazo estabelecido no Acórdão nº 1520/2010. Entretanto, em 31/12/2010, a Presidência da República publicou Medida Provisória nº 520, autorizando o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A – EBSEH que, dentre outros aspectos, propiciaria maior eficiência na gestão de pessoas. Ocorre que até o momento, esse ato não foi aprovado pelo Congresso Nacional, tornando suspensa qualquer definição sobre os HU'S. A extinção do contrato nº 080/2009, celebrado com a FUNPEC, afrontaria os princípios da eficiência e, sobretudo, da continuidade e expansão dos serviços já oferecidos, contrariando os interesses do serviço público.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Ordem	Identificador do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201108986/2010	017	
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Quadro 52 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício (Quadro A.16.1 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	012/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 01 de agosto de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.7.001
Comunicação Expedida/Data	MEMO 035/2011 - AUDIN Natal, 01 de agosto de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PROAD - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Descrição da Recomendação	Cancelar no SIPAC o valor de R\$ 124.462,50 referente a valor não contemplado em aditivo contratual.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PROAD - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Síntese das providências adotadas	
Também com relação a este item, solicitamos considerar o teor do Ofício nº 074/2011 - PROAD.	
Síntese dos resultados obtidos	
Com a adoção das providências, pelo Setor de Contratos, foi solucionado o problema de inconsistência entre Sipac e Siasg, desta forma atendendo à recomendação da Audin.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Citamos como fator positivo o próprio Sipac, enquanto sistema de controle interno; as dificuldades na implementação das providências estão relacionadas à carência de pessoal em relação ao número excessivo de atividades desenvolvidas no Setor de Contratos da instituição.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	012/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 01 de agosto de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.8.001
Comunicação Expedida/Data	MEMO 035/2011 - AUDIN Natal, 01 de agosto de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PROAD - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Descrição da Recomendação	Anexar ao processo 230770.024225/2010-43 a Ata da empresa BIOSAN COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO, conforme dispõe o art. 30, XI do Decreto 5.450/05.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PROAD - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Síntese das providências adotadas	

O pregão referenciado nessa constatação é aquele cujos dados licitatórios estão a seguir informados: Vejamos o que dispõe o Inciso XI do Art. 30 do Decreto nº 5.450/2005:

“Art. 30. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

XI - ata contendo os seguintes registros:

- a) licitantes participantes;*
- b) propostas apresentadas;*
- c) lances ofertados na ordem de classificação;*
- d) aceitabilidade da proposta de preço;*
- e) habilitação; e*
- f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;”*

A ata a que se refere o inciso acima é a de realização das sessões públicas do pregão. Nela estão presentes todos os registros referendados no inciso XI. Tal ata pode ser acessada livremente no seguinte endereço: www.comprasnet.gov.br -> acesso livre -> consultas -> Atas de pregões/anexos e consta cópia na íntegra do processo licitatório.

Nessa ata do pregão os fornecedores acessam através de login e senha o Comprasnet e são totalmente responsáveis pelos atos por eles realizados nos pregões.

Formalizamos, também, uma ata de registro de preços em que constam assinaturas dos fornecedores ganhadores, porém essa ata com a assinatura da empresa BIOSAN, realmente, não consta no processo.

Síntese dos resultados obtidos

A ata eletrônica de registro de preços do pregão nº 85/2010, processo 23077.024225/2010-43, atende ao disposto no inc. XI, Art. 30 do Decreto nº5.450/2005, conforme resposta apresentada na ocasião. A ata de registro de preços do pregão em referência venceu em 20/09/2011 e não constam registros de atrasos por descumprimento dos prazos de entregas e toda parte Operacional e de logística ocorreu sem prejuízos para as partes fornecedora e instituição UFRN. Desta forma, atendido ao dispositivo legal, Art. 30, Inc XI e já há muito vencida a ata de registro de preços a empresa fornecedora, cumpridora de todas as obrigações de fornecimento, seria desproporcional aplicar-lhe penalidade pelo não envio da ata de registro de preços assinada, mesmo após várias solicitações pela Comissão Permanente de Licitações. Atesto que o procedimento adotado pela administração é o de encaminhar as atas, para assinatura, e de promover a cobrança às empresas dessas atas devidamente assinadas. Nesse caso específico, não conseguimos ser atendidos, porém, essa questão formal em momento algum prejudicou a instituição no que tange ao atendimento das suas demandas, conforme já afirmado acima.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nada a declarar, tendo em vista a exposição acima.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna

Identificação do Relatório de Auditoria	013/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 01 de agosto de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.3
Comunicação Expedida/Data	MEMO 035/2011 - AUDIN, 01 de agosto de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Pro - reitoria de Administração - PROAD
Descrição da Recomendação	Proceder à retenção de tributos municipais incidentes nos pagamentos de serviços prestados, de acordo com o art. 64 da Lei 3.882 de 11 de dezembro de 1989.

Providências adotadas pela unidade interna responsável

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Pro - reitoria de Administração - PROAD

Síntese das providências adotadas

A não retenção de ISS, no ato do pagamento do processo citado neste item, está fundamentada na Súmula

Vinculante/STF nº 31 (DOU de 17.02.2010, S. 1, p. 1) que estabelece: “É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis”.	
Síntese dos resultados obtidos	
Nada a informar, tendo em vista que a Audin acatou a justificativa apresentada pela administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada a informar, tendo em vista que a Audin acatou a justificativa apresentada pela administração.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	013/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 01 de agosto de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.4
Comunicação Expedida/Data	MEMO 035/2011 - AUDIN , 01 de agosto de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Pro - reitoria de Administração - PROAD.
Descrição da Recomendação	Evitar realizar despesa após a conclusão do objeto da licitação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Pro - reitoria de Administração - PROAD.	
Síntese das providências adotadas	
Para esclarecer as ações da administração registradas nesses itens, informamos que os certames licitatórios processados no âmbito da UFRN visam atender às demandas da instituição como um todo, e não somente a necessidades específicas de alguma unidade administrativa ou para a realização de algum evento, isoladamente. Tanto isso é verdade, que os contratos firmados com as empresas Prátika Locação de Equipamentos Ltda. (Contrato nº 44/2010) e Imunizadora e Limpa Fossas Potiguar Ltda. (Contrato nº 43/2010), o foram com a vigência iniciando em 01.07.2010 e terminando em 01.07.2011. Nesses casos questionados, verificamos ter havido falha do DMP, ao especificar no objeto contratual as demandas apenas para a realização da SBPC e CIENTEC, quando se tratava de licitação a ser utilizada em qualquer evento a ser realizado pela instituição. Assim sendo, estamos orientando esse setor a ficar atento visando que situações semelhantes não voltem a ocorrer.	
Síntese dos resultados obtidos	
Nada a informar, tendo em vista que a Audin acatou a justificativa apresentada pela administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada a informar, tendo em vista que a Audin acatou a justificativa apresentada pela administração.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	013/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 01 de agosto de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.5
Comunicação Expedida/Data	MEMO 035/2011 - AUDIN , 01 de agosto de 2011
Nome da unidade interna da UJ	Pro - reitoria de Administração - PROAD.

destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	Evitar realizar despesa não contemplada no objeto da licitação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Pro - reitoria de Administração - PROAD.	
Síntese das providências adotadas	
Para esclarecer as ações da administração registradas nesses itens, informamos que os certames licitatórios processados no âmbito da UFRN visam atender às demandas da instituição como um todo, e não somente a necessidades específicas de alguma unidade administrativa ou para a realização de algum evento, isoladamente. Tanto isso é verdade, que os contratos firmados com as empresas Prátika Locação de Equipamentos Ltda. (Contrato nº 44/2010) e Imunizadora e Limpa Fossas Potiguar Ltda. (Contrato nº 43/2010), o foram com a vigência iniciando em 01.07.2010 e terminando em 01.07.2011. Nesses casos questionados, verificamos ter havido falha do DMP, ao especificar no objeto contratual as demandas apenas para a realização da SBPC e CIENTEC, quando se tratava de licitação a ser utilizada em qualquer evento a ser realizado pela instituição. Assim sendo, estamos orientando esse setor a ficar atento visando que situações semelhantes não voltem a ocorrer.	
Síntese dos resultados obtidos	
Nada a informar, tendo em vista que a Audin acatou a justificativa apresentada pela administração.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada a informar, tendo em vista que a Audin acatou a justificativa apresentada pela administração.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	013/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 01 de agosto de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.6
Comunicação Expedida/Data	MEMO 035/2011 - AUDIN , 01 de agosto de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Pro - reitoria de Administração - PROAD.
Descrição da Recomendação	Observar para que esta ocorrência não volte a incidir, justificando o motivo para o atraso do pagamento das diárias
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Pro - reitoria de Administração - PROAD.	
Síntese das providências adotadas	
Quanto aos empenhos 2010NE904339 e 2011NE800176, do tipo global, foram pagos em parcelas, conforme prevê a legislação. Quanto ao empenho 2010NE909813, verificamos a ocorrência de falha formal relativa ao tipo e alertamos os setores competentes do DCF quanto ao ocorrido, de maneira a serem evitadas novas situações dessa natureza. O empenho 2010NE900173, por sua vez, foi emitido pelo CCSA (UG 153113), daí por que nos omitimos de falar a respeito. Aproveitamos para informar à Audin sobre a quantidade excessiva de documentos emitidos pelo DCF ao longo do exercício de 2010, em especial o número de empenhos (14.610), sendo perfeitamente possível ocorrerem falhas formais como a aqui tratada, sem nenhum prejuízo financeiro para o erário.	
Síntese dos resultados obtidos	
Nada a informar, tendo em vista que a Audin acatou a justificativa apresentada pela administração.	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada a informar, tendo em vista que a Audin acatou a justificativa apresentada pela administração.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	018/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.1
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 0144/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
Descrição da Recomendação	Manter os originais das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs na Superintendência de Infraestrutura – SIN, visando tornar mais fácil o processo de conferência quando necessário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	
Síntese das providências adotadas	
Normalmente ficamos com uma via original da ART, contudo, dependendo do número de vias encaminhadas pelos profissionais é possível que tenhamos precisado ficar com uma cópia Xerox, encaminhando a via original no processo da primeira medição da obra. Desse modo, diante da recomendação, passaremos a ficar com as vias originais.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Superintendência mantém uma cópia das ARTs na pasta de cada obra, as quais podem ter suas respectivas validações verificadas através do link: HTTPS://art.crea-rn.gov.br/checkart	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não existiram fatores positivos ou negativos que auxiliaram ou prejudicaram na adoção de providências pelo gestor.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	018/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.2
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 0144/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
Descrição da Recomendação	Passar a emitir ARTs para registro do projeto básico/executivo junto ao CREA-RN, na forma da Lei 6.496/1977 e Súmula 260-TCU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	
Síntese das providências adotadas	
Até a presente data não nos foi solicitado por nenhum órgão de controle ART referente ao projeto básico/executivo, tendo em vista o mesmo ser assinado pelo Diretor de Projetos e Obras no exercício do seu	

cargo técnico. Assim, não sendo uma contratação externa não visualizamos a sua necessidade, porém estamos formulando, através do processo nº 23077.050012/2011-58 consulta a assessoria jurídica da UFRN, quanto a sua obrigatoriedade ou não, levando em consideração o alto custo a ser assumido pela instituição.

Síntese dos resultados obtidos

O processo nº 23077.050012/2011-58 continua em andamento para consulta à assessoria jurídica acerca da necessidade da ART para o projeto básico.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não existiram fatores positivos ou negativos que auxiliaram ou prejudicaram na adoção de providências pelo gestor.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna

Identificação do Relatório de Auditoria	018/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.3
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 0144/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
Descrição da Recomendação	Solicitar das empresas contratadas cronograma físico-financeiro quando da formalização de Termos Aditivos de valor, para que seja possível o acompanhamento da execução dos serviços a serem realizados.

Providências adotadas pela unidade interna responsável

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.

Síntese das providências adotadas

Informamos que a apresentação do cronograma físico-financeiro atualizado nos processos de aditivo de prazo é item obrigatório. Talvez, o que esteja faltando seja a padronização da sua apresentação, o que procuraremos corrigir.

Síntese dos resultados obtidos

Está sendo procurado corrigir e padronizar os cronogramas físico financeiros apresentados pelas empresas.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A recomendação acarretou na melhoria da apresentação dos respectivos cronogramas

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna

Identificação do Relatório de Auditoria	018/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.4
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 0144/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Descrição da Recomendação	Passar a exigir reforço de garantia quando da celebração de Termos Aditivos de valor.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Síntese das providências adotadas	
Passamos a exigir em todos os Termos Aditivos de Serviços extras e excedentes, inclusive reajuste.	
Síntese dos resultados obtidos	
Com a adoção da providência acima relatada, conseguimos atender à recomendação da Audin.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Como fator positivo informamos o Sipac, enquanto sistema interno de controle; como fator negativo citamos a carência de pessoal em relação ao expressivo número de atividades desenvolvidas no Setor de Contratos da instituição.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	018/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.5
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 0144/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Descrição da Recomendação	Exigir garantia que abranja o prazo prorrogado, quando da celebração de Termos Aditivos de prazo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Síntese das providências adotadas	
Passamos a exigir também endosso de garantia nos Aditivos de prazos que excedam o prazo de vigência do Contrato.	
Síntese dos resultados obtidos	
Com a adoção da providência acima relatada, conseguimos atender à recomendação da Audin.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Como fator positivo, citamos o Sipac, enquanto sistema interno de controle; como fator negativo, citamos a carência de pessoal em relação ao expressivo número de atividades desenvolvidas no Setor de Contratos da instituição.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	018/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.6
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 0144/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição da Recomendação	Passar a registrar no SIAFI as garantias dos contratos de construção conforme macrofunção SIAFI 02.11.26.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Síntese das providências adotadas	
A partir de janeiro de 2011, passamos a incluir no SIAFI todas as garantias.	
Síntese dos resultados obtidos	
Com a adoção da providência acima relatada, conseguimos atender à recomendação da Audin.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Como fator positivo informamos o Sipac, enquanto sistema interno de controle; como fator negativo citamos a carência de pessoal em relação ao expressivo número de atividades desenvolvidas no Setor de Contratos da instituição.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	018/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.7
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 0144/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Descrição da Recomendação	Incluir no texto da cláusula “Da Vigência e do Prazo de Execução” não apenas a data de término da execução da obra, mas também da vigência do contrato, respeitado o período de recebimento provisório estabelecido na cláusula quarta do contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Síntese das providências adotadas	
Todos os Termos referentes ao Contrato nº 066/2010-UFRN, foram lançados no SIASG. Com relação ao texto da vigência do contrato, foi incluído nas minutas de contrato, cláusula de prazo de execução da Obra e término da Obra, com 90 (noventa) dias para o recebimento provisório.	
Síntese dos resultados obtidos	
Com a adoção da providência acima relatada, conseguimos atender à recomendação da Audin.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Como fator positivo informamos o Sipac, enquanto sistema interno de controle; como fator negativo citamos a carência de pessoal em relação ao expressivo número de atividades desenvolvidas no Setor de Contratos da instituição.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	018/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	Natal, 28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.8
Comunicação	MEMO 043 e 0144/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.

Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Descrição da Recomendação	Submeter todos os Termos Aditivos à apreciação da Assessoria Jurídica da UFRN conforme parágrafo único do art. 38 da lei 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Síntese das providências adotadas	
Informamos ainda que todos os Termos Aditivos sejam de prazos ou de acréscimos de serviços, estão sendo submetidos à apreciação da ASJUR/PROAD.	
Síntese dos resultados obtidos	
Com a adoção da providência acima relatada, conseguimos atender à recomendação da Audin.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Como fator positivo informamos o Sipac, enquanto sistema interno de controle; como fator negativo citamos a carência de pessoal em relação ao expressivo número de atividades desenvolvidas no Setor de Contratos da instituição.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	019/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.1
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 044/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
Descrição da Recomendação	Solicitar das empresas cronograma físico-financeiro constando o que foi inicialmente proposto e o que se encontra efetivamente executado conforme estabelecido no contrato, seja ele através de cronograma de barra, termos percentuais ou de qualquer outra forma.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	
Síntese das providências adotadas	
“As empresas já apresentam o cronograma físico-financeiro constando o que foi inicialmente proposto e o que se encontra efetivamente executado conforme determina o subitem 6 do item 3.3 da cláusula terceira do contrato 129/2009 em suas medições. Talvez o que esteja faltando seja padronização da sua apresentação, o que procuraremos corrigir”.	
Síntese dos resultados obtidos	
As empresas já apresentam o cronograma físico-financeiro constando o que foi inicialmente proposto e o que se encontra efetivamente executado	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A recomendação acarretou na melhoria da apresentação dos respectivos cronogramas	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do	019/2011-AUDIN

Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.2
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 044/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO e SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
Descrição da Recomendação	Acompanhar a execução da obra através do SIASG (subsistema CRONOGRAMA) conforme estabelece o art. 8º do Decreto 1.094 de março de 1994.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO e SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	
Síntese das providências adotadas	
<p>“Esta Superintendência não trabalha com o SIASG, trabalhando diretamente com o SIMEC”.</p> <p>(Pró-reitoria de Administração) “Já nos manifestamos sobre essa questão em várias oportunidades e não vamos insistir nos argumentos já apresentados noutros momentos, pois tudo que se trata de contratos de obras é acompanhado no SIPAC (Módulo Contratos que interage com o Módulo de Obras). No âmbito da Seção de Contratos não temos acesso ao módulo CRONOGRAMA do SIASG, conforme sugerido pela AUDIN.</p> <p>Considerando que a AUDIN/CGU, possivelmente tem acesso ao referido módulo, sugerimos que seja realizado um treinamento com os fiscais de obras da Superintendência de Infraestrutura, a quem caberá o lançamento dos referidos cronogramas, bem como do pessoal da Seção de Contratos da PROAD para que possa obter dados decorrentes desses lançamentos. Encaminhamento nesse sentido já foi feito ao preenchermos planilha encaminhada pela CGU na SA CGU 201103020/S02”.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Esta Superintendência não tem nada a acrescentar ao que já fora informado.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não existiram fatores positivos ou negativos que auxiliaram ou prejudicaram na adoção de providências pelo gestor.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	019/2011-AUDIN
Data do Relatório de Auditoria	28 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	4.3
Comunicação Expedida/Data	MEMO 043 e 044/2011 - AUDIN , 28 de setembro de 2011.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
Descrição da Recomendação	Exigir a apresentação de cópia do Alvará de Construção quando dos pagamentos referentes à execução do contrato, na forma do subitem 8 do item 3.3 da Cláusula Terceira do Contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	
Síntese das providências adotadas	

<p>“Conforme já é do conhecimento da administração desta instituição enfrentamos uma dificuldade imensa para termos os projetos analisados e aprovados junto à secretaria municipal de meio ambiente e urbanismo – SEMURB.</p> <p>O tempo para essa análise às vezes supera o prazo de execução da obra e independe da nossa vontade. Desse modo, tanto as empresas quanto essa Superintendência ficam a mercê da emissão do licenciamento por parte do órgão citado acima, conforme se pode atestar nas cópias dos processos anexadas”.</p>
<p>Síntese dos resultados obtidos</p>
<p>Há uma grande dificuldade aprovação e análise projetos junto à secretaria municipal de meio ambiente e urbanismo – SEMURB, que independe dos esforços desta Superintendência.</p>
<p>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>
<p>Não existiram fatores positivos ou negativos que auxiliaram ou prejudicaram na adoção de providências pelo gestor.</p>

Quadro 53 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência (Quadro A.16.2 da Portaria nº 123/2011 do TCU)

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	013/2011 – AUDIN
Item do Relatório de Auditoria	4.1
Comunicação Expedida	MEMO 035/2011 - AUDIN , 01 de agosto de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Pro - reitoria de Administração - PROAD
Descrição da Recomendação	Realizar consulta ao SICAF antes de cada pagamento e incluir o resultado no processo, na forma do item 8.8 da Instrução Normativa MARE-GM nº 5, de 21 de julho de 1995.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Pro - reitoria de Administração - PROAD	
Justificativas para o não atendimento	
Nos processos licitatórios, realizamos as consultas ao Sicaf no âmbito da Comissão Permanente de Licitação-CPL; nas situações em que há contrato formalizado, realizamos as consultas ao Sicaf no âmbito da Seção de Contratos, antes, portanto, dos processos seguirem para pagamento. Em caso de inadimplência, fazemos a devida comunicação à empresa para regularização, sendo estabelecido prazo para atendimento. Não adotamos procedimento no sentido da retenção dos pagamentos, seguindo os entendimentos contemplados no Parecer PGFN/CJU nº 401, de 23/03/2000; outro vem do TSJ (Resp nº 633.432 - MG 2004/00329-4); há também a ON AGU nº 9, de 01/04/2009, todos contrários à retenção do pagamento, por irregularidade no SICAF.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	013/2011 – AUDIN
Item do Relatório de Auditoria	4.2
Comunicação Expedida	MEMO 035/2011 - AUDIN , 01 de agosto de 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Pro - reitoria de Administração - PROAD
Descrição da Recomendação	Registrar no SIASG/SICON o acompanhamento da execução dos contratos na forma do art. 5º da Instrução Normativa MPOG nº 1 de 08 de agosto de 2002.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Pro - reitoria de Administração - PROAD	
Justificativas para o não atendimento	
Todos os contratos de despesa celebrados com fundamento apenas na Lei 8.666/93 têm o acompanhamento da Seção de Contratos e estão devidamente lançados no SIASG, conforme já demonstrado à CGU quando do atendimento à SA 201103020/S02. Entretanto, em relação à recomendação específica relativa ao lançamento dos cronogramas dos contratos de obras não temos como atender pela simples razão de que o SIASG não disponibiliza tal possibilidade, conforme já demonstrado documentalmente à Auditoria, indicando todas as	

15.1 Declaração do Contador com Ressalva

Quadro 54 – Declaração do Contador com Ressalva

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte		153103	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativos ao Exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Grupo Contábil representativo dos Bens Móveis da Instituição, tendo em vista divergência em relação ao Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, disponibilizado pelo sistema informatizado interno da Instituição (Sipac);</p> <p>b) Grupo Contábil representativo dos Bens Imóveis, tendo em vista divergência em relação ao Inventário de Bens Imóveis, pois, conforme informação da Pró-reitoria de Administração, devido a dificuldades operacionais junto ao sistema Spiunet, ainda não foi possível promover a devida baixa do imóvel denominado Escola de Enfermagem, RIP 1761 00308.500-9, alienado pela Instituição, que permanece constando tanto no SPIUnet, como no Siafi, mais especificamente na conta contábil 14.211.10.07 – Imóveis de Uso Educacional.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Natal / RN	Data	01.03.12
Contador Responsável	NILZA FRANÇA MAGALHÃES	CRC nº	CRC/RN 3.770

16. INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES

Quadro 55 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002 (Quadro C.7.1 da Portaria n.º 123/2011 do TCU)

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	611.671.243,66	628.049.946,31	496.061.403,57	412.275.223,14	367.750.816,49
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	548.569.258,25	574.013.296,59	405.942.908,51	404.570.996,59	360.708.129,64
Número de professores equivalentes	1.878,50	1.848,00	1.746,00	1.553,00	1.652,00
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	4.567,50	4.125,25	3.307,50	3.864,25	3.043,25
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	3.151,00	2.765,50	2.599,00	2.398,25	1.828,00
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	25.430,00	23.721,00	22.607,00	21.055,00	20.860,00
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	4.123,00	4.050,00	3.218,00	3.285,00	2.386,00
Alunos de residência médica (AR)	147	138	130	132	120
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	19.021,00	18.036,06	17.334,79	15.837,66	16.047,06
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	31.018,00	25.980,25	28.414,39	25.588,07	25.858,69
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	8.246,00	8.078,00	6.436,00	6.570,00	4.772,00
Número de alunos tempo integral de residência médica (ARTI)	294	276	260	264	240

Fonte: PROPLAN.

Quadro 56 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002 (Quadro C.7.2 da Portaria n.º 123/2011 do TCU)

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	15.462,53	18.292,23	14.128,62	12.715,34	11.912,62
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	13.867,37	16.718,39	11.561,90	12.478,26	11.684,49
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	14,67	14,28	13,76	14,28	12,96
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,03	6,40	7,27	6,40	6,92
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	8,75	9,54	9,25	9,54	11,52
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,43	2,23	1,89	2,23	1,87
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,68	1,50	1,49	1,50	1,12
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,75	0,76	0,77	0,76	0,78
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,14	0,15	0,12	0,15	0,10
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,95	3,97	3,94	3,97	4,02
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,09	3,82	3,60	3,82	3,44
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	69,00	68,00	65,00	68,00	69,00

Fonte: PROPLAN.

APENDICE I

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO NORTE**

Apendice do Relatório de Gestão 2011

Indicadores de Gestão 2011

Decisão nº 408/2002

Janeiro de 2012

Cálculo dos Componentes

AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação

AGE = $\{(N_{DI} * D_{PC})(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI})/4) * D_{PC}\} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$

ANO 2011

Cursos	N _{DI}	D _{PC}	N _I	Fator de retenção	Peso Curso	AGE
Administração - Currais Novos	39	4	53	0,1200	1,000	189
Administração - Natal	144	4	199	0,1200	1,000	700
Agronomia	0	5	41	0,0500	2,000	103
Aqüicultura	18	4	0	0,1250	2,000	126
Arquitetura e Urbanismo	29	4	45	0,1200	1,500	219
Artes Visuais	6	4	41	0,1150	1,500	93
Bacharelado em Ciência e Tecnologia	0	3	1155	0,0820	2,000	1733
Biblioteconomia	33	4	42	0,1200	1,000	157
Biomedicina	17	4	94	0,1250	2,000	307
Ciências Atuariais	0	4	50	0,1325	2,000	100
Ciências Biológicas	150	4	261	0,1250	2,000	1572
Ciências Contábeis - Caicó	33	4	58	0,1200	1,000	173
Ciências Contábeis - Natal	115	4	189	0,1200	1,000	589
Ciências da Computação	17	4	56	0,1325	1,500	174
Ciências Econômicas	32	4	114	0,1200	1,000	225
Ciências Sociais	53	4	144	0,1000	1,000	324
Comunicação Social	129	4	299	0,1000	1,000	738
Dança	0	4	40	0,1150	1,500	60
Design	0	4	43	0,1150	1,500	65
Direito - Caicó	34	5	60	0,1200	1,000	223
Direito - Natal	166	5	197	0,1200	1,000	968
Ecologia	24	4	87	0,1250	2,000	342
Educação Artística	18	4	0	0,1150	1,500	93
Educação Física	59	5	98	0,0660	1,500	545
Enfermagem - Santa Cruz	0	5	49	0,0660	1,500	92
Enfermagem	142	5	173	0,0660	1,500	1193
Engenharia Ambiental	0	5	10	0,0820	2,000	25
Engenharia Biomédica	0	5	3	0,0820	2,000	8
Engenharia Civil	72	5	122	0,0820	2,000	904
Engenharia de Alimentos	0	5	55	0,0820	2,000	138
Engenharia de Aquicultura	0	5	93	0,0820	2,000	233
Engenharia de Computação	29	5	4	0,0820	2,000	251
Engenharia de Materiais	27	5	0	0,0820	2,000	225
Engenharia de Petróleo	0	5	30	0,0820	2,000	75
Engenharia de Produção	28	5	91	0,0820	2,000	460
Engenharia de Software	0	5	43	0,0820	2,000	108
Engenharia de Telecomunicações	0	5	5	0,0820	2,000	13
Engenharia Elétrica	41	5	108	0,0820	2,000	611
Engenharia Florestal - Macaíba	0	5	41	0,0820	2,000	103
Engenharia Mecânica	70	5	5	0,0820	2,000	595
Engenharia Química	66	5	91	0,0820	2,000	777
Engenharia Têxtil	9	5	82	0,0820	2,000	280
Estatística	18	4	54	0,1325	1,500	176
Farmácia	85	5	196	0,0660	2,000	1184

Cursos	N _{DI}	D _{PC}	N _I	Fator de retenção	Peso Curso	AGE
Filosofia	41	4	74	0,1000	1,000	213
Física	28	4	137	0,1325	2,000	472
Fisioterapia	32	5	44	0,0660	1,500	278
Fisioterapia - Santa Cruz	0	5	42	0,0660	1,500	79
Fonoaudiologia	0	5	40	0,0660	1,500	75
Geofísica	0	4	47	0,1325	2,000	94
Geografia - Caicó	33	4	117	0,1000	1,000	229
Geografia - Natal	54	4	130	0,1000	1,000	314
Geologia	25	4	32	0,1325	2,000	241
Gestão de Políticas Públicas	0	4	126	0,1000	1,000	126
Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde	0	4	49	0,1000	1,000	49
História - Caicó	52	4	111	0,1000	1,000	288
História - Natal	66	4	164	0,1000	1,000	388
Letras - Currais Novos	35	4	102	0,1150	1,000	223
Letras - Natal	90	4	196	0,1150	1,000	507
Matemática - Caicó	36	4	42	0,1325	1,500	254
Matemática - Natal	44	4	142	0,1325	1,500	446
Medicina	93	6	113	0,0650	4,500	2809
Música	44	4	84	0,1150	1,500	354
Nutrição	35	5	87	0,0660	2,000	503
Nutrição - Santa Cruz	0	5	40	0,0660	2,000	100
Odontologia	60	5	91	0,0650	4,500	1612
Pedagogia - Caicó	30	4	48	0,1000	1,000	150
Pedagogia - Natal	146	4	182	0,1000	1,000	678
Psicologia	43	5	65	0,1000	1,000	264
Química	67	4	186	0,1325	2,000	845
Química do Petróleo	3	4	52	0,1325	2,000	125
Serviço Social	80	4	105	0,1200	1,000	383
Sistema de Informação - Caicó	0	4	55	0,1325	1,500	83
Teatro	7	4	41	0,1150	1,500	98
Turismo	73	4	89	0,1200	1,000	343
Turismo - Currais Novos	25	4	52	0,1200	1,000	139
Zootecnia	39	5	49	0,0650	4,500	991
TOTAL	2984	-	7555	-	-	31018

1) Número de Diplomados (N_{DI}) - foram utilizados os diplomados e os alunos que integralizaram o currículo dos semestres letivos 2010.2 e 2011.1.

2) Duração padrão do curso (D_{PC}) - Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com a tabela e metodologia da SESu

3) Número de ingressantes (N_I) - foram utilizados o número de ingressantes (1º e 2º semestres) do ano letivo correspondente ao exercício de 2011.

Cálculo dos Componentes

DECISÃO TCU Nº 408/2002-PLENÁRIO

AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral

$$AGTI = \{(N_{DI} * D_{PC}) / (1 + [\text{Fator de Retenção}])\} + \{(N_i - N_{DI}) / 4\} * D_{PC}$$

ANO: 2011

Cursos	N _{DI}	D _{PC}	N _i	F.R	AGTI
Administração - Currais Novos	39	4	53	0,1200	188,72
Administração - Natal	144	4	199	0,1200	700,12
Agronomia	0	5	41	0,0500	51,25
Aqüicultura	18	4	0	0,1250	63,00
Arquitetura e Urbanismo	29	4	45	0,1200	145,92
Artes Visuais	6	4	41	0,1150	61,76
Bacharelado em Ciência e Tecnologia	0	3	1155	0,0820	866,25
Biblioteconomia	33	4	42	0,1200	156,84
Biomedicina	17	4	94	0,1250	153,50
Ciências Atuariais	0	4	50	0,1325	50,00
Ciências Biológicas	150	4	261	0,1250	786,00
Ciências Contábeis - Caicó	33	4	58	0,1200	172,84
Ciências Contábeis - Natal	115	4	189	0,1200	589,20
Ciências da Computação	17	4	56	0,1325	116,01
Ciências Econômicas	32	4	114	0,1200	225,36
Ciências Sociais	53	4	144	0,1000	324,20
Comunicação Social	129	4	299	0,1000	737,60
Dança	0	4	40	0,1150	40,00
Design	0	4	43	0,1150	43,00
Direito - Caicó	34	5	60	0,1200	222,90
Direito - Natal	166	5	197	0,1200	968,35
Ecologia	24	4	87	0,1250	171,00
Educação Artística	18	4	0	0,1150	62,28
Educação Física	59	5	98	0,0660	363,22
Enfermagem - Santa Cruz	0	5	49	0,0660	61,25
Enfermagem	142	5	173	0,0660	795,61
Engenharia Ambiental	0	5	10	0,0820	12,50
Engenharia Biomédica	0	5	3	0,0820	3,75
Engenharia Civil	72	5	122	0,0820	452,02
Engenharia de Alimentos	0	5	55	0,0820	68,75
Engenharia de Aquicultura	0	5	93	0,0820	116,25
Engenharia de Computação	29	5	0	0,0820	120,64
Engenharia de Materiais	27	5	0	0,0820	112,32
Engenharia de Petróleo	0	5	30	0,0820	37,50
Engenharia de Produção	28	5	91	0,0820	230,23
Engenharia de Software	0	5	43	0,0820	53,75
Engenharia de Telecomunicações	0	5	5	0,0820	6,25
Engenharia Elétrica	41	5	108	0,0820	305,56
Engenharia Florestal - Macaíba	0	5	41	0,0820	51,25
Engenharia Mecânica	70	5	5	0,0820	297,45
Engenharia Química	66	5	91	0,0820	388,31
Engenharia Têxtil	9	5	82	0,0820	139,94
Estatística	18	4	54	0,1325	117,54
Farmácia	85	5	196	0,0660	591,80
Filosofia	41	4	74	0,1000	213,40
Física	28	4	137	0,1325	235,84
Fisioterapia	32	5	44	0,0660	185,56
Fisioterapia - Santa Cruz	0	5	42	0,0660	52,50

Cursos	N_{DI}	D_{PC}	N_I	F.R	AGTI
Fonoaudiologia	0	5	40	0,0660	50,00
Geofísica	0	4	47	0,1325	47,00
Geografia - Caicó	33	4	117	0,1000	229,20
Geografia - Natal	54	4	130	0,1000	313,60
Geologia	25	4	32	0,1325	120,25
Gestão de Políticas Públicas	0	4	126	0,1000	126,00
Gestão em Sistemas e Serviços de	0	4	49	0,1000	49,00
História - Caicó	52	4	111	0,1000	287,80
História - Natal	66	4	164	0,1000	388,40
Letras - Currais Novos	35	4	102	0,1150	223,10
Letras - Natal	90	4	196	0,1150	507,40
Matemática - Caicó	36	4	42	0,1325	169,08
Matemática - Natal	44	4	142	0,1325	297,32
Medicina	93	6	113	0,0650	624,27
Música	44	4	84	0,1150	236,24
Nutrição	35	5	87	0,0660	251,55
Nutrição - Santa Cruz	0	5	40	0,0660	50,00
Odontologia	60	5	91	0,0650	358,25
Pedagogia - Caicó	30	4	48	0,1000	150,00
Pedagogia - Natal	146	4	182	0,1000	678,40
Psicologia	43	5	65	0,1000	264,00
Química	67	4	186	0,1325	422,51
Química do Petróleo	3	4	52	0,1325	62,59
Serviço Social	80	4	105	0,1200	383,40
Sistema de Informação - Caicó	0	4	55	0,1325	55,00
Teatro	7	4	41	0,1150	65,22
Turismo	73	4	89	0,1200	343,04
Turismo - Currais Novos	25	4	52	0,1200	139,00
Zootecnia	39	5	49	0,0650	220,18
TOTAL	2984	-	7551	-	19021

1) Número de Diplomados (Ndi) - foram utilizados os diplomados e os alunos que integralizaram o currículo dos semestres letivos 2010.2 e 2011.1.

2) Duração padrão do curso (DPC) - Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com a tabela e metodologia da SESu

3) Número de ingressantes (Ni) - foram utilizados o número de ingressantes (1º e 2º semestres) do ano letivo correspondente ao exercício de 2011.

Cálculo dos componentes
DECISÃO TCU Nº 4008/2002 - PLENÁRIO

ANO: 2011

CURSOS	AG
Administração - Currais Novos	209
Administração - Natal	912
Agronomia	34
Aqüicultura	31
Arquitetura e Urbanismo	211
Artes Visuais	133
Bac em Ciência e Tecnologia	2.467
Biblioteconomia	133
Biomedicina	248
Ciências Atuariais	97
Ciências Biológicas	860
Ciências Contábeis - Caicó	236
Ciências Contábeis - Natal	786
Ciências da Computação	244
Ciências Econômicas	449
Ciências Sociais	468
Comunicação Social	1.050
Dança	107
Design	112
Direito - Caicó	235
Direito - Natal	1.017
Ecologia	244
Educação Artística	19
Educação Física	383
Enfermagem - Santa Cruz	146
Enfermagem	509
Engenharia Ambiental	4
Engenharia Biomédica	3
Engenharia Civil	652
Engenharia de Alimentos	184
Engenharia de Aquicultura	81
Engenharia de Computação	218
Engenharia de Materiais	91
Engenharia de Petróleo	61
Engenharia de Produção	355
Engenharia de Software	63
Engenharia de Telecomunicações	2
Engenharia Elétrica	493
Engenharia Florestal - Macaíba	103
Engenharia Mecânica	318
Engenharia Química	330
Engenharia Têxtil	237
Estatística	174
Farmácia	672
Filosofia	284
Física	378
Fisioterapia	207
Fisioterapia - Santa Cruz	113
Fonoaudiologia	117
Geofísica	146
Geografia - Caicó	301

CURSOS	AG
Geografia - Natal	432
Geologia	173
Gestão de Políticas Públicas	305
Gestão em Sistemas e Serviços de S	120
História - Caicó	263
História -Natal	562
Letras - Currais Novos	336
Letras - Natal	669
Matemática - Caicó	132
Matemática - Natal	460
Medicina	619
Música	277
Nutrição	263
Nutrição - Santa Cruz	114
Odontologia	369
Pedagogia - Caicó	188
Pedagogia - Natal	772
Psicologia	244
Química	650
Química do Petróleo	165
Serviço Social	397
Sistema de Informação - Caicó	140
Teatro	113
Turismo	323
Turismo - Currais Novos	171
Zootecnia	110
Zootecnia - Macaíba	136
TOTAL	25.430,00

Obs: 1) Foram considerados, no cálculo, todos os alunos registrados no ano letivo referente ao exercício em cursos de graduação, ministrados nos turnos diurno e noturno;

2) Não foram considerados no cálculo, os alunos de ensino a distância, os da probásica e nem os alunos especiais.

Cálculo dos Componentes DECISÃO TCU Nº 408/2002-PLENÁRIO

APGTI = Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Graduação

ApgTI = 2*Apg

APG = números de Alunos regularmente matriculados em cursos de pós-Graduação

ANO 2011

Cursos	APG	ApgTI	Conceito CAPES - Mestrado	Conceito CAPES - Doutorado	Soma CAPES	Soma dos Cursos Avaliados
Administração	85	170	4	4	8	2
Antropologia Social	27	54	3		3	1
Arquitetura e Urbanismo	64	128	4	4	8	2
Artes Cênicas	31	62	3		3	1
Bioquímica	71	142	4	4	8	2
Biotecnologia**	25	50		5	5	1
Ciência e Engenharia de Materiais	194	388	6	6	12	2
Ciência e Engenharia do Petróleo	170	340	3	3	6	2
Ciências Biológicas	61	122	3		3	1
Ciências Climáticas	24	48		4	4	1
Ciências Contábeis**	32	64	4	4	8	2
Ciências da Saúde	209	418	5	5	10	2
Ciências Farmaceuticas	79	158	3		3	1
Ciências Sociais	174	348	4	4	8	2
Demografia	19	38	3		3	1
Desenvolvimento e Inov Tec em Med	17	34		4	4	1
Desenvolvimento e Meio Ambiente	61	122	4	4	8	2
Direito	97	194	4		4	1
Ecologia	57	114	4	4	8	2
Economia	37	74	3		3	1
Educação	265	530	5	5	10	2
Educação Física	10	20	3		3	1
Enfermagem	55	110	4		4	1
Engenharia Civil	25	50	3		3	1
Engenharia de Produção	67	134	3		3	1
Engenharia Elétrica e de Computação	282	564	4	4	8	2
Engenharia Mecânica	167	334	4	4	8	2
Engenharia Química	129	258	4	4	8	2
Engenharia Sanitária	41	82	3		3	1
Estudo da Linguagem	286	572	4	4	8	2
Estudos de Mídia	7	14	3		3	1
Estudos Urbanos e Regionais	30	60	3		3	1
Filosofia	63	126	4	4	8	2
Física	102	204	6	6	12	2
Fisioterapia	47	94	3		3	1
Geodinâmica e Geofísica	58	116	4	4	8	2
Geografia	45	90	4		4	1
História	62	124	3		3	1
Matemática Aplicada e Estatística	26	52	3		3	1
Nanotecnologia Farmacêutica (D)*	0	0		4	4	1
Neurociências	23	46	4	4	8	2
Odontologia	22	44	3		3	1
Patologia oral	31	62	4	4	8	2
Produção Animal	52	104	3		3	1
Psicobiologia	105	210	5	5	10	2
Psicologia	128	256	5	5	10	2

Química	177	354	4	4	8	2
Saúde Coletiva*	59	118		4	4	1
Serviço Social	29	58	3		3	1
Sistema e Computação	141	282	4	4	8	2
Sistemática e Evolução	11	22	4		4	1
Turismo	44	88	3		3	1
TOTAL	4123	8246	176	124	300	76

Conceito Capes para pós-graduação	Soma CAPES	3,95
	Soma dos cursos	

Obs: * Cursos novos(2011).

** Cursos em convênio com outras IFES.

Cálculo dos componentes
DECISÃO TCU Nº 4008/2002 - PLENÁRIO

ARTI = Número de Alunos Tempo
Integral de Residência

$ArTI = 2*Ar$

AR = números de Alunos residentes

ANO: 2011

Cursos	Ar	ArTI = 2*Ar
Residência Médica		
Anestesiologia	4	8
Cardiologia	4	8
Cirurgia Geral	10	20
Cirurgia Videolaparoscópica	2	4
Clinica Médica	20	40
Dermatologia	6	12
Endoscopia Ginecológica	1	2
Endocrinologia	2	4
Endocrinologia Pediátrica	1	2
Gastroenterologia	3	6
Gastroenterologia - Endoscopia Digestiva	1	2
Gastroenterologia - Hepatologia	1	2
Ginecologia e Obstetrícia	24	48
Infectologia	5	10
Medicina de Família e Comunidade (HUAB)	2	4
Medicina de Família e Comunidade (HUOL)	1	2
Neonatologia Pediátrica	2	4
Neurocirurgia	3	6
Neurologia	3	6
Neurologia Pediátrica	1	2
Oftalmologia	12	24
Otorrinolaringologia	4	8
Patologia	5	10
Pediatria (HOSPED)	15	30
Pediatria (HUAB)	2	4
Psiquiatria	4	8
Radiologia	6	12
Urologia	3	6
TOTAL	147	294

Cálculo dos Componentes
DECISÃO TCU Nº 408/2002-PLenÁRIO

Número de Professores
2011

Corpo Docente/Titulação(Quadro permanente)	Regime de Trabalho		
	20H	40H	Ded. Escl
	Quant ^{ta} * 0,50	Quant ^{ta} * 1,00	Quant ^{ta} * 1,00
20/horas por semana peso 0,5 40/horas e DE peso 1,0			
Graduação	12	5	9
Especialização	58	20	57
Mestrado	97	25	301
Doutorado	40	53	1241
Totais c/ peso	103,5	103	1608
Total s/ peso	207	103	1608

Corpo Docente/Titulação(Quadro permanente)	TOTAIS QUADRO C/PESO JORNADA	TOTAIS C/PESO QUALIFICAÇÃO
Graduação	20	26
Especialização	106	270
Mestrado	374,5	1269
Doutorado	1314	6670
Totais c/ peso	1814,5	8235
Total s/ peso	1918	

Corpo Docente/Titulação(Substituto)	Regime de Trabalho		
	20H	40H	Ded. Escl
	Quant ^{ta} * 0,5	Quant ^{ta} * 1,00	Quant ^{ta} * 1,00
20/horas por semana peso 0,5 40/horas e DE peso 1,0			
Graduação	32	48	0
Especialização	25	12	0
Mestrado	28	69	0
Doutorado	2	11	0
Totais c/ peso	43,5	140	0
Total s/ peso	87	140	0

Corpo Docente/Titulação(Substituto)	TOTAIS QUADRO C/PESO JORNADA	TOTAIS C/PESO QUALIFICAÇÃO
Graduação	64	80
Especialização	24,5	74
Mestrado	83	291
Doutorado	12	65
Totais c/ peso	183,5	510
Total s/ peso	227	

Corpo Docente/Titulação afastado p/ capacitação ou cedido p/ outro órgão ou entidade da administração pública	Regime de Trabalho		
	20H	40H	Ded. Escl
	Quant ^a * 0,50	Quant ^a * 1,00	Quant ^a * 1,00
20/horas por semana peso 1,0 40/horas e DE peso 1,0			
Graduação	0	1	2
Especialização	3	0	4
Mestrado	0	6	45
Doutorado	0	3	57
Totais c/ peso	1,5	10	108
Total s/ peso	3	10	108

Corpo Docente/Titulação(Cedidos ou Afastados)	TOTAIS QUADRO C/PESO JORNADA	TOTAIS C/PESO QUALIFICAÇÃO
Graduação	3	3
Especialização	5,5	14
Mestrado	51	153
Doutorado	60	300
Totais c/ peso	119,5	470
Total s/ peso	121	

Número de professores equivalente (Regime de Trabalho)	1878,5
(+) Corpo Docente Quadro Permanente	1814,5
(+) Corpo Docente Substituto	183,5
(-) Corpo Docente Afastado p/ capacitação ou Cedido	119,5

Número de professores (Qualificação)	8275
(+) Corpo Docente Quadro Permanente	8235
(+) Corpo Docente Substituto	510
(-) Corpo Docente Afastado p/ capacitação ou Cedido	470

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,09
---	-------------

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) =	$\frac{(5D+3M+2E+G)}{(D+M+E+G)}$
---	----------------------------------

Cálculo dos Componentes DECISÃO TCU Nº 408/2002-PLENÁRIO

ANO: 2011

Número de funcionários

Funcionários Vinculados à UFRN	Com hospitais	Sem Hospitais
20 horas por semana peso 0,50	185	31
30 horas por semana peso 0,75	70	43
40 horas por semana peso 1,00	2.947	2.010
Total Sem Peso	3.202	2.084
Total Com Peso	3.092,00	2.057,75

Funcionários afastados para capacitação ou cedidos	Com hospitais	Sem Hospitais
20 horas por semana peso 0,50	2	1
30 horas por semana peso 0,75	1	1
40 horas por semana peso 1,00	35	27
Total Sem Peso	38	29
Total Com Peso	36,75	28,25

Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços	Com hospitais	Sem Hospitais
20 horas por semana peso 0,50	0	0
30 horas por semana peso 0,75	287	50
40 horas por semana peso 1,00	1.297	1.084
Total Sem Peso	1.584	1.134
Total Com Peso	1.512,25	1.121,50

Número de funcionários equivalente	Com hospitais	Sem Hospitais
Servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade	3.092,00	2.057,75
Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços	1.512,25	1.121,50
Funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício	36,75	28,25
TOTAL	4.567,50	3.151,00

Cálculo dos Componentes 2011
DECISÃO TCU Nº 408/2002-PLENÁRIO

CURSO	Local	Turno	Dur. Ano	Todas as Entradas								Total Ingressantes
				2005		2006		2007		2008		
				05.1	05.2	06.1	06.2	07.1	07.2	08.1	08.2	
				Ni1	Ni2	Ni1	Ni2	Ni3	Ni4	Ni5	Ni6	
Curso	Local	Turno	duracao	n1	n2	n3	n4	n5	n6	n7	n8	Ingressante
Administração	C.Novos	T/N	5			45	0					45
Administração	Natal	M	5			45	46					91
Administração	Natal	N	5			45	45					90
Aquicultura	Natal	M	4					30	0			30
Arquitetura e Urbanismo	Natal	M/T/N	5			20	20					40
Artes visuais	Natal	M	4					25	0			25
Biblioteconomia	Natal	T	4					35	0			35
Biomedicina	Natal	M	4					0	30			30
Ciências Biológicas ⁽¹⁾	Natal	M/T- N	5			66	68					134
Ciências Contábeis	Caicó	M/N	5			46	1					47
Ciências Contábeis	Natal	M	5			53	1					54
Ciências Contábeis	Natal	N	5			42	40					82
Ciências da Computação	Natal	M/T	5			53	2					55
Ciências Econômicas	Natal	M	4					5	50			55
Ciências Econômicas	Natal	N	4,5				1	51				52
Ciências Sociais	Natal	M	4					64	1			65
Ciências Sociais	Natal	N	4					68	5			73
Comunicação Social	Natal	M/T	4,5				22	80				102
Comunicação Social	Natal	N	4,5				74	23				97
Direito	Caicó	T/N	5			42	3					45
Direito	Natal	M	5			48	48					96
Direito	Natal	N	5,5		43	49						92
Ecologia	Natal	M	4					0	31			31
Educação Física	Natal	T/N	5			44	42					86
Enfermagem ⁽¹⁾	Santa Cruz	M/T	5									
Enfermagem ⁽¹⁾	Natal	M/T	5			41	40					81
Engenharia Civil	Natal	M/T/N	5			53	51					104
Engenharia de Alimentos	Natal	M/T/N	5			0	31					31
Engenharia da computação	Natal	T/N	4,5				39	33				72
Engenharia de Materiais	Natal	M/T/N	5			40	0					40

CURSO	Local	Turno	Dur. Ano	Todas as Entradas								Total Ingressantes		
				2005		2006		2007		2008				
				05.1	05.2	06.1	06.2	07.1	07.2	08.1	08.2			
				Ni1	Ni2	Ni1	Ni2	Ni3	Ni4	Ni5	Ni6			
Engenharia de Produção	Natal	T/N	5			45	1					46		
Engenharia Elétrica	Natal	M/T/N	5			46	45					91		
Engenharia Mecânica	Natal	M/T/N	5			40	41					81		
Engenharia Química	Natal	M/T/N	5			31	30					61		
Engenharia Têxtil	Natal	T/N	5			47	0					47		
Estatística	Natal	M	4					51	2			53		
Farmácia ⁽¹⁾	Natal	M/T	4					48	48			96		
Filosofia	Natal	N	4					72	14			86		
Física	Natal	M/T	4					61	1			62		
Física	Natal	N	4					59	0			59		
Fisioterapia	Natal	M/T	5			3	30					33		
Geofísica	Natal	M	4					0	0			0		
Geografia	Caicó	M/T	4					46	0			46		
Geografia	Natal	M	4					63	4			67		
Geografia	Natal	N	4					53	6			59		
Geologia	Natal	M/T	5			30	0					30		
História	Caicó	M/T	4					46	0			46		
História	Natal	M	5			50	0					50		
História	Natal	N	4,5				1	54	0			55		
Letras	C.Novos	T/N	4					54	1			55		
Letras	Natal	M	5			78	5					83		
Letras	Natal	N				3	41					44		
Matemática	Caicó	M/T	4					42	1			43		
Matemática	Natal	M/T	4					88	10			98		
Matemática	Natal	N	4					59	1			60		
Medicina	Natal	M/T/N	6	47	46							93		
Música	Natal	M/T	4					56	0			56		
Nutrição	Natal	M/T	5			21	20					41		
Odontologia	Natal	M/T	4,5				36	36				72		
Pedagogia	Caicó	M/N	4,5				0	42				42		
Pedagogia	Natal	N	4,5				40	40				80		
Pedagogia	Natal	T	4,5				42	41				83		
Psicologia ⁽¹⁾	Natal	M/T	5			46	0					46		
Química	Natal	M/T	4					109	28			137		
Química	Natal	N	5			31	5					36		
Química do Petróleo	Natal	M	4					0	0			0		
Serviço Social	Natal	M/T	5			41	40					81		
Teatro	Natal	M	4					27	0			27		
Turismo	C. Novos	I	4					40	0			40		
Turismo	Natal	T	5			40	41					81		
Zootecnia	Natal	M/T	4,5				30	31				61		
Total						47	89	1284	1022	1632	233	0	0	4307

FONTE: Pró-Reitoria de Planejamento

$$\frac{\text{No Diplomados Ndi}}{\text{No Total de Alunos I}} = \frac{2984}{4307} = 0,69$$

CURSO	Local	Turno	Dur. Ano	Todas as Entradas								Total Ingressantes
				2005		2006		2007		2008		
				05.1	05.2	06.1	06.2	07.1	07.2	08.1	08.2	
				Ni1	Ni2	Ni1	Ni2	Ni3	Ni4	Ni5	Ni6	

(1) Não foram considerados os reingressantes para apostilamento, ou seja, alunos que voltaram para concluir uma outra licenciatura no mesmo curso (Comunicação Social, Ciências Sociais, Educação Artística, Farmácia, Letras e Turismo).

Ndi - Número de Diplomados

Foram utilizados os diplomados dos semestres letivos 2010.2 e 2011.1.

Nº total de alunos ingressantes

Para o cálculo dos ingressantes, foram considerados o ano do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso na UFRN. Assim, para cursos com duração de 4 anos, foram considerados o número de ingressantes de quatro anos letivos atrás; para cursos com duração de 5 anos, foram considerados os ingressantes de cinco anos letivos atrás, para cursos de 6 anos, foram considerados os ingressantes de seis anos atrás.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO
CÁLCULO DOS INDICADORES DE GESTÃO - ANO: 2011
DECISÃO TCU Nº 408/2002-PLENÁRIO
RESULTADOS

1.A - Custo Corrente com Hospitais

Despesas correntes da Univ., com todas as Ugs, inclusive hospitais universitários, se houver (conta nº 3300000)	1.027.758.774,19
65% das despesas correntes do(s) hospital (is) universitário (s) e maternidade	117.189.401,47
Aposentadorias e Reformas (conta nº 3319001)	227.881.809,05
Pensões (conta nº 3319003)	33.629.127,80
Sentenças Judiciais (conta nº 3319091)	27.366.785,07
Despesas com pessoal cedido - docente	1.123.162,23
Despesas com pessoal cedido - técnico-administ.	1.209.124,45
Despesa com afast. país/exterior - docente	5.188.621,63
Despesa com afast. país/exterior - técnico-administ.	2.499.498,83
TOTAL	611.671.243,66

1.B - Custo Corrente sem Hospitais

Despesas correntes totais da IFES (conta nº 3300000)	1.027.758.774,19
100% das despesas correntes do hospital universitário	180.291.386,88
Aposentadorias e Reformas (conta nº 3319001)	227.881.809,05
Pensões (conta nº 3319003)	33.629.127,80
Sentenças Judiciais (conta nº 3319091)	27.366.785,07
Despesas com pessoal cedido - docente	1.123.162,23
Despesas com pessoal cedido - técnico-administ.	1.209.124,45
Despesa com afast. país/exterior - docente	5.188.621,63
Despesa com afast. país/exterior - técnico-administ.	2.499.498,83
TOTAL	548.569.258,25

AGTI	19.021,09
APGTI	8.246,00
ARTI	294,00
ALUNO TEMPO INTEGRAL	27.561,09

AGE	31.018,28
APGTI	8.246,00
ARTI	294,00
ALUNO EQUIVALENTE	39.558,28

PROFESSOR EQUIVALENTE	1.878,50
------------------------------	-----------------

FUNCIONARIOS EQUIVALENTES COM HU	4.567,50
---	-----------------

FUNCIONARIOS EQUIVALENTES SEM HU	3.151,00
---	-----------------

1 A) Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente = Custo Corrente com HU /(AGE + APGTI + ARTI) = 15462,53

$$1 \text{ B) } \text{Custo Corrente sem HU/ Aluno Equivalente} = \text{Custo Corrente sem HU} / (\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI})$$

$$= 13867,37$$

$$2) \text{ Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente} = (\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{N}^\circ \text{ Professores Equivalentes}$$

$$= 14,67$$

$$3.A) \text{ Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU} = (\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{N}^\circ \text{ Funcionários}$$

$$= 6,03$$

$$3.B) \text{ Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU} = (\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{N}^\circ \text{ Funcionários}$$

$$= 8,75$$

$$4.A) \text{ Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente} = \text{N}^\circ \text{ de Funcionários} / \text{N}^\circ \text{ de Professores equivalentes}$$

$$= 2,43$$

$$4.B) \text{ Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente} = \text{N}^\circ \text{ de Funcionários} / \text{N}^\circ \text{ de Professores equivalentes}$$

$$= 1,68$$

AGTI	19.021
AG	25.430

$$5) \text{ Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \text{AGTI} / \text{AG}$$

$$= 0,75$$

APG	4.123
AG	25.430

$$6) \text{ Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)} = \text{APG} / (\text{AG} + \text{APG})$$

$$= 0,14$$

Soma dos conceitos de todos os cursos de pós-grad	300
Número de cursos de pós-grad.	76

$$7) \text{ Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação} = \frac{\text{Soma dos conceitos dos cursos pós-grad.}}{\text{Núm. de cursos de pós-graduação}}$$

$$= 3,95$$

$$8) \text{ Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)} = \frac{(5D+3M+2E+G)}{(D+M+E+G)}$$

$$= 4,09$$

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO**

**CÁLCULO DOS INDICADORES DE GESTÃO - ANO: 2011
DECISÃO TCU Nº 408/2002-PLENÁRIO
RESUMO DOS INDICADORES**

COMPONENTES

9.1.1.1 - Custo Corrente incluindo 35% das despesas dos Hospitais Universitários(HUs)	611.671.243,66
9.1.1.2 - Custo Corrente excluindo as despesas dos HUs	548.569.258,25
9.1.1.3 - Número de alunos tempo integral	27.561,09
9.1.1.3.1 - Número de alunos equivalentes	39.558,28
9.1.1.3 - Número de professores equivalentes	1.878,50
9.1.1.5 - Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HUs	4.567,50
9.1.1.6 - Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HUs	3.151,00

INDICADORES

9.1.2.1.0 - Custo Corrente / aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas dos HUs)	15.462,53
9.1.2.1.1 - Custo Corrente / aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas dos HUs)	13.867,37
9.1.2.2 - Aluno tempo integral / número de professores equivalentes	14,67
9.1.2.3.0 - Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (incluindo funcionários a serviço nos HUs)	6,03
9.1.2.3.1 - Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (excluindo funcionários a serviço nos HUs)	8,75
9.1.2.4.0 - Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (incluindo funcionários a serviço nos HUs)	2,43
9.1.2.4.1 - Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (excluindo funcionários a serviço nos HUs)	1,68
9.1.2.5 - Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,75
9.1.2.6 - Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,14
9.1.2.7 - Conceito CAPES	3,95
9.1.2.8 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,09
9.1.2.8 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,69

17. RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA – FUNPEC

Quadro 57 – Projetos desenvolvidos pela FUNPEC no exercício de 2011 (Parte C, Item 7 da Decisão Normativa nº 108/2010 do TCU)

CONVÊNIO Nº 150/2007 UFRN/FUNPEC

Objeto: Executar projeto de natureza acadêmica de ensino para habilitar professores da educação infantil, em nível médio, visando elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes em exercício, contribuir para a qualidade social da educação de crianças de 0 a 6 anos, de acordo com os objetivos gerais do PROINFANTIL, para os estados do CE, PE e RN.

Vigência: 19/12/2007 a 31/07/2012

Valor: R\$ 2.716.927,60

Recursos Humanos: 21 professores; 3 técnico-administrativos; 02 estudantes

Recursos Materiais: Instalações do Núcleo de Educação Infantil

CONTRATO 3373.21.1411

Objeto: Aprofundar as relações institucionais entre o Observatório Nacional e a UFRN no âmbito do ensino de graduação e pós-graduação e pesquisa, nas áreas de Astronomia e Geofísica, intensificando, assim, o fluxo de estudantes e pesquisadores entre a Universidade e o Observatório Nacional. Serão organizados *workshops* e desenvolvidos ferramentas computacionais e trabalhos de campo na área de Geofísica, bem como serão publicados artigos técnicos e científicos e, ainda, dará oportunidade a alunos de aprenderem e debaterem ciência com pesquisadores experientes, e também trabalharem habilidades específicas nas áreas do projeto.

Vigência: 30/12/2011 a 29/12/2013

Valor: R\$ 594.000,00

Recursos Humanos: 15 professores; 5 técnico-administrativos; 17 estudantes

Recursos Materiais: Laboratórios de Astronomia e Astrofísica do DEF

CONTRATO 3269.21.1411

Objeto: Avaliação do programa nacional de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica (PMAQ-AB) nos municípios dos estados do RN, CE e PI. Além disso, pretende certificar as equipes de atenção básicas; realizar um censo para avaliar as condições de infraestrutura da rede básica da saúde; verificar a satisfação dos usuários em relação ao desempenho do sistema, ao atendimento clínico e de saúde bucal e uso de planos privados de saúde; avaliar a percepção dos profissionais das equipes, entre outros. Também espera como resultado a consolidação do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva da UFRN; avaliar a qualidade de indicadores de saúde e segurança de pacientes; integrar docentes e alunos de graduação de diferentes cursos da área de saúde da UFRN; incorporação de docentes dos programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Ciências da Saúde e Mestrado Profissional em Saúde da Família.

Vigência: 30/12/2011 a 29/12/2012

Valor: R\$ 1.701.609,00

Recursos Humanos: 10 professores; 2 técnico-administrativos; 6 estudantes

Recursos Materiais: Instalações do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Ciências da Saúde e do Departamento de Saúde Coletiva.

CONTRATO 3272.21.1411

Objeto: Avaliar e selecionar 43 periódicos inscritos no Programa Nacional da Biblioteca Escolar – PNBE/2012. Para isso, será realizada pré-análise, análise e discussão/consolidação dos resultados junto à Secretaria de Educação Básica (SEB). Como resultados estão previstas: apresentação de referencial teórico para compreender quais colaborações o material didático oferece aos professores da Educação Básica, no

âmbito da formação continuada e da prática; formação de professores; e criação de banco de dados resultantes das análises dos periódicos.

Vigência: 30/12/2011 a 29/06/2012

Valor: R\$ 184.584,20

Recursos Humanos: 6 professores; 1 técnico-administrativo; 2 estudantes

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados

CONTRATO 3271.21.1411

Objeto: Execução de um projeto acadêmico de ensino – *latu sensu* sob o título “CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL”, que consiste em formar, em nível de especialização, professores, coordenadores, diretores de creches e pré-escolas da rede pública e da rede privada, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e equipes de educação infantil dos sistemas públicos de ensino. Objetiva ainda, propiciar aos profissionais da educação infantil oportunidades de analisar e desenvolver propostas de organização do trabalho pedagógico para creches e pré-escolas, bem como realizar estudos e diagnósticos e propor estratégias para a melhoria da educação infantil em seu contexto de trabalho. Pretende, ainda, certificar 290 professores especialistas e publicar 290 monografias.

Vigência: 30/12/2011 a 29/06/2012

Valor: R\$ 179.635,00

Recursos Humanos: 4 professores

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados

CONTRATO 141/2009

Objeto: Execução de um projeto acadêmico intitulado "IMPLANTAÇÃO E OFERTA DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA E MATEMÁTICA DA UFRN NA MODALIDADE À DISTÂNCIA NO SISTEMA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) PARA O 5º E O 6º SEMESTRES.", visando contribuir para a formação de profissionais da educação, resultando na melhoria dos índices educacionais da região Nordeste.

Vigência: 22/12/2009 a 31/12/2011

Valor: R\$ 231.035,50

Recursos Humanos: 49 professores

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO 146/2009

Objeto: Executar um projeto acadêmico intitulado “PRIMEIRO ANO (1º E 2º SEMESTRES) DOS CURSOS DE BACHARELADO À DISTÂNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, pós-graduação *latu sensu* em gestão pública, visando a formação de profissionais com amplo conhecimento de administração pública, para atuarem nas três esferas de governo.

Vigência: 18/12/2009 a 31/12/2012

Valor: R\$ 957.360,70

Recursos Humanos: 52 professores

Recursos Materiais: Estrutura da Secretaria de Educação à Distância - SEDIS

CONVÊNIO Nº 101/2004 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução de projeto acadêmico para desenvolvimento de ações voltadas para ampliação e qualificação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, com ampliação de espaços acadêmicos, para a redução do déficit de seus espaços, para a ampliação do acesso de alunos à Universidade, criação de condições para funcionamento de um Núcleo de Reabilitação de pessoas com deficiência, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras dos professores.

Vigência: 23/12/2004 a 31/03/2011

Valor: R\$ 5.443.970,42

Recursos Humanos: não estão claramente explicitados.

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 128/2003 UFRN/FUNPEC

Objeto: Criação do Núcleo Odontológico para pacientes especiais e garantia da formação com qualidade de alunos de odontologia, além do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de construção de instalações físicas dotando o Departamento das condições operacionais para a execução de suas atividades, visando beneficiar 300 alunos e assegurar a qualidade da assistência prestada pelo Departamento de Odontologia à comunidade northeriograndense.

Vigência: 24/04/2003 a 08/05/2011

Valor: R\$ 600.000,00

Recursos Humanos: por se tratar de obra, não envolve diretamente **Recursos Humanos** da instituição, a não serem aqueles responsáveis pela fiscalização.

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 133/2005 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução de um projeto de desenvolvimento institucional no âmbito no Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos – NUPLAM, para oportunizar aos alunos de diferentes cursos de graduação a realização de atividades práticas de laboratórios, ampliando o aprendizado nos cursos de farmácia, de química, engenharia mecânica e de engenharia elétrica.

Vigência: 20/12/2005 a 31/12/2012

Valor: R\$ 722.582,00

Recursos Humanos: não estão claramente explicitados.

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 134/2005 UFRN/FUNPEC

Objeto: Melhoria das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas na UFRN, mediante aperfeiçoamento do ensino de graduação, pós-graduação, realização de pesquisa científica e das atividades de extensão, por meio da ampliação de ambientes adequados para as atividades docentes, atendimento ao corpo discente e para a pesquisa científica.

Vigência: 20/12/2005 a 31/12/2012

Valor: R\$ 4.585.267,48

Recursos Humanos: não estão claramente explicitados.

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 137/2007 UFRN/FUNPEC

Objeto: Inserção de alunos nas atividades de iniciação científica na área da tecnologia farmacêutica, orientando 141 alunos dos cursos de Farmácia, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Segurança do Trabalho, na prática acadêmica de pesquisa e extensão para o desenvolvimento de trabalhos e projetos inerentes à área da Indústria Farmacêutica, ampliando seus conhecimentos técnico-científicos, por meio do desenvolvimento institucional da pesquisa de novos medicamentos e validação de processos de limpeza e manutenção.

Vigência: 18/12/2007 a 30/11/2012

Valor: R\$ 982.696,19

Recursos Humanos: 4 professores; 6 alunos; 15 técnicos

Recursos Materiais: Material didático pedagógico; auditório; laboratórios; material de consumo (matérias primas e reagentes)

CONVÊNIO Nº 144/2006 UFRN/FUNPEC

Objeto: Melhoria das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas em instituições de ensino superior e de ensino tecnológico do estado do Rio Grande do Norte, por meio da ampliação dos espaços acadêmicos, beneficiando 30.068 alunos de graduação e à distância; de pós-graduação em nível de especialização e residência médica; 1.979 professores e 3.263 técnicos administrativos.

Vigência: 18/12/2006 a 30/06/2012

Valor: R\$ 7.250.000,00

Recursos Humanos: não estão claramente explicitados.

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 147/2007 UFRN/FUNPEC

Objeto: Implantação de um projeto de natureza acadêmica de ensino, pesquisa e extensão para estabelecer um ambiente multidisciplinar destinado a agregar competências nas principais subáreas da neurociência por meio da instituição de Campus do Cérebro, para estruturação do Programa de Pós-graduação em Neurociência, contribuindo para a formação de doutores e pós-doutores e a participação de 100 alunos de graduação em Projetos de Iniciação Científica e realização de estágio na área de neurociência.

Vigência: 17/12/2007 a 31/12/2012

Valor: R\$ 15.445.955,20

Recursos Humanos: não estão claramente explicitados.

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 154/2007 UFRN/FUNPEC

Objeto: Capacitação à distância para docentes e coordenadores de polos da UFRN no âmbito da Universidade Aberta do Brasil, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento de metodologias inovadoras para a área do ensino à distância.

Vigência: 19/12/2007 a 22/02/2011

Valor: R\$ 72.225,00

Recursos Humanos: não estão claramente explicitados.

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 164/2007 UFRN/FUNPEC

Objeto: Reestruturação e expansão do ensino de graduação com a criação de novos cursos, garantindo condições para permanência dos alunos e a melhoria da Taxa de Conclusão de Curso, contemplando as dimensões: a) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública, b) Reestruturação acadêmico-curricular, c) Renovação pedagógica da educação superior, d) Mobilidade intra e interinstitucional e) Compromisso social da Instituição e f) Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento, aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação e ao aproveitamento da estrutura física e de **Recursos Humanos** existentes, além de construir ou ampliar novos espaços acadêmicos.

Vigência: 28/12/2007 a 31/12/2012

Valor: R\$ 28.038.850,08

Recursos Humanos: não estão claramente explicitados.

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 198/2008 UFRN/FUNPEC

Objeto: Revisão e edição de materiais didáticos para instituições inscritas no Programa E-Tec Brasil, produção de material didático, capacitação de pessoal e validação de materiais didáticos para o Programa E-Tec Brasil.

Vigência: 23/12/2008 a 31/12/2011

Valor: R\$ 1.540.556,00

Recursos Humanos: 8 Professores

Recursos Materiais: Equipamentos: computadores, monitores, impressora, mesa de reunião, cadeiras, servidor de última geração.

CONVÊNIO Nº 199/2008 UFRN/FUNPEC

Objeto: Formação e qualificação de 1.000 professores para redes de ensino dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, contribuindo para a criação de oportunidades de acesso ao ensino superior público, mediante a implementação do 4º ano dos cursos de ensino à distância de licenciatura em Matemática, Física e Química.

Vigência: 12/2008 a 08/2009

Valor: R\$ 1.840.339,00

Recursos Humanos: 4 professores

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 221/2008 UFRN/FUNPEC

Objeto: Ampliação de vagas do curso de Licenciatura em Física, na modalidade à distância com a oferta do 2º ano, incluindo as disciplinas pertinentes à área e incentivo a produção de material didático-pedagógico, necessários para superação das fragilidades do alunado.

Vigência: 22/12/2008 a 30/06/2011

Valor: R\$ 335.921,95

Recursos Humanos: 17 professores

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 222/2008 UFRN/FUNPEC

Objeto: Ampliação de vagas do curso de Licenciatura em Geografia, na modalidade à distância com a oferta do 2º ano, incluindo as disciplinas pertinentes à área e incentivo a

produção de material didático-pedagógico, necessários para superação das fragilidades do alunado.

Vigência: 22/12/2008 a 30/06/2011

Valor: R\$ 294.104,00

Recursos Humanos: 20 professores

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 224/2008 UFRN/FUNPEC

Objeto: Implantação e oferta de cursos de licenciatura em Física, Matemática, Geografia e Biologia, na modalidade a distância no Sistema Universidade Aberta do Brasil nos polos dos municípios de Martins/RN, Marcelino Vieira/RN, Luis Gomes/RN, Lages/RN e Extremoz/RN, na perspectiva da expansão e qualificação do ensino, colaborando com a formação de professores nos cursos de graduação em licenciatura presencial e a distância.

Vigência: 30/12/2008 a 31/12/2009

Valor: R\$ 375.829,00

Recursos Humanos: 17 Professores

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados.

CONVÊNIO Nº 264/2008 UFRN/FUNPEC

Objeto: Desenvolvimento com inovação tecnológica para produção de medicamentos e capacitação de **Recursos Humanos** em nível de graduação com estágio e treinamento na iniciação científica e tecnológica, mestrado e doutorado, ampliando possibilidades de domínio de novas ferramentas de investigação científica, gestão de qualidade e transferência de tecnologia na área farmacêutica.

Vigência: 30/12/2008 a 31/12/2012

Valor: R\$ 3.384.000,00

Recursos Humanos: 4 professores; 27 profissionais, técnicos (servidores da UFRN)

Recursos Materiais: Matéria prima; Material de consumo; Equipamentos diversos

CONVÊNIO Nº 11/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Editoração de livros e periódicos – EDUFRN, de relevância social e acadêmica, para garantia da disseminação de conhecimentos técnico-científicos, artísticos e culturais; apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, em consonância com a política da UFRN.

Vigência: 16/04/2010 a 15/04/2012

Valor: R\$ 322.617,00

Recursos Humanos: 1 professor; 8 alunos estagiários; 13 técnicos (servidores da UFRN); 07 alunos de graduação – bolsistas

Recursos Materiais: Equipamentos: computadores, impressoras, gravador de chapa ELENCO, grampeadeira e outros.

CONTRATO 2540.21.1411

Objeto: Desenvolver ações de prevenção em DST/AIDS na comunidade de Mãe Luíza, em Natal, a partir de ações articuladas de educação, de comunicação e de pesquisa, na perspectiva de implementar tecnologias de inovações e fortalecer redes sociais na comunidade. Dentre os resultados acadêmicos esperados, destacam-se: elaborar e desenvolver projetos comunitários em DST/AIDS, articulado às atividades acadêmicas

de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, além de criar e apropriar, junto à comunidade, estratégias educacionais e de comunicação inovadoras para prevenção de DST/AIDS.

Vigência: 30/12/2010 a 22/12/2012

Valor: R\$ 400.000,00

Recursos Humanos: 13 professores; 1 servidor técnico-administrativo

Recursos Materiais: Utilização de instalações físicas do NESC

CONTRATO 2541.21.1411

Objeto: Dar apoio à gestão dos programas de redes de atenção às DST/AIDS, hepatites virais e tuberculose, no Rio Grande do Norte e região Nordeste. Dentre os resultados acadêmicos esperados, destacam-se: fortalecimento dessas redes; implantação de novos SAES no Rio Grande do Norte, bem como monitoramento e avaliação desses SAES; participação social nos programas DST/AIDS e hepatites virais; ações articuladas de ensino-aprendizagem na formação em saúde e nas práticas de atenção em DST/AIDS, hepatites virais e tuberculose na rede básica.

Vigência: 30/12/2010 a 31/12/2012

Valor: R\$ 3.300.000,00

Recursos Humanos: 13 professores; 1 técnico-administrativo

Recursos Materiais: Utilização de instalações físicas do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva - NESC

CONTRATO 3013.21.1411

Objeto: Complementação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais e Aplicadas - NEPSA II, vinculado às vertentes de pesquisa, desenvolvimento institucional e inovação, que consiste em dar suporte às atividades de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, a serem efetivadas a partir de ambientes integrados, em que se vislumbram os seguintes resultados acadêmicos: ampliação da capacidade de execução de pesquisas aplicadas a áreas de ciências sociais; implantação de novas linhas de pesquisa, melhorando, assim, os índices de produtividade intelectual discente, exigidos pela CAPES.

Vigência: 31/08/2011 a 31/07/2012

Valor: R\$ 908.000,00

Recursos Humanos: 4 professores

Recursos Materiais: Laboratório do NEPSA

CONTRATO 3141.21.1811

Objeto: Contribuir para o fortalecimento de ações relacionadas à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado do Rio Grande do Norte, visando uma melhoria da qualidade da alimentação escolar da rede pública de ensino. Como resultados acadêmicos esperados, destacam-se: realização de oficinas e apresentação de palestras, envolvendo pais, professores, funcionários e gestores, trabalhando o tema alimentação saudável; caracterizar a alimentação oferecida nas escolas, segundo o tipo de cardápio e a cobertura nutricional; obter um diagnóstico da qualidade físico-química e microbiológica da água e de alimentos prontos para consumo, obtidos na agricultura familiar; realizar capacitação de manipuladoras de alimentos da rede pública estadual; obter um perfil nutricional dos estudantes beneficiários do PNAE na rede pública de ensino estadual.

Vigência: 01/09/2011 a 31/08/2012

Valor: R\$ 134.562,50

Recursos Humanos: 9 professores; 15 alunos de graduação

Recursos Materiais: Laboratório de Microbiologia de Alimentos

CONTRATO 3037.21.1411

Objeto: Avaliação de materiais de suporte didático para o ensino fundamental na área de História, principalmente, os livros didáticos de História aprovados no PNLD 2013 (serão distribuídos para toda a rede de ensino pública do país), para produzir o Guia de Livros Didáticos, formado pelas resenhas desses livros, bem como elaborar pareceres de exclusão. Esperam-se os seguintes resultados acadêmicos: capacitação de equipes de avaliadores na área de História; produção, a partir da análise dos livros, de Ficha Individual para cada obra; consolidar a avaliação das obras a partir dos critérios estabelecidos no Edital PNLD 2013; compreensão de como ocorre a transposição de conhecimentos de história, obtidos nas universidades, para o ensino fundamental; formação de professores; realização de trabalhos de conclusão de curso (TCC) e dissertações de mestrado.

Vigência: 09/09/2011 a 30/04/2012

Valor: R\$ 2.490.021,40

Recursos Humanos: 5 professores

Recursos Materiais: Infraestrutura do CRUTAC

CONTRATO 3023.21.1411

Objeto: Dar suporte a atividades articuladas com grupos de pesquisa que estudam doenças tropicais do nosso estado e de outras regiões do país (leishmaniose, hanseníase, doença de chagas e outras). Além disso, visa também melhorar e consolidar os programas de pós-graduação em Medicina e Ciências da Vida da UFRN. Para isso, será construído o Instituto de Medicina Tropical do RN, que irá gerar conhecimentos e auxiliar na solução de problemas de saúde relacionados às doenças tropicais; realizar diagnósticos moleculares e imunológicos para elucidação diagnóstica de doenças infecciosas. Enfim, irá fortalecer enormemente as pesquisas científicas voltadas às doenças tropicais, que, comumente, são relegadas a um segundo plano (doenças de países pobres).

Vigência: 12/09/2011 a 31/07/2016

Valor: R\$ 4.617.196,25

Recursos Humanos: 30 professores; 2 servidores técnico-administrativos; 6 estudantes

Recursos Materiais: Laboratórios dos centros de Biologia e de Ciências da Saúde da UFRN

CONTRATO 3038.21.1411

Objeto: Realização de pesquisas na área de física visando o fortalecimento dos programas de pós-graduação. Para isso, serão construídas obras laboratoriais que irão proporcionar condições adequadas de infraestrutura para as atividades de pesquisa científica e inovação tecnológica. O ambiente adequado permitirá a realização de encontros científicos e treinamentos. Possibilitará, ainda, a internacionalização da pós-graduação e permitirá a criação de novos programas, tais como: Sistemas Nucleares Fortemente Interagentes, Informação Quântica. Possibilitará, também, a expansão de áreas como Sistemas Eletrônicos Fortemente Correlacionados, Magnetismo e Nanoestruturas Magnéticas.

Vigência: 17/10/2011 a 31/12/2015

Valor: R\$ 7.203.000,00

Recursos Humanos: 5 professores

Recursos Materiais: Laboratórios de Física da UFRN; cluster de computadores de alto desempenho e memória compartilhada

CONTRATO 3176.21.1411

Objeto: Pesquisa e extensão aplicadas na atenção primária à saúde. Para atingir os objetivos, será criado o Núcleo de Telessaúde do Rio Grande do Norte, na UFRN, onde serão desenvolvidas ações no sentido de melhorar a qualidade do atendimento primário à saúde. Além disso, pretende implantar e validar um programa de formação permanente de profissionais da saúde, criando um ambiente com conectividade à internet, promover ações de ensino, pesquisa e extensão, por meio da Rede Universitária de Telemedicina. Também estão previstas publicações em periódicos internacionais, dissertações de mestrado, registro de *software*, entre outros.

Vigência: 09/12/2011 a 05/09/2013

Valor: R\$ 925.800,00

Recursos Humanos: 8 professores; 12 estudantes

Recursos Materiais: 10 computadores; 1 computador tipo servidor; Sala de Telemedicina (Rede Universitária de Telemedicina do HUOL)

CONVÊNIO N° 148/2006 UFRN/FUNPEC

Objeto: Melhoria da infraestrutura do curso de Engenharia de Alimentos, visando o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão em condições adequadas. Em vista disso, há necessidade de construção de laboratórios e aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes, que permitirão melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa, como também ampliar a quantidade e a qualidade de projetos acadêmicos, visando, principalmente, maior integração universidade-comunidade.

Vigência: 27/12/2006 a 31/12/2012

Valor: R\$ 642.000,00

Recursos Humanos: 1 professor

Recursos Materiais: Infraestrutura do curso de Engenharia de Alimentos

CONVÊNIO N° 155/2007 UFRN/FUNPEC

Objeto: Desenvolvimento da UFRN na área de tecnologia da informação, estruturando as bases de dados institucionais das atividades acadêmicas e administrativas com ênfase em sistemas e serviços de rede. Visa ainda disponibilizar, através dos sistemas desenvolvidos, dados para estudos e pesquisas, bem como o acompanhamento das atividades administrativas e acadêmicas na UFRN e criar campo de estágio para alunos de graduação. Também está previsto a inovação na criação de *softwares* para gestão universitária e assemelhados, melhoria na gestão acadêmica e eficiência na gestão administrativa.

Vigência: 26/12/2007 a 31/12/2012

Valor: R\$ 22.116.327,22

Recursos Humanos: 6 professores; 13 técnico-administrativos; 1 aluno de graduação; Estagiários

Recursos Materiais: Instalações da Superintendência de Informática

CONTRATO Nº 144/2010

Objeto: Executar o projeto acadêmico intitulado "ENGENHARIA DE PETRÓLEO - PRH43/ANP PROGRAMA DE **RECURSOS HUMANOS** DA AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS", que consiste em desenvolver pesquisa aplicada para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, bem como a formação de **Recursos Humanos** nos níveis de graduação e pós-graduação para atender a demanda da indústria do petróleo, gás natural e biocombustível, e proporcionar a pesquisa aos alunos de graduação, mestrado e doutorado, contribuindo, assim, para uma formação orientada neste setor.

Vigência: 30/12/2010 a 31/05/2012

Valor: R\$ 726.228,90

Recursos Humanos: 5 professores; 1 pesquisador convidado; 14 estudantes

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONVÊNIO 151/2007

Objeto: Executar um projeto acadêmico de ensino, pesquisa e extensão a ser desenvolvido nos laboratórios do NUPLAM/UFRN, visando a produção de medicamentos, orientação de alunos na prática acadêmica de pesquisa e extensão e produzir novos conhecimentos em matérias-primas usadas na produção de medicamentos.

Vigência: 19/12/2007 a 31/12/2012

Valor: R\$ 1.404.690,00

Recursos Humanos: 1 professor

Recursos Materiais: Instalações do NUPLAM

CONVÊNIO 061/2007

Objeto: Realização de um programa de desenvolvimento institucional constituído de três subprojetos: 1) AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS AÇÕES ACADÊMICAS DA UFRN; 2) AÇÕES ACADÊMICAS PARA ESTUDOS, PESQUISAS SOBRE O DESEMPENHO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO; 3) DIMENSÃO INTERATIVA COM AS AÇÕES ACADÊMICAS NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRN, visando desenvolver ações que conduzam à melhoria da qualidade acadêmica; garantir um processo de autoavaliação com transparência; identificar fragilidades e acertos com vista ao aprimoramento e a reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Vigência: 27/06/2007 a 31/10/2011

Valor: R\$ 8.073.428,00

Recursos Humanos: 1 professor

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONVÊNIO 138/2006

Objeto: Execução de um projeto de desenvolvimento de atividades acadêmicas com vistas à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os laboratórios do NUPLAM, de modo a atender ao programa de controle de tuberculose, visando, ainda, garantir a melhoria do ensino e da pesquisa de alunos do curso de farmácia, complementando, assim, a formação em atividades práticas de diferentes níveis de complexidade.

Vigência: 15/12/2006 a 29/03/2012

Valor: R\$ 857.820,57

Recursos Humanos: 1 professor

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONVENIO 167/2007

Objetivo: Executar um projeto de natureza acadêmica visando a ampliação do aprendizado dos alunos de graduação e pós-graduação, bem como a integração dos mesmos às atividades de pesquisa científica e extensão.

Vigência: 28/12/2007 a 31/12/2012

Valor: R\$ 2.774.953,11

Recursos Humanos: 1 professor

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONVENIO 111/2006

Objeto: Estabelecer uma cooperação acadêmica para complementar o curso de graduação em administração na modalidade à distância.

Vigência: 28/09/2006 a 27/07/2011

Valor: R\$ 127.500,00

Recursos Humanos: 1 professor

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO N° 3245.21.1411

Objeto: Obter o apoio na execução das atividades e, inclusive na gestão administrativa e financeira ao projeto acadêmico intitulado: PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS PARA INSTITUIÇÕES FEDERAIS DA REDE E-TEC BRASIL, que consiste em organizar as ações da comissão técnica para acompanhamento e validação de materiais didáticos de EAD para o programa E-TEC BRASIL. Isto visa a expansão e interiorização da oferta da educação profissional técnica por meio da implementação e fortalecimento das estratégias de educação à distância das escolas de ensino técnico (federais, estaduais) e universidades.

Vigência: 01/12/2011 a 30/11/2012

Valor: R\$ 2.916.000,00

Recursos Humanos: 21 professores

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO N° 139/2010

Objeto: Execução do projeto acadêmico sob o título IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CONTRIBUINDO PARA O BENEFÍCIO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UFRN (TIC'S), consistindo em capacitar alunos da UFRN com o uso das tecnologias de informação e comunicação, complementando, assim, sua informação nos cursos de graduação. Contribuindo, dessa forma, para a formação de profissionais em educação mais preparadas para o uso de novas tecnologias importantes para o ensino-aprendizagem.

Vigência: 30/12/2010 a 30/12/2012

Valor: R\$ 182.090,00

Recursos Humanos: 50 professores

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO 143/2010

Objeto: Execução do projeto acadêmico sob o título FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, que consiste em ampliar a oferta de cursos para a rede pública de ensino, tendo como eixo norteador a articulação entre o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores e o projeto coletivo da escola, por meio de um trabalho investigativo e reflexivo sobre as intervenções pedagógicas no âmbito da educação básica.

Vigência: 30/12/2010 a 29/12/2011

Valor: R\$ 195.397,50

Recursos Humanos: 49 professores; 2 alunos

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO N° 78/2010-UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do Projeto Acadêmico sob o título PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES, que consiste em contribuir com a formulação de ações afirmativas destinadas à democratização do acesso e da permanência, com qualidade, de estudantes de origem popular na universidade, apoiando a formação acadêmica desses estudantes e promovendo o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade a partir da implementação de projetos de extensão, ensino e pesquisa. Tendo os seguintes resultados esperados: disseminar, entre os estudantes de origem popular, uma prática de pesquisa e extensão que privilegie o mapeamento das condições econômicas, culturais, educacionais e de sociabilidade como ponto de partida para a implementar ações sociais, envolvendo grupos em situação de vulnerabilidade social.

Vigência: 25/08/2010 a 30/12/2011

Valor: R\$ 355.768,00.

Recursos Humanos: 9 professores; 48 estudantes

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO N° 26/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do Projeto Acadêmico sob o título PRÁTICA EXTRACURRICULAR EM JORNALISMO E PRODUÇÃO RADIOFÔNICA NA RÁDIO UNIVERSITÁRIA, em que se esperam os seguintes resultados acadêmicos: expandir as parcerias da Rádio Universitária FM 88.9 com as unidades de ensino, da pesquisa e extensão da UFRN; corroborar com a formação técnica apropriada aos estudantes de Radialismo, Jornalismo e demais cursos integrantes; aperfeiçoar as práticas pedagógicas e acadêmicas ofertadas sob a modalidade de complementação curricular.

Vigência: 21/06/2010 a 31/12/2011

Valor: R\$ 64.350,00

Recursos Humanos: 4 professores; 6 estudantes; 4 técnicos

Recursos Materiais: Superintendência de Comunicação da UFRN

CONTRATO N° 108/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico sob o título IMPLEMENTAÇÃO E OFERTA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, MODALIDADE À DISTÂNCIA, em que se esperam os seguintes resultados: articulação, pesquisa e extensão, bem como as relações envolvendo teoria e prática, necessárias ao aprendizado de conhecimentos, habilidades e atitudes que formam o perfil do administrador da atualidade.

Vigência: 22/11/2010 a 31/12/2012

Valor: R\$ 348.300,00

Recursos Humanos: 50 professores

Recursos Materiais: Instalações da SEDIS/UFRN

CONVÊNIO Nº 148/2007 UFRN/FUNPEC

Objeto: Executar projeto de natureza acadêmica de pesquisa que consiste na implantação de dois laboratórios, que ficarão à disposição da UFRN, nas dependências do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra – IINNLS Fase III. Isto irá permitir que pesquisadores e estudantes de pós-graduação da UFRN possam exercer suas atividades de pesquisa utilizando equipamentos de alta qualidade e precisão; permitirá, ainda, que a UFRN seja um centro de referência em neurociência no Brasil e em especial para a região Nordeste; desenvolvimento de artigos científicos com impacto internacional relevante.

Vigência: 17/12/2007 a 30/04/2012

Valor: R\$ 905.251,00

Recursos Humanos: 1 professor; 18 estudantes

Recursos Materiais: Próprios da UFRN; Adquirir equipamentos e materiais permanentes

CONVÊNIO Nº 141/2006 UFRN/FUNPEC

Objeto: Executar o projeto de natureza acadêmica de desenvolvimento institucional na construção de viveiros e aquisição de equipamentos de infraestrutura para a realização de pesquisas científicas, em que se esperam os seguintes resultados acadêmicos: desenvolvimento de neuropróteses para pacientes humanos paralisados, em particular o desenvolvimento de implantes neurais de longa viabilidade; realização de simpósios internacionais sediados no IINN ou instituições de pesquisas associadas.

Vigência: 22/12/2006 a 31/05/2012

Valor: R\$ 1.100.000,00

Recursos Humanos: 1 professor

Recursos Materiais: Próprios da UFRN; adquirir equipamentos e materiais permanentes

CONTRATO Nº 80/2009 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do Projeto Acadêmico sob o título MELHORIA DA QUALIDADE DAS AÇÕES ACADÊMICAS NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DA UFRN, em que consiste em proporcionar aos discentes envolvidos nos hospitais a prática e o aprimoramento de seus conhecimentos teóricos deixando-os mais preparados para o mercado de trabalho, em que se esperam os seguintes resultados acadêmicos: melhoraria da qualidade do aprendizado dos estudantes de graduação e pós-graduação para dominar os meios de diagnósticos e tratamento das principais doenças da população assistida pelo SUS; utilização adequada dos recursos propedêuticos e terapêuticos contemporâneos; utilização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos válidos cientificamente.

Vigência: 04/08/2009 a 04/11/2011

Valor: R\$ 20.871.448,97

Recursos Humanos: 5 técnicos

Recursos Materiais: Próprios da UFRN; Adquirir equipamentos e materiais permanentes

CONTRATO Nº 149/2009 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do Projeto Acadêmico sob o título AÇÕES FORMATIVAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO que consiste em sistematizar e disponibilizar resultados e produtos das pesquisas já realizadas e em andamento, no âmbito da Educação do Campo e da formação inicial e continuada de professores, de modo a subsidiar as diferentes ações de extensão e possibilitar práticas formativas para os alunos de graduação oriundos de camadas populares, em que se vislumbram os seguintes resultados acadêmicos: sistematizar e digitalizar as produções sobre formação de professores e educação do campo; promover ações de formação de educadores populares ligados aos movimentos sociais do campo.

Vigência: 21/12/2009 a 31/12/2011

Valor: R\$ 200.000,00

Recursos Humanos: 4 professores; 12 estudantes

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados

CONTRATO Nº 140/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do Projeto Acadêmico sob o título IMPLEMENTAÇÃO E OFERTA DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UAB I E UAB II (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB), que consiste em implantar e ofertar os cursos da UAB I (7º e 8º semestres) nos pólos de Extremoz/RN (Geografia, Biologia, Química, Física Matemática), Luiz Gomes/RN e Martins/RN (Matemática e Física; e da UAB II (5º e 6º semestres); nos pólos de Luiz Gomes/RN e Martins/RN (Biologia e Geografia); pólos de Lages/RN e Marcelino Vieira/RN (Geografia e Matemática). Vislumbram-se com o este projeto os seguintes resultados acadêmicos: contribuir para a formação de profissionais da educação, resultando na melhoria dos índices educacionais do RN.

Vigência: 30/12/2010 a 29/06/2012

Valor: R\$ 533.037,00

Recursos Humanos: 49 professores

Recursos Materiais: Instalações da SEDIS/UFRN

CONTRATO Nº 142/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Apoiar o projeto acadêmico sob o título CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (7º E 8º SEMESTRES) – PRÓ-LICENCIATURA II, que consiste em formar professores em exercício na rede pública de ensino nos anos/séries finais do Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio, sem licenciatura, na disciplina em que estejam exercendo a docência.

Vigência: 30/12/2010 a 29/06/2012

Valor: R\$ 207.824,00

Recursos Humanos: 50 professores

Recursos Materiais: Instalações da SEDIS/UFRN

CONTRATO Nº 136/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico sob o título APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO 6º ANO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA, FÍSICA E MATEMÁTICA, NA MODALIDADE À DISTÂNCIA, que consiste em formar profissionais nas áreas de Química, Física e Matemática, através de cursos de graduação (Licenciatura) à distância nos estados do RN, PB, PE e AL.

Vigência: 30/12/2010 a 31/12/2012

Valor: R\$ 979.763,00

Recursos Humanos: 50 professores

Recursos Materiais: Instalações da SEDIS/UFRN

CONTRATO Nº 147/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico de pesquisa e inovação tecnológica sob o título DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE **RECURSOS HUMANOS EM DIREITO DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS PRH-ANP/MCT PRH Nº 36**, visando a constituição de uma ilha de excelência do conhecimento em Direito do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, segmentos estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Vigência: 30/12/2010 a 31/05/2012

Valor: R\$ 155.281,69

Recursos Humanos: 1 professor; 4 estudantes

Recursos Materiais: Instalações do curso de Direito/UFRN

CONTRATO Nº 148/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico de pesquisa e inovação tecnológica sob o título PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM PETRÓLEO E GÁS, que consiste em atingir as metas do Plano de Gestão de Política de Expansão e Qualidade Acadêmica, Inserção Social e Gestão Universitária com desdobramentos na qualificação de **Recursos Humanos** em nível de graduação e pós-graduação no setor de petróleo e gás no contexto regional e nacional.

Vigência: 30/12/2010 a 31/05/2013

Valor: R\$ 640.975,01

Recursos Humanos: 21 professores; 10 estudantes

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO Nº 146/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico de pesquisa e inovação tecnológica sob o título PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM GEOLOGIA, GEOFÍSICA E INFORMÁTICA NO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NA UFRN (PRH22), que consiste em atingir as metas do plano de gestão de política de expansão e qualidade acadêmica, inserção social e gestão universitária e formar **Recursos Humanos** em Geografia, Geofísica e Informática com ênfase no setor de petróleo e gás em nível de graduação e pós-graduação.

Vigência: 30/12/2010 a 31/05/2013

Valor: R\$ 1.212.752,54

Recursos Humanos: 31 professores; 11 estudantes

Recursos Materiais: Instalações laboratoriais da UFRN

CONTRATO Nº 138/2010 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico sob o título CURSO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA E CIDADE E DIVERSIDADE, que consiste em capacitar professores e gestores em educação do sistema de Educação Básica brasileira, para atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Vigência: 30/12/2010 a 30/12/2012

Valor: R\$ 516.130,10

Recursos Humanos: 53 professores

Recursos Materiais: Instalações da SEDIS/UFRN

CONTRA TO N° 3324.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico sob o título APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CARCINICULTURA NOS ESTADOS DO RN E CE, que consiste em planejar e implantar ações estratégicas de boas práticas de manejo para a melhoria do gerenciamento da carcinicultura.

Vigência: 30/12/2011 a 29/12/2013

Valor: R\$ 172.070,00

Recursos Humanos: 03 professores; 08 estudantes

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO N° 3039.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico sob o título IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS DE ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MATERIAIS PARA CIMENTAÇÃO DE POÇOS DE PETRÓLEO A PARTIR DE CIMENTO PORTLAND CLASSE ESPECIAL, que consiste em desenvolver e estudar a formulação de pastas de cimento para poços de petróleo a partir do cimento Portland Classe Especial e aditivos químicos tradicionais, dosados ou modificados com a finalidade de ajustar o comportamento desse cimento às condições de cimentação de poços da região Nordeste.

Vigência: 28/09/2011 a 27/09/2012

Valor: R\$ 131.500,00

Recursos Humanos: 4 professores

Recursos Materiais: Laboratórios da UFRN

CONTRATO N° 3143.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução projeto acadêmico de desenvolvimento institucional sob o título AÇÕES ACADÊMICAS – 2011/2015, que consiste no desenvolvimento de ações voltadas para estudos e orientações que subsidiem o processo de planejamento em todos os níveis da instituição, identificando fragilidades e acertos, com vista ao aprimoramento e a reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN.

Vigência: 01/11/2011 a 31/10/2015

Valor: R\$ 17.045.285,46

Recursos Humanos: 98 professores; 16 estudantes; 19 técnico-administrativos

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO N° 3146.21.1411 UFRN/FUNPRC

Objeto: Execução do projeto acadêmico de desenvolvimento institucional sob o título MELHORIA DA QUALIDADE DAS AÇÕES ACADÊMICAS NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DA UFRN, que consiste em promover a formação de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento em saúde com bom preparo científico, técnico e ético.

Vigência: 04/11/2011 a 31/10/2013

Valor: R\$ 32.230.898,68

Recursos Humanos: 6 professores; 8 técnico-administrativos

Recursos Materiais: Instalações dos quatro hospitais da UFRN

CONTRATO Nº 3264.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico de sob o título CURSOS TÉCNICOS E INCUBAÇÃO DE EMPRESAS NO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL, que consiste em formar técnicos de nível médio, na área de Tecnologia da Informação, na modalidade semipresencial.

Vigência: 30/12/2011 a 30/12/2014

Valor: R\$ 3.276.116,00

Recursos Humanos: 9 professores; 27 estudantes

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO Nº 3262.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico sob o título PESQUISA EM FÍSICA TEÓRICA, CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E PROGRAMAS DE PÓS-DOUTORADO E DE PESQUISADORES VISITANTES DO IIF-UFRN, que consiste em apoiar o desenvolvimento científico em Física Teórica e Experimental e apoiar o Programa de Pós-doutorado do IIF-UFRN, contemplando a realização eventos científicos internacionais, a reunião do Comitê Nacional de Especialistas, a Reunião do Comitê Científico Internacional, o treinamento de pós-doutores, a vinda de professores titulares visitantes, o Programa de Pesquisadores Associados e a realização de pesquisas em áreas definidas pelo Comitê Científico Internacional do IIF-UFRN.

Vigência: 30/12/2011 a 31/12/2012

Valor: R\$ 752.350,74

Recursos Humanos: 8 professores; 2 estudantes

Recursos Materiais: Próprios da UFRN

CONTRATO Nº 3253.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Executar o projeto acadêmico intitulado IMPLANTAÇÃO E OFERTA DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA, MATEMÁTICA, QUÍMICA, GEOGRAFIA E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFRN na modalidade à distância (Sistema da Universidade Aberta do Brasil - UAB) para o 7º e 8º semestres, que consiste na formação e qualificação de professores nestas áreas que não possuem tal titulação, para suprir a carência de docentes licenciados nessas áreas.

Vigência: 30/12/2011 a 29/12/2012

Valor: R\$ 917.010,00

Recursos Humanos: 06 professores

Recursos Materiais: Instalações da SEDIS/ UFRN

CONTRATO Nº 084/2008 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DOS PRINCIPAIS CORPOS D'ÁGUA DO INTERIOR NORTERIOGRANDENSE COM VISTAS AO CONSUMO HUMANO, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E BALNEABILIDADE, que consiste em identificar e avaliar as condições da qualidade das águas dos principais corpos d'água do RN (água de superfície e subterrâneas) através do monitoramento sistemático conforme os condicionamentos e padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005, com

a finalidade de projetar situações futuras de uso e preservação dessas águas para consumo humano.

Vigência: 25/09/2008 a 31/08/2012

Valor: R\$ 1.577.400,00

Recursos Humanos: 06 professores

Recursos Materiais: Laboratórios da UFRN

CONTRATO Nº 034/2009 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado PROJETO INTERNET RN: OPERAÇÃO DO PONTO DE PRESENÇA DA REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA (RNP) NO RIO GRANDE DO NORTE (Fase I), destinado a atender às redes corporativas das instituições governamentais: UFERSA (Universidade Federal Rural do Semiárido), INPE-CRN (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Centro Regional do Nordeste) e IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia).

Vigência: 26/05/2009 a 31/07/2012.

Valor: R\$ 327.840,00

Recursos Humanos: 02 professores; 09 estudantes

Recursos Materiais: Instalações do PoP-RN; Laboratórios da UFRN

CONTRATO Nº 137/2009 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado ESCOLA ATIVA E EDUCAÇÃO DO CAMPO, que consiste em formar professores, que atuarão como multiplicadores no Programa Escola Ativa das Redes Públicas de Ensino dos Municípios (Programa 2009). Visa, também, proporcionar uma reflexão entre os profissionais técnicos das redes públicas municipais de ensino no campo, alfabetização e letramento e práticas pedagógicas, além de organizar um grupo de estudantes e professores da UFRN, voltados à tematização da Educação do Campo em apoio às atividades do Programa Escola Ativa no RN.

Vigência: 23/12/2009 a 30/05/2011

Valor: R\$ 83.037,10

Recursos Humanos: 2 professores; 2 estudantes; 5 técnicos

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados

CONTRATO Nº 3263.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado APOIO A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE DO BRASIL, que consiste em qualificar a gestão do trabalho e da educação dos órgãos de RH das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, atendendo dessa maneira a solicitação do Departamento de Gestão e de Regulação do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

Vigência: 30/12/2011 a 20/10/2013

Valor: R\$ 1.595.567,00

Recursos Humanos: 13 professores; 14 estudantes; 3 técnicos

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados

CONTRATO Nº 3251.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA NA ÁREA DE ELETROTÉCNICA DO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA, que consiste em fomentar a modernização, a quantidade e

a melhoria de aulas práticas na área de eletrotécnica dos diversos cursos de engenharia do CT/UFRN

Vigência: 30/12/2011 a 31/07/2014

Valor: R\$ 715.500,00

Recursos Humanos: 15 professores; 1 técnico

Recursos Materiais: Laboratório de Eletrotécnica do curso de Engenharia Elétrica/UFRN

CONTRATO Nº 3164.21.1811 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado ESTUDO DO COMPORTAMENTO METROLÓGICO DE PADRÕES E INSTRUMENTOS, NAS GRANDEZAS: COMPRIMENTO, PRESSÃO, FORÇA, TORQUE, MASSA, TEMPERATURA, VOLUMETRIA E GRANDEZAS GEOMÉTRICAS, que consiste em realizar medições, laudos técnicos, treinamentos, consultorias, etc., como também estudo de comportamento de padrões das grandezas já relacionadas.

Vigência: 09/12/2011 a 24/07/2014

Valor: R\$ 1.204.991,86

Recursos Humanos: 6 professores; 5 estudantes; 2 técnicos

Recursos Materiais: Laboratório de Metrologia do Curso de Engenharia Mecânica da UFRN.

CONTRATO Nº 3217.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado: A ESCOLA COMO DINAMIZADORA DE UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM: A EXPERIÊNCIA DE GUARAPES/RN, que consiste em analisar a construção e desenvolvimento da aprendizagem de comunidades, a partir de ações de professores e alunos da modalidade EJA, com uma abordagem intercultural, para a superação de desigualdades sociais em uma comunidade de inserção, pela oportunidade de educação continuada e ações de empreendedorismo social, que visa fortalecer a convivência comunitária e conseqüentemente a qualidade de vida.

Vigência: 30/12/2011 a 29/12/2013

Valor: R\$ 230.000,00

Recursos Humanos: 4 professores; 3 estudantes

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados

CONTRATO Nº 3252.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado IMPLANTAR E OFERTAR OS CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA E MATEMÁTICA DA UFRN na modalidade à distância, dentro do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), visando formação e qualificação de professores nessas áreas que não possuem tal titulação, para suprir a carência de professores licenciados nessas áreas.

Vigência: 30/12/2011 a 29/12/2012.

Valor: R\$ 302.134,00

Recursos Humanos: 5 professores

Recursos Materiais: Instalações da SEDIS

CONTRATO Nº 3219.11.0111 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado AÇÕES ACADÊMICAS INTEGRADAS EM CIÊNCIAS ATUARIAIS E ESTATÍSTICAS PARA O

DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA CIENTÍFICA VISANDO A IMPLANTAÇÃO DO RPPS – REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA SOCIAL NOS GOVERNOS MUNICIPAIS DO RN, que consiste em desenvolver ações integradas de extensão, ensino e pesquisa nas áreas da Estatística, Ciências Atuariais, como também legislação previdenciária.

Vigência: 29/12/2011 a 31/12/2013

Valor: R\$ 850.554,00

Recursos Humanos: 8 professores; 12 estudantes

Recursos Materiais: não estão claramente explicitados

CONTRATO Nº 3163.21.1411 UFRN/FUNPEC

Objeto: Execução do projeto acadêmico intitulado HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO RIO GRANDE DO NORTE, que consiste na reconstrução da história e memória da EJA/RN, contribuindo, assim, com a estruturação e consolidação do Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos: Memória – Nordeste. Além disso, irá ajudar na formação acadêmica de pesquisadores e professores na área de história da educação no RN.

Vigência: 08/12/2012 a 07/12/2014

Valor: R\$ 733.510,00

Recursos Humanos: 3 professores; 7 estudantes

Recursos Materiais: Instalações da Coordenação da Cátedra da Unesco – Educação de Jovens e Adultos da UFRN.